**DOUTORAMENTO**

ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO

# A MIGRAÇÃO INTERNACIONAL E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO NORTE DE MOÇAMBIQUE: ESTUDO DE CASO DA PROVÍNCIA DE NAMPULA

**GONÇALVES PATRÍCIO**

**ORIENTAÇÃO**:

PROFESSOR DOUTOR: JOÃO PEIXOTO (ISEG- **U**LISBOA)

PROFESSORA DOUTORA: INÊS RAIMUNDO (UEM - MAPUTO)

Lisboa, Dezembro 2015

**DOUTORAMENTO**

ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO

# A MIGRAÇÃO INTERNACIONAL E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO NORTE DE MOÇAMBIQUE: ESTUDO DE CASO DA PROVÍNCIA DE NAMPULA

**GONÇALVES PATRÍCIO**

**ORIENTAÇÃO**:

PROFESSOR DOUTOR: JOÃO PEIXOTO (ISEG- **U**LISBOA)

PROFESSORA DOUTORA: INÊS RAIMUNDO (UEM - MAPUTO)

Lisboa, Dezembro 2015

**DOUTORAMENTO**

**ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO**

# A MIGRAÇÃO INTERNACIONAL E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO NORTE DE MOÇAMBIQUE: ESTUDO DE CASO DA PROVÍNCIA DE NAMPULA

**GONÇALVES PATRÍCIO**

**ORIENTAÇÃO**:

PROFESSOR DOUTOR: JOÃO PEIXOTO (ISEG- **U**LISBOA)

PROFESSORA DOUTORA: INÊS RAIMUNDO (UEM - MAPUTO)

**Constituição do Juri:**

**Presidente:** Prof. Doutor Manuel Fernando Cília de Mira Godinho, Professor Catedrático e Presidente do Conselho Científico do Instituto Superior de Economia e Gestão

**Vogais**: Doutor João Alfredo Peixoto, Professor Catedrático do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa

Doutor Jorge Silva Macaísta Malheiros, Professor Associado do Instituto de Geografia e Ordenamento Territorial

Doutora Inês Macamo Raimundo, Professora Associada da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane

Doutora Ana Paula Cruz Beja Orrico Horta, Professora Auxiliar da Universidade Aberta

Doutora Joana Helena Maria Fajardo Pacheco Pereira Leite, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa

Doutora Iolanda Maria Alves Évora, Investigadora do Centro de Estudos Africanos do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa

Lisboa, Dezembro 2015

## AGRADECIMENTOS

Uma tese de doutoramento não é exclusivamente o resultado de um esforço individual. A contribuição de vários actores – académicos e leigos – permitiu que este trabalho tivesse a "essência epistemológica" que ora apresenta. Gostaria de agradecer a todos aqueles que, desinteressadamente, partilharam comigo a sua experiência e saber, tanto em Portugal como em Moçambique, sobre o tema desta investigação, aos quais manifesto o meu reconhecimento pelas contribuições e apoios recebidos. Sou tributário particularmente ao Prof. João Peixoto, orientador desta tese, pela sua paciência, amizade, apoio e incentivo nos momentos mais difíceis deste trabalho, bem como pela sua enorme disponibilidade. Alguns colegas, estudantes de doutoramento, falavam-me das dificuldades que tinham em reunir com os seus orientadores. Considero-me então bafejado pela sorte, porque a qualquer momento tive os seus préstimos, e ainda por cima em ambientes descontraídos, entre pausas para café.

À Prof.ª Inês Raimundo, minha co-orientadora em Moçambique, deixo igualmente o meu *Khanimambo* (obrigado) pela partilha do seu conhecimento sobre as questões migratórias em Moçambique e pelo seu auxílio na recolha de bibliografia relevante de autores africanos e moçambicanos, entre a qual se destacam diversos trabalhos da sua autoria, sem o qual a revisão bibliográfica sobre África e Moçambique seria, sem dúvida, menos consistente. Os nossos encontros em Maputo e em Lisboa revelaram-se ainda fundamentais para limar algumas arestas do presente trabalho final.

Quero também expressar a minha gratidão às chefias do Instituto Superior de Estudos de Defesa (ISEDEF), em especial ao seu comandante, Major-General Frazão Chale. Em primeiro lugar, por ter criado as condições da bolsa de estudo e ter apostado na formação superior de quadros para a instituição. Em segundo, pela consciência que me transmitiu após a conclusão dos estudos de doutoramento em Portugal, em particular, pelo seu potencial de contribuição para o desenvolvimento de Moçambique. Estendo também a minha vénia ao Prof. Doutor João Azevedo, da Universidade Lusófona, que preparou a minha chegada a Lisboa e sempre se demonstrou prestável para me apoiar quando

necessário. Lembro-me em particular de um encontro na Universidade em que, de entre vários assuntos, me transmitiu a necessidade de nos distanciarmos do pensamento de Leopold Senghor segundo o qual "os africanos pensam com emoção e os helénicos (entenda-se, os europeus) com razão". Em sua opinião, cabe-nos a nós demonstrar que a razão é universal e contribuir, através da aposta na formação dos africanos, para a resolução dos problemas de África – que parece estar ainda num beco sem saída.

O meu "colega de trincheira" Paulo Linha merece, igualmente, o meu reconhecimento. Os anos em que compartilhámos casa em Alcântara, foram de camaradagem e entreajuda e os nossos debates sobre vários assuntos, incluindo os académicos, enriqueceram também alguma da análise constante desta tese. Agradeço também ao Rodrigues Lapucheque, Virgílio Mairosse e ao Gonçalves Muiambo com quem partilhei o *stress* da Universidade, as atribulações de recém-chegados e a nostalgia das nossas famílias. Aqui fica ainda o meu apreço para com os colegas Lourenço Veniça e Carlos Gilson pela sua amizade e apoio nos "labirintos" da estatística, que inúmeras vezes me tiraram o fôlego. Ao longo deste tempo estimei igualmente a amizade da Anna Ludovici – italiana que jura a pés juntos que Lisboa é a melhor cidade da Europa para se viver – que várias vezes se prontificou para me mostrar os cantos e recantos desta cidade. Espero que o seu fascínio por África ainda se mantenha intacto e que o seu trabalho sobre os imigrantes guineenses em Portugal se concretize brevemente.

Não posso também deixar de agradecer à Dr.ª Adianez Garcia, primeiro como minha médica e depois como minha amiga. Livrou-me dos apuros de uma malária relutante contraída em Quelimane aquando de uma ida a Nampula. Furtei-me do repouso médico imprescindível de noventa dias e um mês depois já estava em Lisboa a assistir às aulas, ainda com cefaleias. Agora dou a mão à palmatória e reconheço que não havia necessidade de tal atitude. Devo ainda reconhecer que as "discussões" calorosas que tivemos sobre o tema das migrações e sobre metodologias de investigação científica serviram para aprimorar este trabalho. Agradeço ainda o alento que me proporcionou a partir de Moçambique, quando, por vezes, a criatividade académica jazia na letargia do inverno e das chuvas persistentes de Lisboa.

Quero igualmente expressar a minha gratidão ao meu amigo Enoque Chavanguane pela inestimável ajuda em cuidar dos meus pertences em Maputo, entre outros favores, estando eu em Nampula ou Lisboa, em especial quando as minhas viagens eram súbitas e isso lhe desorganizava a agenda de trabalho. Alongo ainda o meu agradecimento aos Coronéis Machude Taíbo, Basílio Murtar e Franze, assim como ao Major Amade (┼), da Academia Militar de Nampula, por me facilitarem contactos, material e transporte para o Centro de Refugiados de Maratane e para a cidade de Nampula. Uma nota de apreço muito especial ao Coronel Machude, por me providenciar um quarto na sua residência durante o tempo que passei na cidade de Nampula. Não posso também deixar de mencionar os funcionários das diversas instituições da província de Nampula, que me disponibilizaram informações úteis, relatórios e documentos que fortaleceram esta pesquisa. Do Instituto Provincial de Estatística destaco Fátima Ibraimo, Júlio Albino e Sábado João. Da Direcção Provincial da Indústria e Comércio, Momad A. Carimo; do Balcão de Atendimento Único, Hermenegildo Martins e Rui Martinho; da UCODIN, Adelina T. Calima e Mucussete Eburamo, da Direcção Provincial dos Recursos Minerais e Energia. Do INAR, o seu delegado Manuel Uachave; do Ministério de Agricultura, o Engenheiro Jackson Fonseca; da Direcção Provincial das Migrações, Rábio Sequesse. Do Município da cidade de Nampula, agradeço à Matilde Nakuvaneque e aos chefes dos mercados dos Bombeiros, Waresta, Malave e Cavalaria. Do Município da cidade de Nacala, devo destacar a colaboração e apoio do seu presidente, Rui Chong Saw e dos vereadores das áreas do desenvolvimento institucional, Evaristo Simoco, e da urbanização e infra-estrutura, Saquina Abdulremane.

E, como não poderia deixar de ser, devo um reconhecimento especial aos meus filhos e à minha família, pela paciência com os encontros intermitentes e pela avidez de saudades e de afecto. Acredito que compreenderam que o meu "desterro" académico se ancorava na máxima do provérbio africano: "o amanhã pertence àqueles que se preparam hoje".

## ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

| | |
|---|---|
| ACNUR | Alto Comissarido das Nações Unidas para os Refugiados |
| AGP | Acordo Geral de Paz |
| ANC | *African National Congress* |
| BAÚ | Balcão de Atendimento Único |
| CEDEAO | Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental |
| DIH | Direito Internacional Humanitário |
| DPEN | Direcção Provincial de Educação de Nampula |
| DPF | Direcção Provincial das Finanças |
| DPFFB | Direcção Provincial de Floresta e Fauna Bravia |
| DPIC | Direcção Provincial da Indústria e Comércio |
| DPRME | Direcção Provincial dos Recursos Minerais e Energia |
| FIDA | Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola |
| FRELIMO | Frente de Libertação de Moçambique |
| GAZEDA | Gabinete das Zonas Económicas de Desenvolvimento Acelerado |
| GPN | Governo da Província de Nampula |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano |
| INAR | Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados |
| INE | Instituto Nacional de Estatística |
| IVA | Imposto sobre o Valor Acrescentado |
| MAE | Ministério da Administração Estatal |
| MDN | Ministério da Defesa Nacional |
| MINT | Ministério do Interior |
| MPD | Ministério da Planificação e Desenvolvimento |
| MPF | Ministério do Plano e Finanças |
| OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico |

| | |
|---|---|
| OIM | Organização Internacional das Migrações |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| ONG | Organizações Não-Governamentais |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| OUA | Organização da Unidade Africana |
| PALOP | Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa |
| PEPN | Plano Económico para a Província de Nampula |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PNB | Produto Nacional Bruto |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PRM | Polícia da República de Moçambique |
| RDC | República Democrática do Congo |
| RENAMO | Resistência Nacional Moçambicana |
| RGPH | Recenseamento Geral da População e Habitação |
| *RSA* | *Republic of South Africa* |
| SAMP | *Southern African Migration Project* |
| SIDA | Síndrome de Imunodeficiência Adquirida |
| SPMN | Serviços Provinciais de Migração de Nampula |
| UCODIN | Unidade de Coordenação para o Desenvolvimento Integrado de Nampula |
| *USAID* | *US Agency for International Development* |
| ZEE | Zona Económica Especial |

## RESUMO

Este estudo procura reflectir as causalidades e os efeitos socioeconómicos dos movimentos migratórios no processo de desenvolvimento na região norte de Moçambique, especificamente na província de Nampula, onde a entrada de estrangeiros de forma regular ou irregular é cada vez mais acentuada. Procuramos igualmente captar as motivações subjacentes, os pontos de entrada, as formas de integração, bem como o papel das instituições do Estado na reprodução dos fluxos migratórios.

Neste trabalho fizemos uma combinação de métodos e técnicas usadas em ciências sociais. O procedimento de recolha e tratamento de dados baseou-se em: i) consulta bibliográfica e análise documental; ii) análise da informação estatística disponível sobre as migrações em Moçambique; iii) observação directa e entrevistas a diferentes actores institucionais e individuais.

Os resultados da investigação sugerem que a localização desta província, as suas potencialidades económicas e a fragilidade das instituições do Estado no controlo das imigrações constituem factores apelativos para a entrada de imigrantes de várias partes do mundo, com especial destaque para os imigrantes africanos, que abandonaram as suas regiões de origem por razões conjunturais socioeconómicas e políticas adversas e procuram, na região acolhedora, segurança e melhores condições de vida. Constatamos que, no geral, os imigrantes são pobres, constituídos, na sua maioria, por "refugiados" que não pedem o estatuto formal dessa condição. Porque não são absorvidos no mercado de trabalho pelo sector privado e pelas instituições do Estado, desenvolvem actividades por conta própria, no sector formal e, sobretudo, no informal, como forma de aumentar os seus rendimentos e melhorar as suas condições de vida. Os empreendimentos formais e informais gerados pelos estrangeiros africanos constituem uma mais-valia socioeconómica para a província na medida em que, embora a sua maioria sejam precários, permitem a diversificação das actividades económicas, proporcionando vários serviços à população local.

**Palavras-chave:** Moçambique, Nampula, migração, desenvolvimento, integração, sector formal, sector informal, actividades ilegais.

## ABSTRACT

This study seeks to reflect the causalities and socio-economic effects of migration in the development process in the northern region of Mozambique, specifically in the Nampula province, where foreign input of regular or irregular form is becoming accentuated. We also attempt to capture the underlying motivations, the entry points, forms of integration and the role of state institutions in the reproduction of migratory flows.

In this work we made a combination of methods and techniques used in social sciences. The procedure for the collection and processing of data was based on: i) bibliographic and documentary analysis; ii) analysis of available statistical data on migration in Mozambique; iii) direct observation and interviews with different institutional and individual actors.

The research results suggest that the location of this province, its economic potential and the weakness of state institutions in the control of immigration are appealing factors for the entry of immigrants from various parts of the world, with special emphasis on African immigrants, who left their homelands for adverse socioeconomic and political reasons and seek in the region security and better conditions of life. We found that immigrants in general are poor, constituted mostly by "refugees" who do not ask for the formal status of this condition. Because they are not absorbed into the labour market by private sector and State institutions, they develop activities on their own, in the formal and especially in the informal sector, as a way to increase their income and improve their living conditions. Formal and informal businesses generated by African foreigners constitute a socio-economic asset for the province to the extent that, although mostly precarious, they enable the diversification of economic activities, providing various services to the local population.


**Keywords**: Mozambique, Nampula, migration, development, integration, formal sector, informal sector, illegal activities.

# Índice

**AGRADECIMENTOS** ..... **I**

**ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS** ..... **IV**

**RESUMO** ..... **VI**

**ABSTRACT** ..... **VII**

**INTRODUÇÃO** ..... **1**

I. JUSTIFICAÇÃO E PERTINÊNCIA ..... 1

II. A PROBLEMÁTICA E A QUESTÃO CENTRAL ..... 3

III. OBJECTIVOS E HIPÓTESES ..... 5

IV. METODOLOGIA ..... 6

A) MÉTODOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS ..... 6

B) O ESTUDO DE CASO ..... 7

C) METODOLOGIAS DE ANÁLISE MIGRATÓRIA ..... 9

D) RECOLHA E TRATAMENTO DE DADOS ..... 10

E) O MODELO DE ANÁLISE ..... 13

F) CONSTRANGIMENTOS ..... 13

V. ESTRUTURA DO TRABALHO ..... 16

**CAPÍTULO I – REVISITANDO AS TEORIAS DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS** ..... **18**

1.1 AS TEORIAS MIGRATÓRIAS ..... 18

1.2 ABORDAGENS MICRO (INDIVIDUALISTAS) ..... 21

*1.2.1 O Modelo Push-Pull* ..... *21*

*1.2.2 Teoria do Investimento em Capital Humano* ..... *23*

*1.2.3 Teoria da Nova Economia das Migrações* ..... *24*

1.3 ABORDAGENS MACRO (ESTRUTURALISTAS) ..... 26

*1.3.1 Teoria do Mercado de Trabalho Segmentado* ..... *26*

*1.3.2 Teoria dos Sistemas Migratórios* ..... *27*

*1.3.3 Teoria do Sistema-Mundo e da Globalização* ..... *28*

*1.3.4 Abordagem Transnacionalista das Migrações* ..... *30*

1.4 OUTRAS ABORDAGENS MIGRATÓRIAS ..... 32

*1.4.1 As Redes (Sociais) Migratórias* ..... *32*

*1.4.2 Os Enclaves Étnicos* ..... *33*

*1.4.3 Ciclo de Vida e Trajectória Social* ..... *34*

*1.4.4 Algumas "Fracturas" Teóricas Explicativas* ..... *35*

**CAPÍTULO II – MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO** ..... **38**

2.1 COMPULSANDO AS MIGRAÇÕES ..... 38

2.2 TIPOLOGIAS MIGRATÓRIAS ..... 45

*2.2.1 Migração Interna e Migração Internacional* ..... *46*

*2.2.2 Migração Temporária e Migração Permanente* ..... *47*
*2.2.3 Migração Voluntária e Migração Forçada* ..... *48*
*2.2.4 Migração de Retorno e Migrante Económico* ..... *50*
2.3 A PLURALIDADE CONCEPTUAL DO DESENVOLVIMENTO ..... 50
*2.3.1 Os Meandros do Desenvolvimento: a Abordagem Economicista* ..... *51*
*2.3.2 Um Conceito "Amorfo"* ..... *56*
*2.3.3 A Renovação das Abordagens Desenvolvimentistas* ..... *58*
*2.3.3.1 Desenvolvimento Sustentável* ..... *58*
*2.3.3.2 Desenvolvimento Humano* ..... *60*
*2.3.3.3 Desenvolvimento Local* ..... *61*
*2.3.3.4 Desenvolvimento Participativo* ..... *62*
*2.3.3.5 Desenvolvimento Integrado* ..... *63*
*2.3.3.6 Aspectos "Nebulosos" do Desenvolvimento* ..... *63*
2.4 O NEXO ENTRE MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO ..... 65
*2.4.1 Os Debates em Curso: Claridades e Penumbras* ..... *67*
*2.4.2 Impacto das Migrações nos Países de Origem* ..... *71*
*2.4.2.1 As Remessas* ..... *73*
*2.4.2.2 O Capital Humano* ..... *76*
*2.4.2.3 As Diásporas* ..... *79*
*2.4.3 Impacto das Migrações nos Países Receptores* ..... *82*
*2.4.4 Algumas Complementaridades* ..... *87*
**CAPÍTULO III – MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS EM ÁFRICA E EM MOÇAMBIQUE ..... 89**
3.1 FLUXOS MIGRATÓRIOS AFRICANOS ..... 89
3.2 O PANORAMA MIGRATÓRIO ..... 91
3.3 O PAPEL DAS REMESSAS ..... 98
3.4 AS DIÁSPORAS AFRICANAS ..... 102
3.5 GÉNERO E FLUXOS MIGRATÓRIOS ..... 104
3.6 AS MIGRAÇÕES EM MOÇAMBIQUE ..... 107
*3.6.1 Da História à Estatística* ..... *107*
*3.6.2 As Migrações Internas* ..... *109*
*3.6.3 Migrações Internacionais* ..... *113*
*3.6.4 Os "Estranhos" Silenciosos* ..... *121*
**CAPÍTULO IV – A PROVÍNCIA DE NAMPULA: ESTUDO DE CASO ..... 127**
4.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E HISTÓRIA ..... 127
4.2 OS MACUAS ..... 131
4.3 INDEPENDÊNCIA E CONFLITO ARMADO ..... 134
4.4 POPULAÇÃO E SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA ..... 138
4.5 POTENCIALIDADES SOCIOECONÓMICAS ..... 142
4.6 "O CORAÇÃO DE UM HOMEM E O FUNDO DO MAR SÃO INSONDÁVEIS": OS ESTRANGEIROS AFRICANOS E AS MOTIVAÇÕES SUBJACENTES ..... 145

4.7 "É O CORAÇÃO QUE INDICA AOS PÉS O CAMINHO QUE DEVE SEGUIR": A ESCOLHA DE NAMPULA ..... 154
4.8 TODOS OS TRILHOS VÃO DAR A "WAMPULA": OS PONTOS DE ENTRADA ..... 161
4.9 "OS DENTES ESTÃO SORRINDO, MAS O CORAÇÃO ESTÁ?": AS ESTRATÉGIAS DE INTEGRAÇÃO ..... 166
**CAPÍTULO V – O ESTADO E A GESTÃO MIGRATÓRIA ..... 172**
5.1 "QUANDO O RATO RI DO GATO, HÁ UM BURACO PERTO": DAS POLÍTICAS AOS DESAFIOS ..... 172
5.2 SERVIÇOS PROVINCIAIS DAS MIGRAÇÕES ..... 175
5.3 INAR E O CENTRO DE REFUGIADOS DE MARATANE ..... 183
**CAPÍTULO VI – QUE CONTRIBUTOS PARA O DESENVOLVIMENTO? ..... 189**
6.1 "SER ESPERTO É TER LUME NOS OLHOS": PROMOVENDO O SECTOR FORMAL? ..... 189
6.2 "QUEM FABRICA FLECHAS CONFIA NA PONTARIA": COLONIZANDO O SECTOR INFORMAL? ..... 204
6.3 A OUTRA FACE DA MOEDA: AS ACTIVIDADES "ILEGAIS" ..... 217
**CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 225**
**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 235**
**ANEXOS ..... 257**
ANEXO I – HISTÓRIAS DE VIDA ..... 257
ANEXO II – ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS ..... 263
ANEXO III – ENTREVISTADOS (ESTRANGEIROS E NACIONAIS) ..... 265
ANEXO IV – MAPA DA REGIÃO NORTE DE MOÇAMBIQUE ..... 267

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Teorias Migratórias Internacionais ..... 19
Quadro 2: Tipologias Migratórias ..... 47
Quadro 3: Factores de Fuga de Cérebros (*Brain Drain*) ..... 77
Quadro 4: Migração Transnacional e Tipologia das Remessas ..... 81
Quadro 5: Impactos da Migração Internacional ..... 87
Quadro 6: Volume de Migração Interna Acumulada por Província (2007) ..... 112
Quadro 7: Índices Socioeconómicos da Província de Nampula ..... 140
Quadro 8: Potenciais Culturas por Distritos de Nampula ..... 143
Quadro 9: Recursos Minerais por Distrito ..... 144
Quadro 10: Principais Motivações Migratórias em função do País de Origem ..... 152
Quadro 11: Principais Factores de Imigração para Nampula ..... 156
Quadro 12: Pontos de Entrada e Principais Nacionalidades ..... 163
Quadro 13: Estrangeiros Residentes em Nampula – África ..... 177
Quadro 14: Estrangeiros Residentes em Nampula – Ásia ..... 178
Quadro 15: Estrangeiros Residentes em Nampula – Europa ..... 178
Quadro 16: Estrangeiros Residentes em Nampula – América ..... 179
Quadro 17: Concessão de Novas Residências ..... 180

Quadro 18: Estrangeiros Repatriados ..... 181
Quadro 19: Refugiados na Província de Nampula (2013) ..... 185
Quadro 20: Pedidos de Licenciamento de Actividades Económicas por Estrangeiros (Jan/Nov2012) ..... 193
Quadro 21: Pedidos de Licenciamento de Actividades Económicas por Estrangeiros (2013) ..... 195
Quadro 22: Empresas com Envolvimento de Estrangeiros Africanos ..... 196
Quadro 23: Postos de Trabalho Criados e Valor de Investimento Realizado no Âmbito do Licenciamento Simplificado (2013) ..... 201
Quadro 24: População por Tipo de Actividade (em valores absolutos) ..... 205
Quadro 25: Dilemas e Paradoxos da Informalidade ..... 209
Quadro 26: Caracterização do Sector Formal e Informal ..... 209
Quadro 27: Comércio nos Mercados Informais de Cavalaria e Waresta – Cidade de Nampula (2014) ..... 211
Quadro 28: Receitas do Mercado dos Bombeiros (milhares de Mts) – 2013 ..... 215

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: O Modelo de Análise ..... 13
Figura 2: As Migrações dentro e para fora de África ..... 95
Figura 3: Repatriamento de Refugiados para Moçambique ..... 120
Figura 4 : Região Norte de Moçambique e Província de Nampula ..... 128
Figura 5: Ilha de Moçambique – Província de Nampula ..... 130

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Entrevistados (Nacionais e Estrangeiros) ..... 11
Gráfico 2: Principais Países Receptores de Remessas (2011) ..... 74
Gráfico 3: Remessas e Impacto Percentual no PIB (2010) ..... 74
Gráfico 4: Custo de Envio de Remessas por cada 200 USD ..... 99
Gráfico 5: Fluxos de Remessas por Sub-região Africana ..... 101
Gráfico 6: Trabalhadores Moçambicanos na RSA entre 1972-1985 ..... 114
Gráfico 7: Evolução de Estrangeiros em Moçambique entre 2000-2010 (milhares) ..... 122
Gráfico 8: Migrantes Estrangeiros Residentes em Moçambique (Europa, Ásia, América) – 2007 . 123
Gráfico 9: Migrantes Estrangeiros Residentes em Moçambique (Países Africanos) – 2007 ..... 124
Gráfico 10: Migrantes Estrangeiros Residentes em Moçambique (Países Africanos) – 2007 ..... 124
Gráfico 11: Migrantes Estrangeiros Residentes em Moçambique (Países Africanos) – 2007 ..... 125
Gráfico 12: Migrantes Estrangeiros Residentes em Moçambique de Outros Países Não Especificados – 2007 ..... 125
Gráfico 13: Projecção Populacional da Província de Nampula para 2012-2040 ..... 138
Gráfico 14: Confissões Religiosas – Província de Nampula ..... 139
Gráfico 15: Taxa de desemprego – Província de Nampula (2005-2020) ..... 141

Gráfico 16: Crescimento do PIB – Província de Nampula (2005-2020)..... 141
Gráfico 17: Principais Culturas Alimentares (2013) ..... 143
Gráfico 18: Principais Agentes de Integração ..... 171
Gráfico 19: Doenças Comuns no Centro de Refugiados de Maratane..... 186
Gráfico 20: Pedidos de Licenciamento de Actividades Económicas (Estrangeiros e Nacionais) – Província de Nampula (2013)..... 194
Gráfico 21: Barracas de Estrangeiros no Mercado da Cidade Alta e Mercado da Baixa – Cidade de Nacala..... 198
Gráfico 22: Barracas no Mercado Informal dos Bombeiros – Cidade de Nampula ..... 215
Gráfico 23: Barracas nos Mercados Informais da Cidade de Nampula..... 216
Gráfico 24: Incidentes com Órgãos Humanos Reportados em Moçambique (2008) ..... 220
Gráfico 25: Número de Incidentes Reportados em Moçambique (2008)..... 221

# INTRODUÇÃO

## I. Justificação e Pertinência

Umas das particularidades marcantes da natureza humana desde a antiguidade são as migrações, que se tornaram cosmopolitas. Na actualidade, devido à sua intensidade e variação, torna-se difícil analisar as migrações, e sobretudo as suas causalidades, o que coloca desafios aos países e regiões e à própria comunidade internacional. No contexto global, as migrações internacionais tendem a aumentar significativamente. Em 2013 contavam-se 243 milhões de emigrantes, sendo que em 2015 as estimativas apontavam para cerca de 250 milhões. Além disso, a maior parte das migrações efectua-se ao nível Sul-Sul, perfazendo 37% do total, enquanto as registadas no contexto Sul-Norte contam 35%, Norte-Norte 23% e, finalmente, Norte-Sul com 5% (World Bank, 2015). A deslocação de indivíduos para diferentes espaços territoriais além-fronteiras assume proporções que afectam a maior parte dos países – e Moçambique não está isento do fenómeno.

O movimento migratório contemporâneo, no entanto, não se restringe ao fluxo de pessoas e trabalhadores. Envolve a troca de bens materiais e simbólicos, consubstanciados em recursos socioeconómicos, culturais e políticos, entre as regiões de partida e de chegada (Gonçalves, 2009). Se, por um lado, as migrações têm sido vistas como resultado das relações socioeconómicas assimétricas entre países, por outro, elas estão ligadas aos paradoxos das relações internacionais, bem como à tendência neoliberal global do sistema económico actual em que o desemprego constitui uma particularidade deste modelo. Desde a década de 70 que o neoliberalismo global acarreta discrepâncias socioeconómicas, onde a riqueza e o poder se concentram nos países desenvolvidos dominantes (Castles, 2010). As migrações são, assim, a resposta a essa crise estrutural do neoliberalismo.

A globalização é fortemente apontada como um dos factores a ter em conta nas movimentações espaciais dos agentes migrantes, onde o espaço e o tempo se comprimem. Como observa Martine (2005: 5), "nos dias de hoje, o horizonte do migrante não se restringe à cidade mais próxima, nem à capital do Estado ou do país. Seu horizonte é o mundo – vislumbrado no cinema, na televisão, na comunicação entre parentes e amigos. O

migrante vive num mundo onde a globalização dispensa fronteiras, muda parâmetros diariamente, ostenta luxos, esbanja informações, estimula consumos, gera sonhos, e finalmente, cria expectativas de uma vida melhor". Esta nova realidade global – a migração internacional do século XXI – faz a ponte entre as diferentes sociedades a partir das novas tecnologias de comunicação e informação, propiciando que as comunidades transnacionais façam a gestão dos espaços sociais diferentes, concebendo vínculos inter-económicos, culturais e de outros tipos (Gonçalves, 2009). Daí a pertinência do nosso estudo na análise e compreensão das migrações internacionais no contexto Sul-Sul, onde segmentos de imigrantes provenientes dos países subsarianos se movimentam para a região norte de Moçambique, em particular para a província de Nampula.

Os estudos sobre as migrações têm sido realizados fundamentalmente no contexto Sul-Norte, como se este fosse um movimento unidireccional, quando a realidade mostra que estes fluxos ocorrem também ao nível horizontal, ou seja, dentro das regiões dos países do Sul, como tem sucedido no continente africano. A multiplicação das guerras e dos conflitos que testemunham a desestabilização em várias regiões de África, bem como os seus efeitos, atingem de igual modo Moçambique e, se quisermos, de forma mais alargada – com a globalização – reflectem-se noutros quadrantes, gerando um fenómeno global. As pesquisas sobre migração e desenvolvimento em Moçambique estão confinadas, principalmente, ao estudo da migração laboral para a África do Sul, abarcando sobretudo as regiões sul do país, que compreendem as províncias de Maputo, Gaza e Inhambane[1]. Alguns trabalhos versam sobre os movimentos internos, com ênfase nos deslocados e no êxodo rural, concentrando-se igualmente nessa região embora abarcando também a região centro, sobretudo a província de Sofala[2].

[1] Cf. Covane (1996), De Vletter (2006),Muanamoha (2008), Raimundo (2009b), Farré (2010), Araújo & Muanamoha (2011).
[2] Cf. Araújo (1988, 1990, 2003, 2005), Mapengo (2011), Bilale (2007), Muanamoha & Raimundo (2013), Ceita (2014).

Em relação à região norte há um défice de estudos sobre os fluxos migratórios, apesar de actualmente a província de Nampula ser o berço de acomodação de muitos imigrantes que se estabelecem provisória ou definitivamente no país[3]. Este trabalho pretende cobrir a lacuna académica existente sobre o estudo da imigração internacional em Moçambique e, em particular, na sua região norte. Procuramos compreender as razões manifestas da mobilidade dos indivíduos ou grupos estrangeiros em Nampula, aquilo que segundo Mapengo (2011), Carrué (2004) designa "mobilidade escolhida e/ou mobilidade imposta", bem como as pluralidades das dinâmicas socioeconómicas subjacentes ao nível local, aquando da sua fixação nesta província.

Outro dos elementos apelativos deste estudo é demostrar o desenvolvimento que os imigrantes africanos proporcionam – mesmo sendo a maioria pobre – quando "arribam" a um espaço que muitas vezes lhes é estranho e existe uma percepção enraizada de desconfiança e de desconforto quanto à sua presença. A pertinência deste estudo coloca-se também ao nível da análise que fazemos sobre as "luzes e penumbras" das instituições do Estado que, num cenário de entrada acentuada de imigrantes regulares e irregulares, cujos dados estatísticos são incompletos ou escassos, intervêm na gestão dos mesmos. Igualmente, ao analisarmos o contributo dos imigrantes para o desenvolvimento da província de Nampula, evidenciamos o seu potencial positivo, muitas vezes ofuscado pela conotação negativa de que são alvo.

## II. A Problemática e a Questão Central

Como referimos, a migração, sendo um fenómeno global, afecta também Moçambique. Seja ela regular ou irregular, é uma realidade que tende a crescer. Ao contrário do que muita literatura erroneamente sugere, o país não é unicamente emissor de migrantes para os países vizinhos, com destaque para a África do Sul, mas também, e cada vez mais, receptor. A precaridade social, económica e política de vários Estados africanos tem concorrido para a entrada de imigrantes em território moçambicano. Ao mesmo tempo, alguns países desenvolvidos, incluindo europeus e asiáticos, são também origem de movimentos

[3] Existem alguns relatórios institucionais de ONG locais e internacionaise alguns trabalhos de consultoria sobre os estrangeiros africanos. De entre os trabalhos académicos, ainda escassos, destacam-se os estudos de Consolo (2004), Mecagni (2005), Raimundo (2011), Magaia (2012), Witimane (2012).

migratórios. As estatísticas são *de per si* elucidativas: os estrangeiros em Moçambique passaram de cerca de 366 mil em 2000 para 450 mil em 2010, registando um aumento de 8% (World Migration Report, 2010). Em relação à província de Nampula, embora a realidade esteja muito aquém, os SPMN referem-se à existência de um total de 17.565 estrangeiros residentes, sendo 12.049 africanos, dos quais 10.357 são refugiados (SPMN, 2013).

Os movimentos migratórios têm como ponto de entrada para Nampula sobretudo o norte de Moçambique, as províncias de Niassa e Cabo Delgado, mas também a região central de Tete e, em menor escala, a província da Zambézia. Por um lado, a entrada massiva justifica-se pelos conflitos nos países de origem – para os casos dos refugiados e requerentes de asilo provenientes das regiões dos Grandes Lagos e do Corno de África. Por outro lado, os imigrantes asiáticos e europeus procuram oportunidades de comércio e de emprego ou investimento, visto que o país apresenta uma taxa média de crescimento económico assinalável. O PIB cresceu 7,6 % em 2014, devendo-se manter em 7,5% e 8% em 2015 e 2016 respectivamente (Almeida Santos et al. 2014). Moçambique é ainda considerado um dos países mais estáveis da África Austral, embora entre 2013 e 2015 se tenham registado confrontos militares, sobretudo na região centro do país, entre as forças governamentais e a RENAMO, o maior partido da oposição.

A apetência dos imigrantes pela região norte tem a ver com a extensão das fronteiras terrestre, marítima, fluvial e lacustre e as fraquezas das instituições do Estado na gestão destes grupos. Não menos importante, a descoberta de recursos minerais (ouro, pedras preciosas e semipreciosas), a exploração de recursos naturais (madeira, caça, pesca marítima ou lacustre), a descoberta de gás e petróleo na bacia do Rovuma, o corredor de Nacala e o seu respectivo porto, assim como a inauguração de um aeroporto internacional, são factores socioeconómicos atractivos para a imigração.

A entrada de estrangeiros, forçada ou voluntária, acaba por afectar todo um conjunto de relações sociais, económicas e políticas no meio onde se inserem. Muitos procuram integrar-se no meio local, explorando as continuidades culturais, desenvolvendo actividades económicas, ainda que muitas delas precárias (informais), existindo ainda outros em

actividades ilícitas na exploração de madeira e minerais, tráfico de pessoas, entre outras. A presença destes agentes migratórios na província de Nampula, independentemente do seu estatuto (regulares/irregulares), traz, também, múltiplas experiências sociais e económicas de vida que permitem contribuir para o processo de desenvolvimento das regiões onde se fixam. Deste modo, a partir da interligação entre migração internacional e desenvolvimento, colocamos a nossa questão central: que factores (externos e internos) estão na origem dos movimentos migratórios internacionais para a região norte de Moçambique e que consequências socioeconómicas trazem para a província de Nampula?

## III. Objectivos e Hipóteses

O objectivo principal deste trabalho é compreender as causas e as consequências dos movimentos migratórios, no processo de desenvolvimento socioeconómico no norte de Moçambique, na província de Nampula. A partir do objectivo geral procuramos, também, captar: i) as motivações subjacentes; ii) os pontos de entrada; iii) as formas de integração; iv) o papel das instituições do Estado na reprodução dos fluxos migratórios; assim como v) o contributo dos imigrantes para o desenvolvimento de Nampula.

Para responder à questão central e orientar o nosso trabalho formulámos três hipóteses principais: **H1**: A escolha de Moçambique como país de destino pelos imigrantes africanos não resulta somente da sua relativa estabilidade socioeconómica, dos recursos naturais existentes ou do crescimento económico, mas deriva também do quadro de fragilidade das instituições do Estado em Nampula. **H2**: As as redes sociais - mais do que as instituições do Estado - desempenham um papel fundamental no processo de integração dos imigrantes facilitado pela proximidade socio-cultural existente. **H3**: Parte-se do princípio de que, sendo na sua maioria pobres, com pouco capital para investimento, os imigrantes desenvolvem as suas actividades sobretudo no sector informal, mais do que no sector formal, com base nas experiências económicas e sociais dos países de origem, contribuindo para o desenvolvimento da província.

## IV. Metodologia

### a) Métodos Qualitativos e Quantitativos

Em resultado das suas múltiplas bifurcações sociais, as migrações constituem um fenómeno social transversal que pode ser estudado a partir de várias perspectivas das diversas disciplinas académicas. Na análise social, o estudo das migrações tem sido realizado a partir de dois métodos, o qualitativo e o quantitativo, os quais permitem estudar – descrever e explicar – determinados fenómenos da realidade social. Neste trabalho seguimos uma metodologia mista na medida em que, sempre que possível, procuramos compatibilizar a análise de dados quantitativos e qualitativos. Porém, porque os dados estatísticos (quantitativos) das migrações internacionais são bastante limitados, demos mais ênfase ao método qualitativo.

O método quantitativo provém da tradição das ciências *nomotéticas* (as chamadas "ciências duras"), em que a matemática/estatística está fortemente incrustada na análise. Como defende Collier (2000), os investigadores que adoptam este método entendem a investigação social como uma forma de apreensão do mundo observável em índices, escalas, reduções numéricas, para uma maior imperatividade dos dados. No entanto, segundo o autor, sabe-se que a estatística não é a única ferramenta que permite estudar o mundo social. Os números por si só, desprovidos de análise e interpretação, não são suficientes para apreender a complexidade da realidade, sendo então necessária a complementaridade ou mesmo a abordagem do método qualitativo como alternativa metodológica.

Collier (2000) considera, igualmente, que as diferenças metodológicas que se procuram estabelecer entre o qualitativo e o quantitativo são irrelevantes, pois toda a investigação é resultado duma mesma lógica de inferência, ou seja, chega-se a conclusões sobre algo que desconhecemos através daquilo que já conhecemos. Bericat (1998) reconhece que não existe nem um método nem uma técnica que sejam perfeitos, daí a importância da sua combinação para responder às perguntas que o investigador coloca. Além disso, a abordagem qualitativa favorece que o tema seja estudado de forma profunda, pois os actores sociais estão no terreno no seu contexto "natural". Essa proximidade com a

realidade concreta (terreno) constitui uma fonte de dados imprescindível, já que se dá ênfase à perspectiva dos participantes.

A metodologia qualitativa permite analisar os processos plurais que ocorrem, possibilitando, igualmente, fazer uma descrição mais profunda do estudo através da análise de conteúdo. A interacção dos diferentes actores possibilita ao investigador, por via da análise, interpretação e compreensão dos dados, chegar aos resultados pretendidos (Bericat, 1998). Pope & Mays (1995) citados por Neves, 1996:2), argumentam que "os métodos qualitativos e quantitativos não se excluem. Embora difiram quanto à forma e à ênfase, os métodos qualitativos trazem como contribuição ao trabalho de pesquisa uma mistura de procedimentos de cunho racional e intuitivo capaz de contribuir para a melhor compreensão dos fenómenos. Pode-se distinguir o enfoque qualitativo do quantitativo, mas não seria correcto afirmar que guardam relação de oposição".

Parte-se do princípio que, na abordagem qualitativa, o investigador exerce um papel activo ao partilhar a experiência social descrita pelos participantes (encontrada no terreno), o que lhe permite compreendê-la melhor. O seu papel não é periférico mas tal não constitui um enviesamento, como aparentemente pode parecer. O investigador, desprovido de juízos de valor e munido de quadros teóricos específicos, está sim atento às percepções, representações, discursos dos actores sociais de uma determinada realidade. Na abordagem qualitativa, o investigador pode fazer uso de uma pluralidade de métodos e estudar os objectos no seu contexto real, por forma a interpretar os fenómenos, a cujos autores atribuem um significado, se quisermos, no sentido weberiano.

**b) O Estudo de Caso**

Como referimos, os fenómenos migratórios podem ser apreendidos a partir de várias técnicas e ângulos epistemológicos, bem como mediante diferentes metodologias. Do leque das tradições dos estudos qualitativos, que compreendem a biografia, a fenomenologia, a etnografia, a *grounded theory* e o estudo de caso, optámos por este último para estudar os imigrantes africanos em Nampula. O estudo de caso emprega-se quando se procura compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos factores (Yin, 1994). Além disso, concordamos com

Coutinho (2003) e Pontes (2006) referenciados por Araújo (2008), quando advogam que este método pode ser direccionado ao estudo de um indivíduo, determinado grupo, uma organização, uma comunidade ou incluindo uma nação. Para estes autores, o estudo de caso envolve o estudo deliberado de uma determinada realidade que se considera à partida ser específica, única ou especial, procurando-se desvendar os elementos essenciais e característicos que permitem ao investigador contribuir para a compreensão geral do fenómeno a estudar.

A pesquisa qualitativa através do estudo de caso explora um sistema delimitado (um caso) usando uma série de fontes de informação, que incluem observação, entrevistas, material audiovisual, documentos e relatos – que compreendem histórias de vida – para além da sua especificidade em usar múltiplas abordagens teóricas. Os estudos de caso possibilitam "estimular novas descobertas em função da flexibilidade do seu planeamento; enfatizam a multiplicidade de dimensões de um problema, focalizando-o como um todo; e apresentam simplicidade nos procedimentos, além de permitir uma análise em profundidade dos processos e das relações entre eles" (Ventura, 2007: 386).

Além das vantagens evidentes dos estudos de caso, existem igualmente críticas a este método. Ventura (2007) mostra, por exemplo, que a limitação mais grave é a dificuldade de generalização dos dados obtidos. Quando o objecto da pesquisa é atípico em relação a muitos da sua espécie, isso pode tornar os resultados da investigação bastante erróneos. Para a autora, esta metodologia pode "exigir do pesquisador muita atenção e cuidado, principalmente porque ele está profundamente envolvido na investigação. Sendo assim, os argumentos mais comuns dos críticos dos estudos de caso estão no risco de o investigador apresentar uma falsa certeza das suas conclusões e fiar-se demais em falsas evidências" (Ventura, 2007: 386).

### c) Metodologias de Análise Migratória

A complexidade do fenómeno migratório traz implicações para a operacionalização metodológica do seu estudo. A definição dos conceitos, as tipologias migratórias, as motivações dos agentes migrantes ou mesmo o impacto das migrações são, por vezes, difíceis de captar. Como aponta Jackson (1991), quaisquer que sejam as suas causas, a investigação das migrações coloca aos vários estudiosos dificuldades analíticas, já que estes convencionalmente delimitam o seu objecto de análise a partir de uma determinada sociedade.

Castles (2010) também reconhece existir neste campo interdisciplinar uma falta de conhecimento consensual em relação às migrações, tendo em conta o seu rápido crescimento nas últimas três décadas. Segundo este autor, "como era de se esperar, os novos pesquisadores, na medida em que foram atraídos ao estudo das migrações, têm aplicado as ferramentas conceptuais e metodológicas de suas próprias disciplinas. As estruturas de incentivo da hierarquia académica, baseada na disciplina, fazem este fato difícil de ser evitado. O resultado é que a pesquisa em migrações é fragmentada, com pouca colaboração analítica e metodológica entre as disciplinas. O viés disciplinar tem geralmente significado uma abordagem reducionista, que foca aspectos limitados das experiências migratórias, bloqueando o conhecimento do processo migratório como um todo (Castles, 2010: 19)[4].

Peixoto (2001) perfilha, igualmente, as dificuldades com que os investigadores se deparam na análise sistemática e na operacionalização dos fenómenos migratórios. As dificuldades analíticas encontradas pelo autor prendem-se com: a diversidade das fontes estatísticas (diferentes formas de registo), a variedade de conceitos utilizados, as unidades territoriais

[4] Ainda segundo Castles (2010), Massey (1998) advoga que os estudos das migrações são bifurcados, ramificando-se entre "pesquisas determinantes" sobre causas, processos e padrões migratórios, e "pesquisas sobre assimilação", focadas no processo de assimilação dos imigrantes nos países receptores. No entanto reconhece, também, existirem outras divisões, como: i) a falta de contacto entre investigadores das migrações internas e internacionais; ii) a existência de estudos dos movimentos migratórios ligados a regiões específicas (estudos africanos, sobre o médio-oriente, entre outros), havendo pouco diálogo com cientistas sociais de outras regiões; iii) o facto de as migrações forçadas constituirem áreas isoladas das pesquisas migratórias, viradas essencialmente para os problemas do asilo, refugiados no Norte e assuntos humanitários no Sul; iv) o facto de o sub-campo recente da migração-desenvolvimento ter procurado atravessar as fronteiras disciplinares, mas ainda se circuncrever demasiado à governança e às políticas migratórias, o que limita, de facto, a construção de uma teoria.

de base, o grau variável de qualidade das fontes e a complexidade das formas migratórias recentes (Peixoto, 2001). Nos estudos migratórios, as fontes de dados (quantitativos) mais utilizadas compreendem os censos, registos de residência, pesquisas por amostragem e estatísticas sobre natalidade e mortalidade, embora nem sempre correspondam aos objectivos perseguidos pelos investigadores, de modo que o trabalho de campo constitui uma saída para o estudo aprofundado deste fenómeno (Renner & Patarra, 1980).

**d) Recolha e Tratamento de Dados**

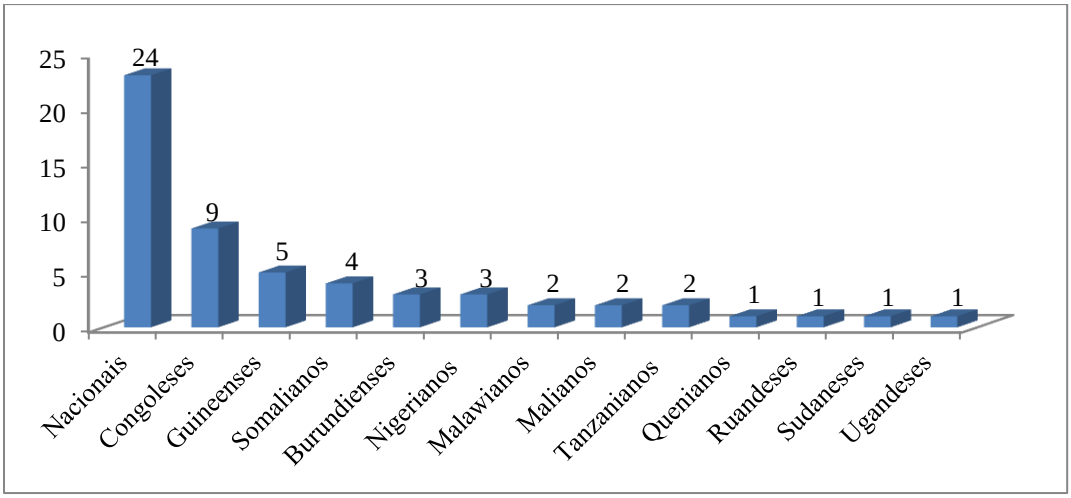
Neste trabalho fez-se uma combinação de métodos e técnicas usados em ciências sociais. O procedimento de recolha e tratamento de dados consistiu, antes de mais, na revisão bibliográfica e análise documental, bem como na finalização do projecto de investigação – constituído por elementos teóricos, metodológicos e empíricos para a concretização da pesquisa. Compreendeu, igualmente, a análise dos dados estatísticos e a concepção e aplicação no terreno dos instrumentos de recolha de dados (observação, histórias de vida e entrevistas). As entrevistas foram feitas a imigrantes e investigadores, agentes institucionais governamentais e da sociedade civil que, de alguma maneira, lidam, conhecem e/ou estão ligados ao fenómeno da migração. Finalmente, foi efectuada a análise e tratamento dos dados recolhidos, que culminou na redacção final da tese.

Fundamentalmente, a pesquisa desenvolveu-se nos seguintes passos: 1.º) recolha bibliográfica e análise documental (bibliografia científica, imprensa nacional e local, principais *blogs*, etc.); 2.º) análise da informação estatística disponível (em particular os dados do INAR, INE e o último RGPH); 3.º) observação directa; 4.º) histórias de vida; e 5.º) entrevistas a diferentes actores institucionais e individuais. Foram usadas as histórias de vida não só para obter a representatividade do percurso biográfico dos imigrantes provenientes das diferentes regiões de África, mas também para captar alguns aspectos que os dados estatísticos não revelam, integrando deste modo a dimensão individual e mesmo subjectiva da trajectória dos agentes entrevistados.

Seleccionámos as histórias de vida a partir de duas tipologias generalizadas em Nampula: refugiados e imigrantes económicos, apesar de haver uma ténue distinção entre ambos, como veremos na análise das tipologias migratórias (Capítulo II). Segundo Lahire (2005), citado por Brandão (2007: 6), a história de vida, quando vista a partir de uma perspectiva sociológica, constitui "um desses instrumentos metodológicos que, através da reconstituição de um trajecto biográfico particular que apela a contextos de socialização e de acção múltiplos, nos permite, como, captar o 'património de disposições' de um indivíduo, a sua pluralidade interna e os seus princípios de (in)coerência". Foi o que procurámos com as histórias de vida (ver Anexo I) – extrair as diversas pluralidades internas explicativas, subjectivas, relativas às trajectórias biográficas e às realidades migratórias específicas dos indivíduos.

Quanto às entrevistas, privilegiámos entrevistas semiestruturadas ou não-estruturadas aos agentes migrantes, à população local e elementos de instituições de gestão migratória. Foram realizadas no total 59 entrevistas, sendo 35 a estrangeiros e 24 a nacionais, nas cidades de Nampula e de Nacala[5] (ver Gráfico 1).

**Gráfico 1**: **Entrevistados (Nacionais e Estrangeiros)**




**Fonte**: Elaborado pelo autor, com base nas entrevistas

[5] Nesta contagem não incluímos as numerosas conversas informais que tivémos com nacionais e estrangeiros nos diversos momentos de observação directa. Os comentários e informações resultantes das mesmas foram posteriormente anotados e/ou memorizados, tendo servido para a elaboração do trabalho.

A nossa amostra de entrevistados procurou ser a mais diversificada possível, abrangendo vários estratos sociais e diferentes nacionalidades. Entre os estrangeiros, os congoleses, guineenses e somalianos foram os mais entrevistados, devido às condições reais encontradas no terreno. Considerámos as faixas etárias entre os 15-60 anos, tendo em conta, também, a proporcionalidade de género. Do total dos 59 entrevistados, 47 são homens, sendo 29 estrangeiros e 18 nacionais, e 12 são mulheres, sendo 6 estrangeiras e 6 nacionais. O número de entrevistas a mulheres foi muito inferior ao pretendido. As entrevistas a indivíduos estrangeiros, na sua generalidade, foram muito problemáticas, o que constituiu um constrangimento importante ao trabalho, como explicaremos mais adiante.

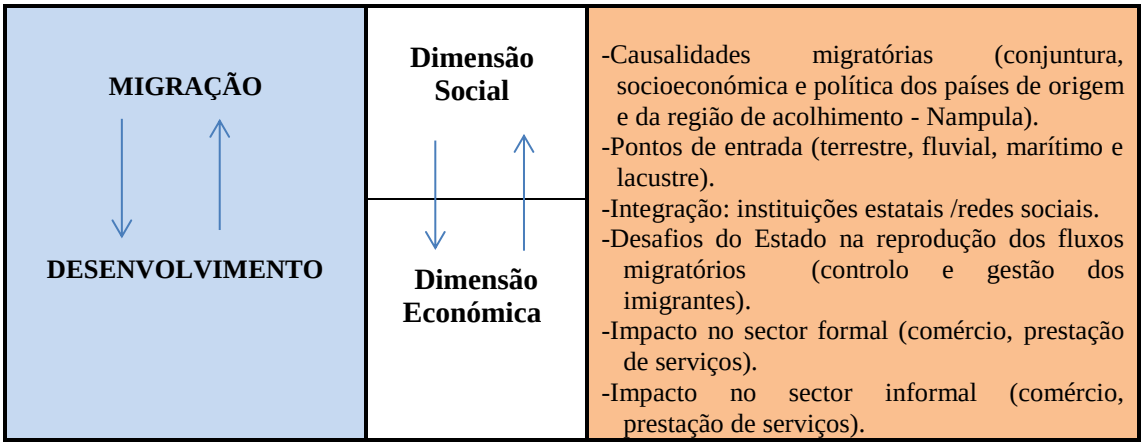
Dada a natureza exploratória deste trabalho e a ausência de dados rigorosos para o universo, a amostra foi do tipo não-representativo, como se pode depreender da análise do Anexo III. Entre os nacionais, foram contactados representantes das principais instituições que actuam directa ou indirectamente com os migrantes. Foram entrevistados, entre outros, representantes do INAR, dos SPMN, da DPIC e da DPRME dos Municípios da cidade de Nampula e Nacala. Embora tivéssemos preparado entrevistas semiestruturadas (ver Anexo III) para este grupo, na prática foram realizadas entrevistas livres, pois a maioria dos indivíduos solicitava o anonimato e até mesmo a não redacção das mesmas. A memorização das respostas e comentários para registo posterior constituiu um desafio ao longo desta pesquisa.

Observámos igualmente os migrantes em diversas actividades quotidianas sociais e económicas (formais e informais) nas cidades de Nampula e Nacala. A nossa passagem pelo Centro de Refugiados de Maratane (nos arrabaldes da cidade de Nampula) serviu, não só para obter entrevistas, mas também para observar o *modus vivendi* dos imigrantes. As dimensões temporal e espacial consideradas neste trabalho foram o período compreendido entre 1992 e 2015 e a Província de Nampula respectivamente. O marco de 1992 deve-se ao início da entrada considerável de imigrantes, devido ao fim da guerra civil em Moçambique, com a assinatura do AGP. A escolha da província de Nampula resulta de ser esta a parte da região norte onde se concentra o maior número de imigrantes provenientes das províncias nortenhas (Cabo Delgado e Niassa).

## e) O Modelo de Análise

Este estudo fez-se a partir de uma abordagem essencialmente qualitativa sem, no entanto, se descurar a aproximação quantitativa. Em relação ao nosso quadro teórico – porque não existe uma teoria geral das migrações – optámos pela conjugação de várias teorias que perpassam os estudos migratórios. Operacionalizámos o modelo de análise a partir de dois conceitos principais: Migração e Desenvolvimento. Estes, por sua vez, desdobram-se em duas dimensões, com os respectivos indicadores (ver figura1). Este modelo permitiu-nos construir os guiões das entrevistas livres e semiestruturadas, por forma a obter o conjunto de informações necessárias à recolha de dados e enquadramento analítico.

**Figura 1**: **O Modelo de Análise**




**Fonte**: Elaborado pelo autor

## f) Constrangimentos

Aquando da realização das pesquisas deparámo-nos com vários constrangimentos que consideramos que, de alguma maneira, influenciaram os resultados deste trabalho. Quando chegámos à cidade de Nampula, logo na viagem entre o aeroporto e a cidade, sentimo-nos "ingenuamente" satisfeitos porque, por todos os lados, observámos a existência de muitos estrangeiros africanos nas mais diversas actividades. A ideia que nos ocorreu, logo à partida, era a de que tínhamos à disposição o "objecto de estudo" e que os nossos objectivos seriam alcançados sem grandes percalços. Com a realização das primeiras entrevistas semiestruturadas constatámos, no entanto, a falta de abertura e cooperação por parte de muitos entrevistados. Havia um fechamento em relação às nossas perguntas,

justificado, afinal, pelo facto de sermos estranhos e querermos imergir no percurso biográfico destes indivíduos, que só a eles pertencia.

De facto, a maioria dos estrangeiros não se prontificava a ser entrevistada. Era como se houvesse um "código de conduta" latente que ditava a não-aceitação de entrevistas. A utilização de indivíduos influentes locais e das suas próprias nacionalidades, bem como o abandono "estratégico" das entrevistas semiestruturadas em favor da observação e das entrevistas não-estruturadas, permitiu-nos, no entanto, recolher informações úteis junto dos estrangeiros. De entre estes, foram os etíopes os que maiores dificuldades nos colocaram, pela sua extrema relutância a aceder às entrevistas.

Como referimos, pretendíamos que as nossas entrevistas tivessem em conta a proporcionalidade de género. No entanto, encontrámos diversas barreiras à entrevista às mulheres estrangeiras, pelo que somente entrevistámos seis. Muitas não se dignaram falar sem autorização dos maridos, outras argumentaram que não tinham muito a dizer, que os seus parceiros estariam melhor informados e teriam a legitimidade para responder porque eram homens, enquanto outras só acediam à entrevista na presença dos maridos. Neste último caso, na prática, acabaram por ser os homens a responder.

Embora tivéssemos recolhido informações no Centro de Refugiados de Maratane, algumas situações revelaram-se bastante embaraçosas. Um exemplo aconteceu durante a entrevista a uma *sunga-sunga*[6] do Centro, de nacionalidade burundiense, a quem indagámos das razões que a haviam levado a entrar em Moçambique. Com a cara crispada, falou das violações múltiplas que havia sofrido no caminho para Moçambique e, no final, acabou em pranto. A nossa pergunta havia desencadeado uma catarse e nós, inconscientemente, acabaramos por pisar o terreno dos psicólogos. Ainda no Centro de Maratane, durante as entrevistas, mesmo informando os entrevistados que a pesquisa era de âmbito académico, muitos pensavam que estávamos ligados a alguma ONG, organização internacional ou governo central e que estávamos ali para prestar ajuda. Quiçá por isso, no fim da entrevista, quando perguntávamos se queriam acrescentar alguma coisa, pediam "por favor" para informarmos lá donde vínhamos que ali no Centro estavam a sofrer muito, que entre os vários problemas

[6] Espécie de seguranças que velam pela ordem e segurança no Centro, escolhidos entre os estrangeiros que revelam boa conducta.

que enfrentavam a comida que recebiam era insuficiente, havia falta de medicamentos no posto de saúde e os documentos tardavam a sair.

Excluindo os entrevistados de organismos oficiais, experimentámos, igualmente, dificuldades em relação a alguns entrevistados nacionais (locais), visto que a ajuda que nos podiam prestar inseria-se numa racionalidade de troca de favores: informação = pagamento. Consideravam que a concretização das entrevistas estava condicionada ao pagamento de um valor monetário, pois com as entrevistas ganharíamos dinheiro às suas custas. Legitimavam essa aspiração pelo facto de no passado terem encontrado investigadores nacionais e até estrangeiros que teriam trocado informações por valores monetários. Aos seus olhos, o facto de sermos investigadores pressupunha termos dinheiro, o que justificaria a realização de um pagamento monetário pelos seus serviços.

Outro constrangimento que afectou a nossa pesquisa na província de Nampula foi a excessiva burocracia, o "culto" do segredo do Estado e a centralização das informações – que deviam ser "autorizadas de Maputo". Embora apresentássemos a credencial da nossa condição de investigadores, o assunto das migrações tinha um tratamento cauteloso. A maioria das instituições do Estado reagia comedida. A burocracia para a autorização das entrevistas ou para ter acesso aos documentos e relatórios dependia da "autorização de Maputo". – E quanto tempo demora a "autorização"?, indagávamos nós. –Não sabemos! – Era a resposta.

Note-se ainda que, em alguns momentos, o período temporal de pesquisa na Província não nos foi favorável. No mês de Março de 2014, quando chegámos a Moçambique e iniciámos a pesquisa em Nampula, encontrámos um clima de "stress político". Por um lado, a região centro do País era palco de confrontos militares entre a RENAMO e as forças governamentais e a província de Nampula tinha sido afectada pelos conflitos, embora de forma menos intensa. Por outro, as eleições autárquicas na cidade tinham sido ganhas por um partido da oposição e muitos funcionários tendiam a "politizar" o propósito do nosso trabalho, furtando-se às nossas tentativas de entrevista.

Viemos a encontrar outro constrangimento entre Dezembro de 2014 e Fevereiro de 2015. As regiões centro e norte foram assoladas por chuvas intensas e cheias – de que não há

memória nos últimos 30 anos. Estas danificaram grande parte das estradas nacional e terciárias, incluindo pontes, e provocaram a queda de linhas eléctricas de alta tensão, de modo que, para além dos estragos sofridos pelas chuvas, as províncias da região centro e uma parte da região norte, toda a província de Nampula e Cabo Delgado, ressentiram-se do "apagão" de aproximadamente dois meses. Este originou, entre outros problemas, a ausência de transporte rodoviário e ferroviário, a escassez de água e alimentos, o surgimento de enfermidades como a cólera, disenteria, malária e casos de dengue. Perante este cenário, temos de reconhecer que não avançámos muito com as nossas entrevistas, pois não havia condições objectivas para o efeito no meio de tanta calamidade.

## V. Estrutura do Trabalho

Na introdução deste trabalho abordámos a relevância da pesquisa no âmbito dos estudos migratórios e para o contexto moçambicano, em particular na sua região norte e, especificamente, na província de Nampula. Explicitámos a problemática abordada, a questão de partida que norteou o trabalho, bem como os objectivos e a metodologia utilizada para a concretização da pesquisa.

Estruturamos o trabalho em seis capítulos. No capítulo I, fazemos uma análise sobre as principais teorias das migrações internacionais (micro, macro e as chamadas teorias intermédias comummente usadas em pesquisas desta natureza). Expomos e discutimos, no capítulo II, as pluralidades conceptuais do Desenvolvimento e da Migração, bem como a ligação existente entre ambos os conceitos. Apontamos várias abordagens do desenvolvimento e tipologias migratórias que são objecto de reflexão actualmente. Mostramos como ambos os conceitos são vistos na sua generalidade e aprofundamos a sua interdependência, revelando também algumas críticas que lhes são apontadas.

Por sua vez, no capítulo III, retractamos o panorama das migrações no continente africano, onde procuramos fazer referência à importância das remessas para as famílias africanas e à contribuição das diásporas para o desenvolvimento, tanto nos países de origem como nos de acolhimento. Damos também ênfase à migração feminina, uma vez que as mulheres têm uma participação assinalável no processo de desenvolvimento do continente africano, ainda que o façam dentro de um leque de factores complexos e interligados a que estão sujeitas.

Fazemos igualmente uma incursão no processo migratório em Moçambique, onde as migrações não constituem um fenómeno recente, apresentando ramificações ligadas ao seu passado histórico. Embora partindo de estatísticas *de per si* deficientes, apresentamos as particularidades dos movimentos migratórios que ocorrem em Moçambique, e as conjunturas e contextos que fazem com que estes se verifiquem a uma escala cada vez maior.

Apresentamos no capítulo IV o historial da província de Nampula, as suas debilidades e potencialidades socioeconómicas. Sendo a província mais desenvolvida da região norte do país, constitui um chamariz para os estrangeiros africanos, que procuram segurança ou melhorar as suas condições de vida. Procuramos analisar as motivações subjacentes à entrada massiva de estrangeiros, identificar os pontos de entrada e as suas estratégias de integração, uma vez instalados na província. O capítulo V retracta o papel do Estado na gestão desses movimentos migratórios, através das suas principais instituições, nomeadamente, o SPMN, o INAR e o Centro de Refugiados de Maratane.

Abordamos o contributo dos estrangeiros para o desenvolvimento da província de Nampula no capítulo VI, a sua inserção no sector formal mas, sobretudo, no informal. Mostramos que é neste último sector que existe uma maior dinâmica e participação de imigrantes que providenciam bens e serviços maioritariamente, mas não só, às camadas mais vulneráveis da população. Os estrangeiros, na sua maioria, vêm assim "engrossar" uma actividade que também absorve a maioria da população nacional. Evidenciamos, no entanto, que se por um lado os estrangeiros contribuem para o desenvolvimento da província de Nampula, por outro têm sido apontados como participantes de algumas actividades ilegais.

Finalmente, o capítulo VII apresentamos algumas considerações finais sobre a pesquisa desenvolvida, bem como propostas de futuras linhas de investigação do que pudemos constatar no terreno.

# CAPÍTULO I – REVISITANDO AS TEORIAS DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

## 1.1 As Teorias Migratórias

A complexidade da trajectória e dos fluxos migratórios tem resultado no estudo e debate em torno das migrações a partir de várias perspectivas das ciências sociais (economia, história, sociologia, geografia, antropologia, psicologia social, demografia e outras) tornando-o, todavia, um fenómeno permeável e conflituoso onde as aspirações teóricas construídas para explicar as migrações se ressentem da ausência de uma "teoria geral das migrações". Embora haja um reconhecimento generalizado da progressão feita por académicos e outros estudiosos na reflexão teórica em torno das migrações, é, no entanto, evidente que o "inventário" teórico colocado à disposição dos investigadores está aquém das exigências de uma realidade complexa e dinâmica.

Quanto às razões da porosidade e fragmentação das teorias migratórias, Massey et al. (1990) apontam quatro dimensões de conflito que consideramos fazerem sentido em relação às abordagens micro e macro das migrações: i) a primeira é saber se o fenómeno da migração deve ser estudado de forma sincrónica ou a partir de uma perspectiva diacrónica; ii) a segunda refere-se à própria acção de migrar, colocando-se a questão de saber se a migração seria melhor estudada a partir da acção do indivíduo ou por meio de uma análise estrutural; iii) a terceira diz respeito à unidade de análise a ser considerada, podendo ser o indivíduo, o agregado doméstico, a comunidade, a região geográfica ou outra; iv) a quarta relaciona-se com o impasse existente quanto a saber se a ênfase deve ser colocada nas causas ou nos efeitos das migrações. Em resultado desta fraqueza, Massey et al. (1990) avançam a necessidade de elaboração de uma teoria das migrações que incorpore concomitantemente os vários níveis de análise dentro de uma perspectiva plural.

Dentro das discussões em torno das abordagens migratórias, Hollifield (2000) propõe um "*umbrella*" interdisciplinar que incorpore as diferentes teorias, reconhecendo existirem já algumas interligações. Nas abordagens explicativas das migrações, Peixoto (1998) considera, igualmente, haver no estudo dos fenómenos migratórios teorias fragmentadas

por várias ciências com critérios de inserção nebulosos. A ausência visível de um pilar epistemológico consistente remete o autor a considerar que essa desvantagem pode ser compensada, sob uma outra perspectiva, com as vantagens da transversalidade no estudo das migrações. Arango (2003) na mesma perspectiva, sublinha que na análise plural das migrações algumas das teorias consideradas apresentam fraquezas epistemológicas relevantes – mesmo quando suportam estudos de reconhecida utilidade – não devendo, por isso, ser consideradas verdadeiras teorias, apesar do seu valor heurístico e da sua importância empírica. Segundo o autor, esta debilidade – extensiva às ciências sociais no seu conjunto – prende-se com a própria natureza das teorias e a sua utilidade, afectando a sua capacidade de conduzir a investigação empírica e reduzindo a sua possibilidade de verificação. Assim sendo, o autor considera que a existência de um quadro teórico e analítico que permita compreender as migrações e as suas motivações, mecanismos e consequências em toda a sua complexidade, está longe de ser uma realidade (Arango,1985).

De entre o vasto leque de abordagens teóricas sobre migrações, tem-se procurado identificar e agrupar as teorias Micro (individualistas) e Macro (estruturalistas). Todavia, apesar desta dicotomia, algumas teorias apresentam interligações evidentes, sendo comum a sua combinação quando se analisa o fenómeno dos movimentos migratórios.

**Quadro 1: Teorias Migratórias Internacionais**

| | |
|---|---|
| **Teorias Micro** (individualistas) | Modelo *Push-Pull* (atracção - repulsão) |
| | Teoria do Investimento em Capital Humano |
| | Teoria da Nova Economia das Migrações |
| **Teorias Macro** (estruturalistas) | Teoria do Mercado de Trabalho Segmentado |
| | Teoria dos Sistemas Migratórios |
| | Teoria do Sistema-Mundo e da Globalização |
| | Abordagem Transnacionalista das Migrações |
| **Outras Abordagens Teóricas** (intermédias) | As Redes Migratórias |
| | Os Enclaves Étnicos |
| | Ciclo de Vida e Trajectória Social |

**Fonte**: Elaborado pelo autor

Para os teóricos da abordagem migratória "micro" neoclássica (Sjaastad, 1962; Todaro, 1969), a primazia de análise é colocada no papel do indivíduo enquanto ser racional, capaz de tomar decisões, hierarquizar as suas preferências e buscar estratégias alternativas com vista a alcançar os seus objectivos. Parte-se do princípio que, em função de todo um conjunto de envolventes (sociais e económicos), os migrantes decidem pela mobilidade em resultado de um cálculo de custo-benefício e de expectativas de compensação, na sua maior parte, financeira.

Para Wood (1982), além das migrações resultarem de análises de custo-benefício realizadas a partir da racionalidade calculista dos actores individuais nos locais de origem/destino, em alguns casos essa análise comporta não só o indivíduo mas a família. Segundo esta abordagem, as migrações seriam, assim, resultado de decisões dos agentes individuais que procuram aumentar o seu bem-estar movimentando-se para aqueles locais onde a recompensa pelo seu trabalho é maior que aquela verificada nos seus países de origem (partida). Uma vez averiguadas todas as alternativas possíveis, operacionaliza-se a decisão de migrar. Para o pensamento neoclássico as causas das migrações estão nas disparidades encontradas entre os níveis salariais dos diferentes países que, por sua vez, condicionam diferenças nos níveis de rendimento e de bem-estar dos agentes sociais (Sjaastad, 1962; Arango, 2003).

A perspectiva "macro" das migrações está relacionada com as determinantes colectivas ou estruturais que compelem os actores sociais a migrar. Estas abordagens consideram que a migração é consequência dos desníveis económicos entre países ou regiões, sendo que as regiões prósperas servem de chamariz (*pull*) aos migrantes das regiões menos desenvolvidas e com excesso de mão-de-obra (*push*). Muitas vezes apontadas como de cariz marxista, estas abordagens são também designadas como histórico-estruturalistas.

Na visão neoclássica (Todaro, 1976; Singer, 1973), as migrações resultam da disparidade da redistribuição geográfica dos factores de produção em resposta aos preços relativos. A escassez do factor trabalho em relação ao capital em diferentes regiões ou países faz com que os salários sejam elevados, verificando-se, ao contrário, salários baixos quando o trabalho é abundante em relação ao capital. Singer (1973) aponta como factores que

condicionam as movimentações populacionais as características estruturais da industrialização. As dinâmicas migratórias assentam, deste modo, no crescimento económico, resultando das elevadas taxas de fecundidade, da modernização e da alteração do equilíbrio entre os factores de produção.

A abordagem "macro" apela ao estudo dos fluxos migratórios no contexto económico do sistema global e das relações de dependência entre os países do centro e da periferia. Os primeiros, altamente industrializados, desenvolvem uma relação de dependência com os segundos, de onde provêm as matérias-primas. A análise teórica estrutural não assenta unicamente no emigrante como agente individual, mas também no mercado global, no contexto político, na forma como a economia local e internacional se interligam, considerando o desenvolvimento capitalista como um dos fenómenos propulsores dos fluxos migratórios (Gonçalves, 2009).

## 1.2 Abordagens Micro (Individualistas)

### 1.2.1 O Modelo *Push-Pull*

No estudo e análise dos fenómenos migratórios internos e internacionais, as maiores contribuições teóricas foram avançadas ainda no século XIX pelo geógrafo e cartógrafo inglês Ernest Ravenstein, em 1885, e, mais tarde, por Everett Lee, em 1966, tendo-se tornado quase obrigatórias. Estes autores pioneiros procuraram conceber uma "lei das migrações" a partir duma perspectiva económica e espacial (geográfica), onde os movimentos migratórios assentam numa série de condicionantes de "repulsão" e de "atracção" (*push-pull*), associadas às regiões de destino e de origem dos fluxos migratórios (Peixoto, 2004).

Peixoto (2004) e Rocha Trindade (1995), referem que Ravenstein (1885) em particular, a partir da realidade dos fluxos migratórios internos e externos de Inglaterra, estes últimos para o país de Gales, no século XIX, avançou com vários postulados – não isento de críticas, todavia, apontadas ao facto de estes não serem realísticos para os diferentes contextos locais ou regionais – que se viriam a tornar a "placa giratória" dos estudos dos fenómenos migratórios:

*i) Migração e distância*: A maioria dos migrantes desloca-se para curtas distâncias. Os que se deslocam para longe optam por fazê-lo para os grandes centros de comércio e de indústria;

*ii) Migração por etapas*: O processo de atracção de migrantes para uma cidade em rápido crescimento começa pelos arrabaldes e gradualmente estende-se para lugares mais remotos. O processo de dispersão é inverso do de atracção;

*iii) Correntes e contracorrentes*: Cada corrente migratória produz uma contracorrente compensatória, de modo que os fluxos migratórios seriam de ambos os sentidos. Como resposta às correntes migratórias que se movimentassem para uma determinada direcção, existiriam movimentos populacionais que se deslocariam na direcção oposta (contracorrente) – os migrantes de regresso;

*iv) Relatividade da migração entre a população urbana e rural*: A população das zonas urbanas é menos propensa a migrar do que a das zonas rurais;

*v) Género feminino e migração*: Preponderância das mulheres nas migrações de curta distância;

*vi) Relação entre tecnologia e migração*: O aumento das correntes migratórias está relacionado com o desenvolvimento dos meios de transporte, indústria e comércio;

*vii) Motivos económicos*: As razões das correntes migratórias assentes nas leis opressivas, climas pouco atractivos ou impostos elevados, não superam, no entanto, as que resultam da vontade da maioria dos indivíduos de melhorar as suas condições materiais de existência.

A concepção clássica das migrações assenta no agente individual enquanto *homo-economicus*, actor principal na tomada de decisão e acção. A partir do seu cálculo racional, este agente analisa as vantagens ligadas à sua percepção do contexto económico e à sua posição geográfica. Para este modelo, os fluxos migratórios explicam-se a partir de factores atractivos e repulsivos que identificam a origem dos movimentos populacionais. O modelo *push-pull* baseia-se num conjunto de elementos associados ao lugar de origem que "empurram" o agente migratório quando este compara a sua situação com outras condições mais vantajosas oferecidas noutros lugares ou regiões. Assim, os factores decisórios do acto

de migrar ficam limitados às motivações individuais dos actores migrantes, pressupondo o seu livre arbítrio de acção (Verdu, s/d.; Peixoto, 1998).

Para a teoria neoclássica, os factores repulsivos, do local de origem, estavam ligados a um leque de causas económicas como falta de acesso à propriedade ou ao uso da terra, desemprego, salários baixos, terras infférteis, fome e secas, falta de liberdade política ou pressão demográfica, enquanto os factores atractivos, do local de destino, estavam associados à disponibilidade de terra, procura de mão-de-obra, salários elevados, nível de vida elevado, liberdades políticas, entre outros (Monteiro, 1997; Verdu, s/d.; Jackson, 1991).

Segundo Arango (1985), os factores de atracção, oferecem ao possível migrante maior grau de satisfação no país de destino. O agente migratório toma a decisão de migrar depois duma comparação consciente ou inconsciente entre as vantagens e desvantagens de ambos os lugares: o de partida e o de destino. O factor decisivo seria a interacção entre esses polos, expressa em diferenças salariais, possibilidades de encontrar melhor emprego, distância, custo de deslocação, barreiras linguísticas, culturais ou étnicas entre os dois extremos. Em relação aos factores negativos da interacção entre origem e destino que condicionam a decisão de emigrar – na ausência de limitações legais – o mais influente seria a distância. No entanto, por muito objectivas que sejam as razões de emigrar, estas são, todavia, sempre subjectivas, na medida em que os actores partem das suas percepções individuais acerca das vantagens e desvantagens de ambos os locais, sobretudo o de destino, numa situação em que a informação costuma ser imperfeita.

### 1.2.2 Teoria do Investimento em Capital Humano

Nesta abordagem, os indivíduos tendem a avaliar racionalmente os custos e benefícios futuros que advirão com o seu próprio investimento no acto de migrar. Na perspectiva do capital humano, o migrante investe no seu capital humano numa visão custo/benefício, tendo em vista os ganhos que podem ser atingidos a prazo. Os agentes investem na sua educação formal, formação e treino profissional que serão determinantes para os benefícios que esperam receber no futuro, quando a migração se concretizar. Na perspectiva de Sjaastad (1962), os custos do investimento a realizar para a efectivação da deslocação

comportam vários factores: i) procura de informação acerca do local de destino; ii) custos de deslocação e de adaptação; iii) custos de afastamento do meio de origem. No entanto, estes preparativos "racionais" que os agentes desenvolvem no acto da deslocação envolvem riscos, não sendo sempre bem-sucedidos e podendo desembocar em resultados contrários aos previamente concebidos.

A ideia de investimento em capital humano em Becker (1993) e Sjaastad (1962) pressupõe que os esforços (investimentos) aplicados na educação garantem o aumento do rendimento e da produtividade, uma vez que os indivíduos passam a estar munidos de conhecimentos, maiores habilidades e competências que lhes proporcionam maior capacidade de análise e resolução de problemas. Este cálculo racional de migrar não se circunscreve apenas ao indivíduo, sendo também aplicado ao processo de tomada de decisão dentro das famílias (casamento, separação, aumento do agregado familiar). Borjas (1989) sustenta que o indivíduo na condição de migrante no país escolhido como destino pode obter rendimentos inferiores aos dos nativos por não possuir ainda as competências necessárias para a sua efectiva integração. Esta situação serviria igualmente de alavanca para o investimento em capital humano, sendo que a decisão dependeria dos objectivos do agente quanto ao tempo de permanência no país da expectativa em relação ao tempo gasto para obter algum tipo de retorno do investimento realizado.

### 1.2.3 Teoria da Nova Economia das Migrações

O modelo da nova economia das migrações apela a uma crítica da tradição individualista do modelo neoclássico. Segundo esta teoria, o agente que procura maximizar a utilidade das deslocações não é o indivíduo, mas a família, podendo ainda ser considerados agregados domésticos ou outras unidades de produção e consumo culturalmente definidas (Massey et al.,1997). Esta teoria faz uma abordagem das migrações que não se centra na determinação individual de migrar mas antes de um conjunto de indivíduos que estão, de alguma forma, ligados. Os processos migratórios nas diversas regiões são, assim, analisados no âmbito de um contexto social alargado e não a partir de uma decisão meramente individual, onde os actores – a família ou o agregado doméstico é a unidade decisória mais adequada pois, agindo colectivamente permite diversificar os seus recursos através do trabalho migratório

maximizando os ganhos esperados, além de reduzir os constrangimentos associados aos mercados de trabalho (Massey et al., 1993; Stark & Blom, 1985).

Para Arango (2003), quanto mais desigual for a distribuição dos rendimentos numa determinada comunidade, maior será a privação relativa e maiores serão os incentivos à migração. O que está subjacente ao processo migratório interno e externo é a resposta dos agentes face aos riscos das flutuações de rendimento, pois as remessas dos migrantes garantem segurança e equilíbrio às famílias ou agregados de origem. Nos países em desenvolvimento, em particular, os agentes têm de lidar com mercados imperfeitos (capital) e de risco (segurança), que, além de "enfraquecidos", privilegiam as elites locais, sendo muitas vezes inacessíveis aos grupos vulneráveis. As remessas internacionais podem, assim, constituir estratégias para contornar as fragilidades destes mercados, permitindo aos agentes investir em actividades produtivas e melhorar o seu bem-estar (Taylor, 1985; Stark, 1980; Haas, 2010).

Por outro lado, a migração tende a ser vista também, não necessariamente como estratégia de maximização dos rendimentos, mas de diminuição da privação relativa, isto é, em relação às outras famílias ou agregados. Massey et al. (1997) consideram que o diferencial dos rendimentos não constitui, por si só, uma condição necessária para a ocorrência dos fluxos de migração internacional. Os agentes, através das redes sociais, podem contar com incentivos para diversificar os riscos. Para este autor, as políticas governamentais são outro factor que gera mudanças económicas que afectam a distribuição de rendimentos, podendo influenciar as decisões migratórias internacionais independentemente dos seus efeitos directos sobre os rendimentos. Ao contrário das teorias acima apresentadas, aqui as remessas não são "ignoradas" no processo migratório sendo, pelo contrário, consideradas uma alavanca na decisão de migrar.

## 1.3 Abordagens Macro (Estruturalistas)

### 1.3.1 Teoria do Mercado de Trabalho Segmentado

Esta teoria procura, fundamentalmente, explicar: i) as razões da existência, nas economias avançadas, de trabalhos precários e de baixa produtividade; ii) o porquê de os trabalhadores nativos rejeitarem esse tipo de trabalhos; iii) o facto de a "resistência" dos trabalhadores nativos em ocupar os trabalhos pouco atractivos não se poder solucionar com aumentos salariais nesses trabalhos; iv) a razão de os migrantes estarem dispostos a aceitar esse tipo de trabalhos; e v) o porquê de a procura de mão-de-obra não se poder colmatar, como se procedia outrora, com mulheres e jovens (Arango, 2003).

Segundo esta abordagem, as migrações internacionais obedecem a uma procura permanente de força de trabalho nos países industrializados, que se caracterizam pela segmentação do mercado de trabalho. Nas economias avançadas existem trabalhos precários e de baixa qualidade devido à divisão, ou segmentação, da economia num mercado primário, intensivo em capital e de elevada produtividade, e num mercado secundário, intensivo em trabalho e de baixa produtividade, o que se traduz na existência de um mercado de trabalho segmentado. Assim, a mão-de-obra nativa e estrangeira busca emprego dentro de um mercado dicotómico: primário e secundário.

O primeiro é um mercado que requer trabalhadores altamente qualificados, a quem são pagos salários elevados, e onde existem possibilidades de ascensão profissional. Este mercado está presente nas grandes empresas capitalistas. No segundo mercado a mão-de-obra é menos qualificada, oferecem-se salários baixos e há uma elevada rotatividade, sendo poucas as possibilidades de ascensão hierárquica, caracterizando-se pelo estatuto jurídico precário do trabalhador e ausência de segurança social. Este mercado seria ocupado pela força de trabalho migrante, incluindo jovens e mulheres, pois os trabalhadores nativos dos países receptores (industrializados) recusam os trabalhos mal pagos, precários, não qualificados, perigosos, degradantes e de baixo prestígio (Piore, 1979).

Os migrantes estrangeiros, cujos rendimentos são baixos nos países de origem, estão dispostos a aceitar este tipo de trabalhos "desqualificados" característicos do mercado secundário dos países desenvolvidos pois comparam as vantagens salariais e o prestígio inerentes ao trabalho com as condições existentes nos seus países de origem, e não com as prevalecentes no mercado primário dos países desenvolvidos (Massey, 1998). Quanto ao recurso a força de trabalho feminino e jovem no mercado secundário, Massey (1998) considera ser um fenómeno ultrapassado. As mulheres deixaram de ter a condição periférica e dependente de outrora e assumiram um papel autónomo e orientado para a carreira profissional. Igualmente, a baixa taxa de fecundidade e a extensão do ensino resultaram na redução da disponibilidade dos jovens para esses mercados.

### 1.3.2 Teoria dos Sistemas Migratórios

A teoria dos sistemas migratórios considera as migrações em ambos os sentidos no conjunto de dois ou mais países ou regiões, cujos fluxos são estáveis em determinados períodos de tempo mais ou menos prolongados. O que lhe atribui a singularidade de um sistema – de fluxos migratórios – é o contexto histórico (económico, social, político e tecnológico) determinado em que se processa, bem como a sua dinâmica interna específica, associados a outros tipos de intercâmbios (políticos, comerciais, de capital, entre outros). Estes movimentos migratórios, sublinha Gonçalves (2009: 37), "estão associados a ligações prévias entre os países emissores e receptores de índole colonial cultural, política militar, comercial de investimento ou outros, não implicando necessariamente uma proximidade física". As condições em que se desenvolvem as relações (interligações) entre países ou regiões despoletam, por sua vez, uma continuidade, visto que as decisões de migrar dos agentes são operacionalizadas em função desse mesmo contexto que eles próprios contribuem para consolidar (Kritz et al., 1992).

Autores como Castles & Miller (2003) observam que esta teoria faz a ponte entre as abordagens micro e macro, analisando, respectivamente, quer o papel das relações sociais informais, a informação obtida, o capital cultural das famílias e das comunidades, quer as relações internacionais, economia, política e direito. Ao mesmo tempo, esta teoria faz ainda uma abordagem meso, a um nível intermédio entre os migrantes e as instituições políticas.

Esta abordagem dá enfâse à existência de dois ou mais países ou mesmo regiões que estão ligados entre si por fluxos migratórios em ambos os sentidos. O que lhe confere as características de um sistema são os contextos históricos particulares que adquirem uma dinâmica interna (Massey et al., 1993).

Os sistemas migratórios são assim, espaços ou campos definidos pela associação, relativamente estável, entre uma série de países receptores e um número determinado de regiões de origem. Segundo Fawcett (1989), o sistema migratório gravita entre dois ou mais lugares ligados por fluxos e contra-fluxos migratórios. As mudanças ocorridas em algumas das suas partes seriam sempre acompanhadas por ajustes nas demais partes que o constituem, garantindo o equilíbrio do sistema. Este autor é ainda apologista da importância das relações familiares neste processo, uma vez que o seu carácter de estabilidade gera impactos significativos nos fluxos migratórios. Enquanto as políticas, normas e regras podem sofrer alterações, as obrigações que se estabelecem entre os membros familiares são de natureza permanente. Por outro lado, as redes de parentesco garantem informações válidas e confiáveis sobre a situação concreta dos possíveis países receptores. A confiança e a credibilidade aumentam quando a informação provém dos membros familiares, à partida fontes potencialmente mais credíveis de informação. O conhecimento da realidade do país de acolhimento por parte dos primeiros migrantes conduz, deste modo, a vagas migratórias posteriores (Fawcett, 1989).

### 1.3.3 Teoria do Sistema-Mundo e da Globalização

A teoria do sistema-mundo inspira-se na contribuição intelectual de Immanuel Wallerstein, que desenvolveu uma análise sistemática e de grande alcance da economia mundial, baseada na divisão dinâmica da força de trabalho entre os países centrais, periféricos e semiperiféricos dentro do sistema capitalista mundial. O centro e a periferia constituem-se historicamente, em resultado da forma como o progresso técnico se propaga na economia mundial.

Wallerstein (1974) referenciado por Sklair (1995), sustenta que a unidade de análise não deve ser o Estado-Nação, mas sim o sistema-mundo na sua globalidade. Segundo este autor, as relações económicas do centro com os países semiperiféricos e periféricos

dependem de três factores estratégicos: i) o grau de importância das indústrias para o funcionamento das cadeias de mercadorias chaves; ii) o grau de importância dos países para suportar o nível de procura efectiva para os sectores mais rentáveis; iii) o grau de importância dos países nas decisões estratégicas (localização, poder militar, matérias-primas, etc.). O centro tem o controlo da economia mundial, explorando o resto do sistema, formado pela periferia, as zonas que proporcionam as matérias-primas, e a semiperiferia, categoria residual formada pelos países que se encontram entre uma situação e a outra, entre a condição de exploradores e explorados. A chave do capitalismo está, assim, na existência de um centro com um mercado de trabalho "livre", favorável aos indivíduos qualificados, e uma periferia com um mercado de trabalho "forçado", orientado para os indivíduos menos qualificados (Sklair, 1995).

Na análise de Shils (1992), as sociedades possuem centros que se impõem sem ser pela coerção e pela manipulação, que são mais do que locais onde se tomam decisões e se coordenam funções. É a partir dessas funções que os valores e crenças centrais se consubstanciam e são propostos. Para Shils, quando as sociedades desenvolvem centros, desencadeiam ao mesmo tempo a correspondente tendência dos actores sociais para procurarem e rejeitarem esses mesmos centros. Reconhece contudo, haver cada vez maior aproximação entre o centro e a periferia: "O ponto superior do centro já não é tão alto e a periferia já não está tão distante" (Shils, 1992: 61).

Para Petras (1981), a criação de um mercado global é um dos fenómenos associados ao capitalismo moderno. A internacionalização do capital e das mercadorias está relacionada com importantes fluxos de trabalho que constituem as migrações internacionais. Autores como Massey et al. (1993) defendem que a abordagem do sistema-mundo revela a consequência notória do processo de desenvolvimento dos países, que se manifesta na deslocalização e desestruturação de processos e factores produtivos, em que a mobilidade da mão-de-obra se dirige na direcção oposta à dos movimentos de capitais. Ainda na perspectiva de Petras (1981), as relações de dependência que se desenvolvem no seio do sistema global entre o centro (desenvolvido) e a periferia (subdesenvolvida) possibilitam a criação de excedentes de força de trabalho na periferia do sistema mundial, num contexto

de baixos salários, por sua vez, acompanhada de uma escassez de recursos humanos no centro, num contexto de salários elevados, resultando daí o incentivo à migração.

A mesma visão pode encontra-se em Sassen (1988) quando considera, entre outros aspectos, que os desníveis salariais, a reduzida procura de trabalho e a perda dos modos de vida tradicionais que se verificam nos países da periferia dão lugar a excedentes de mão-de-obra em vários sectores da economia. Cria-se, desta forma, um "exército" proletário, propenso a procurar emprego nos sectores que necessitam de mão-de-obra barata nos países do centro, através dos canais abertos pela própria liberalização económica, facilitados ainda pelos vínculos culturais e pelos meios de transporte e de comunicação disponíveis. As migrações seriam, assim, um sistema de oferta de força de trabalho a nível global (Sassen, 1988).

### 1.3.4 Abordagem Transnacionalista das Migrações

Na perspectiva transnacionalista, a tese fundamental é a de que os migrantes mantêm uma ligação com a sua região de origem. Noutras abordagens dos movimentos migratórios consideram que os migrantes fazem uma ruptura com as origens, renunciando aos velhos hábitos, e assimilam a cultura do país receptor, desde logo, através da aprendizagem de uma nova língua. Considerando-se essa perspectiva do migrante "assimilado" ou "aculturado" pelo país destinatário, tende-se usualmente a marginalizar o vínculo que subsiste dos agentes migrantes com os seus países de origem. Schiller et al. (1992) defendem que essas teorias subestimam as relações que os agentes migrantes mantêm com as regiões de origem, não de forma contraditória, mas em conjunção com os países de acolhimento, originando, assim, um contexto transnacional de fluxos migratórios. Para estes autores, o transnacionalismo enfatiza a emergência de um processo social que cruza fronteiras. É visto como um processo social onde os agentes migrantes, designados transmigrantes, desenvolvem e mantêm múltiplas relações – familiares, económicas, sociais, organizacionais, religiosas e políticas – que dilatam as fronteiras existentes, estabelecendo uma inter-relação entre o global e o local.

Do ponto de vista de Castles (1999), a perspectiva assente na unicidade da nacionalidade deixou de ser adequada num mundo global, em que os fluxos migratórios substituem os lugares. O transnacionalismo leva a um crescimento acelerado da dupla (múltipla) nacionalidade, originando um fenómeno temido pelos nacionalistas que passa pela potencial repartição das lealdades por parte dos indivíduos que tomam uma atitude instrumental e não emocional em relação ao Estado a que pertencem. Deste modo, os esforços dos políticos que procuram cultivar um sentido de nacionalismo ou de pertença a uma Nação ou Estado junto dos seus cidadãos revelam-se inglórios, não tendo qualquer significado nos dias de hoje (Gonçalves, 2009).

Os fluxos migratórios ocorrem nos vários espaços internacionais, entre culturas e sistemas internacionais, devido às possibilidades oferecidas pelo desenvolvimento dos meios de transporte e das comunicações (Levitt, 1998; Bandeira, 2004). Nesses espaços e lugares, os agentes migrantes constroem estratégias de vida " adoptando estratégias - bi e ou multinacionais e bi e ou multiculturais - como reconhecimento de múltiplas afiliações e identidades" (Gonçalves, 2009:40). Os mesmos contribuem não somente com remessas económicas mas também sociais, imprimindo mudanças nas suas terras de origem.

No quadro da perspectiva transnacional, Jones (1992) identifica sucintamente algumas características dos migrantes transnacionais: i) a manutenção de vínculos com a família no país de origem; ii) o facto de nem sempre estabelecerem residência permanente no país receptor, por pretenderem retornar aos seus países de origem para viver nalgum momento das suas vidas; iii) estarem em mobilidade social ascendente. Na sua análise do conceito transnacionalista dos fluxos migratórios, este autor aponta ainda três premissas: i) os limites da unidade nacional, próximo da visão de Castles (1999), sobre a fraqueza do conceito de nação assente na nacionalidade única; ii) o facto de a existência do migrante transnacional estar estreitamente ligada às condições inerentes ao capitalismo global; e iii) o facto de a experiência deste migrante transnacional nos remeter para a reconceptualização dos conceitos de nacionalismo, etnicidade e raça (Jones, 1992).

## 1.4 Outras Abordagens Migratórias

### 1.4.1 As Redes (Sociais) Migratórias

Os estudos das migrações internacionais demonstram que as análises dos processos migratórios não se restringem unicamente aos aspectos meramente económicos, nos quais os migrantes são vistos como agentes individuais que agem desconectados das relações sociais, considerando antes a importância e a complexidade das redes sociais no processo migratório. As unidades de análise efectivas dos estudos migratórios não se reduzem aos indivíduos ou agregados, integrando o conjunto de pessoas ligadas por laços de amizade, parentesco ou experiência profissional que incorporaram o país de destino nas alternativas de mobilidade por eles consideradas (Tilly, 1990).

Na concepção de Portes (1999), a migração é um processo criador de redes, pois desenvolve uma teia cada vez mais densa de contactos entre os locais de origem e de destino. O estabelecimento destas redes no país de acolhimento possibilita que o processo migratório seja auto-sustentado e impermeável a alterações de curto prazo no incentivo económico. Na visão deste autor, as redes diferem em dimensão – número de participantes na rede – e densidade – número de laços estabelecidos entre os participantes –, com consequências directas no comportamento económico. Boissevan (1994), apontado por Portes (1999:12-16) nota que a grandeza das redes desempenha um papel importante na inter-relação dos seus membros: "As redes relativamente grandes e densas são mais eficientes no desenvolvimento das expectativas normativas e na imposição das obrigações de reciprocidade".

A partir de Massey et al. (1987), Fusco (2002:22) define as redes sociais " como um conjunto de laços sociais que ligam comunidades de origem a específicos pontos de destino nas sociedades receptoras. Tais laços unem migrantes e não migrantes em uma complexa teia de papéis sociais complementares e relacionamentos interpessoais que são mantidos por um quadro informal de espectativas mútuas e comportamentos pré-determinados". As redes transmitem informação, proporcionam ajuda económica ou alojamento e prestam apoio aos migrantes de diversas formas.

A importância das redes sociais na visão de Arango (2003), é tanto mais visível quanto maiores forem as dificuldades a enfrentar para alcançar os países receptores, dada a sua capacidade de reduzir os custos e riscos inerentes à migração e a incerteza permanente que ela comporta. Arango (2003) sugere que dentro das redes podem albergar outras instituições que actuam como intermediárias (redes de contrabando ou organizações de carácter filantrópico ou humanitário) que, com distintos propósitos e objectivos, ajudam os migrantes a superar as dificuldades de entrada no país acolhedor.

Ainda segundo Massey et al. (1993), as redes migratórias de trabalho aumentam, de certo modo, a probabilidade de ocorrência de deslocações internacionais, fenómeno aplicável também aos movimentos internos. Tendo um papel crucial no aumento da migração, pela redução dos custos e riscos das deslocações e aumento da expectativa de retorno com a migração, a acção destas redes começa a decrescer a partir de um certo estágio de desenvolvimento do país de origem. As redes migratórias seriam, assim, uma forma de "capital social" que facilita o acesso dos agentes ao mercado de trabalho externo. Segundo os autores, quando a rede de contactos entre duas regiões atinge um ponto crítico, a migração torna-se um processo que se auto-perpetua.

### 1.4.2 Os Enclaves Étnicos

A abordagem dos "enclaves étnicos", também designados "nichos étnicos", remete-nos para a concentração de emigrantes numa região ou zona do país receptor, onde existem laços de natureza étnica e social que constituem para muitos emigrantes uma alternativa de inserção no mercado secundário. Estes espaços são portadores de um capital social – normas e redes que facilitam a confiança, a cooperação e a acção colectiva (Mercklé, 2004). O seu controlo é, no entanto, complexo, o que suscita o desenvolvimento de estratégias individuais organizadas tendo em vista a sua utilização enquanto bem público, através do – estabelecimento de actividades de natureza empresarial que servem o seu mercado étnico ou recrutam mão-de-obra emigrante (Coleman, 1990). Os "nichos étnicos" proporcionam, além de oportunidades de emprego, educação e formação profissional, o que se vai reflectir nas oportunidades profissionais e económicas dos seus membros.

Para autores como Portes (1995) e Heisler (2000), apontados por Figueiredo (2005), a constituição de enclaves de variados grupos étnicos constitui uma alternativa ao mercado de trabalho secundário dos países de acolhimento, caracterizado por um modo específico de integração de determinados agentes migrantes ou, na perspectiva de Portes, por um modelo determinado de incorporação dos mesmos. As comunidades étnicas garantem, entre outros benefícios, a protecção do migrante face à precaridade do mercado secundário, além da vantagem imediata conferida pela partilha da mesma língua. Além disso, a concentração espacial e sectorial destes "nichos" facilita as formas de desenvolvimento da interacção social, quer dentro da comunidade quer com a sociedade de acolhimento.

Portes (1999) considera que, geralmente, na maior parte dos enclaves de imigrantes acabam por se desenvolver empresas cuja finalidade é servir os seus interesses culturais. Estas empresas criadas no seio dos enclaves étnicos surgem de um contexto cultural definido para servir as necessidades dos seus co-cidadãos e depois, progressivamente, passam a fornecer o mercado em geral. O desenvolvimento e o êxito económico destas empresas depende, assim, de três condições: i) a dimensão da população étnica que compõe o seu principal mercado e é fonte primária de mão-de-obra; ii) o grau de competências empresariais entre os imigrantes; e iii) os recursos de capital disponíveis.

### 1.4.3 Ciclo de Vida e Trajectória Social

A abordagem do ciclo de vida assenta em pilares sociológicos que procuram estudar as migrações a partir do percurso biográfico dos indivíduos, admitindo como variáveis a influência do ciclo de vida individual e familiar, incluindo a trajectória de mobilidade social, sobre os percursos territoriais. Ao contrário de outras abordagens, parte de uma perspectiva económica que consegue, no entanto, fundir com uma análise sociológica, relacionada com os valores ou comportamentos afectivos e tradicionais, criando uma interligação entre a perspectiva individual e as realidades colectivas, que podem ser a família, organização ou classe social (Peixoto, 2004). Diversos estudos feitos no contexto desta abordagem[7] mostram uma forte relação entre a mobilidade familiar e as etapas do ciclo de vida. A constituição de família ou a sua composição numerosa, por exemplo, pode

[7] Cf., por exemplo, Rossi (1955) e Sandefur & Scott (1981).

gerar insatisfação em relação às características do alojamento e conduzir a uma mobilidade residencial, ou criar incentivos à migração (Peixoto, 2004).

A perspectiva da trajectória social (mobilidade social) procura estudar o percurso individual por diferentes posições sociais. A mobilidade social, que pode ser horizontal ou vertical, "tem uma dimensão pluridimensional incentivada por vários factores que condicionam o agir social tais como as motivações subjectivas que conduzem os indivíduos a mudar a própria posição, os objectivos almejados, os recursos postos a sua disposição, os factores estruturais designadamente a estratificação e a pertença de um determinado grupo social" (Monteiro, 1997:115). Conquanto estes percursos sejam "estruturantes", como refere Peixoto (2004), a partir de Ford (1992), assumem características individualizadas ou biográficas, na medida em que os indivíduos procuram realizar uma trajectória progressiva na vida e no trabalho, constituída "pelas aspirações e responsabilidades dos próprios indivíduos no sentido de harmonizar a sua situação actual (social, emocional, económica e geográfica) com as expectativas virtuais de inserção" (Peixoto, 2004: 19).

### 1.4.4 Algumas "Fracturas" Teóricas Explicativas

As diversas tentativas de explicação dos fenómenos migratórios por meio das teorias existentes ainda estão longe de ser bem-sucedidas. Não existe um quadro teórico e analítico que permita compreender as migrações, as suas motivações, determinantes e consequências em toda a sua complexidade (Arango, 1985). Segundo Verdu (s.d.) e Arango (2003), isto gera "fracturas" teóricas explicativas que têm a ver com a existência de uma pluralidade de teorias sobre migrações que são, no entanto, pelo menos em larga medida, resultado das dificuldades gerais por que passam as ciências sociais quando tentam explicar o comportamento humano, uma vez que este depende de uma série de variáveis interligadas. Para estes autores, a maior dificuldade enfrentada no estudo das migrações é a extrema multiplicidade de formas, tipos, processos, actores, motivações e contextos socioeconómicos e culturais.

As críticas feitas ao modelo neoclássico, por exemplo, apontam o facto de, durante muito tempo, as suas análises sobre os fluxos migratórios terem sido realizadas a partir de uma perspectiva económica individualista, debruçando-se exclusivamente sobre o mercado de

trabalho e a atracção que os países desenvolvidos exerciam sobre os mais pobres, com os consequentes movimentos das áreas mais vulneráveis em direcção as regiões mais ricas. Monteiro (1997) e Castillo (1990) consideram que os fenómenos migratórios não se circunscrevem a razões meramente económicas[8] e que a decisão individual de emigrar não se deve apenas à consideração de duas grandes regiões de "atracção" e "repulsão". Deve-se ter em conta que as acções individuais inserem-se em fenómenos sociais complexos e enquadram-se em circunstâncias históricas específicas, que condicionam as decisões mas que, ao mesmo tempo, não são totalmente determinísticas.

O modelo *push-pull* é demasiado simplista por se limitar exclusivamente aos comportamentos individuais, não procurando aprofundar o conhecimento das causas das migrações mas apenas servir como ponto de partida para a análise de outros aspectos da mobilidade populacional. Monteiro (1997) aponta como defeito desta abordagem o facto de considerar os países exportadores ou receptores de mão-de-obra como entidades autónomas e isoladas no contexto internacional. Na verdade, para este autor, dentro do sistema económico internacional, os factores de expulsão impõem-se aos de atracção, convertendo tais teorias numa teoria da dependência económica das regiões menos desenvolvidas em relação às mais desenvolvidas.

Segundo Pires (2003), a explicação das decisões migratórias baseada na escolha racional dos indivíduos encerra três problemas fundamentais: i) o facto de as migrações motivadas pela decisão de procura de mobilidade pelos agentes migrantes deixarem pouco espaço para as escolhas "forçadas" resultantes de convulsões no país de origem como conflitos armados, revoluções ou catástrofes naturais; ii) a constatação de que este modelo analítico dificilmente explica o facto de as migrações serem menos frequentes do que o esperado no contexto internacional, tendo em conta as disparidades de desenvolvimento persistentes do mundo actual; e iii) em linha com a opinião de Portes (1999), o facto de as migrações não poderem ser vistas, obrigatoriamente, como fluxos unidireccionais, com origem nos países mais pobres e com destino nos países mais desenvolvidos.

[8] As teorias construídas sobre o estudo das migrações assentes em factores económicos encontram dificuldades, por exemplo, no contexto das migrações internacionais, pois o peso dos contextos políticos dos Estados é cada vez maior (Arango, 2003).

Na actualidade, Arango (2003) observa alguma nebulosidade nas diversas teorias que procuram explicar as motivações das migrações e uma certa incapacidade de esclarecer porque são, afinal, tão poucos os que optam pela migração. As teorias neoclássicas existentes, como a nova economia das migrações, a teoria do sistema-mundial, a teoria dos mercados de trabalho duais e o próprio modelo *push–pull*, ao procurarem responder ao porquê de as pessoas emigrarem ou ao que determina o volume das migrações, dão mais primazia às "causas profundas" do que aos "determinantes próximos". Segundo Hammar et al. (1997), citado por Arango, 2003), as teorias migratórias deveriam preocupar-se em analisar não somente a mobilidade mas, também, a imobilidade, ou, de outra forma, deveriam olhar não só para as forças centrífugas mas também para as forças centrípetas, que levam os indivíduos a permanecer.

Este tipo de análise foi, de forma geral, desconsiderada pelas teorias, pelo que Arango (2003) propõe, para colmatar esta lacuna, que se preste maior atenção aos tipos de família, sistemas de parentesco e estruturas sociais, incluindo as dimensões e contextos culturais. Além dos factores sociais e culturais, a explicação da mobilidade reduzida reside, igualmente, no seu entender, na dimensão política, nomeadamente, no papel preponderante que os Estados desempenham. A partir das análises de Davis (1988) e Zolberg (1989), Arango (2003), analisa as migrações como criações das políticas dos Estados, enfatizando as dimensões da incorporação das políticas e do papel do Estado nos estudos migratórios, manifestamente deficitárias nas teorias explicativas das migrações.

# CAPÍTULO II – MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO

## 2.1 Compulsando as Migrações

Enquanto fenómeno social humano bastante enraizado, as migrações foram, e são, propulsoras de movimentos internos ou internacionais justificados por causas políticas, económicas, sociais e culturais. Peixoto (2001), citando Cornelius et al. (1994), retracta a evolução temporal e espacial do fenómeno: uma primeira fase, que correspondeu à liberalização e fortalecimento das deslocações internacionais, exemplificada na colonização dos países do continente americano; uma segunda fase, na passagem para o século XX, de fortificação do controlo migratório mas também de surgimento dos problemas de regulação; e uma terceira fase, em que, apesar do controlo fronteiriço pelos diferentes Estados, particularmente os receptores, os movimentos regulares, bem como os irregulares, continuam a ocorrer no contexto da globalização.

E é precisamente no âmbito global que se verifica, cada vez mais, o crescimento de agentes migrantes em mudança de residência, de trabalho ou noutras situações, fenómenos denominados migrações temporárias ou definitivas. Como postula Barreto (2005: 20), se a estas migrações temporárias e definitivas "acrescentarmos os turistas e os viajantes de negócios assim como os que se deslocam no quadro das suas actividades culturais e profissionais facilmente chegaremos a um número de centenas de milhões de pessoas que anualmente viajam entre dois países".

Na conjuntura actual, as migrações parecem não se confinar somente ao fluxo de indivíduos de um país para o outro, antes incorporam, igualmente, uma troca de bens materiais e simbólicos reflectidos nos recursos económicos, culturais, sociais e políticos (Gonçalves, 2009). Autores como Castles (2010) e Jackson (1991) assumem que a realidade migratória contemporânea[9] já não perfilha os padrões dos séculos passados pois, a partir do século

[9] Factores diversos contribuem para o aumento das migrações no mundo contemporâneo. De acordo com Muanamoha (2004:164), Montanari (2002) destaca os "seguintes: i) os diferenciais de crescimento económico nas diferentes regiões do mundo; ii) o crescimento contínuo da população nos países em desenvolvimento e, consequentemente, da força de trabalho que não encontra oportunidades nas suas regiões de origem; iii) a inovação tecnológica, especialmente nas áreas dos transportes e comunicação, que possibilitam movimentos de longa distância a baixo custo; iv) os meios de comunicação de massas, que têm alcançado os cantos mais remotos do mundo e tornado possível o conhecimento completo das condições

XX, com o desenvolvimento dos meios de transporte, tecnologia e cultura, encurtaram-se as distâncias. Há uma maior fluidez e abertura das sociedades e pressupõe-se ser normal um pensamento que extravasa os limites fronteiriços, bem como a transposição frequente destas. À luz da complexidade que esses movimentos ganharam ao longo do tempo surge, assim, a necessidade de reformulação dos anteriores conceitos de migração (Peixoto, 2001) ou, como diria Castles (2010), os velhos conceitos de migração perderam a sua relevância[10].

Para Thumerelle (1986), a vida dos indivíduos está, em geral, associada à mobilidade espacial. Seria impensável a existência quotidiana sem que as deslocações sejam um acto presente e contínuo. As sucessivas deslocações do dia-a-dia estão relacionadas com o trabalho, a escola e a formação e desenvolvem-se a uma escala modesta, podendo ainda ser motivadas por razões de ordem médica, administrativa, familiar, de lazer ou amizade, incluindo a mudança de residência, de região ou de país (Bilale, 2007). Esta mesma acepção é partilhada por Hervé & Picoulet (1995), que mostram que a existência do homem é feita dentro de um espaço em que os limites são definidos duplamente: pela acessibilidade do mundo conhecido e pela ideia que ele constrói de si mesmo. Segundo os autores, os modos de utilização deste espaço, que se pode apresentar restrito, ao contrário do espaço potencial disponível, podem ir desde as actividades quotidianas (trabalho, lazer, escola) às deslocações temporárias (movimentos profissionais) ou definitivas.

Como muitos conceitos oriundos das ciências sociais, a complexidade dos fenómenos migratórios remete-nos para a pluralidade da sua definição. O conceito de migração reveste-se de imprecisões várias e não existem consensos plenos em relação às diferentes manifestações do fenómeno[11]. O fenómeno migratório transporta consigo inexactidões para a operacionalização do seu conceito e, mesmo se amiúde é apontado como mudança de residência, com alterações dos vínculos associativos do agente migrante, continua a

económicas e da qualidade de vida noutras regiões; e v) os conflitos políticos e/ou de outra natureza, que têm incrementado o volume da migração forçada.

[10] Para Jackson (1991: 4), conquanto os movimentos migratórios não sejam fenómenos recentes e assumam diferentes configurações, ainda assim, o "processo de migração mantém no essencial a mesma forma em todas as sociedades que se mostraram dependentes do movimento de pelo menos uma parte da população de uma qualquer comunidade envolvendo decisões e oportunidades".

[11] Peixoto (2001) assume a complexidade de conceptualização das migrações, embora em determinados contextos seja fácil discernir, à partida, quem é ou não migrante num determinado local.

merecer falta de consenso, na medida em que a definição exclui outras formas de mobilidade espacial (Renner & Patarra, 1980).

Peixoto (2001) aponta, várias dificuldades enfrentadas na definição de "migração", quer operacionais quer teóricas. As primeiras referem-se a: i) insuficiências estatísticas territoriais/administrativas; ii) ausência de dados relativos às durações migratórias, seja elas intencionais ou efectivas; e iii) dificuldades inerentes às mobilidades sociais, que tornam difícil obter dados fiáveis de migrantes. As segundas resultam de uma série de circunstâncias que se prendem com a compreensão das trajectórias existenciais dos migrantes: "como definir um período adequado para existir ligação a um meio social diverso, que permita distinguir migrações 'permanentes' de migrações 'temporárias' e contactos episódicos? Como assegurar que um contacto episódico (ou pendular) não é suficiente para existir percepção de uma realidade social diversa? Como afirmar que um migrante deslocado em situação de "enclave" se encontra numa situação existencial mais perturbada do que a que existe em outras formas de contactos à distância? Como segregar conceptualmente fenómenos como as migrações de maior ou menor duração, a 'circulação territorial' ou a comunicação à distância que, mesmo que de forma diversa, asseguram uma interligação social forte? E como isolá-los se eles são muitas vezes mutuamente substituíveis, em função dos recursos disponíveis ou dos contextos de comunicação?" (Peixoto, 2001: 281). Todas estas questões procuram mostrar a complexidade teórica e prática com que se debatem os analistas na compreensão e formulação dos conceitos inerentes à migração.

No sentido lato, o acto de migrar tem sido visto como o movimento de indivíduos ou grupos de indivíduos que se deslocam de um lugar para outro, ou como sendo parte fundamental da mobilidade humana, englobando o conjunto das deslocações dos agentes migrantes no espaço físico, independentemente da duração e da distância dessa deslocação. Algumas definições, como mostra Bilale (2007), citando Oberai (1987) e Bilsborrow (1993), estão relacionadas com a "intenção ou carácter temporário ou permanente da mudança, com a distância percorrida, com o facto de atravessar limites administrativos locais ou nacionais, com a mudança das condições ambientais e, finalmente, com a mudança do tipo de habitação" (Bilale, 2007: 22).

Jackson (1991), no entanto, propõe, em primeiro lugar, que apenas se considere migração um movimento de dimensões assinaláveis, na medida em que é um fenómeno com implicações demográficas, que envolve movimentações através de fronteiras administrativas estatais bem demarcadas. Por isso, o autor declina considerar migrações as movimentações menos significativas – pelo menos em termos espaciais – esclarecendo que "não chamaremos de migração a mudança da avozinha para uma casa mais pequena, dentro da mesma aldeia ou vila, o que nos levaria a colocar entre parêntesis alguns movimentos assaz significativos. Porém toda e qualquer mudança para outra povoação, concelho ou distrito será incluída no nosso conceito de migração" (Jackson, 1991: 6). Em segundo lugar, este autor salienta que terá de haver uma continuidade do fenómeno migratório dentro de um determinado limite temporal, excluindo-se assim movimentos temporários ou casuais como sejam deslocações em férias ou feriados, ou viagens de negócios. Por último, o autor ainda sugere a necessidade de a migração contemplar "uma transição social bem definida, implicando uma mudança de estatuto ou uma alteração no relacionamento com o meio envolvente, quer físico, quer social" (Jackson, 1991: 6).

Segundo Hervé & Picoulet (1995), a migração é um processo que decorre no tempo e no espaço. A sua natureza subjectiva relaciona-se com a percepção individual dos actores migrantes da sua evolução no espaço, que é renovável e, por vezes, reversível. Durante muito tempo, foi tida como uma mudança definitiva de residência, sendo na actualidade reconhecida pelas suas múltiplas variedades. Os mesmos, no entanto, reconhecem que a maioria dos movimentos migratórios não se traduz em mudanças nos limites do espaço utilizado, pois "certos movimentos são acompanhados de uma transformação no espaço vivido, seja pela extensão dos lugares utilizados, seja pela mudança no lugar habitual de vida" (Hervé & Picoulet, 1995: 8). Assim, num determinado território, de forma curta ou prolongada, as migrações modificam a distribuição espacial da população, distinguindo-se dessa forma os movimentos temporários dos definitivos.

As migrações são também analisadas enquanto processo espacial e temporal por Peixoto (2001), citando Zelinsk (1971, 1983), ao apresentar uma outra definição de "migração" e, consequentemente, de mobilidade, em que a mobilidade territorial compreende quer movimentações episódicas de curta duração quer a permanência definitiva noutro

continente. Na óptica do autor, é este quadro temporal e espacial que permite fazer a diferenciação entre o conceito tradicional de migração, assente na mudança de residência e de meio social, e outras formas actuais de movimentações (de curta duração, repetitivas ou cíclicas) que têm em comum o propósito dos agentes migrantes não efectuarem uma mudança de residência permanente ou uma deslocação de longa duração.

Bandeira (2004) enfatiza também o conceito de residência como fundamental para definir migração. Para este autor, a migração pressupõe um conjunto de deslocações que tem como resultado a mudança de residência dos agentes de um determinado lugar de origem para outro, de destino. Nesta perspectiva conceptual, cada movimentação, quer seja temporária quer definitiva, implica assim para cada agente que se desloca um único lugar de residência em cada momento, que corresponde, antes da saída, ao lugar de partida, e, no momento de chegada, ao lugar de destino. Da mesma forma, Renner & Patarra (1980) colocam a mudança de residência como enfoque da definição de migração, considerando-a uma forma específica de mobilidade espacial de um espaço geográfico a outro, envolvendo uma mudança permanente de residência[12].Estes autores chamam, no entanto, a atenção para o facto de este tipo de definição se basear no critério "residencial", visto que "tal definição exclui as populações nómadas, as migrações sazonais, o movimento de pessoas com mais de uma residência, os deslocamentos de visitantes, turistas e pessoas que viajam regularmente" (Renner & Patarra, 1980: 237)[13].

Bougue (1959, citado por Renner & Patarra (1980), admite, igualmente, que a migração envolve, de certa forma, a mudança de residência, que enforma uma alteração total e um reajustamento das ligações associativas do indivíduo – o actor migrante. Parte-se do princípio que esta alteração de residência modifica simultaneamente a organização da vida do migrante, no que respeita às relações de trabalho, amizade e vizinhança e outros

[12] O tempo de duração das movimentações é outro aspecto de discordância entre vários autores quanto a se considerar que se está em presença, ou não, de uma migração. Castles (2005), por exemplo, define a migração como o cruzamento da fronteira de uma unidade política ou administrativa por um certo período mínimo de tempo, que vai de seis meses a um ano. Ao contrário, Corgeau (1988) considera que a mobilidade espacial compreende um conjunto de deslocações de indivíduos e grupos de indivíduos no espaço físico, independentemente da duração e da distância dessas deslocações.

[13] Já muito antes, Lee (1980) havia postulado estas considerações. Segundo ele, as migrações pressupõem uma mudança permanente ou semipermanente de residência, embora nem todas as formas de mobilidade espacial se definam como migrações. Os exemplos apontados são o nomadismo, as deslocacões temporárias de trabalhadores migrantes e as deslocações em férias.

contextos. No entanto, Peixoto (2001) entende que a adopção do critério de mudança territorial é afectada pela multiplicidade de situações que vão desde a mudança de bairro, as deslocações temporárias ou de longas distâncias. Por sua vez, insiste o autor, a complexidade conceptual torna-se ainda maior se forem tidos em conta critérios não territoriais, como mudanças no tempo ou entre meios e grupos sociais.

As migrações são vistas, também, como fazendo parte de processos/mudanças sociais. O movimento entre duas sociedades de indivíduos e grupos definidos significa, por um lado, aqueles que acabam de deixar o país X e, por outro, aqueles que procuram inserir-se no país Y. Estas migrações X-Y, ou vice-versa, têm implicações tanto nos indivíduos como nos países em que ocorrem. De acordo com Peixoto (2001), o migrante é um agente que deixa um espaço social para preencher outro. A mobilidade no espaço implica diferentes relações sociais e, rupturas de laços sociais que enquadram a sua condição de migrante, sendo que "o grau de assimilação ao meio social de destino, o de ligação ao de origem, são variáveis: ele tanto pode dissolver-se rapidamente entre a população de acolhimento como apresentar uma fixação a realidade anterior" (Peixoto, 2001: 281).

Jackson (1991) assume, igualmente, que as movimentações possuem um carácter social, tendo repercussões na mudança de *status* dos migrantes, visíveis por meio de transformações nos relacionamentos espaciais. Estas alterações são bastante evidentes quando estes se mudam para locais totalmente novos. Daí rejeitar o "estaticismo"[14] das sociedades humanas, pois estas estão sujeitas a guerras, convulsões, desastres e outros cenários sociais que conduzem a movimentos migratórios. As sociedades, sejam elas quais forem, apresentam graus diferentes de estabilidade e mobilidade. Segundo o autor, "para

[14]Jackson (2001) apelida de "mito do sedentarismo" a ideia de que a condição natural do Homem é o sedentarismo, causa de uma amálgama de interpretações erradas sobre o fenómeno migratório. Peixoto (2001) considera que este "mito do sedentarismo" que as teorias migratórias procuram condenar – considerando que os homens não são necessariamente sedentários por natureza – pode levar a cair-se no "mito da migração", uma vez que a generalização de que todos os homens são migrantes resulta na perda de sentido do conceito. Como refere Petersen (1975), os investigadores pretendem dar a entender ora que o Homem é propenso ao sedentarismo e permanece nessa condição até que uma força o obriga a mover-se, ou o seu contrário, considerando quea migração resulta de um impulso que leva o Homem a uma vida errante. Donde, se coloca a questão de saber porque é que, sendo os homens sedentários ou migrantes por natureza, alguns migram e outros não? Petersenn procura justificar que seria melhor "dizer que um grupo social em repouso, ou um grupo social em movimento tende a permanecer nesse estado a menos se lhe impulse a mudar, porque em conexão com qualquer padrão possível de vida, desenvolve-se um sistema de valores em apoio a esse padrão" (Petersen, 1975: 45).

além das considerações demográficas teremos ainda de ter em conta as implicações para a vida social, cultural e económica das comunidades localizadas em cada um dos extremos do espectro migratório. No entanto, não é possível considerarmos o processo apenas num plano horizontal, pois, este também, possui uma dimensão vertical que se evidencia sobretudo quando se considera a estrutura da família e da vida comunitária. Além de existirem dimensões que afectam os migrantes imediatos, há também implicações para os seus descendentes em ambas comunidades"(Jackson,1991: 57).

Na sua análise sobre os movimentos migratórios, Thumerelle (1986) reconhece o impacto destas deslocações sobre a população, tendo em conta o tipo e a forma como essa mobilidade modifica ou conserva as relações sociais nas sociedades de partida ou chegada. Na perspectiva deste autor, a distinção entre migração e outras formas de mobilidade espacial tem a ver com o facto de "que a primeira transporta com ela algumas roturas por vezes de carácter irreversível ou de deslocação na distância entre os pontos de partida e de chegada suficiente para acarretar uma cisão total ou pelo menos profunda modificação no espaço da vida habitual do migrante"( Thumerelle, 1986: 58).

Pires (2003) considera que o acto de migrar envolve, no fundo, a passagem de um mundo conhecido para um outro desconhecido, onde as mais simples rotinas da vida quotidiana têm de ser reconstruídas, os contextos, por mais elementares que sejam, precisam de ser reconhecidos e algumas formais banais de interacção têm de ser reaprendidas. O migrante faz a ponte entre os diferentes meios sociais. Sendo um agente de transição, serve de conexão entre duas realidades sociais, com as respectivas representações específicas sobre o mundo (Peixoto, 2001). A migração, enquanto forma de mudança social, tal como a entende Portes (1999), pode afectar tanto os países de origem como os de destino de forma superficial ou profunda, neste último caso com implicações na cultura, no sistema de valores e na estrutura social, incluindo a transformação da distribuição do poder.

Além dos critérios acima mencionados, Peixoto (2001) traz um novo conceito de análise das migrações, a partir de "espaços de vida" em que "os padrões de 'localização' do homem são hoje mais amplos do que no passado, o que torna difícil a caracterização dos seus trajectos espaciais" (Peixoto, 2001: 278). A ideia subjacente, para o autor, é que os

indivíduos se encontram ligados não apenas num, mas em vários locais em simultâneo, quer no dia-a-dia (casa-trabalho), quer no âmbito sazonal (residências secundárias, zonas de férias e outras situações), desenvolvendo uma rede de relações sociais com as quais o indivíduo tem ligação.

## 2.2 Tipologias Migratórias

Como anteriormente afirmámos, a migração *latu sensu* pressupõe o movimento de pessoas ou grupo de pessoas que atravessam um certo limite espacial a fim de se estabelecer noutro. No que se refere ao espaço, as migrações têm sido geralmente divididas em dois tipos: migrações internas e migrações internacionais. Esta divisão dicotómica não é, no entanto, consensual. Castles (2005) argumenta que tanto as migrações internas como as internacionais fazem parte de um mesmo processo. Renner & Patarra (1980), por sua vez, consideram esta divisão artificial, visto que "as motivações para migrar, os tipos de pessoas que migram e os efeitos económicos e sociais de ambos os tipos de migrações são semelhantes. A vantagem desta distinção é a de revelar aspectos legais da migração ou as condições sob as quais o migrante viaja indicando também suas características culturais" (Renner & Patarra, 1980: 240).

No estudo das migrações, a construção das tipologias migratórias revela-se um tema apelativo e palco de disputas sobre o seu mérito relativo. Muitas vezes, no âmbito dessas disputas académicas, procura-se focar a selecção dos critérios de classificação utilizados. Quando assim é, diz Pires (2003:60-61) a "construção das tipologias deixa então de ter por objectivo a definição tão exaustiva quanto possível de células correspondentes a cada uma das situações possíveis de serem empiricamente observadas, centrando-se antes na definição de critérios de comparabilidade e na identificação das dimensões analíticas organizativas com base nesses critérios".Tendo em mente esta consideração, debruçamo-nos em seguida sobre algumas das muitas tipologias e categorias migratórias definidas, o que não implica, todavia, qualquer desconsideração em relação às restantes.

### 2.2.1 Migração Interna e Migração Internacional

De acordo com a OIM, a migração interna, temporária ou permanente, envolve a circulação de indivíduos entre uma e outra zona de um determinado país com o objectivo de fixar nova residência sendo, assim, uma deslocação circunscrita a um certo país (OIM, 2009). Para Castles (2005) e Jackson (1991), as migrações internas constituem um movimento no interior de um mesmo país, que se realiza ao nível da província, região ou município. Constituindo uma deslocação dos agentes dentro das divisões administrativas dum país ou espaço restrito, não implicam, normalmente, controlos formais através de postos fronteiriços.

A migração internacional é vista como a deslocação de indivíduos que abandonam os seus países originários para se estabelecerem, de forma temporária ou permanente, noutro país de destino, transpondo, dessa forma, as fronteiras internacionais (OIM, 2009)[15]. Para Jackson (1991), as migrações internacionais englobam a deslocação de indivíduos ou famílias que cruzam as fronteiras do país de origem para se fixarem noutro país. Este tipo de movimento acarreta quase sempre a mudança de residência e de trabalho, excluindo os agentes que têm espaços de vida em dois países em simultâneo, migrantes que vivem junto às fronteiras entre dois países e se deslocam diariamente entre a sua residência e o local de trabalho, que se encontra do outro lado da fronteira (Jackson, 1991).

[15] No conjunto das migrações internacionais levanta-se um leque de categorias em que, segundo Castles (2005), usualmente os Estados se apoiam para a gestão e o controlo da população migrante. Algumas das categorias consideradas por este autor, entre muitas outras avançadas por outros autores são as seguintes: i) *imigrantes temporários* (trabalhadores convidados ou imigrantes laborais contratados) – agentes que imigram por um período limitado de tempo para conseguir emprego e enviar remessas para as suas famílias; ii) *imigrantes altamente qualificados* e empresários (gestores e outros profissionais qualificados) – indivíduos que se movem no mercado interno das multinacionais e organizações internacionais ou procuram emprego em mercados internacionais caracterizados pela escassez de profissionais qualificados; iii) *imigrantes irregulares/ilegais* – pessoas que entram num país, geralmente à procura de emprego, sem os documentos ou autorizações necessárias; iv) *reunificação familiar* – imigrantes que se vão juntar a familiares que, de antemão, se encontram num país de imigração nas categorias acima referenciadas; e iv) *refugiados* – indivíduos que residem fora do seu país de nacionalidade, que não podem ou não querem regressar por temer ser perseguidos em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação a certos grupos sociais ou até opiniões públicas (Castles, 2005).

### 2.2.2 Migração Temporária e Migração Permanente

No que se refere à duração, o movimento migratório pode ser temporário ou permanente. Em relação à migração temporária, considera-se que o actor migrante se ausenta para um período de trabalho numa região diferente do mesmo ou de outro país, mantendo o local de residência permanente, de onde saiu. Na migração permanente, o agente migrante muda de residência em função de uma decisão inteiramente assumida (Jackson, 1991). Renner & Patarra (1980: 240), diferenciam as migrações permanentes das mudanças de residência temporárias em função do tempo de permanência, considerando imigrantes permanentes aqueles que desejam permanecer mais de um ano no país de acolhimento e imigrantes temporários "os não residentes que pretendem manter uma ocupação remunerada por um ano ou menos". Outros autores, por exemplo, Matos (1993), consideram que as migrações podem ser de curta duração, quando a deslocação dura menos de um ano; de média duração, quando esta se prolonga entre um e cinco anos; e de longa duração ou definitiva, quando se situa acima dos cinco anos (ver quadro 2).

**Quadro 2**: **Tipologias Migratórias**

| TIPOLOGIAS | | CONFIGURAÇÕES |
|---|---|---|
| **1. Segundo a transposição de fronteiras** | Nacionais (internas) | Intra-inter bairros (mobilidade residencial) |
| | | Intermunicipal |
| | | Inter-regional |
| | Internacionais | Intra-continental |
| | | Intercontinental |
| **2. Segundo a duração e/ou periodicidade** | Movimentos Pendulares | Diários/ |
| | | Semanais |
| | Movimentos Periódicos | Sazonais |
| | | Migrações de breve duração (menos de 1 ano) |
| | | Migrações de média duração (1 a 5 anos) |
| | | Migrações de longa duração ou definitiva (mais de 5 anos) |
| **3. Segundo a voluntariedade** | Migrações Voluntárias | Individuais |
| | | Núcleos familiares |
| | | Grupos |
| | Migrações Forçadas | Deportação/êxodo – causalidades:<br>- Conflitos armados<br>- Catástrofes naturais e ecológicas<br>- Razões políticas |
| **4. Segundo o motivo evocado** | — | - Trabalho, familiar, saúde, estudo<br>- Político, étnico ou religioso<br>- Catástrofes: bélicas, ecológicas e naturais |

**Fonte**: Elaborado pelo autor, a partir de Matos (1993: 2-3)

### 2.2.3 Migração Voluntária e Migração Forçada

Entende-se como migração voluntária a deslocação para um determinado destino em resultado de uma decisão livre do indivíduo, apenas imputada à sua própria responsabilidade, sem que nela intervenham factores externos. Segundo Jackson (1991: 7), é uma decisão que o actor migrante toma a partir de influências e circunstâncias relacionadas com "a situação de mercado do indivíduo, mas que não pode caracterizar-se por nenhum constrangimento formal". Para Jubilut (2010), este tipo de migração reporta aos indivíduos e membros das suas famílias que se deslocam para o estrangeiro em busca de melhores condições de vida socioeconómicas para si e para os seus dependentes. Estes, no entanto, podem estar em situação regular ou irregular no país de chegada, de acordo com as regras de entrada e permanência nesse país.

Diferentemente da migração voluntária, a migração forçada remete-nos para deslocações que não são, à partida, da livre vontade ou decisão dos migrantes, existindo elementos negativos que condicionam o abandono do local de residência no país de origem ou receptor. Na visão da OIM (2009:41), estas são deslocações migratórias "em que existe um elemento de coacção nomeadamente ameaças à vida ou à sobrevivência, quer tenha origem em causas naturais, quer em causas provocadas pelo homem (por exemplo, movimento de refugiados e pessoas internamente deslocadas, bem como pessoas deslocadas devido a desastres naturais ou ambientais, químicos ou nucleares, fome ou projectos de desenvolvimento)". Este tipo de migração advém da necessidade de proteger a vida e a liberdade dos indivíduos como actores migrantes, independentemente da situação em que se encontrem (refugiados políticos, ambientais ou outra condição), desde que tenham a percepção de que se encontram num contexto em que correm perigo de vida no seu local de residência. As migrações forçadas resultam do abandono das pessoas do seu local de residência habitual por receio de perseguição justificado com base na religião, raça ou nacionalidade, podendo ainda decorrer das diferenças de opinião política e da pertença a um determinado grupo social (Jackson, 1991; Jubilut, 2010)[16].

[16] Aqui levanta-se a questão da "autenticidade" da alegação de perseguição ou de risco de vida no país de origem apresentada pelo indivíduo perante o país de acolhimento. Jackson (1991: 7), a este propósito, refere que "o grau de legitimidade do seu exílio varia consoante os potenciais países de acolhimento e as condições

A migração forçada, "fenómeno social inscrito na estrutura social e histórica dos países de origem e destino" (Aydos, 2010: 52),tem sido conotada com os movimentos migratórios de refugiados, por serem aqueles que têm merecido especial atenção tanto pelos países de origem como de destino, bem como por organismos internacionais. Segundo o artigo I, ponto 1, da convenção da OUA de 10 de Setembro de 1969, relativa a aspectos específicos relacionados com o problema dos refugiados em África, refugiado é "todo aquele que, tendo um fundamentado receio de ser perseguido em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa, devido àquele receio, ou não queira pedir a protecção daquele país, ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual, por causa daquelas razões, não possa ou, em virtude daquele fundamentado receio, não queira regressar a esse país" (OUA, 1969)[17].

O estatuto de requerente de asilo antecede o de refugiado , correspondendo à condição em que o indivíduo que pretende entrar num país como refugiado se encontra, enquanto aguarda pela decisão do seu pedido para obter o estatuto de refugiado, de acordo com as normas internacionais e nacionais. Em caso de rejeição, pode abandonar o país ou ser expulso, tal como os migrantes irregulares, a não ser que razões humanitárias ou outros motivos relacionados o impeçam (OIM, 2009). No entanto, parecem existir dificuldades de ordem prática no que se refere à diferenciação entre refugiado ou requerente de asilo e migrante pois, em ambos os casos, como salienta Bertrand (1998), há uma experiência vivida de ruptura entre o actor migrante e o seu país de partida. (Aydos, 2010: 57),por exemplo considera que "legalmente um indivíduo que deixa o seu país e se apresenta na fronteira de outro país precisa encontrar um outro sistema que o reconheça e lhe conceda um lugar. Assim, com o passar do tempo, o asilo (ou refúgio) passou de uma prerrogativa pessoal para uma responsabilidade do Estado".

---

de admissão nestes, podem ser distintos conforme se esteja perante refugiados especificamente classificados como políticos ou religiosos ou de alguém que fuja apenas por crimes ou fugas ao fisco praticados no país de origem".

[17] Segundo esta convenção, o termo refugiado é aplicado também a "todo aquele que, devido a uma agressão externa, ocupação, dominação estrangeira ou a acontecimentos que alteram, em termos graves, a ordem pública numa parte ou em todo o país de origem, seja obrigado a deixar o lugar da sua residência habitual, com a finalidade de pedir refúgio em outro lugar fora do seu país de origem ou de nacionalidade" (OUA, 1969).

### 2.2.4 Migração de Retorno e Migrante Económico

Designa-se migração de retorno o movimento de regresso dos actores migrantes à sua zona de partida ou de residência habitual, no geral depois de terem estado pelo menos um ano fora dos seus países. Estas deslocações de retorno podem, ou não, ser de livre vontade, incluindo também o repatriamento voluntário (OIM, 2009). O posicionamento de Jackson (1991: 11) em relação a migração de retorno, é "o regresso e o estabelecimento de uma população migrante no seu país ou área de residência originais. Este tipo de retorno pode ocorrer pouco tempo após a partida ou verificar-se em etapas específicas do ciclo de vida, como por exemplo na altura da reforma". Castles (2005) considera igualmente que os imigrantes retornados são aqueles indivíduos que regressam ao seu país de origem após um período de permanência noutro país. Estes são, por vezes, acolhidos com agrado, visto que são portadores de capital, qualificações e experiência importantes para o desenvolvimento e, noutras situações, são vistos como agentes suspeitos, detentores de valores que podem interferir na mudança cultural ou política dos seus países (Castles, 2005).

O migrante económico, na visão da OIM (2009:44), é a "pessoa que deixa o seu lugar de residência habitual para se instalar fora do seu país de origem, a fim de melhorar a sua qualidade de vida. Este termo pode ser usado para distinguir refugiados que evitam perseguições e também se refere a pessoas que tentam entrar num país sem a autorização e/ou recorrendo a procedimentos de asilo de má-fé. Aplica-se também a pessoas que se instalam fora do seu país de origem enquanto dura uma estação de colheita, mais propriamente designados por trabalhadores sazonais".

## 2.3 A Pluralidade Conceptual do Desenvolvimento

As análises sobre o desenvolvimento assentam muitas vezes na compreensão das desigualdades das condições materiais de existência dos indivíduos nas sociedades. Essas condições materiais revelam um certo estado de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, a melhoria dessas condições é o foco de todo o processo de desenvolvimento, independentemente do sentido que se lhe pretende atribuir (Souza, 1993). Para Amaro (2003), se, por um lado, o desenvolvimento é um processo mobilizador de mudanças e transformação, por outro, tem sido utilizado para avaliar o nível de progresso e bem-estar

de um país. Muitos autores e instituições nacionais e internacionais são unânimes em considerar que o fosso existente entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento é cada vez maior, apesar da combinação de esforços para a sua redução.

A ONU, ao longo de várias décadas, tem procurado pôr em marcha o processo de desenvolvimento global através de algumas estratégias e propostas, cujos resultados não parecem ir de encontro às expectativas conduzindo, pelo contrário, a um cepticismo generalizado nos países em desenvolvimento e mesmo nos desenvolvidos. Angelopoulus (1973) reconhece haver um impasse na saída da condição de pobreza nos países em desenvolvimento, porquanto os programas de ajuda disponibilizados às regiões menos desenvolvidas não têm produzido os efeitos desejados. Daí a multiplicidade de pesquisas e reflexões que procuram analisar e conceber novas estratégias a partir das falhas do passado, que fizeram com que o esforço desencadeado em prol do desenvolvimento não tivesse os resultados pretendidos. Discutimos em seguida como este conceito, bastante em voga, que propõe como fim alcançar a melhoria da qualidade de vida das populações – em qualquer sociedade – ganha distintos contornos e dimensões nos campos socioeconómico, político, cultural, entre outros.

### 2.3.1 Os Meandros do Desenvolvimento: a Abordagem Economicista

O conceito de desenvolvimento esteve ancorado, na sua génese, na abordagem economicista e nas suas premissas de crescimento económico e industrialização, que se pensava serem as condições *sine qua non* para a melhoria do nível de vida das populações (Amaro, 2004; Gomez et al., 2007; Moreira, 2009). Esta perspectiva economicista, segundo Gomez et al. (2007), tem os seus antecedentes muito antes da Segunda Guerra Mundial, assente em duas correntes: a liberal, representada por Adam Smith, Jean Baptiste Say, Thomas Malthus e David Ricardo; e a socialista, constituída por Charles Fourier, Robert Owen e Karl Marx. Gomez et al. (2007) enfatizam, por exemplo, que Adam Smith, no seu livro "A Riqueza das Nações", vê a sociedade como tendo uma evolução histórica que lhe é própria mas restringe a coesão dessa mesma sociedade e o desenvolvimento ao funcionamento das leis do mercado, explicitando os interesses lucrativos em função da iniciativa individual.

No entanto, para Karl Marx, as contradições económicas dentro da sociedade capitalista, motivadas pela apropriação dos meios de produção e pela existência de duas classes sociais antagónicas, era o rastilho para a formação de uma nova sociedade – socialista. O crescimento económico era, em parte, o resultado das relações de produção diferenciadas dessas classes. Joseph Shumpeter, na sua obra "*The Theory of Economic Development*", colocou em evidência a existência de ciclos curtos e longos na história do capitalismo, considerando que a ruptura do equilíbrio estacionário é inerente ao sistema capitalista, dando início ao processo de desenvolvimento económico, que difere do conceito de crescimento económico. Para este autor, o crescimento é visto como uma sucessão de ciclos económicos estacionários que não originam, *a priori*, desenvolvimento económico, não sendo, necessariamente, sinónimo de bom funcionamento do sistema capitalista (Gomez et al., 2007; Bustelo, 2011).

Moreira (2009) ressalta que as disparidades verificadas nas taxas de crescimento entre os países e dentro dos mesmos não mereceu atenção somente dos autores clássicos referidos, mas também, de outros autores como Robert Slow e Robert Lucas. Segundo a autora, a teoria da modernização foi uma das mais importantes teorias do desenvolvimento, com o seu modelo explicativo a partir da dicotomia tradição-modernidade, assim como o modelo proposto por Walter Rostow assente nas etapas do crescimento económico, no qual o desenvolvimento económico é discutido a partir da linearidade e progressividade temporal das sociedades[18] . Para Walter Rostow e Alexander Gerchenkron, as sociedades seguiriam de forma uniformizada pelo mesmo trilho histórico do desenvolvimento económico, a saber: sociedade tradicional; as condições de arranque; o arranque; o impulso para a maturidade; e a época do elevado consumo de massas (Gunder, 1976). Já na década de 1980 desenvolve-se uma corrente apelidada de contra-revolução neoclássica em que "passa a ser a ortodoxia do desenvolvimento prevalecente, inicialmente nas suas abordagens *free*-

[18] Gunder (1976), entre outros autores, insurgiram-se contra as etapas e as teses defendidas por Rostow. Para este autor, estas etapas não correspondem de forma alguma à multiplicidade da realidade dos países subdesenvolvidos, nem no presente nem no passado, ao que se acrescenta a dificuldade em encontrar na actualidade um país ou uma sociedade que tenha as características da 1ª etapa (tradicional) postulada por Rostow.

*market* e *new political approach* e mais tarde na abordagem *market friendly*"[19] (Moreira, 2009: 2).

O termo desenvolvimento expandiu-se após a Segunda Guerra Mundial em resultado dos vários acontecimentos que se lhe seguiram, sendo o principal, na visão de Amaro (2004), a ocorrência das independências africanas[20] em relação aos países colonizadores europeus. Com a liberdade conquistada, estes países almejavam alcançar a prosperidade e a riqueza, à semelhança dos seus antigos colonizadores. Assim, as construções teóricas sobre o desenvolvimento gravitavam em volta do avanço destes países, estando sempre ligadas à resolução daquilo a que o autor chama "problemas e vícios de desenvolvimento" (Amaro, 2004:40).

À semelhança deste último autor, Gomez et al. (2007) corroboram que com o desmoronamento da estrutural colonial depois da Segunda Guerra Mundial os países da África, América Latina e Ásia tidos como subdesenvolvidos eram catalogados como os primeiros protótipos dos países desenvolvidos, onde até então a teoria económica assentava no crescimento económico e na industrialização. Balandier (1971) sustenta, igualmente, que as considerações pelos problemas de desenvolvimento surgiram neste período devido a dois aspectos: i) a rejeição da dependência colonial pelos países colonizados; e ii) a procura de uma interpretação exigente das profundas mudanças que afectavam todas as sociedades, provocando a reformulação dos planos sociais e económicos.

[19] Para mais detalhes sobre as abordagens *free-market* e *market friendly* ver: Kiely, R. (1998). Neo Liberalism Revised? A Critical Account of World Bank Concepts of Good Governance and Market Friendly Intervention. *Capital & Class*, vol. 22, nº 1, pp. 63-88; e World Bank (1991). *World Development Report 1991. The Challenge of Development*. New York, Oxford University Press.

[20] Além da razão acima exposta, Amaro (2004) encontra outras causas que se perfilam por detrás da génese do conceito de desenvolvimento nesta altura: i) a operacionalização do plano Marshall para a reconstrução da Europa devastada pela guerra, a caminho do progresso e riqueza, ou seja, do desenvolvimento; ii) os confrontos da guerra fria entre os blocos Varsóvia-OTAN que, a partir da ideologia defendida, se traduziu na acumulação produtiva para fazer frente à corrida aos armamentos, à sustentação constante da inovação tecnológica e à apresentação dos resultados de progresso; iii) afirmação do Keynesianismo, novo paradigma das ciências económicas que defendia a intervenção do Estado na regulação da economia, viabilizando assim a realização do progresso e do bem-estar das sociedades, diferentemente do paradigma dominante (Escola Marginalista dos Neoclássicos do século XIX) que considerava o "mercado a garantia automática do bem-estar sem necessidade de formular teorias e definir estratégias de desenvolvimento; iv) os discursos idealistas pós-guerra mundial que defendiam "o progresso e a paz entre os povos, traduzidos em inúmeras referências e compromissos das Nações Unidas" (Amaro, 2004: 40).

Na década de 1970, após quase trinta anos do chamado período "glorioso" do desenvolvimento, encara-se de forma diferente a análise teórica e prática que se faz sobre o mesmo, na sequência de um conjunto de factores que segundo Moreira (2009:1), Amaro (2004) resume da seguinte forma: "i) frustrações dos países menos desenvolvidos em face da evolução do seu desenvolvimento; ii) sinal crescente de mal-estar social nos países desenvolvidos; iii) tomada de consciência dos problemas ambientais provocados pelo desenvolvimento; iv) irregularidades do crescimento económico nas décadas seguintes aos anos dourados e mudança de paradigma de crescimento económico e multiplicação de crises diversas nos países socialistas".

Este olhar economicista e quantitativo sobre o desenvolvimento, expresso no aumento do PNB e do PIB, na expansão de infra-estruturas industriais e sociais (educação, saúde), no aumento de consumo, etc. (Elias, 1980), ou na definição de desenvolvimento económico[21] de Ellsworth, entendido como a melhoria ancorada no bem-estar material dos indivíduos espelhada no fluxo progressivo de bens e serviços (Amaro, 2004), tem sido criticada por vários autores. Elias (1980), por exemplo, chama a atenção para o facto de os planos meramente económicos poderem não resultar quando não são tidos em consideração outros aspectos não económicos, mas funcionalmente interdependentes de uma sociedade – factores sociais –, que podem actuar inversamente à direcção pretendida.

Quintanero (2007) considera igualmente redutor o enfoque no crescimento económico e o papel fulcral que lhe é atribuído, considerando-o um pré-requisito do desenvolvimento. Cardoso & Falleto (1988) encaram o desenvolvimento como um processo social, embora os seus aspectos meramente económicos extravasem a trama de redes sociais implícitas. A partir de um olhar sociológico, estes autores não dão primazia aos aspectos económicos mas também não os rejeitam, considerando o desenvolvimento como "resultado da interacção de grupos, classes sociais que mantém um modo de relação que lhes é próprio e,

[21] O desenvolvimento económico é visto por Arthur Lewis a partir dum enfoque estruturalista, considerando que este implica não só um processo de crescimento mas também uma mudança estrutural. Para este autor, o crescimento económico conduz a uma reafectação sectorial do trabalho, traduzindo-se na progressiva diminuição da população rural, determinando a desagregação das estruturas tradicionais e a sua absorção pelo sector moderno em expansão (Estêvão, 2004).

portanto, interesses e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema socioecónomico" (Cardoso & Falleto, 1988: 18).

Angelopoulus (1973) mostra que um dos erros evidentes foi conceber o processo de desenvolvimento a partir daquilo que intitula "etnocentrismo do ocidente", o que aconteceu quando muitos pensadores do desenvolvimento apoiaram as suas ideias nas concepções da economia clássica. Segundo o autor, os teóricos do desenvolvimento não consideraram nas suas análises: "i) a inexistência de uma economia mundial integrada, mas sim a prevalência de uma economia ocidental com as suas contradições; ii) o facto de a economia socialista não estar consolidada mas ainda em processo de afirmação; e iii) o facto de o resto do mundo se confrontar com graves dificuldades económicas. Além disso, foi ignorada a diversidade cultural tradicional dos restantes países, bem distintos da civilização ocidental, e supôs-se que "pela inoculação de capitais, de invenções e de inovações tecnológicas se iria mudar o quadro geral das estruturas tradicionais não ocidentais e provocar o desenvolvimento equilibrado do mundo" (Angelopoulus, 1973: 6).

Outros autores, como Rist (1996), Perroux (1967) e Sen (2003), bem como instituições internacionais como o PNUD (200, 2007) não vêem o "económico" de forma isolada mas como uma complementaridade do desenvolvimento humano. Assim como o crescimento económico é necessário ao desenvolvimento humano, por sua vez o desenvolvimento humano é essencial para o crescimento económico (Rist, 1996). A ONU recusa igualmente a perspectiva meramente económica de encarar o desenvolvimento, considerando que este não deve ser visto apenas como aumento de riqueza. O verdadeiro desenvolvimento assenta, sim, no aumento da quantidade e qualidade das opções que os habitantes de um país possuem, como veremos na definição do desenvolvimento centrado no homem que a seguir discutimos.

### 2.3.2 Um Conceito "Amorfo"

No âmbito das ciências sociais, não há um consenso sobre a definição de desenvolvimento, que continua a ser um conceito ambíguo e por vezes contraditório (Wolfe, 1976)[22]. Segundo Rist (1996), este conceito não comporta uma definição estática, manifestando-se, de certa forma, através das acções que legitimam as instituições, que, por sua vez, fazem pulsar os sinais que atestam a sua presença . Para Gomez et al., 2007), o desenvolvimento é um conjunto emaranhado de conceitos que o transformam em cinzas. Na concepção de Sampedro & Berzosa (1996: 17), o desenvolvimento é revestido de "um certo vocábulo moderno que é concomitantemente estimulante e politicamente asséptico" e que "vale para muitos e não compromete ninguém e, por acréscimo, tem um certo aroma técnico e científico".

Gomez et al. (2007) sugerem que se intensificaram as críticas à utilização do conceito de desenvolvimento, um termo que se desvalorizou pelo seu emprego indiscriminado e generalizado para aludir a múltiplas realidades. Afirmam que o desenvolvimento "se converteu numa palavra resvaladiça de conteúdo nulo, com perfis que se esfumam. Efectivamente quem o utiliza não nomeia nada, mas certamente guarda todas as boas intenções que se lhe associam" (Gomez et al., 2007: 28). No entanto, como aponta Arcila (2007), apesar da ausência de compreensão plena do seu significado, o conceito está, ainda assim, incrustado nos discursos e práticas quotidianas.

Alguns autores tendem ainda a considerar o desenvolvimento imbuído de uma conotação ideológica para além da teórica. Amaro (2004: 37) observa que as dificuldades encontradas nas abordagens do desenvolvimento prendem-se com o enviesamento no estabelecimento das fronteiras "entre a teoria, a doutrina, a ideologia, a utopia e as práticas sociais". Na perspectiva de Andrade (1997), o desenvolvimento apresenta também matizes ideológicas além do seu carácter científico, já que emerge de uma construção mental, um exercício teórico e complexo convertido em ideia-força. Toda esta ambiguidade e mal-estar conceptual do desenvolvimento que muitos autores procuram clarificar parece ser

[22] Wolfe (1976) chega mesmo, de forma sarcástica, a referir que esta concepção de desenvolvimento visto de forma economicista tem merecido críticas tão frequentes e de tantos pontos de vista que dar-lhe maior atenção era como espancar num homem tombado.

defendida e compreendida por Perroux (1981), ao explicar que o desenvolvimento é um conceito e uma realidade científica impregnada de sistemáticas alterações, de crises e de ajustamentos que lhe são inerentes.

De entre as várias tentativas de definição do conceito, Rodney (1975: 18), por exemplo, vê o desenvolvimento como "um processo multifacetado na sociedade humana, que no plano individual implica maior perícia e capacidade, maior liberdade e criatividade, autodisciplina, responsabilidade e bem-estar material". Para Engberg (1990: 12), o desenvolvimento é "um processo de mudança progressiva que conduz a benefícios económicos e sociais para todas as pessoas, e tem lugar a diferentes níveis: nacional, regional, distrital, comunitário, doméstico e individual". Na definição da Fundação Dag Hammarskjöld [23], o desenvolvimento transporta consigo um processo cultural integral carregado de valores, onde estão englobados o ambiente natural, as relações sociais, a educação, a produção, o consumo e o bem-estar. Surge a partir do fórum interior de cada sociedade, definindo a sua visão ou projecto ou cooperando inicialmente com as suas próprias forças e com as sociedades que partilham os seus problemas e as suas aspirações (Sachs, 2005).

A concepção de que o desenvolvimento é, antes de mais, de cunho endógeno, devendo provir do esforço interno dos países e envolver a participação alargada dos indivíduos e da sociedade em geral, é também partilhada por Julius Nyerere, ex-presidente da Comissão Sul[24]. Nyerere considera que o desenvolvimento deve ser conduzido a partir de um processo que leva os homens a concretizarem o seu potencial, viverem as suas vidas na base da autoconfiança crescente, tanto individual como colectiva. É um processo que liberta as populações do medo da necessidade e da exploração e retrocede a opressão política,

[23]A Fundação sueca Dag Hammarskjöld (ex-secretário-geral da ONU) publicou um Relatório sobre o desenvolvimento e a cooperação internacional em favor de um desenvolvimento alternativo, que considera que deve: i) ser *endógeno*, por oposição a mimético; ii*)* ser *autoconfiante e autónomo* no processo decisório, por oposição a dependente; iii) operar a partir da *lógica das necessidades* e não do mercado (da procura efectiva), reflectindo directamente sobre valores de uso sem passar pelos valores de troca; e iv) proceder *em harmonia com a natureza* e estar aberto à *mudança institucional* (Sachs, 2005).

[24] A Comissão Sul foi constituída em 1987, liderada pelo então presidente da Tanzânia, Julius Nyerere. Esta Comissão produziu um relatório intitulado "O desafio ao Sul "que, entre muitas críticas, aponta a marginalização a que estão votados os países subdesenvolvidos do hemisfério Sul e a falta de soberania funcional dos países do Sul, onde a maior parte dos processos decisórios é dominada pelas instituições internacionais e pelos países do Norte (Gomes, 1992).

económica e social. Assim, a independência política adquire o seu verdadeiro sentido quando existe desenvolvimento. O desenvolvimento duma nação tem de vir do seu interior (endógeno) e ser concretizado através dos seus próprios recursos humanos e materiais. Nyerere não rejeita o auxílio externo, pelo contrário, considera-o indispensável. Todavia, para que seja consistente e funcional, tem de se incorporar no esforço nacional e ser aplicado nos objectivos do país que pretende beneficiar (Nyerere, 1991)[25].

### 2.3.3 A Renovação das Abordagens Desenvolvimentistas

Na constelação de conceitos contraditórios, críticos e não consensuais, começaram a emergir novas abordagens na conceptualização do desenvolvimento que desafiam as considerações economicistas, trazendo novos elementos relacionados com a sustentabilidade do ambiente, o desenvolvimento humano, as liberdades individuais, o desenvolvimento local e comunitário, o desenvolvimento integrado, entre outros. Amaro (2004), em função dos conteúdos e contextos científicos e institucionais, agrupa esses conceitos em três grandes fileiras conceptuais: i) a ambiental; ii) a das pessoas e das comunidades (*people-centered*); iii) a dos direitos humanos e da dignidade humana. No entanto, ainda assim, eles continuam a ser problemáticos. Embora analisados separadamente, estes conceitos têm sido agrupados em desenvolvimento socioeconómico, desenvolvimento participativo e local, desenvolvimento humano e social, desenvolvimento social integrado, entre outras designações. Neste trabalho, optamos por nos debruçar apenas sobre quatro tipologias de desenvolvimento, sem querer com isso apelar que estas se sobrepõem às demais.

#### 2.3.3.1 Desenvolvimento Sustentável

Os debates sobre a degradação do meio ambiente e a tomada de consciência dos limites do desenvolvimento sem o uso racional dos recursos naturais remonta à década de 60. Já antes, no século XIX, Thomas Malthus havia estudado a relação entre o crescimento demográfico e o incremento da produção alimentar. A partir de 1972, desde a Conferência de Estocolmo, a primeira realizada pela ONU sobre o meio ambiente, e o estudo encomendado pelo Clube

[25] Esta visão do desenvolvimento da Comissão Sul deve ser entendida dentro do contexto em que se encontram os países africanos.

de Roma sobre a conciliabilidade das reservas estratégicas com o ritmo de crescimento, ou seja, com o modelo de desenvolvimento dominante (Amaro, 2004; Moreira, 2009; Gomez et al., 2007), construíram-se os primeiros fundamentos do conceito de ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável, que assentam nos seguintes pressupostos: i) satisfação das necessidades básicas; ii) solidariedade intergeracional; iii) participação das populações nas tomadas de decisão; iv) preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; e v) programas de educação.

O desenvolvimento sustentável é basicamente encarado como um desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades. Este conceito reclama um desenvolvimento alternativo global que tenha em conta os limites de degradação dos recursos e do meio ambiente. Parte do princípio que as futuras gerações devem ter acesso aos recursos, tanto quanto ao nível das gerações presentes, o que implica uma solidariedade intergeracional. A abordagem da sustentabilidade ambiental mostra o cuidado que se deve ter na optimização dos recursos a pensar nas gerações vindouras. A própria noção de desenvolvimento sustentável é, assim, analisada como um discurso e prática imperioso na necessidade de redefinição da relação homem-natureza, que passa por uma mudança sustentável do próprio comportamento e acção humana perante a natureza.

Gomez et al. (2007) advogam que os estudiosos do ecodesenvolvimento propõem-se denunciar o impacto para o meio ambiente das modalidades do crescimento económico. Segundo estes autores, havendo tendências de crescimento populacional, de crescente industrialização, contaminação, produção de alimentos e exploração dos recursos, todos eles fenómenos conjugados podem desembocar num desequilíbrio da população e comprometer a capacidade industrial. Por isso, Amaro (2003: 57) vê "o desenvolvimento sustentável baseado numa nova interacção entre o sistema económico e o sistema ecológico (interdependência sistémica), o que expressa a adopção de uma lógica de contenção (de *steady-state*), definida por um ritmo sustentável de equilíbrio entre *inputs*, *throughputs* e *outputs* na interacção entre o económico e o ecológico". Por sua vez, Riechmamn (1991) remete-nos para uma concepção menos perdulária na utilização dos recursos, considerando que para se fazer frente aos problemas ambientais globais deve-se aprender a diferenciar

entre o imprescindível e o supérfluo e compreender igualmente que a satisfação das necessidades básicas dos homens de forma ecologicamente sustentável deveria estar na agenda de qualquer programa de desenvolvimento na actualidade.

#### 2.3.3.2 Desenvolvimento Humano

Esta abordagem põe em causa as leituras meramente económicas para se centrar nas pessoas. Formulado pela primeira vez pelo PNUD, no seu Relatório de Desenvolvimento Humano, em 1990, procurou conjugar – a partir das necessidades básicas – a visão económica do desenvolvimento com os aspectos sociais. Os Relatórios de Desenvolvimento Humano do PNUD indicam que este se traduz no alargamento da gama de escolha oferecida à população, o que permite tornar o desenvolvimento mais democrático e mais participativo. Estas escolhas devem compreender as possibilidades de aceder ao rendimento e ao emprego, à educação e aos cuidados de saúde, e a um ambiente isento de perigo. O indivíduo deve igualmente ter a possibilidade de participar plenamente nas decisões da comunidade e de gozar das liberdades humanas, económicas e políticas (PNUD, 1994; 1997).

O Desenvolvimento Humano tem sido "atrelado" ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que ao longo dos anos mereceu várias reformulações. A partir deste índice procura-se basicamente medir o desenvolvimento humano, servindo de instrumento de comparação dos níveis de bem-estar alcançados pelos diversos países, que se faz através dos seguintes parâmetros: i) esperança de vida; ii) educação e taxa de alfabetização; iii) rendimento nacional *per capita*, segundo o poder de compra; iv) taxa de matriculados no ensino básico, secundário e superior (Amaro, 2004). Contudo, o IDH tem merecido críticas por não ter em conta uma série de critérios, tais como: i) ambientais (desmatamento, poluição); ii) diferenças sociais (género ou raça); iii) classificação dos países superficial; iv) ausência de dados sobre o sector informal; e v) falta de análise acerca da qualidade da educação (Dhnelo, 2005).

No entanto, o conceito de desenvolvimento humano alargou-se e procura também abarcar e/ou incluir outras dimensões como liberdade, democracia, igualdade de oportunidades, segurança, entre outros. Por exemplo, Sen (2003) concebe a liberdade, no seu sentido mais

alargado, como um meio essencial para alcançar o desenvolvimento, que consiste na remoção de vários tipos de constrangimentos que deixam aos indivíduos poucas escolhas e oportunidades para exercerem a sua acção racional. Esse exercício da liberdade tem uma estreita ligação com as possibilidades de acesso à saúde, educação, alimentação, participação política, entre outros.

O desenvolvimento segundo Sen (2003), pode ser encarado como um processo de extensão das liberdades reais de que uma pessoa goza, chamando a atenção para o facto de que a focalização nas liberdades humanas entra em choque com as perspectivas mais "estreitas" do desenvolvimento que o identificam com o crescimento económico ou que se apoiam na industrialização, progresso tecnológico ou mesmo modernização social. Sen (2003) traz a luz, de que o desenvolvimento pressupõe a eliminação de constrangimentos que atentam contra a possibilidade de se viver uma vida longa e condigna, como a pobreza, ausência de oportunidades económicas, sistemática privação social, a negligência dos serviços públicos, bem como o modelo de governação intransigente e tirânicos dos Estados repressivos.

#### 2.3.3.3 Desenvolvimento Local

O desenvolvimento local é uma das extensões do desenvolvimento cujo conceito resulta da intersecção do paradigma do desenvolvimento territorial (académico) e das experiências no terreno (de ONG) que mostraram a sua pertinência e exequibilidade no contexto da globalização (Amaro, 2003). O desenvolvimento local é visto por Mengin (1989: 21) como "um processo de diversificação e enriquecimento das actividades económicas e sociais sobre um território a partir da mobilização e da coordenação dos seus recursos e de suas energias". Para a autora, este conceito pode ter um sentido operacional quando aplicado num quadro de cooperação inter-comunal, associando os aspectos económicos, sociais e culturais do desenvolvimento[26]. O processo de desenvolvimento local ou social pressupõe que os diversos sectores económico, social e cultural possam idealizar as suas acções, existindo determinados espaços ou lugares onde são postas em prática as operações projectadas.

[26] Mengin (1989) não faz uma distinção nítida entre o desenvolvimento local e social. A partir da contextualização da sociedade francesa, estes dois conceitos emergem como resposta à ausência de adaptação da sociedade e grupos sociais ao processo de desenvolvimento por que a Europa passou durante as três décadas "gloriosas" a que nos referimos anteriormente.

Na concepção de Amaro (2003: 57), o desenvolvimento local expressa "o processo de satisfação das necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas". Para Fragoso (2005), apresenta um carácter endógeno e integrado, cujos objectivos são melhorar a qualidade de vida das populações locais e aumentar os seus níveis de autoconfiança e organização. Este tipo de desenvolvimento deve estar em consonância com os interesses das populações que, organizadas – formal ou informalmente – garantem a sua participação, a todos níveis, nos processos de decisão, dos recursos e das vantagens obtidas. Enquanto isso, Moreira (2009) remete o desenvolvimento local para uma lógica participativa, através do aumento das capacidades (*empowerment*) das comunidades locais na resolução dos seus problemas e na valorização dos recursos locais.

#### 2.3.3.4 Desenvolvimento Participativo

O desenvolvimento participativo não se afasta muito do desenvolvimento local. Há imbricações fortes entre eles, visando ambos a melhoria das condições de vida das comunidades e dos indivíduos. A participação das comunidades locais nos processos de decisão que influenciam as suas vidas é fundamental para tornar o desenvolvimento eficaz, conferindo-lhes expressão e capacidade de acção (World Bank, 2012). Amaro (2004: 57), vê o desenvolvimento participativo assente na "adopção de uma metodologia participativa nos processos de mudança e de melhoria das condições de vida das populações, desde a concepção e decisão à avaliação, passando pela execução, direcção e acompanhamento, implicando a afirmação plena da cidadania nos seus direitos e deveres". Mas para que a participação se reflicta e se evidencie no desenvolvimento, segundo o World Bank (2012), o Estado terá de ser "sensível" a estas questões, além de que o contexto local e nacional são determinantes, na medida em que as intervenções variam de uma comunidade para outra em função da sua história, geografia, natureza das interacções sociais e sistemas políticos. O Banco Mundial reconhece que não existe previsibilidade na participação eficaz da sociedade civil, porque os projectos participativos se fazem, por vezes, dentro de variações litigiosas, burocráticas e políticas.

### 2.3.3.5 Desenvolvimento Integrado

Além das abordagens acima referidas, define-se ainda o chamado desenvolvimento integrado, transversal aos outros tipos de desenvolvimento, que Amaro (2003) considera ser um conceito aglutinador das outras abordagens de desenvolvimento. A primeira definição deste conceito surgiu, segundo Moreira (1999), nos trabalhos de François Perroux (1967) onde este postula que o desenvolvimento devia ser analisado como um processo global na medida em que é composto por um conjunto de factores, correspondendo a um processo integrado, devido à interligação das suas dimensões, e endógeno, por se basear nas características e potencialidades de âmbito interno, de acordo com os objectivos identificados.

Amaro (2003: 59) sintetiza o desenvolvimento integrado como "um processo que conjuga as diferentes dimensões da vida e dos seus percursos de mudança e de melhoria, implicando, por exemplo, a articulação entre o económico, o social, o cultural, o político e o ambiental, a quantidade e a qualidade; as várias gerações; a tradição e a modernidade; o endógeno e o exógeno; o local e o global; os vários parceiros e instituições envolvidas; a investigação e acção; o ser, estar, o fazer, o criar, o saber, o ter (as dimensões existenciais do desenvolvimento), o feminino e o masculino, as emoções e a razão, etc."

### 2.3.3.6 Aspectos "Nebulosos" do Desenvolvimento

Embora esteja em voga há já vários anos, referimos que o conceito de desenvolvimento está revestido de mal-entendidos, debates e falta de consensos. A ideia inicial de que o desenvolvimento era visto como sinónimo de crescimento económico foi posta em causa por outras abordagens assentes numa perspectiva plural e interdisciplinar. O desenvolvimento não corresponde apenas ao aumento do rendimento *per capita*, integrando antes outras dimensões não económicas e reclamando uma abordagem humana e social na sua globalidade. Por isso, Ander-Egg (1980), citado por Gomez et al., 2007) sugere que a questão do desenvolvimento deve ser abordada de forma dialéctica, global ou totalizante, distinguindo-se seis aspectos analíticos interligados: o histórico; o científico; o filosófico; o ideológico; o político; e os métodos e técnicas de acção social.

A ideia do desenvolvimento construída a partir das teorias e dos modelos eurocentristas tem sofrido, igualmente, duras críticas. Gunder (1976) mostra as insuficiências existentes nas formas de enfrentar o problema da transformação social e do desenvolvimento económico quando se procura analisar as características das economias dos países desenvolvidos como um modelo ideal, que é depois comparado com os traços típicos duma economia e sociedade pobre. Outra crítica apontada pelo autor é a abordagem difusionista – a aculturação do processo de desenvolvimento dos países ocidentais para os menos desenvolvidos –, isto é, a difusão do conhecimento, especializações, organização, valores, tecnologia e capital para as nações pobres, que com o tempo se poderiam converter naquilo que são actualmente os países desenvolvidos do Atlântico.

Na mesma linha, Balandier (1971) ressalta que as teorias do desenvolvimento usadas para explicar os problemas dos países menos desenvolvidos estão marcadas pelo facto de serem teorias exógenas, concebidas nos países ocidentais avançados, actualmente desacreditadas. O desenvolvimento como conceito e instrumento não soube fazer face aos múltiplos problemas sociais e ambientais das sociedades, tendo sido utilizado fundamentalmente como ideologia de dominação dos países desenvolvidos, com o objectivo de manter o seu elevado nível de vida.

Assim, o conceito de desenvolvimento, com a sua conotação eurocentrista e economicista, aliada ao desapontamento dos teóricos, implementadores e beneficiários da maior parte dos países em desenvolvimento (bem como dos desenvolvidos), passa a merecer outro tratamento teórico, – surgindo o conceito de pós-desenvolvimento (Amaro, 2004). Isto significa que o desenvolvimento já não é encarado como o único princípio organizador da vida social, e não pode ser teorizado nem operacionalizado sob o prisma unicamente ocidental. Segundo Escobar (2007), o pós-desenvolvimento pressupõe a revalorização das culturas locais-nacionais dos povos para a construção de um mundo sustentável, mais humano do ponto de vista sociocultural e ecológico. Dá-se, assim, importância à pluralidade dos discursos e representações que não são mediadas pela construção do desenvolvimento (ideologias, as metáforas, línguas, etc.).

Ainda para Escobar (2007), é necessário alterar as práticas do saber e do fazer que definem o regime de desenvolvimento, bem como multiplicar os centros e agentes de produção de conhecimento que prezem as formas de conhecimento produzidas por aqueles que deveriam ser os "objectos" do desenvolvimento, para que possam tornar-se sujeitos de direito próprio. Amaro (2004: 65) observa que "o fim do desenvolvimento não deve ser visto como o fim da procura de novas possibilidades de mudança, com vista a um mundo relacional e de amizade, ou para fazer nascer novas formas de solidariedade. Significará simplesmente que chegou ao fim a abordagem da mudança mecanicista, reducionista, desumana, binária, e afinal, auto-destruidora" do desenvolvimento.

## 2.4 O Nexo entre Migrações e Desenvolvimento

A ideia de que as migrações são, no seu conjunto, potenciais fontes de desenvolvimento tem muitos partidários na actualidade. Já antes, no século XVIII, economistas ingleses como William Vaugham consideravam que os fluxos migratórios para as colónias eram uma saída benéfica para o controlo da população e do desemprego, aliado a um incremento da procura de bens, favorecendo assim o desenvolvimento da metrópole. Para a teoria mercantilista prevalecente na época, a ideia subjacente era de que uma nação prosperava pela exportação dos seus produtos e não pela mão-de-obra. Os ingleses viam a relação migração-desenvolvimento sob o prisma do triângulo comercial: metrópole, colónias e matérias-primas (Mármora, 2000).

Nesta época, Malthus, por exemplo, põe em causa a teoria mercantilista – crescimento da população e desenvolvimento económico – defendendo que a pressão demográfica sobre os recursos era a causa principal da pobreza generalizada, sugerindo a emigração como uma prescrição para aliviar o crescimento constante da população. Segundo Skeldon (2008), também Ravenstein admitia que os fluxos migratórios impulsionavam a indústria e o comércio, bem como os meios de transporte. No século XIX, os fluxos migratórios tiveram um papel fundamental na construção dos Estados no continente europeu e na América do Norte, com um impacto no desenvolvimento, sobretudo no processo de industrialização. Depois de 1945, as migrações voltaram a ser cruciais no *boom* económico da Europa ocidental, assumindo um carácter global a partir dos anos 80 (Castles, 2005).

A literatura actual sobre o nexo migração e desenvolvimento tende a assemelhar-se ao movimento vaivém dum pêndulo de relógio. Uma direcção aponta para os impactos positivos e a outra para os impactos negativos que os fluxos migratórios podem desencadear nas economias dos países emissores e receptores[27]. Wise et al. (2009) avançam que, por um lado, a concepção existente de que a migração internacional promove o desenvolvimento nos países de origem carece de sustentação teórico-empírica visto que, além de outras limitações, desconsidera as razões dos movimentos migratórios laborais globais na busca de sustento familiar nos países do Centro. Por outro lado, sustentam que esta concepção ignora o papel dos imigrantes no processo de crescimento económico nos países receptores e não tem em conta as transferências e custos (materiais e humanos) que a migração representa para os países emissores.

Figueiredo (2005) mostra que factores como a pressão demográfica, o desemprego ou as remessas das diásporas, aliados à estabilidade política e económica, aceleram o processo de desenvolvimento, sem contudo deixar de reconhecer os custos que acarretam, como a fuga de cérebros (*brain drain*) e a falta de incentivo à inovação, bem como a inflação provocada pela injecção de moeda na economia proveniente das remessas. As tensões sociais geradas nos países receptores seriam igualmente outro factor a ter em conta sendo, no entanto, desconsideradas por esta "crença" na relação entre migração e desenvolvimento que foi quase elevada ao estatuto de mito, como a seguir elucidamos.

[27] A análise da relação entre fluxos migratórios internacionais e desenvolvimento não é consensual. Isto explica-se, segundo Tolentino (2009), pelos seguintes factos: i) a natureza multifacetada do conceito de desenvolvimento é pluridimensional, incluindo elementos socioeconómicos e políticos, o que dificulta a sua medição e compreensão; ii) o conceito de remessas é incompleto e impreciso, devendo ser reformulado, pois não abrange toda a realidade; iii) o processo de decisão de migrar tem um carácter endógeno e selectivo, e por isso difícil de ser estudado; iv) as migrações não devem ser vistas como estratégias de sobrevivência homogéneas, já que os motivos e as formas de migrar são plurais (nacional e internacional, regular e irregular, forçada e voluntária, etc) e as estratégias eleitas reflectem-se, por exemplo, no acesso ao mercado de trabalho, ao apoio governamental e de instituições jurídicas, à educação e à formação, aos serviços de saúde e à criação e acumulação de riqueza; v) a falta de um sistema coordenado de informação sobre migrações faz com que a terminologia seja vasta e inexacta, levando à diversificação dos métodos de recolha, tratamento e registo da informação.

### 2.4.1 Os Debates em Curso: Claridades e Penumbras

Os actuais debates sobre migração e desenvolvimento emergem nos anos 50 e 60 no seio das correntes desenvolvimentistas optimistas e nos anos 70 e 80 pelos neomarxistas pessimistas, tendo sido seguidos por defensores de uma pluralidade de pontos de vista já nos anos 1990 (Haas, 2010). Ainda de acordo com Haas (2010) autores como Jones (1998), Kapur (2003) e Ratha (2003) sublinham que, depois de décadas de pessimismo, sobretudo em relação à fuga de cérebros, os governos têm apostado na transnacionalidade orientada de migrantes e diásporas dos países emissores como potenciais investidores e agentes de desenvolvimento (Haas, 2010).

Na visão de Abreu (2006), estas percepções optimistas e pessimistas têm a ver com a evolução diferencial dos impactos negativos e positivos aliados à emigração proveniente dos países em desenvolvimento. Para o autor, o optimismo intelectual e ideológico repousa na contribuição feita pelas diásporas e comunidades emigrantes, que se encontram afastadas das suas comunidades e regiões de origem. Organismos internacionais da ONU como a OIM (2006) consideram haver uma mudança na percepção do nexo migração e desenvolvimento em que se procura substituir o pensamento negativo, assente na necessidade de atacar as raízes dos males das migrações (*brain drain,* esgotamento da mão-de-obra e êxodo rural) com uma visão mais optimista do potencial da migração sobre o desenvolvimento, ancorada na contribuição socioeconómica e cultural e na mitigação das pressões demográficas e laborais, tanto dos países emissores como receptores.

Partindo do contexto da restruturação económica e precarização da força de trabalho em que se registam os movimentos migratórios na actualidade, Wise et al. (2009: 29) sugerem que os fluxos migratórios são importantes para o desenvolvimento, baseando-se nos seguintes pressupostos: " i) para o país emissor, os emigrantes são o agente e as remessas a alavanca para o desenvolvimento; ii) a migração tem uma dinâmica própria, que não depende de causas estruturais; iii) a migração constitui uma carga e as remessas uma fuga de recursos para o país de acolhimento; iv) os migrantes são a causa da deterioração laboral e da qualidade de vida no país receptor; v) a migração tornou-se uma estratégia que reveste de poder económico aos pobres na luta contra a pobreza". Para estes autores, este tipo de análise da migração *versus* desenvolvimento é unilateral e contraproducente, pois é

precisamente o processo de reestruturação neoliberal que precipita a nova dinâmica migratória e aprofunda o subdesenvolvimento, ao que se somam as assimetrias existentes entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Esta visão, no seu entender, distorce a realidade, pois cria a ilusão de que os imigrantes e as remessas (vistos como fontes de recursos financeiros) podem, e devem, contribuir para o desenvolvimento dos países receptores.

Na concepção de Mármora (2002), a relação existente entre migrações e desenvolvimento está igualmente rodeada de aspectos positivos e negativos apontados em diferentes momentos históricos e por diferentes perspectivas teóricas. Segundo o autor, a relação entre fluxos migratórios e desenvolvimento é estabelecida usualmente em três níveis analíticos distintos: i) uma análise global, em que os fluxos se explicam a partir das desigualdades de desenvolvimento entre os países de expulsão e atracção; ii) uma análise da génese dos movimento migratórios, em que a carência de desenvolvimento das regiões de origem ou o maior desenvolvimento das regiões de acolhimento são os factores básicos da mobilidade; e iii) uma análise das consequências das migrações no crescimento das sociedades de partida e receptoras. Kerney (1986), citado por Figueiredo, 2005) toma em linha de conta, além de outros factores, a evolução da conjuntura económica internacional, sendo a migração resultante do impacto do desenvolvimento de acordo com uma análise temporal. Este autor sublinha ainda que os estímulos aos movimentos migratórios podem suceder a curto prazo, enquanto a longo prazo pode ocorrer o contrário, sobretudo quando se verifica uma maior liberalização da política comercial e práticas de investimento nas regiões ou países afectados.

Wise & Covarrubias (2007) argumentam que o relevo dado às migrações faz parecer que estas são uma variável independente e que as premissas do desenvolvimento, ou da sua ausência, estão circunscritas aos recursos e iniciativas dos migrantes. Na óptica dos autores, deve-se sim enquadrar as premissas explicativas do problema do desenvolvimento no âmbito da dinâmica migratória.

Autores como King & Mateos (2005) e Cohen (2005) interligam os movimentos migratórios de forma mais ampla com a globalização, considerando esta tanto uma causa

como uma consequência da migração. Estes autores argumentam que a restrição da imigração imposta pelos países é um paradoxo da própria globalização. Segundo Castles & Midller (1998), referidos por King & Mateos,( 2005), admitem que, na actualidade pode-se falar de uma globalização migratória, pois existem cada vez mais regiões que são afectadas pelos fluxos migratórios simultaneamente.

É dentro deste contexto que os países receptores procuram gerir não só uma amálgama de antecedentes económicos, sociais e culturais trazidos pelos emigrantes, mas também a multiplicação e diversificação dos fluxos migratórios. Ainda King & Mateos (2005) vislumbram na migração uma força dinâmica na constituição das sociedades modernas e consideram que a globalização, citando Papastergiadis (2000:86) carrega com ela, "agentes turbulentos de pessoas com padrões de circulação que contrariam e atravessam as necessidades económicas e medidas públicas".

A partir de uma abordagem diferente da dos autores acima mencionados – conquanto apresente algumas intersecções – George (1977) vê o mundo como um espaço compartimentado, de subtilezas jurídicas, onde os movimentos migratórios são regidos por regulamentações e contractos adaptados aos interesses meramente económicos. Para o autor, os migrantes já não são detentores de poderes decisórios, cabendo sim aos governos e organizações internacionais orientar os fluxos migratórios de acordo com as necessidades económicas. As escolhas feitas pelos agentes fazem-se dentro dum quadro institucional que lhe impõem restrições, obrigando-o a partir ou limitando-lhe as possibilidades de movimentação.

Embora existam diferentes perspectivas acerca da positividade ou negatividade dos processos migratórios sobre o desenvolvimento, não deixa de haver, também, alguns consensos sobre o seu impacto nas sociedades em geral. Considera-se que as migrações internacionais e o desenvolvimento estão fortemente interligados e afectam os países social, económica, política e culturalmente. O desenvolvimento influencia e condiciona os movimentos migratórios e, por sua vez, a migração também influencia e contribui para o desenvolvimento (Gonçalves, 2009). Para Skeldon, 2008), a migração não está

desassociada do processo de desenvolvimento pois este cria e intensifica as desigualdades espaciais que, por sua vez, geram fluxos migratórios.

Na visão de Jackson (1991) e Castles (2005), as migrações continuam a ser um dos factores de mudança social. Contudo, algumas correntes intelectuais e políticas têm argumentado que os fluxos migratórios aumentam o desemprego e pressionam os serviços públicos de saúde e de educação. Segundo Skeldon (2008), o vínculo entre migrações e desenvolvimento é por vezes contestado, pois considera-se que a chegada de emigrantes pode provocar erosão na identidade das nações. Mármora (2002) defende ainda que pode trazer um impacto negativo nos mercados de trabalho, na segurança e nos serviços sociais dos países receptores.

Para Gonçalves (2009) autores tais como Weiner (1995), Davidson (1999) e Sassen (1996)[28], argumentam que os fluxos migratórios internacionais simbolizam uma ameaça à estabilidade e segurança nacionais, sobretudo naqueles Estados mais frágeis. Esta ameaça é extensiva às democracias ocidentais que se podem ver desestabilizadas politicamente pela entrada massiva de imigrantes indesejados. A visibilidade das ameaças aos Estados é também patente em Castles (2005:8)[29] quando afirma que "os fluxos migratórios questionam a soberania nacional enquanto emergência de populações multiculturais, surge como uma ameaça as identidades nacionais".

O Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais (RCMMI, 2005) também reforça que as migrações podem resultar na fuga de cérebros, geralmente os melhor preparados e os mais empreendedores de um país. Esta realidade priva o Estado de rendimentos e faz com que os países emissores não obtenham o retorno do investimento feito na educação e formação desses quadros. Acrescenta o Relatório que quando a emigração envolve os sectores da saúde e da educação afecta a qualidade desses serviços. Borjas (2000) remete-nos para a selecção positiva dos migrantes, isto é, os mais

[28] Os autores referem ainda que a soberania assenta no controle das fronteiras. Se os Estados não forem capazes de controlar os fluxos migratórios, considera-se que as instituições de soberania e de cidadania estão ameaçadas.

[29] Castles vai mais longe ao acrescentar que as identidades nacionais e as tradições culturais podem ser afectadas pela erosão das fronteiras tradicionais entre línguas, grupos étnicos e Estados-Nação (Castles, 2005).

qualificados são os que efectivamente migram, privando os países emissores de recursos humanos capacitados.

A visão por vezes defensiva com que se olha a contribuição das migrações para o desenvolvimento sucumbe diante de evidências empíricas constatadas nas diferentes pesquisas realizadas em vários países. Mármora (2002), citando Stalker (1994), Rose (1969) e Domenache & Piconet (1995), sustenta que os estudos desenvolvidos por estes autores, entre outros, demonstram que os emigrantes não constituem uma ameaça competitiva aos nativos no mercado de trabalho, nem um fardo para os serviços sociais. Pelo contrário, estes participam na produção de novos bens e serviços e, por ainda auferirem salários inferiores (ao valor total desses bens e serviços), no cômputo geral quem sai a ganhar são os trabalhadores locais. Ferreira & Rato (2000) sublinham que os trabalhadores migrantes não competem no mercado de trabalho com os nacionais, pelo facto destes preencherem os vazios que surgem pela ascensão profissional e social dos trabalhadores nacionais.

Por sua vez, Simon (1980) não vê na questão da migração nenhuma ameaça para quaisquer das sociedades, quer a receptora quer a emissora. Ela fornece remessas para a sociedade de origem e um fluxo de capital humano e de talento empresarial para a sociedade receptora (Gonçalves, 2009). A OIM (2006) destaca que a migração e o desenvolvimento têm de ser vistos como uma moeda de duas faces, neste caso com um lado positivo e outro negativo, podendo-se considerar que as migrações tanto podem ser causa como efeito do desenvolvimento. Os fluxos migratórios não podem ser percebidos como fenómenos que, à partida, constituem um obstáculo ao desenvolvimento, nem tão-pouco uma estratégia para o atingir, embora na globalidade se reconheça, e os factos o demonstrarem, que as migrações incidem de forma positiva nas sociedades.

### 2.4.2 Impacto das Migrações nos Países de Origem

Nos capítulos anteriores aflorámos diferentes posicionamentos teóricos – optimistas, pessimistas e intermédios – com que se (des)constrói a relação entre migração e desenvolvimento, tanto nas sociedades de origem como nas de acolhimento. Para os países de origem o impacto tem sido abordado sobre as remessas, quadros qualificados e

diásporas. Fisher et al. (1997, citados por Gonçalves, 2009) reconhecem o impacto positivo da migração no processo de desenvolvimento dos países quando se trata do curto prazo mas evidenciam também algum cepticismo ao considerarem que a emigração raramente pode ser capaz de induzir mudanças sociais e económicas que imprimam avanços no desenvolvimento da maior parte dos países emissores.

Na mesma linha, Castles (2000), segundo Gonçalves, (2008), reforça que assim como as migrações podem contribuir para o desenvolvimento e melhorar as condições económicas e sociais, podem igualmente ajudar a perpetuar a estagnação e as desigualdades. As migrações ajudam a limitar o nível de desemprego nos países com excesso de mão-de-obra. Além disso, os migrantes, de forma individual ou colectiva, realizam investimentos nos seus países de origem, robustecendo a economia.

O RCMMI (2005) enaltece o contributo dos fluxos migratórios para a redução da pobreza nos seus países de origem e considera que a prosperidade que desencadeia deve ser reconhecida e reforçada. As migrações internacionais devem constar nas estratégias nacionais, regionais e mundiais para o crescimento económico, tanto nos países em desenvolvimento, como nos países industrializados. De forma sintética, a OIM (2006) agrupa os efeitos das migrações a partir de uma série de constatações que reflectem as tentativas de demonstrar sobretudo a positividade dos fluxos migratórios para o processo de desenvolvimento dos países de origem: i) as remessas contribuem para a redução da pobreza; ii) as remessas têm um impacto positivo nas reservas de divisas e na balança de pagamentos; iii) permitem a transferência de conhecimentos e competências aquando do retorno dos imigrantes, de forma temporária ou permanente; iv) mitigam o emprego ou subemprego; vi) criam incentivos para actividades locais mediante novas oportunidades para o sector privado; vii) contribuem para a modernização, democratização e respeito pelos direitos humanos a partir do estrangeiro ou aquando do seu retorno.

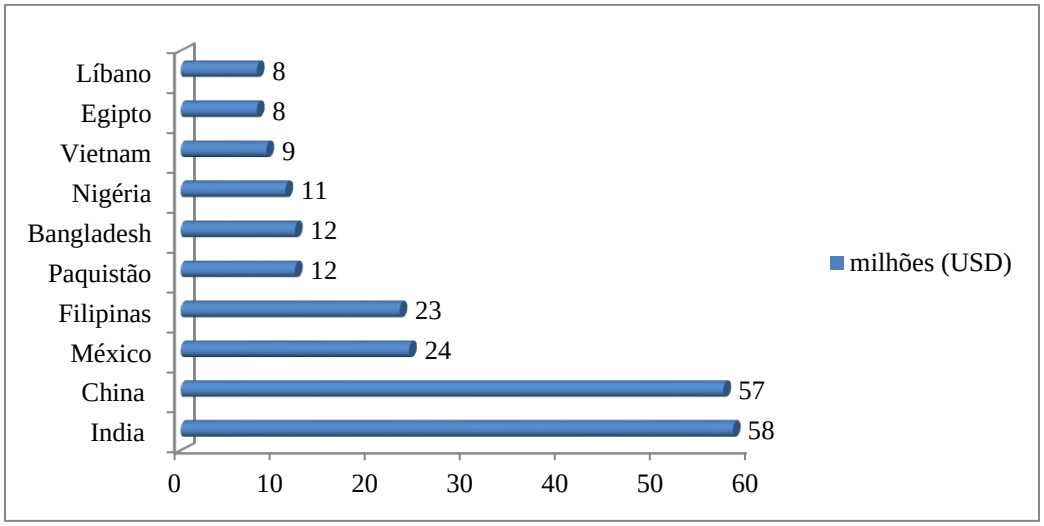
#### 2.4.2.1 As Remessas

Como referimos, existem três enfoques de carácter quase compulsivo, que se fazem acerca do seu impacto nos países de origem centrados nas remessas, nos recursos humanos (capital humano) e nas comunidades transnacionais (diásporas).

As remessas são consideradas, à partida, como uma fonte preferencial que concorre para a redução da pobreza e serve de alavanca na promoção do desenvolvimento socioeconómico dos países emissores. O RCMMI (2005) reforça que as remessas cumprem um papel fulcral no alívio da pobreza nos países de origem dos migrantes e auxiliam o desenvolvimento se houver um ambiente facilitador do crescimento económico proporcionado pelos governos desses países. Outros benefícios aliados às remessas são os seguintes: permitem ajudar as pessoas mais carenciadas da sociedade; constituem um seguro contra múltiplos riscos; aumentam e diversificam os rendimentos familiares; garantem oportunidades de educação e formação; e são também uma fonte de capital para a criação de pequenas empresas. Além disso, têm um impacto macroeconómico nas contas nacionais, trazendo melhorias para a balança de pagamentos dos países de origem.

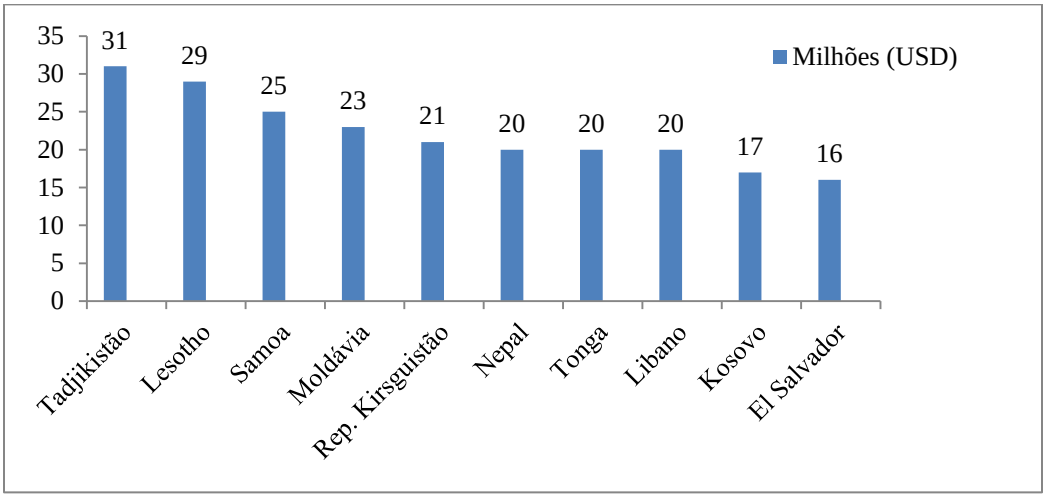
Nalguns países, como se ilustra nos gráficos 2 e 3, as remessas constituem uma importante fonte de rendimentos, tendo noutros um peso assinalável no PIB. Em 2011, por exemplo, a Índia recebeu remessas no valor de 58 milhões de dólares, enquanto a China embolsou 57 milhões e o México arrecadou 24 milhões. Em África, destaca-se a Nigéria e o Egipto com 11 e 8 milhões de dólares, respectivamente. Em relação ao impacto no PIB, sobressaem o Tajiquistão onde atingem os 31%, o Lesotho com 29%, Samoa  25% e a Moldávia com 23% (World Bank, 2012).

**Gráfico 2**: **Principais Países Receptores de Remessas (2011)**




**Fonte**: Autor, adaptado de World Bank (2012)

**Gráfico 3: Remessas e Impacto Percentual no PIB (2010)**




**Fonte**: Elaborado pelo autor, a partir de World Bank (2012)

O Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), os governos nacionais e locais, bem como vários analistas dão também especial atenção às remessas como principal contribuinte da diminuição dos níveis de pobreza e desigualdade social e da promoção do desenvolvimento dos países de partida (Cerón, 2008). Por sua vez, Ratha (2003), ainda segundo Cerón (2008), entende as remessas como sendo promotoras do desenvolvimento económico, seja através do financiamento de projectos produtivos e infra-estruturas sociais, seja por meio dos efeitos multiplicadores dos investimentos que elas financiam. Além

disso, quando vistas de forma estratégica como factores de desenvolvimento, as remessas podem ser orientadas para a criação de pequenas empresas ou outro tipo de investimentos que induzem a formação de capital produtivo e humano.

Puri & Ritzema (2001), na análise que fazem dos efeitos múltiplos das remessas na economia dos países, consideram que estas estão dependentes de alguns contextos específicos dos países de origem tais como : i) o desempenho socioeconómico e político; ii) a estabilidade das taxas de juro e cambiais; e iii) factores inerentes ao imigrante, como sejam o número de dependentes a cargo, os rendimentos que aufere, a sua propensão ao consumo e poupança, a duração da migração, entre outros. Apesar das divergências, na verdade, as migrações são, de forma geral, entendidas positivamente como propulsoras do desenvolvimento, sobretudo nos países considerados menos desenvolvidos. As remessas financeiras, além de garantirem a subsistência aos membros das famílias, que se encontram nos países de origem, permitem igualmente abrir pequenas empresas adaptadas ao contexto local.

Um estudo realizado por Wise & Covarrubias (2007) na América Latina demonstra que as remessas mais importantes são dirigidas ao consumo familiar. Noutros casos, servem para o financiamento de pequenos projectos inerentes à economia de subsistência. Por exemplo, os recursos colectados através das organizações de migrantes (remessas participativas) são canalizados para a realização de vários projectos (públicos e sociais). Certos imigrantes empreendedores canalizam as chamadas remessas produtivas para financiar microprojectos nos seus locais de origem. Para a Comissão Europeia[30], as remessas destinam-se à manutenção dos agregados familiares, traduzindo-se em melhorias na habitação, no consumo de bens duradouros, no pagamento de dívidas e despesas com educação, podendo alargar-se ao investimento em actividades produtivas, aquisição de terras e pequenos negócios (Gonçalves, 2009).

Contudo, o relatório da ONU (2010) advoga que os vários estudos elaborados sobre os efeitos das remessas no desenvolvimento económico a longo prazo sugerem que estes costumam ser reduzidos, uma vez que o desenvolvimento depende das instituições locais e

[30] A Comissão Europeia (2005) reconhece, entretanto, os efeitos perversos das remessas dos emigrantes nos países emissores, que geram dependência e encorajam a emigração da população em idade activa.

das políticas de desenvolvimento globais. Para os países em desenvolvimento, as remessas por si sós não constituem uma "tábua de salvação" para o crescimento económico, mudança social e boa governação. Estes enfoques do discurso dominante, partilhados por académicos, organismos nacionais e internacionais, sobre o carácter plural com que as remessas participam na redução da pobreza e no processo de desenvolvimento dos países emissores são, igualmente, questionados por vários autores. Haas (2007), Lozano (2005) e Martinez (2003), referidos por Cerón (2008), argumentam que as remessas são transferências privadas entre particulares, pelo que não podem de nenhuma forma substituir a responsabilidade do Estado e acção do mercado na promoção do desenvolvimento económico e do bem-estar[31].

#### 2.4.2.2 O Capital Humano

Com as oportunidades de trabalho alargadas dentro do sistema global, os indivíduos com melhor formação e qualificação, e não só, procuram a realização profissional nos países em desenvolvimento e mesmo nos países periféricos como forma de atingir o seu potencial e aumentar os seus rendimentos, permitindo-lhes melhorar o nível de vida e enriquecer os conhecimentos anteriormente adquiridos (RCMMI, 2005). Para a OIM (2006), os indivíduos que imigram, sobretudo os quadros qualificados, fluxo denominado como *brain drain*[32], podem gerar impactos negativos para os respectivos países de origem. Isto é notório quando se trata, principalmente, de migração permanente. Stalker (2008) considera que este tipo de migração afecta tanto os países de origem como os de destino, embora de formas diferentes. A partida de indivíduos qualificados tem a ver com problemas estruturais em ambos os sentidos (ver quadro 3).

Segundo Brandi (2004, citado por Araújo & Ferreira, 2013: 58-59) isto "acontece porque a saída destes profissionais pode sinalizar incapacidade dos sistemas políticos nacionais, ou o domínio de outros países que exercem grande capacidade de atracção sobre os jovens (com

[31] O relatório da ONU (2010) admite que a migração internacional pode constituir o pilar para o assentamento das redes que facilitem a difusão de conhecimentos, inovação e atitudes que ajudam a promover o desenvolvimento.

[32] Sem estar isento de discórdias, o termo "fuga de cérebros" tem sido usado para referência aos fluxos de quadros qualificados de países em desenvolvimento para os países desenvolvidos, enquanto o movimento considerável de indivíduos qualificados entre países desenvolvidos (por exemplo, dentro da União Europeia) se insere na chamada mobilidade e circulação de pessoas, capitais e culturas (Araújo & Ferreira, 2013).

ou ainda sem ensino superior) com elevados objectivos de auto-realização profissional. Mas também se explica em razão do efeito de 'imagem' veiculada e percebida do país de onde saem estes profissionais, face ao exterior".

**Quadro 3**: **Factores de Fuga de Cérebros (*Brain Drain*)**

| Factores "Pull" (internacionais) | Factores "Push" (domésticos) |
|---|---|
| - Ganhos económicos<br>- Melhores condições de vida<br>- Desenvolvimento da carreira<br>- Recrutamento internacional agressivo<br>- Falta de mão-de-obra<br>- Factores demográficos<br>- Mais escolaridade e oportunidades de formação | - Instabilidade política<br>- Conflito étnico<br>- Dificuldades económicas<br>- Pressões populacionais<br>- Más condições laborais<br>- Desemprego<br>- Gestão deficiente |

**Fonte:** Fórum Gulbenkian Imigração (2006)

Além da falta de condições de trabalho e dos salários menos atractivos, Stalker (2008) aponta como outras causas o recrutamento atractivo dos países desenvolvidos. O país de origem perde os quadros mais talentosos, embora tenha feito investimentos na sua educação e formação. Assim, as consequências da "fuga de cérebros" é particularmente visível nos países menos desenvolvidos.

Peixoto (1999) faz a mesma constatação, considerando que a fuga de quadros esteve comummente ligada às perdas económicas causadas aos países de origem, a favor dos países de destino, ligadas principalmente ao impacto dos custos de formação do agente migrante. Embora ao nível individual essa constatação seja de pouca importância para o imigrante, o *brain drain* revela-se um prejuízo considerável para os países de origem, sobretudo os mais carenciados (Peixoto, 1999). Igualmente, Góis & Marques (2007), apoiando-se em autores como Berry & Soligo (1969) e Hamada (1974), mostram que os indivíduos com elevados níveis de qualificação que saem dos países menos desenvolvidos para os mais desenvolvidos limitam ou constituem um entrave ao desenvolvimento dos primeiros, favorecendo o desenvolvimento dos segundos.

Segundo um estudo realizado por Carrington & Detragiache (1999, citado por Figueiredo, 2005), que aponta a direcção do *brain drain* como sendo da periferia para o centro, cerca de 30% dos indivíduos com elevadas qualificações oriundos de países da África, Caraíbas e América Central emigravam para os países desenvolvidos. Bernard (2009) demonstra igualmente na sua pesquisa que ao nível da região subsariana (exceptuando a África do Sul) 30% dos quadros qualificados trabalhavam no estrangeiro e perto de 20.000 profissionais qualificados deixam o continente africano todos os anos. Sobre Moçambique, por exemplo, a autora refere que, de acordo com os dados disponíveis do Banco Mundial, 45% dos moçambicanos com formação superior residiam fora do país .

A OIT (2004) considera que os países em desenvolvimento – no quadro das suas políticas de imigração – não conseguem deter a "fuga de cérebros" para os países desenvolvidos. Nesta emigração, por vezes, há a considerar o desperdício no uso das qualificações dos migrantes no país de acolhimento, quando no país de origem estes pertenciam ao escalão populacional mais qualificado. A OIT (2004) argumenta que este movimento de quadros, paradoxalmente, tem a sua contrapartida quando se olha sob o ponto de vista do retorno. O regresso do capital humano ao país de origem, ainda mais qualificado pela sua experiência no exterior, quando usado de forma eficiente contribui para aumentar a produtividade e o crescimento económico, podendo, assim, conduzir ao desenvolvimento. Desta forma, se para os países de destino a imigração de indivíduos qualificados se considera *brain gain*, para os países de origem pode igualmente resultar numa mais-valia, embora os benefícios sejam maiores, aparentemente, para os países de destino. Há também um ganho para os próprios quadros qualificados se se considerar que quando se encontram fora dos seus países são favorecidos com o capital cultural (educação e formação) que adquirem ao longo da sua permanência (OIT, 2004)[33].

Araújo & Ferreira (2013: 62), na análise que fazem sobre os ganhos e perdas dos países de origem e receptores em relação aos quadros qualificados, apontam que "a saída de pessoas de um país para outro se, em certas alturas, serve como válvula de escape para as dificuldades de o Estado assegurar as tais condições de vida aos seus cidadãos e, no futuro,

[33] Segundo Figueiredo (2005), isto pressupõe a transferência de *know-how*, tecnologias e remessas para os seus países de origem.

receber dividendos dessa mobilidade (através de divisas, remessas, ou capitais formativos e científicos), noutras surge perspectivada para o país de origem como 'perda', não só de pessoas, em sentido demográfico, mas justamente de capitais educacionais. Este raciocínio é particularmente relevante no caso em que esta população que sai é qualificada e em que, de algum modo, o Estado de origem investiu durante anos, no sentido de prepará-la para dar um retorno a esse mesmo Estado".

Enquanto isso, Solimano & Allendes (2007), observando na perspectiva do grau de formação dos emigrantes nos países de origem, mostram que se os indivíduos emigrantes são pouco qualificados e antes da sua partida trabalhavam no sector informal e em actividades agrícolas tradicionais, consideradas *a priori* sectores de baixa produtividade, o valor agregado pode ser pouco afectado com a emigração, enquanto se os migrantes forem detentores de alto nível de educação e capacidades empresariais, a sua partida pode constituir um obstáculo ao desenvolvimento dos países de origem.

### 2.4.2.3 As Diásporas

Considera-se que o protagonismo das diásporas[34] ou comunidades transnacionais, assenta na capacidade destas de mobilizar diversas actividades e recursos (financeiros, humanos e de capital social) que ajudam a desenvolver o seu país de origem. Essas actividades podem ser tanto económicas como simbólicas, abarcando quer as remessas, quer as práticas filantrópicas (Orozco, s/d). Na relação existente entre as diásporas e o desenvolvimento, Robinson (2002), apontado por (Orozco, s/d), distingue três modalidades analíticas

[34] Neste trabalho, propositadamente, não distinguimos diásporas de comunidades transnacionais, embora do ponto de vista teórico se faça essa diferenciação, havendo diversos debates no seio académico. Há uma ideia subjacente de que estes conceitos levantam polémicas de tempo, questionam as relações entre território e Estado- Nação, assim como a própria definição de cidadania. Por exemplo, Kastoriano (2000: 353) remete o conceito de comunidade transnacional para "comunidades compostas de indivíduos ou grupos estabelecidos em diferentes sociedades nacionais, que actuam a partir de interesses e de reflexões comuns (territoriais, linguísticos, religiosos), e que se apoiam sobre redes transnacionais para reforçar a sua solidariedade mais além das fronteiras nacionais". Por sua vez, Cohen (1997) apresenta algumas características de identificação das diásporas: i) a dispersão do lugar de origem em duas ou mais regiões, seja voluntária ou forçada; ii) a idealização de uma terra real ou imaginada a que se deve retornar; iii) uma forte consciência assegurada ao longo do tempo e a manutenção da solidariedade com os membros disseminados noutros territórios. Como se pode depreender, em ambas as definições existem aspectos marcadamente próximos. Contudo, numa definição mais alargada, as diásporas são compostas por sujeitos pertencentes a comunidades étnicas e nacionais que deixaram e mantêm vínculos com os seus países de origem, enquanto as comunidades transnacionais vivendo numa determinada região estão ainda ligadas aos países de origem, estando em ambos os lugares, "tanto aqui como lá".

interligadas: desenvolvimento na diáspora; desenvolvimento através da diáspora; e desenvolvimento pela diáspora. A primeira refere-se ao aproveitamento das redes no país de acolhimento, onde está patente a formação de negócios étnicos, laços culturais e de mobilização social. A segunda alude mais à forma como as comunidades da diáspora utilizam as ligações globais difusas, além da sua localidade, para facilitar o bem-estar socioeconómico. Enquanto a última é constituída pelos fluxos de ideias, dinheiro e apoio político para o país de procedência do migrante.

Ainda sobre as comunidades transnacionais ou "diásporas", o Relatório do Fórum Gulbenkian Imigração (2006) identifica os contributos que estas trazem para os seus países de origem e que se reflectem na: i) multiplicação de relações entre origem e destinos; ii) promoção da circulação e retorno de quadros; iii) canalização das remessas por vias formais e em moldes cooperativos; iv) difusão de conhecimento e tecnologia do destino para a origem; e v) possibilitação de iniciativas privadas entre origem e destino. Na mesma perspectiva sobre as diásporas, o RCMMI (2005) observa que, muitas vezes, estas formam organizações ou associações através das chamadas *hometowns* (associações da terra natal) que, para além de servirem de contacto entre os agentes migrantes da mesma zona de origem, permitem desenvolver iniciativas por meio de associações profissionais e organizações ancoradas em interesses comuns (religiosos, desportivos, de género, de caridade, solidariedade ou desenvolvimento).

**Quadro 4**: **Migração Transnacional e Tipologia das Remessas**

| TIPO | COMPOSIÇÃO | ACTORES ENVOLVIDOS | | OBJECTIVO | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | **Remitente** | **Destinatário** | **Uso** | **Efeito** |
| Salarial | Dinheiro/espécie | Trabalhador migrante | Família | Subsistência/ compra de bens /salários | Reprodução da força de trabalho migrante |
| Solidária | Dinheiro/espécie | Trabalhador Organização | Família/amigos | Custear gastos | Coesão micro-social Extraordinários (casamentos, baptismos..) |
| Participativa | Dinheiro | Organização de emigrantes | Comunidades de origem/fundo social de investimentos | Infra-estruturas públicas e sociais | Governabilidade local e legitimação Desenvolvimento social limitado e sociabilidade |
| Capital | Investimento/ dinheiro/meios de produção | Migrante austero ou empresário | Família/empresa | Lucros | Projectos/investimentos |
| Societal | Dinheiro/espécie | Organização de migrantes | Comunidade de origem | Festividades/ Infraestruturas públicas e sociais | Desenvolvimento social limitado |

**Fonte**: Covarrubias (2006)

Resultado do estudo produzido por Covarrubias (2006) sobre o desenvolvimento participativo transnacional na América Latina, o quadro 4 apresenta o grau de participação dos imigrantes ou das organizações de migrantes através dos tipos e composição das remessas, bem como o uso a que se destinam e os efeitos sobre as sociedades de origem. As remessas são canalizadas, entre outras finalidades, para a compra de bens e para a subsistência das famílias, a construção de infra-estruturas públicas e sociais, investimentos e actividades sociais, permitindo, assim, o desenvolvimento das suas zonas de origem. No entanto, essas remessas têm as suas próprias limitações e restrições. Os emigrantes enviam menos dinheiro para os países de origem quanto mais tempo estiverem fora deles e a segunda geração tende a enviar menos remessas que os seus progenitores (RCMMI, 2005). Algumas correntes consideram ainda que, apesar do seu valor potencial, as comunidades transnacionais podem ser focos de destabilização política. As organizações das diásporas podem, em certos casos, constituir uma fonte de instabilidade e um prolongamento dos conflitos armados nos seus países de origem.

Devido à presença cosmopolita das comunidades transnacionais e ao papel multidimensional que elas desempenham, tanto nos países receptores como de origem, os países começam a interagir com elas tendo maior consideração pelo seu papel, não somente no âmbito da transferência de remessas colectivas para sustentar projectos específicos, mas também, perante alguns casos de escassez de capital que põe em risco o crescimento económico e a criação de emprego. O Relatório da ONU (2010) mostra a mobilização dos esforços de alguns países como El Salvador, Etiópia, Índia, Ruanda, Nepal, Filipinas e Sri Lanka na tentativa de que as suas comunidades expatriadas realizem investimentos nos seus países de origem.

Este esforço é também realizado por determinados países desenvolvidos que procuram desenhar programas de incentivos para o retorno dos migrantes para as suas regiões de origem. Países como o Reino Unido e os Estados Unidos da América (EUA), por exemplo, através do Departamento de Desenvolvimento Internacional e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), respectivamente, lançaram programas de incentivos junto da diáspora para a participação dos emigrantes nos seus países de origem, sobretudo na África Subsaariana. De igual modo, o governo de Espanha e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) estabeleceram, em 2008, fundos conjuntos para a migração e desenvolvimento para o apoio às iniciativas que maximizam os benefícios da migração para o desenvolvimento e a promoção da livre circulação de pessoas e bens (ONU, 2010).

### 2.4.3 Impacto das Migrações nos Países Receptores

A migração pode trazer consideráveis vantagens macroeconómicas aos países de destino, pois tem uma função "paliativa" no que se refere à redução do défice da força laboral, ao enriquecimento do capital humano e à criação de postos de trabalho, bem como à obtenção de lucros devido às iniciativas empresariais dos migrantes. Estes factores interligados constituem uma alavanca para o aumento da produtividade contribuindo, assim, para o crescimento económico do país acolhedor (OIM, 2006). Levitt & Glick-Schiller (2004) trazem uma abordagem da necessidade que os países desenvolvidos têm de manter vínculos com os periféricos em relação à mão-de-obra qualificada e menos qualificada, onde

também são aceites "tacitamente" os indocumentados, para garantir uma maior desvalorização e vulnerabilidade da "mercadoria humana". Estas autoras consideram que os imigrantes contribuem para tornar barata a força de trabalho, já que auferem um salário mais baixo do que os trabalhadores locais com as mesmas qualificações e competências.

Stalker (2008) mostra também que nos países receptores os imigrantes são requisitados para preencherem vagas desde os níveis mais elevados aos mais baixos, fornecendo competências profissionais aos países centrais ou semiperiféricos em franco crescimento. O exemplo paradigmático apresentado por este autor é o da necessidade de mão-de-obra estrangeira verificada nos EUA e Canadá, a que se juntam países que não tinham tradição imigratória, como a Inglaterra e a Alemanha, que já começam a apostar no recrutamento cada vez maior de trabalhadores imigrantes.

Se, por um lado, a migração estrangeira colmata as necessidades de mão-de-obra dos países do Centro, por outro, paradoxalmente, existe um fechamento por parte destes, assente num leque de receios e justificações que remete para medidas restritivas que se fundamentam na deterioração da escala salarial local e das condições de trabalho, bem como na "importação" de problemas sociais e de segurança. Wise & Covarrubias (2007) sugerem que os países receptores obtêm vantagens tanto com os imigrantes qualificados como com os menos qualificados, uma vez que não contribuíram com nenhum recurso para a formação destes agentes no país de origem, o que constitui, assim, uma dupla transferência, quer de mão-de-obra barata quer de custos de formação.

Ainda Wise & Covarrubias (2007) chamam a atenção para o facto de que a contribuição dos actores migrantes não deve ser entendida como uma simples vantagem comparativa nos custos de produção (mais baratos), devendo também ser contabilizadas as vantagens derivadas da sua participação na aceleração dos processos de inovação. George (1977) entende que a migração funciona como uma válvula de escape naqueles mercados saturados pela pressão demográfica. Se, por um lado, os fluxos migratórios promovem aquilo que o autor denomina por "exportação invisível", isto é, dos rendimentos que os emigrantes enviam sob a forma de remessas para os seus países de origem, que não é mais do que uma forma de exportação da riqueza nacional, porquanto a formação recebida pelo emigrante

representa um investimento que não é amortizado no local, por outro, em contrapartida os países receptores beneficiam de uma força de trabalho criada externamente (para além das suas fronteiras), e "no caso de uma imigração temporária furta-se aos encargos a prazo que oneram o emprego dos nacionais e o pagamento de reformas" (George, 1977: 16)[35].

Os posicionamentos de Solimano & Allendes (2007) estão próximos dos de Wise & Covarrubias (2007) na medida em que partem do princípio de que a oferta de mão-de-obra nos países de acolhimento abranda o crescimento dos salários e dos custos laborais, potencializando a rentabilidade do investimento e acelerando o crescimento económico. De igual forma, a imigração de indivíduos com inclinações empresariais e propensos a correr riscos promove a criação de empresas, o investimento e a inovação[36]. Esta potencialidade que se atribui aos imigrantes de serem, por vezes, empreendedores e, por conseguinte, criadores de postos de trabalho é, no entanto, vista com alguma descrença pois a criação de empresas parece ser uma iniciativa maioritariamente dos agentes locais. Em defesa dos imigrantes como potenciais geradores de postos de trabalho, Stalker (2008) argumenta que a dificuldade em reconhecê-los como promotores de emprego está precisamente na visibilidade dos postos de trabalho tomados por eles próprios, que faz com que os que eles criam para os outros sejam, na maior parte das vezes, invisíveis.

Se analisarmos as migrações numa perspectiva de médio ou longo prazo, vemos assim que os migrantes são fontes potenciais de ganhos económicos para o país onde se fixam na medida em que satisfazem a escassez de trabalho (*labour shortages)* constituindo mão-de-obra flexível e barata, que permite gerar ganhos de produtividade (Stalker, 2000). Deste modo, o autor considera infundados os protestos baseados na ideia de que a quantidade de imigrantes numa determinada região origina a redução dos postos de trabalho, até porque a mão-de-obra estrangeira realiza muitas actividades que os nativos geralmente recusam

[35] Hamilton (2003, citado por Figueiredo, 2005) é apologista do pagamento de uma compensação aos países em desenvolvimento pelos países desenvolvidos devido à perda dos seus recursos humanos mais qualificados sofrida pelos primeiros, uma vez que o investimento feito na educação acaba por se transformar parcialmente num subsídio aos países desenvolvidos.

[36] Segundo Solimano & Allendes (2007), foi a migração estrangeira massiva do "Velho Continente" (Europa), possibilitada pela colonização, que permitiu a inovação e criação de riqueza no "Novo Mundo" (América) na primeira era da globalização (1870-1913). Recentemente, os exemplos apontados são a Índia, China ou Taiwan que, através da emigração dos seus cidadãos, contribuíram para o desenvolvimento da indústria de tecnologias de informação nos EUA, bem como nos seus países de origem.

fazer, os chamados trabalhos "3D's"[37]: sujos, perigosos e degradantes. Esta mesma posição é suportada por George (1977) que considera que os países receptores têm à sua disposição, através de migrantes estrangeiros, uma mão-de-obra abundante para os trabalhos considerados baixos e desqualificantes que os nacionais não querem executar.

Por sua vez, Wise & Covarrubias (2007) olham para os imigrantes e seus dependentes como agentes que fortalecem o mercado interno do país receptor através do consumo, incluindo o chamado "mercado nostálgico". A sua contribuição para a administração fiscal, através do pagamento de impostos, é igualmente benéfica, mesmo quando se verifica aquilo que os autores evocam de exclusão social: a não retribuição, em proporção comparável aos nacionais, com a prestação de serviços e bens públicos.

Além dos imigrantes serem potenciais agentes empreendedores, mão-de-obra barata, força laboral para o preenchimento do mercado de trabalho, consumidores e contribuintes fiscais, outros autores consideram também o mérito do seu impacto demográfico e cultural nas sociedades de acolhimento, principalmente nos países desenvolvidos cuja população está cada vez mais envelhecida. Stalker (1998) mostra que para haver um aumento populacional num país a taxa de fecundidade deve ser de cerca de 2,1 filhos por mulher, o que não se verifica, por exemplo, na Europa onde esta taxa é de 1,4, levando ao declínio da população jovem, com as consequentes implicações na sustentabilidade dos sistemas de segurança social (reformas). Esta mais-valia trazida pelos imigrantes para o crescimento e rejuvenescimento populacional dilui-se, no entanto, no longo prazo, uma vez que após longos períodos de permanência no país hospedeiro e na sequência de constrangimentos socioeconómicos os imigrantes acabam, também, por seguir a racionalidade local, optando por reduzir o número de filhos por família[38].

[37] Da expressão inglesa "*3D's: Dirty, Dangerous and Disgusting*".
[38] Uma chamada de atenção é feita por Stalker (1998) quando considera que a imigração deve ser analisada com alguma cautela quando é vista como resposta aos problemas demográficos dos países do Norte. Para superar esta situação, os países devem adoptar uma combinação de políticas assentes no incentivo das taxas de fecundidade, aumento da idade de reforma e dos impostos, incluindo a admissão de entrada de um maior número de imigrantes.

Appleyard (1992) considera igualmente a migração como propulsora de vantagens nos países receptores. Na sua análise demográfica, atribui à migração um impacto considerável na estrutura demográfica, através do rejuvenescimento, garantido pelos elevados índices de natalidade, e diversificação populacional, capazes de compensar o declínio acentuado da fecundidade que se tem vindo a registar nos países desenvolvidos. Na mesma linha, mas sob a perspectiva dos países do Sul, Gonçalves (2009) [39] argumenta que devido ao elevado crescimento demográfico nos países em desenvolvimento, aliado à pobreza e às dificuldades de integração no mercado de trabalho, as migrações mitigam a pressão demográfica também nos países emissores, aqui em sentido contrário. (Skeldon, 2008) aponta que o impacto demográfico da imigração nos países desenvolvidos evidencia a emergência de uma "terceira transição demográfica" na qual as sociedades de baixa fecundidade são "alimentadas" (sustentadas) pela migração proveniente de regiões distantes e de diferentes culturas.

O quadro 5 sintetiza alguns dos impactos positivos e negativos da migração sobre o desenvolvimento, cujos resultados líquidos dependem muito dos contextos em causa. Apesar da negatividade associada às migrações, prevalecem também visões optimistas que sustentam que, quando estas são bem geridas pelos Estados afectados, possibilitam o desenvolvimento em diversas áreas socioeconómicas e políticas.

[39] De acordo com Figueiredo, (2005), esta mesma posição é defendida por Shrestha (1987), que observa que migração pode significar a redução da pressão demográfica, tendo em conta que muitos países em desenvolvimento têm taxas de natalidade elevadas que geram um forte crescimento demográfico, resultando em dificuldades de integração no mercado de trabalho, geralmente exíguo face à procura.

**Quadro 5**: **Impactos da Migração Internacional**

| | **IMPACTO** | |
|---|---|---|
| | **Positivo** | **Negativo** |
| **País Emissor** | - Remessas financeiras e sociais<br>- Novas experiências culturais<br>- Redução do desemprego<br>- Menor pressão populacional<br>- Reserva de divisas<br>- Financiamento de projectos<br>- Transferência de conhecimentos e competências | - Perda de mão-de-obra<br>- Discriminação/racismo<br>- Fuga de cérebros<br>- Cultura migratória<br>- Fomento das desigualdades sociais<br>- Racismo/xenofobia<br>- Declínio da população activa |
| **País Receptor** | - Mão-de-obra abundante/barata<br>- População rejuvenescida<br>- Capital trazido pelos migrantes<br>- Novos valores culturais<br>- Captação de cérebros<br>- Tributação de impostos<br>- Fortalecimento do mercado interno (consumo) | - Tensões sociais<br>- Custos dos serviços sociais<br>- Dependência de mão-de-obra estrangeira<br>- Concorrência laboral<br>- Choques culturais<br>- Problemas sociais e de segurança<br>- Custos de formação |

**Fonte**: Elaborado pelo autor

### 2.4.4 Algumas Complementaridades

Fazendo um balanço, podemos constatar que existe uma interligação multidimensional entre as migrações internacionais e o desenvolvimento, conquanto haja posicionamentos diferentes que apontam para os impactos benéficos e/ou negativos para as economias quer dos países emissores quer receptores. O impacto migratório em cada país e comunidade é visto dentro de um prisma de factores dependentes, como a conjuntura social, económica e política, tendo em conta as características, os recursos e o comportamento dos agentes migrantes. Assim, a positividade dos fluxos migratórios para o processo de desenvolvimento nos países de origem assenta, entre outros, principalmente nas remessas, como promotoras da redução da pobreza, do aumento das reservas de divisas e do equilíbrio da balança de pagamentos, na transferência de conhecimentos e competências e na mitigação do desemprego, além dos contributos para a modernização, democratização e respeito pelos direitos humanos. Para que as remessas, por exemplo, cumpram o seu papel impulsionador do alívio da pobreza e, consequentemente, do desenvolvimento, devem ser

acompanhadas de um ambiente favorável ao crescimento económico proporcionado pelos governos desses países.

No entanto, a ênfase do discurso predominante, partilhado por vários actores, acerca da pluralidade de formas pelas quais as remessas participam na redução da pobreza e no processo de desenvolvimento dos países emissores é bastante questionada. Os seus contestatários apresentam as remessas como transferências privadas entre agentes particulares, que não podem mitigar a responsabilidade do Estado na promoção do desenvolvimento económico e do bem-estar. Nos países receptores, além dos imigrantes serem potenciais agentes empreendedores, uma força laboral para o preenchimento do mercado de trabalho, consumidores e contribuintes fiscais, transportam também consigo o mérito de provocar mudanças a nível demográfico e cultural nas sociedades de acolhimento, com incidência nos países do Norte, onde as estatísticas demográficas tendem a apresentar uma população envelhecida que, por sua vez, tem implicações cada vez maiores nos sistemas de segurança social – em crise.

As diásporas constituem comunidades que não podem ser negligenciadas, quer pelos países receptores quer emissores. Os fluxos financeiros remetidos para o país de origem trazem ganhos significativos para as famílias e comunidades, assim como para o país em geral. Estes recursos, por si sós, não são suficientes para resolver os problemas de carácter endógeno, como a pobreza estrutural, a segurança financeira e o desenvolvimento sustentável de que padecem a maior parte dos países periféricos. Daí que as parcerias estatais numa perspectiva *win-win* são opções encontradas para a maximização dos impactos positivos e a limitação das suas consequências negativas. Assim, as migrações internacionais podem desempenhar o papel de alavanca do desenvolvimento se forem incluídas nas estratégias de desenvolvimento nacionais e internacionais.

# CAPÍTULO III – MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS EM ÁFRICA E EM MOÇAMBIQUE

## 3.1 Fluxos Migratórios Africanos

A migração em África está amplamente disseminada, constituindo um fenómeno antigo que caracteriza os povos africanos, sendo resultante de uma diversidade de circunstâncias históricas, entre as quais se contam as caravanas de comércio, o nomadismo, as rotas do tráfico de escravos e, mais recentemente, a procura de melhores condições de vida noutros destinos. No passado, a migração estava ligada à busca de segurança, à procura de terras produtivas para a agricultura e, mais tarde, ao comércio dentro do continente africano e com a Europa[40] (Tolentino, 2009). A presença colonial foi igualmente causa da transformação das motivações e da composição dos movimentos migratórios "através da introdução e execução de várias estruturas económicas e políticas estabelecendo limites territoriais e impondo regimes fiscais" (Tolentino, 2009: 6).

A mesma visão é partilhada por Alvear (2008)[41] ao apontar a colonização no continente africano como factor das actuais configurações geopolíticas que conduziram a mudanças socioeconómicas e estruturais importantes nas sociedades africanas, tais como: a construção de vias de comunicação (estradas e caminhos-de-ferro); a implantação de uma nova estrutura comercial; a introdução de impostos; e o desenvolvimento de plantações agrícolas e explorações mineiras. As principais correntes migratórias assentam, também, no diferencial salarial que existe entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, bem como na fraca capacidade de criação de empregos que caracteriza a maior parte das economias africanas (Lesourd, 2003).

[40] Vários autores chamam a atenção para este facto. Há uma percepção generalizada de que o grosso dos fluxos migratórios se faz no sentido Sul-Norte, mas Tolentino (2009) revela que somente 40% dos migrantes fazem esse tipo de migração, já que a maioria dos fluxos migratórios se registam dentro dos países em desenvolvimento.

[41] Alvear (2008) reconhece que as migrações internacionais do Sul para o Norte foram largamente impulsionadas pelas antigas potências coloniais devido à falta de mão-de-obra. Refere que o retalho geográfico do continente realizado por via da colonização, dividindo-o em fronteiras arbitrárias, em regiões étnicas ou regiões de línguas comuns, foi aceite na globalidade pelos novos governos após as independências. No entanto, estas divisões não parecem ter sido assimiladas pela maioria dos povos do continente, que continuam a ter um conceito de espaço alheio à ideia de fronteira (Cambrézi, 2007).

A vasta literatura sobre a migração africana indica que a maioria das famílias africanas tem um passado intrinsecamente ligado à migração, devido à estrutura familiar e aos laços de parentesco alargados que interligam aos agentes migrantes e não migrantes. A migração seja ela internacional, intra e inter-regional fundamenta-se na procura de segurança ou melhores oportunidades de vida. Na concepção de Almeida (2011), estes movimentos permitem fazer face às contrariedades climáticas, demográficas, económicas, políticas e/ou sociais com que as comunidades africanas se têm debatido ao longo dos tempos. As migrações constituem assim etapas[42] necessárias ao bem-estar das famílias e, por conseguinte, das comunidades, constituindo aquilo que o autor denomina uma ponte de conexão entre o local e o global.

Como ocorre noutros continentes, os fluxos migratórios em África também se revestem de elevada complexidade. Na actualidade, são perceptíveis as deslocações de segmentos populacionais nas fronteiras dos Estados nacionais africanos, apesar das constantes restrições impostas pelos mesmos. Estes movimentos não cessam de aumentar, constituindo um grande desafio para os países africanos. A paisagem socioeconómica e política no continente é constituída por conjunturas inesperadas – intercaladas ou em simultâneo – que se traduzem na falta de alimentos, desertificação, desflorestação, seca, bem como as guerras endémicas que se converteram em poderosos factores impulsionadores de migrações internas e internacionais.

Dentro desta perspectiva, Cambrézi (2007) sugere que, na generalidade, em numerosos países a necessidade de migrar inscreve-se no contexto de crise, da tensão permanente dos sistemas, sem pôr de lado outras situações imprevistas como catástrofes naturais (seca, cheias) ou mesmo conflitos políticos. Segundo este autor, em 2007, cerca de 1/3 do total de 210 milhões de migrantes internacionais, 1/3 dos refugiados e metade dos deslocados internos do planeta eram africanos, sendo que metade dos emigrantes vive noutro país dentro do continente. Segundo a ONU, em 2013, as estimativas dos imigrantes internacionais dentro de África era de 18,6 milhões (ONU, 2013).

[42] A multiplicação dos destinos e um alongamento dos itinerários tornam a migração um processo constituído por várias etapas, que implica uma série de preparativos (financeiro, psicológico, cultural, etc), que se podem traduzir, entre outros, em custos de viagem, informação prévia sobre o itinerário, possibilidades de emprego, redes sociais existentes ou estatuto a atingir no local de destino (Almeida, 2011).

Esta conjunção cíclica de catástrofes políticas e naturais faz com que os países africanos, na sua maioria "frágeis", sofram o choque das pressões dos fluxos migratórios um pouco por todo o continente. As dificuldades tornam-se ainda maiores quando certos países de partida são simultaneamente países receptores do processo migratório. Alvear (2008) considera que as configurações dos movimentos migratórios em África são complexas e diversas, abarcando vários tipos de movimentações de génese económica, forçadas devido a conflitos, perseguições étnicas ou religiosas, feminização da migração, fluxos de tráfego ilegal de pessoas, diversificação dos destinos migratórios e fuga de cérebros e de outros quadros qualificados. Em relação aos conflitos, estes estão presentes nas suas diferentes variantes praticamente desde as independências.

Para Arnfred & Utas (2007, citados por Tolentino, 2009), os persistentes conflitos africanos não se circunscrevem a um único Estado. Eles são resultantes de um conjunto de dinâmicas históricas, sociais, espaciais, económicas e políticas, locais e regionais, que estão ligadas à instabilidade, que por sua vez desencadeiam formas de sobrevivência, resistência e recuperação. As guerras e perturbações civis segundo Adepoju (2001), têm gerado os chamados migrantes económicos e refugiados, bem como a fuga de capitais e de capital humano. O florescimento da migração clandestina, a migração feminina, a emigração para a Europa, países do Golfo e América do Norte são outras das consequências da ausência de estabilidade no continente.

### 3.2 O Panorama Migratório

Os estudos sobre as migrações em África remontam aos anos 1950, quando o principal movimento dos fluxos migratórios se fazia sobretudo das zonas rurais para as cidades. Este êxodo rural fez aumentar a população urbana de 20 para 410 milhões no período compreendido entre 1950-2000 (Almeida , 2011). Este refere que foi na década de 50 que se desenvolveram trabalhos sobre migrações, tendo como pioneiros os estudos de Audrey Richard sobre a migração laboral no Uganda e de Jean Rouch referente às migrações internacionais no Gana. Ainda segundo este autor, mais tarde, surgiriam estudos interpretativos das dinâmicas das migrações internacionais de autores como Amin (1972), Amselle (1976), Wallerstein (1965) e Mabonguje (1972).

A partir dos anos 60, a década das independências da maioria dos países africanos, os cientistas sociais passaram a ocupar-se do estudo dos fluxos migratórios internacionais a partir do acervo documental produzido até então, no período colonial (Almeida, 2011). Não longe dos autores referenciados, Lesourd (2003) considera que as migrações intra-africanas e internacionais ganharam importância nos últimos trinta anos, entre outras, por razões económicas ou de conflitos de terras (disponibilidade de terras aráveis), a que se somam os conflitos políticos (exílio de opositores, expulsão, xenofobia) e as catástrofes naturais, que obrigam as populações a deslocarem-se devido à seca e à fome.

A permanente instabilidade faz com que África seja vista como o continente de todos os infortúnios. Um continente de contradições que Adepoju (2001)[43] afirma estar numa encruzilhada económica e política. Embora possuindo recursos, a pobreza é cada vez mais acentuada e o esforço de alguns países na restruturação da sua economia e abertura ao mercado global continua a ser inglório. O aumento das configurações migratórias assenta, em parte, numa base demográfica. A elevada taxa de fertilidade faz com que se verifique o aumento de indivíduos em idade laboral, cuja população cresce 3% ao ano (Adepoju, 2001).

Tal como o autor acima referido, Schiefer & Almeida (2010) consideram que a crescente incoerência das economias da África Subsaariana no mercado mundial verificada nos últimos cinquenta anos fez aumentar o peso relativo das intervenções de países estrangeiros no continente. Esses desequilíbrios internos são assim reforçados e "alimentados" pelas intervenções externas, levando as sociedades africanas ao colapso e não ao desenvolvimento, mesmo com as ajudas financeiras ao desenvolvimento, a ajuda humanitária e as remessas dos emigrantes, que não conseguem travar este declínio progressivo. No seu conjunto, segundo os autores, estas situações aumentam as migrações de todos os tipos que, por sua vez, provocam mais intervenções externas, criando-se um ciclo vicioso permanente.

[43] Dentro do circuito migratório na região da África Subsaariana, Adepoju (2001) inclui trabalhadores temporários profissionais, trabalhadores clandestinos, nómadas, clandestinos e refugiados.

Para Fernández (2007),[44] a causalidade migratória e a falta de desenvolvimento em África assenta na expropriação dos recursos naturais, ausência de vontade política das elites governantes para desenvolver a economia, escassos investimentos na actividade produtiva, aliados ao neocolonialismo e à corrupção, que conduzem o continente a uma situação de empobrecimento compulsivo, com fraca capacidade de recuperação. Alvear (2008) vê nos blocos regionais político-económicos como a CEDEAO, a SADC[45] (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), a COMESA[46] (Mercado Comum da África Oriental e Austral) ou a UEMOA[47] (União Económica e Monetária da África Ocidental), grandes impulsionadores da manutenção das rotas migratórias intra-regionais africanas, o que, aliado à porosidade das fronteiras, favorece a circulação de pessoas, bens e capitais, que por sua vez se exprime na grande quantidade de migrações temporárias e irregulares.

Entre as razões dos movimentos migratórios, por exemplo, na África Subsaariana, Lucas (2006, citado por Tolentino, 2009) identifica os seguintes factores: i) a maior parte das migrações são absorvidas pelos países vizinhos; ii) três quartos dos refugiados ficam na região; iii) os blocos regionais estimulam a circulação de pessoas; e iv) factores históricos, culturais e étnicos comuns a vários grupos que tornam as fronteiras permeáveis. Carballo (2009) sintetiza melhor as causas relevantes dos movimentos migratórios, sejam elas internas ou internacionais, que concorrem como factores de expulsão nas sociedades africanas: i) a violação sistemática dos direitos humanos; ii) os conflitos armados; iii) a debilidade dos Estados, ligada ao passado colonial; iv) a corrupção e o monopartidarismo; v) as "políticas do ventre"[48]; vi) o declínio das exportações e as crises financeiras; vii) o

[44] Para esta autora, o estado de subdesenvolvimento e a pobreza de que padecem muitos países africanos desde há várias décadas é fundamental para compreender, por exemplo, as razões dos fluxos migratórios para a Europa e outros continentes. Para se compreender as causas subjacentes a este processo deve-se olhar para o ocidente. É preciso remontar aos séculos passados e sobretudo, à primeira metade do século XX, que trouxe as independências e os governos autóctones que estão na origem do neocolonialismo, neopatrimonialismo e corrupção, que deram lugar ao enriquecimento sem desenvolvimento no continente africano (Fernández, 2007).

[45] Do inglês, *Southern African Development Community*.

[46] Do inglês, *Common Market for Eastern and Southern Africa*.

[47] Do francês, *Union Economique et Monétaire Ouest Africaine*.

[48] Vallart (1989, citado por Carballo, 2009) apelida de "políticas do ventre" o facto de as elites locais gerirem em seu próprio benefício e lucro os recursos do Estado (as riquezas de cada país e a ajuda oficial ao desenvolvimento recebida da comunidade internacional), produzindo-se, assim, uma personalidade do Estado dentro do próprio Estado.

endividamento externo; viii) os efeitos dos programas de ajustamento estrutural[49]; ix) a pobreza e o subdesenvolvimento; x) o crescimento demográfico; xi) a progressiva urbanização, com o consequente aparecimento das novas periferias; e xii) o aumento da exclusão e marginalidade social. Tedesco (2008) acrescenta ainda a esta lista: xiii) a persistência dos ciclos de autoritarismo; xiv) a violência urbana e rural; xv) a incerteza acerca do futuro vivenciada pelos indivíduos e famílias; e xvi) a incerteza socioeconómica do país.

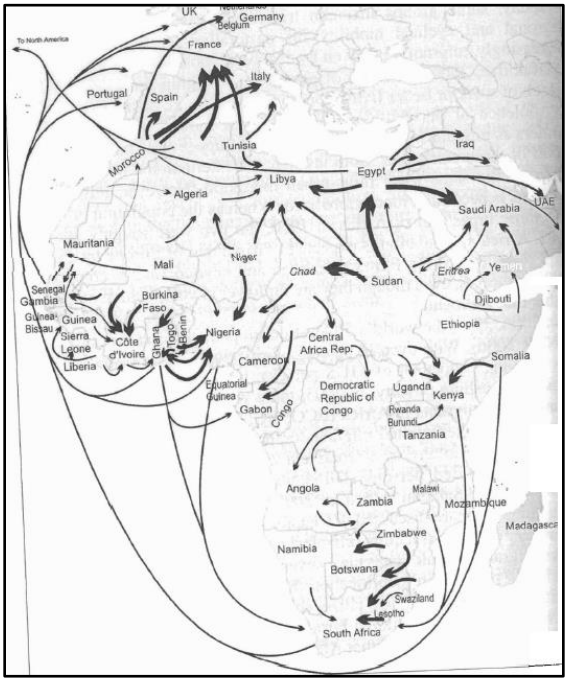
Ao contrário do que geralmente se supõe, as migrações em África são mais horizontais do que verticais. Na África Subsaariana, estas têm um carácter eminentemente inter-regional, ou seja, a maior parte dos fluxos migratórios continua a ser feita dentro do próprio continente, dentro do próprio país ou para os países vizinhos, quando se transpõem as fronteiras permeáveis. Os fluxos migratórios no continente apresentam importantes corredores regionais, embora estes tendam a modificar-se em função das conjunturas socioeconómicas e políticas dos diversos países. Eles variam de acordo com as regiões. Os movimentos migratórios laborais tendem a direccionar-se da África Ocidental e Central para os países desenvolvidos ou para o Golfo Pérsico e as grandes plantações agrícolas do Sahel, África Central e Oriental, ao que se somam os fluxos de refugiados e migração laboral dos países da África Oriental e Austral para a África do Sul (OIM, 2010; Alvear, 2008; Tolentino, 2009; Carballo, 2009; Schiefer et al., 2010).

Tolentino (2009) identifica quatro grandes corredores regionais dos movimentos migratórios intra-africanos: i) no Ocidente, entre a Costa do Marfim e Burkina Faso, Mali e Gana, e Mali e Burkina Faso; ii) no Norte, entre a Argélia e a França, o Egipto e a Arábia Saudita, e Marrocos, França e Espanha; iii) no Oriente, entre a Etiópia e o Sudão e a Eritreia; e iv) a Sul, entre o Zimbabwe, Moçambique e o Lesotho. Enquanto para a Europa os principais corredores de saída apontados por Carballo (2009) são: i) do norte da Mauritânia, Sahara Ocidental e sul de Marrocos para as Ilhas Canárias; ii) do norte de Marrocos para Ceuta e Melilla ou cruzando o estreito de Gibraltar para Espanha; e iii) da Tunísia e Líbia para a ilha italiana de Lampeduza.

[49] Impostos pelas instituições de Bretton Woods, Banco Mundial e FMI, que se traduziu, entre outros, na liberalização da economia, privatização do sector público, subida de preços, insegurança alimentar, redução dos investimentos nos serviços básicos (educação, saúde e transportes), queda dos salários.

Castles & Miller (2009), através da figura 2, procuram mostrar de forma abrangente os principais padrões migratórios dentro e para fora de África em tempos recentes [2009]. Importa realçar que hoje esta tendência pode não ser a mesma, pois as migrações sofrem modificações em função das conjunturas socioeconómicas e políticas vividas nos países africanos e ao nível internacional. Os países têm sido simultaneamente receptores e emissores de migrantes, mas também permutam de lugar, sendo nalgumas circunstâncias receptores e noutras emissores.

**Figura 2: As Migrações dentro e para fora de África**




**Fonte**: Castle & Miller (2009:150)

O relatório do Banco Mundial (2010) considera que na África Subsaariana o volume de emigrantes é de 21,8 milhões, ou seja, 2,5% da população[50]. Os países que encabeçam a emigração são: Burkina Faso, Zimbabwe, Moçambique, Costa do Marfim, Mali, Nigéria, Sudão, Eritreia, RDC e África do Sul. Os principais corredores da migração são entre Burkina Faso e Costa do Marfim; Zimbabwe e África do Sul; Costa do Marfim e Burkina Faso; Uganda e Quénia; Eritreia e Sudão; Moçambique e África do Sul; Mali e Costa de

[50] Em relação aos destinos dos fluxos migratórios: 24,8% movimentam-se para os países desenvolvidos da OCDE; 2,5% para países desenvolvidos que não fazem parte da OCDE; 63% são movimentos intra-regionais; 1,8% para outros países em desenvolvimento; e 7,8% para países não identificados (Banco Mundial, 2010).

Marfim; RDC e Ruanda; Lesotho e África do Sul; Eritreia e Etiópia. Em relação à imigração o volume é 17,7 milhões, correspondente a 2,1% da população. A imigração feminina na África Subsaariana é de 47,2%, enquanto os refugiados correspondem a 13,4%, uma taxa bastante elevada quando comparada com a taxa mundial de 7,6%. (Banco Mundial, 2010).

Os principais países de imigração apontados pelo Banco Mundial (2010) são: Costa do Marfim, África do Sul, Gana, Nigéria, Burkina Faso, Quénia, Sudão, Tanzânia, Uganda e Etiópia. Adepoju (2001) identifica como principais países receptores dos fluxos migratórios a Costa do Marfim, Nigéria, África do Sul e Botswana, enquanto os países receptores são a Zâmbia, Moçambique, Burkina Faso e Mali. Outros considerados países simultaneamente receptores e emissores são a Zâmbia, Zimbabwe, Senegal e Gana, a que Carballo (2009) acrescenta a Nigéria. Como se pode ver, todas estas configurações mostram a dificuldade de encontrar um padrão migratório no continente africano, devido à pluralidade das dinâmicas e contextos a que as migrações estão sujeitas.

Na generalidade, no continente africano destacam-se três principais categorias de migrantes. A primeira são os refugiados, que no seu universo engloba indivíduos considerados opositores políticos, jornalistas, bem como populações inteiras que fogem das zonas de conflito, da escassez alimentar ou de catástrofes naturais. Muitos destes refugiam-se num país vizinho (fronteiriço) permanecendo, se possível, nas regiões próximas onde existe afinidade linguística (Relatório da 36º Conferência sobre Migrações, 2007). Para Cambrézi (2007), estes refugiados ficam na sua maioria acantonados no continente e concentram-se nos países limítrofes dos países em guerra onde obtêm o estatuto de refugiados. Nos países receptores, a proximidade linguística e cultural jogam, por vezes, um papel fulcral no acolhimento das populações refugiadas pelas comunidades locais. No entanto, essa hospitalidade tende a apresentar os seus limites, pois o afluxo de refugiados faz temer pela insegurança, exportação do conflito para fora das fronteiras e degradação do ambiente, pelo acesso a água, lenha e às terras.

Na segunda categoria são considerados os deslocados internos, que muitas vezes são resultado das guerras e da consequente falta de aplicação do Direito Internacional Humanitário (DIH). As populações são compelidas a abandonar os seus locais de residência procurando escapar da violência instalada. Este movimento interno pode ser também resultante de catástrofes naturais. A acomodação dos deslocados internos é feita geralmente de forma difusa, dependendo das suas estratégias diante da situação vivida, podendo-se fazer no meio rural, urbano ou na periferia das cidades. A terceira categoria é constituída por trabalhadores migrantes, aqueles que se deslocam no interior das fronteiras dos países africanos[51] ou para fora do continente. Estes trabalhadores migrantes, em particular os mais qualificados profissionalmente, tendem a migrar para as cidades onde existem melhores condições ou para os países do Norte, enquanto os outros, menos qualificados, que são a maioria, empregam-se no sector agrícola, na construção, ou tornam-se pequenos vendedores formais ou informais.

As migrações de quadros qualificados do Sul para o Norte são em número crescente. Nalguns países os sectores como a educação e a saúde já começam a ressentir-se devido a este tipo de movimento migratório. No continente africano, onde a maioria dos países estão catalogados como países em desenvolvimento, a fuga de técnicos e quadros superiores pode engendrar efeitos perversos em matéria de desenvolvimento pois há um investimento em capital humano na educação e formação que não é recobrado. Os Estados africanos perdem, assim, os custos investidos na formação e na educação dos seus quadros. De acordo com o RCMMI (2005), em muitos países da África Subsaariana a partida dos quadros qualificados

[51] Tanto os deslocados internos como os refugiados procuram, na sua maioria, protecção nos campos de refugiados dos países de acolhimento, que funcionam em estreita ligação com aAgência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e outras organizações internacionais e nacionais. Estes campos são precários, apresentam dificuldades de alojamento, alimentação, cuidados sanitários, falta de água e propensão à propagação de enfermidades. Muitas vezes os campos de refugiados não garantem acesso a emprego e educação e as populações confrontam-se com a pilhagem e violência, bem como com a presença de grupos armados no seu interior. Segundo os dados apresentados no Relatório da 36º Conferência de Lisboa sobre Migração (2007), a África Subsariana apresentava os índices mais elevados de deslocados internos a nível mundial. Dos 12 milhões dos deslocados internos, perto de metade eram provenientes do Sudão (3,5 milhões), Uganda (2 milhões), RDC (1,5 milhões), Costa do Marfim (700.000), Zimbabué (570.000), Somália (400.000) e Quénia (381.000). Deve-se ter em conta que estes dados são aproximados, pois as estatísticas sobre migrações em África são bastante difusas.

afecta sobremaneira a prestação de serviços de saúde e educação aos habitantes locais[52], sobretudo aqueles que se encontram nas zonas rurais.

### 3.3 O Papel das Remessas

Se nos países desenvolvidos é difícil reunir dados sobre as remessas dos migrantes, este exercício é ainda mais difícil nos países africanos, onde as estatísticas sobre migrações são incipientes nalguns países e noutros quase inexistentes. Segundo o Observatório das Migrações, as remessas dos países da África Ocidental representavam, em 2011, 43,4% do total das transferências de África efectuadas pelos migrantes de África, Caraíbas e Pacífico (ACP). Estas remessas, à escala mundial, são, no entanto, consideradas modestas. Na África Central é onde existem menos dados sobre os fluxos migratórios, sobretudo em relação às remessas. A maior parte das transferências são efectuadas para as zonas rurais. Os emigrantes desta região, aliás, como as de outras, são propensos a deslocarem-se para outros países africanos, onde os trabalhadores recebem remunerações mais baixas em relação aos emigrantes nos países da OCDE (Observatório ACP das Migrações, 2011).

Tolentino (2009) aponta que a maioria das transferências intra-regionais na África Central, mais do que noutras regiões, é realizada por vias informais, que não aparecem nas estatísticas. A OIM (2009) calcula, por exemplo, que no Uganda as remessas informais representam 80% do total das remessas recebidas. Num inquérito realizado no corredor Tanzânia - Uganda, 60% dos indivíduos confirmaram o envio de valores monetários através de vias informais como motoristas de autocarros, agentes de câmbios e trabalhadores creditados para atravessar as fronteiras[53]. Na África Austral, as transferências de remessas efectuadas por migrantes tendem igualmente a ser reduzidas, excepto no Lesotho onde correspondem a 26% do PIB (Tolentino, 2009).

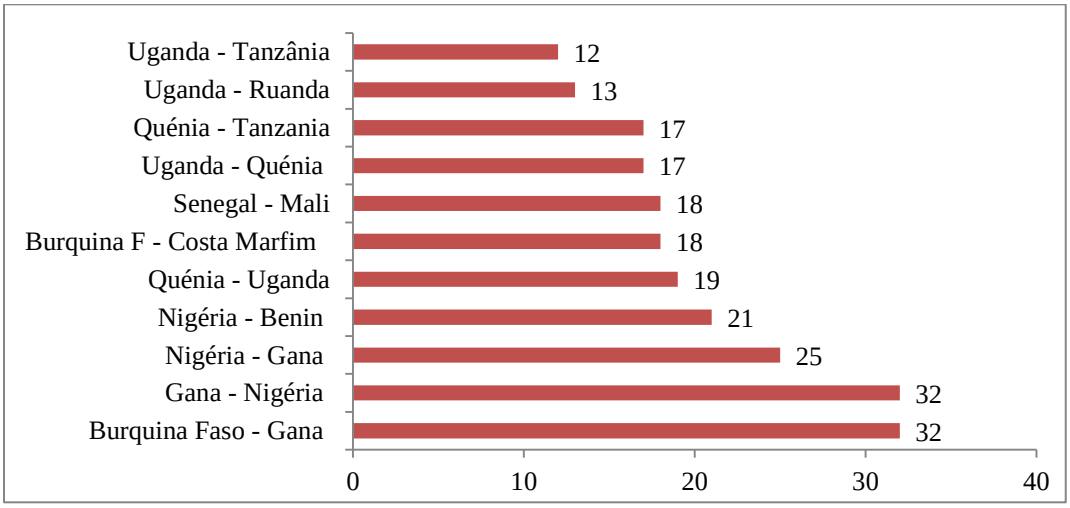
[52] "As migrações do pessoal de saúde têm um impacto significativo no sector da saúde da África sub-Sahariana. Desde o ano 2000, por exemplo, inscreveram-se quase 16.000 enfermeiros africanos para trabalhar no Reino Unido. Apenas 50 dos 600 médicos formados desde a independência ainda exercem na Zâmbia. E calcula-se que actualmente haja mais médicos do Malawi a exercer em Manchester, no norte de Inglaterra, do que em todo o Malawi" (RCMMI, 2005: 23). A ONU avalia que pelo menos 12.000 médicos da África do Sul trabalham num país da OCDE (RCMMI, 2005).

[53] Segundo o Banco Mundial (2009), na região da África Central os fluxos de entrada de remessas são maiores que os de saída, excepto na Tanzânia onde os fluxos de saída de remessas são três vezes superiores, tendo correspondido, em 2010, a 36,2 milhões de euros, contra 10,8 milhões de euros em fluxos de entrada.

A África do Sul encabeça os países quer de destino quer de envio da região. Segundo Crush et al. (2010) a maioria dos fluxos de saída de remessas, em valores absolutos, são provenientes da África de Sul, cerca de 725 milhões de euros. Os elevados fluxos de entrada e saída de remessas conferem a este país uma posição de destaque na imigração na zona. Igualmente, os canais da informalidade no envio das remessas são opções privilegiadas na região. No Lesotho, a título de exemplo, estas rondam os 90% (Observatório ACP das Migrações, 2011).

A opção pela informalidade no envio de remessas tem a ver não só com a falta de instituições bancárias nas zonas recônditas de muitos países africanos mas também com as elevadas comissões cobradas pelo envio das mesmas. O exemplo paradigmático é apresentado no gráfico 4, onde o estudo feito pelo Banco Mundial mostra que o envio de remessas nalguns países africanos chega a custar 32 dólares americanos (USD) por cada 200 USD enviados para os países de origem. De acordo com o gráfico, os valores mais altos registam-se entre o Burquina Faso e o Gana, e entre o Gana e a Nigéria, com 32 USD, enquanto os valores relativamente mais baixos se verificam entre o Uganda e o Ruanda, e entre o Uganda e a Tanzânia, com 13 e 12 USD, respectivamente.

**Gráfico 4**: **Custo de Envio de Remessas por cada 200 USD**




**Fonte**: Elaborado pelo autor, a partir de World Bank (2012)

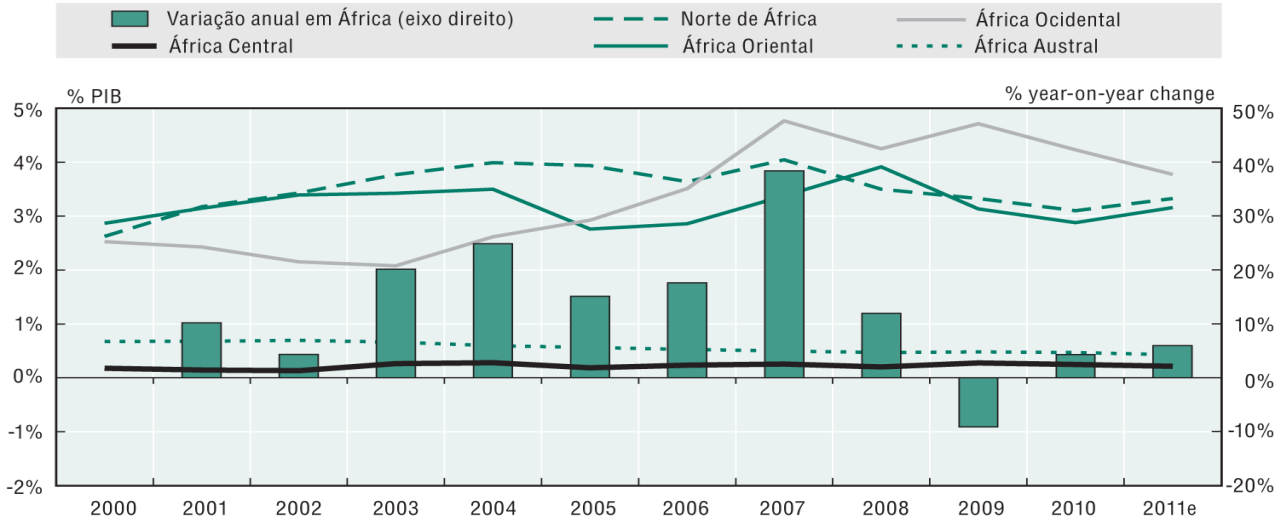
De forma geral, as remessas jogam um papel fundamental no processo de desenvolvimento socioeconómico dos indivíduos e das sociedades africanas, constituindo fontes importantes de moeda estrangeira e poupança, embora como afirmámos seja difícil conhecer a dimensão desse impacto. Para Guarnizo (2004), citado por Ramirez et al. (2006), as remessas representam vínculos sociais de larga distância de solidariedade, reciprocidade e obrigação que unem os migrantes com as suas famílias e amigos através das fronteiras nacionais controladas pelos Estados. De acordo com Kapur (2003), estas são o resultado de complexos processos de negociação no interior das famílias imersos numa intrincada rede de relações entre diásporas e países de origem. O dinheiro enviado pelos migrantes significa muito mais do que um acto de filantropia individual, uma vez que as remessas representam uma estratégia familiar para diversificar as fontes de rendimento que assegurem fundos adicionais através da emigração.

A relação entre remessas e desenvolvimento, no entender de Tolentino (2009), depende fundamentalmente da estabilidade dos fluxos, do emprego que lhes é dado pelas famílias receptoras, bem como da distribuição dos valores monetários no seio da família, da comunidade e do país. Para esta autora, as transferências são importantes na constituição das comunidades transnacionais, pois têm efeitos nas relações internacionais, activando as sinergias das comunidades locais, nacionais e internacionais. No entanto, as remessas não são apenas financeiras mas também sociais[54], traduzindo-se num vasto leque de contribuições prestadas pelos migrantes e comunidades na diáspora (Observatório ACP das Migrações, 2011).

[54] Levitt (1988) considera as transferências ou remessas sociais como quaisquer ideias, práticas, identidades e capital social transmitido pelas comunidades receptoras (de destino) às comunidades emissoras (de origem). Essas transferências podem ser ideias inovadoras, redes transnacionais úteis, conhecimentos, incluindo valores políticos. As remessas sociais, segundo Tolentino (2009), por exemplo, englobam a partilha voluntária, ou não, de visão, valores, atitudes, normas e capital social (conhecimento, experiência e competência) adquiridos no exterior – podendo ser positivas quando se verifica um enriquecimento cultural ou negativas quando há presença de práticas ilícitas. As transferências sociais condicionam igualmente a sociedade de origem dos fluxos migratórios.

Como se pode depreender do gráfico 5, as remessas têm um impacto considerável no PIB dos países africanos. O maior peso relativo verifica-se na África Ocidental e Oriental e no Norte de África, cujas remessas variam entre 2,5% e quase 5% do PIB, enquanto na África Central e Austral não ultrapassam 1%. A variação anual em todo o continente foi de quase 40% em 2007, registando em 2009 um valor negativo devido à crise mundial.

**Gráfico 5**: **Fluxos de Remessas por Sub-região Africana**




**Fonte**: Banco Mundial (2012)

Segundo Melde & Lonesco (2010), citados por Observatório ACP das Migrações (2011), as remessas podem contribuir para reduzir a pobreza, reforçar o desenvolvimento humano e aumentar os rendimentos nos países emissores de migrantes, mas os autores chamam a atenção para o facto da promoção da emigração enquanto estratégia de desenvolvimento a fim de aumentar as entradas de remessas não ser uma solução sustentável[55]. Gupta (2007) considera igualmente que as remessas não podem substituir o desenvolvimento sustentável que tem de ser gerado ao nível interno (endógeno). Tolentino (2009), Bakewell (2009), Ghosh (2006) e Luthria (2009) são apologistas do grande impacto que as remessas têm nas comunidades africanas, incluindo nos direitos humanos fundamentais. Elas são fonte de sobrevivência de muitas famílias pois permitem suportar as suas despesas de alimentação, acesso aos cuidados da saúde e educação dos filhos, construção de habitações ou mesmo

[55] Os autores consideram ainda que as remessas não podem substituir as políticas de desenvolvimento de criação de emprego e de reforço da economia local.

investimentos em actividades económicas. Um inquérito realizado em Angola, por exemplo, concluiu que as remessas eram fonte suplementar de rendimentos para 40% dos inquiridos, sendo que 16% dos aglomerados familiares dependiam exclusivamente destes fundos recebidos do estrangeiro (Tinaero, 2010).

Ratha et al. (2011) sublinham que as remessas podem constituir fontes de financiamento das despesas imprevistas em situações de crise e de desastres, cobrindo as despesas com serviços de saúde de emergência, com gastos de funerais ou ainda para suportar despesas naquelas zonas ou regiões atingidas por mudanças climáticas ou pela degradação ambiental, bem como de investimentos para construção de habitação e em actividades financeiras. Yang (2009) introduzem um novo elemento interessante visível nos países africanos, considerando que, além de permitirem o financiamento dos cuidados de saúde, educação e consumo, as remessas podem reduzir o trabalho infantil, na medida em que são uma fonte de rendimentos. Tolentino et al. (2008) consideram ainda que podem ser usadas para a construção ou compra de casas e pagamento de dívidas. Funcionam ainda como alavancas de iniciativas microeconómicas, com um efeito por vezes multiplicador sobre as populações locais. Permitem igualmente a criação de pequenas empresas, estabelecimentos comerciais, contratação de mão-de-obra local, introdução de novas tecnologias e aumento dos impostos, com o consequente incremento das receitas públicas (Tolentino, 2009).

### 3.4 As Diásporas Africanas

As diásporas africanas participam em grande escala no processo de desenvolvimento dos seus países de origem ou comunidades, não só através de remessas financeiras, mas também sociais, pela transferência de saberes, aptidões, ideias inovadoras e tecnologias, conquanto haja uma percepção subjacente de que as diásporas internas africanas participam muito pouco nesse processo em relação aos seus congéneres fora do continente. Contudo, estas ilações não parecem ter razão de ser pois, como referimos, muitas das migrações são realizadas dentro do próprio continente. As diásporas intervêm de alguma maneira no processo de desenvolvimento em ambos os sentidos, tanto nos países de origem como nos de acolhimento. Bakewell (2009), sugere que, exceptuando as migrações forçadas, a maioria dos movimentos intra-regionais são de natureza desenvolvimentista, se se

considerar que são motivadas pela procura de melhores oportunidades económicas. Os migrantes são compelidos na busca de melhores condições sociais e económicas, com vista a reduzir a pobreza e assegurar condições de vida melhoradas para os seus familiares e dependentes.

A diáspora africana é composta de mais de 30 milhões de migrantes que residem fora dos seus países de proveniência. No total contribuem com cerca de 40 milhões de USD enviados para os seus familiares e comunidades de origem. No seu todo, os valores das remessas superam a ajuda pública ao desenvolvimento e, no caso de muitos países, ultrapassam o Investimento Directo Estrangeiro (IDE) (FIDA, 2010). As diásporas são, por vezes, timoneiras de iniciativas importantes ao canalizarem remessas através de associações filantrópicas que favorecem o desenvolvimento das suas comunidades[56]. Por outro lado, outros contributos das diásporas para as suas comunidades traduzem-se na abertura de redes comerciais, com aquilo que Bakewell (2009) e Ghosh (2006) chamam de "produtos da nostalgia", investimentos no mercado de capitais, bem como empréstimos transfronteiriços, turismo e doações.

Se, por um lado, as remessas parecem trazer vantagens para as comunidades e famílias africanas, por outro, alguns autores encaram-nas com algum cepticismo, indicando, em sentido oposto, as suas desvantagens. Tedesco (2008) encontra nas remessas um manifesto fracasso dos países em desenvolvimento, que não podem garantir possibilidades de trabalho, estando profundamente interligadas à pobreza, falta de oportunidades e luta pela sobrevivência. Assim, do ponto de vista económico, os países perdem a força laboral com os fluxos migratórios, produzindo um impacto demográfico tanto a nível doméstico como internacional, bem como um desajuste socioeconómico a nível das famílias.

O Observatório ACP das Migrações (2011) considera ainda que as remessas trazem desvantagens socioeconómicas para a camada jovem e outros membros das famílias visto que os montantes enviados vão-se reduzindo com o tempo, quando foi gerada uma dependência em relação às mesmas. Dentro da solidariedade para com os membros das

[56] Bakewell (2009) e Ghosh (2006) dão como exemplos as *hometown associations* criadas nos EUA pelos migrantes haitianos e mexicanos e o desenvolvimento das infraestruturas locais na África Ocidental, como no vale do rio Senegal, que percorre a Guiné, Mali, Mauritânia e Senegal.

famílias, a obrigação de enviar remessas pode levar, igualmente, os trabalhadores migrantes a uma situação de vida precária, uma vez que procuram a todo custo, e em condições precárias, acumular valores monetários para serem enviados às famílias e pessoas próximas. Quando assim ocorre, os direitos humanos dos migrantes podem ser colocados em causa. Por último, atribui-se às remessas o aprofundamento das desigualdades que se podem gerar entre as famílias que recebem e as que não recebem remessas.

### 3.5 Género e Fluxos Migratórios

As mulheres africanas são presentemente agentes activos no processo de desenvolvimento socioeconómico, tanto nos países emissores como receptores de migrantes. Pesquisas sobre a mulher migrante, enquanto sujeito de estudo com individualidade própria, foram quase sempre relegadas para segundo plano, contentando-se em desenhar um retracto de mulheres analfabetas, isoladas e invisíveis no espaço público (Naima & Bensaghir, 2010)[57]. Esta constatação é também feita por Gouws (2010) e pela Caritas Internationalis (2010) quando mostram que, embora a migração seja uma forma de vida de muitos actores femininos, existe um claro défice no seu estudo. Ou, na perspectiva de Mahler & Pessar (2006), o género como enfoque de análise da migração continua a ser uma excepção.

A explicação é ainda reforçada por Allah (2010) ao indicar que historicamente a migração foi sempre percebida como um acto eminentemente masculino, relegando-se à penumbra ou à invisibilidade a migração feminina, o que se explica a partir do carácter patriarcal da maior parte das sociedades. Esta mesma invisibilidade é extensiva à sua participação no processo de desenvolvimento, mesmo quando em África a mulher corresponde a 60% da força de trabalho na agricultura e produz 80% da alimentação, segundo estimativas da

[57] É na década de 1980 segundo Allah (2010) que alguns autores tomam consciência da necessidade de estudar este fenómeno, destacando-se Morockvasic (1984), Phizacklea (1983), Chant & Radcliffe (1982), Greico & Boyd (1998) e a ONU, que se vão envolver em debates sobre a questão da integração sistemática do género em todo o processo de reflexão sobre as migrações (Allah, 2010). Para Zlonik (2003), referido por Allah (2010) a invisibilidade das mulheres migrantes deveu-se, em primeiro lugar, a um défice de recolha de informação, pois as estatísticas não se decompunham por sexo, e, em segundo, à prevalência de uma visão androcêntrica nas ciências sociais ao ignorar as mulheres, incluindo nas migrações onde elas eram a maioria. A Caritas Internationalis (2010) reconhece, contudo, haver uma mudança da mentalidade académica sobre a feminização da migração, pelo que começam a haver estudos em torno do desempenho das mulheres como remetentes de remessas, sobre as condições laborais em trabalhos como o de empregada doméstica, sobre a mudança do papel da mulher na família e na comunidade, o fenómeno dos "órfãos" dos movimentos migratórios ou a vulnerabilidade das mulheres que se expõem a vários riscos.

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), demostrando-se com isto que nas sociedades dependentes da produção agrícola as mulheres têm um papel não menos importante no desenvolvimento económico local e na segurança alimentar (Rodrigues et al., 2012)[58].

(Allah, 2010) refere que autores como Tahdani & Todaro (1984), Pedraza (1991) e Kanayaupuni (2000) constatam que as mulheres não emigram nas mesmas condições que os homens. A sua mobilidade espacial é sumamente confrontada com os constrangimentos socioculturais. A Conferência Internacional sobre o "Rosto Feminino da Migração" decorrida no Senegal em 2010 expôs as múltiplas motivações que estão por detrás da migração feminina: aumento da procura de mão-de-obra nos países de destino; obrigações familiares, desemprego e baixos salários; obrigações sociais e económicas limitadas; e o desejo de ampliar novos horizontes.

Outros factores sociais e culturais são também apontados como impulsionadores da tomada de decisão de migrar, por exemplo, o facto de as mulheres qualificadas emigrarem em busca de oportunidades de emprego em países onde possam explorar todas as suas potencialidades e competências e obter melhor remuneração, quando não conseguem superar a discriminação no trabalho nos seus países de origem. Outros exemplos são a vigilância exercida por parte da comunidade, as tradições patriarcais que lhes limitam as oportunidades e liberdades ou a discriminação contra certos grupos de mulheres (mães ou mulheres solteiras, viúvas ou divorciadas). Noutros casos, as migrações resultam de matrimónios "arranjados", bastante comuns em muitas culturas africanas (Caritas Internationalis, 2010)[59].

[58] Segundo ILO (2009, citado por Chiwara, 2012), as mulheres são as que mais trabalham no continente africano, embora as suas actividades não estejam dentro do sector formal. Cerca de 84% dedicam-se ao comércio transfronteiriço informa, que que lhes garante o sustento, além da segurança alimentar e rendimentos suplementares para a família.

[59] A decisão de migrar feminina não é simples, estando subjacente a uma complexidade de factores que por vezes se entrecruzam: a exclusão, as condições do mercado laboral, a discriminação, a legislação desfavorável ou os riscos do impacto para o agregado familiar.

Crush & Williams (2001) consideram que as mulheres geralmente migram por curtos períodos de tempo para realizarem pequenos negócios ou trabalhos sazonais, enquanto os homens são propensos a migrar por longos períodos. Segundo os autores, existem factores *push* e *pull* que concorrem para a migração feminina. Entre outros, os factores *push* incluem a violência contra as mulheres em consequência das guerras civis, insegurança alimentar, instabilidade económica, violação dos direitos humanos e corrupção. Os factores *pull* estão associados às oportunidades como agentes económicos (comerciantes), para as mulheres que querem ser empreendedoras nas regiões onde se vislumbram espaços próprios para esse tipo de iniciativas económicas.

No continente africano, a questão da migração da mulher independente do homem, comummente designada migração feminina, não pode ser abordada fora do contexto da pobreza, ou melhor, da feminização da pobreza, devido ao aumento do empobrecimento das mulheres e crianças devido à instabilidade socioeconómica e política de muitos países africanos. As mulheres e crianças não são somente as mais vulneráveis, são igualmente parte da solução para aliviar e erradicar a pobreza. O papel central da mulher na família e na comunidade faz com que ela seja actor primário nos esforços para melhorar todos os aspectos da vida. As famílias confrontam-se com a desintegração e falta de coesão quando as mulheres são assoladas pela pobreza (Caritas Internationalis, 2010).

A isto devem ser acrescidos os impactos da implementação dos programas de reajustamento estrutural, já que as suas consequências acabaram por afectar ainda mais as mulheres, já *de per si* vulneráveis. Gouws (2010) enfatiza que muitos governos de países africanos tiveram dificuldades em gerir o incremento da pobreza e as medidas de austeridade aquando do processo de implementação do ajustamento estrutural. A própria desregulamentação do mercado deixou vários segmentos da população na economia periférica do sector informal, em especial a mulher. Em África, muitas das mulheres estão envolvidas em actividades de subsistência, não possuem capital ou não têm acesso ao mercado formal, donde todas estas condições as compelem a emigrar como estratégia para reforçar os seus rendimentos familiares.

## 3.6 As Migrações em Moçambique

### 3.6.1 Da História à Estatística

Moçambique não é excepção no que toca ao fenómeno dos movimentos migratórios, os quais são características preponderantes das populações locais, assentes nos condicionalismos sociais, económicos e políticos resultantes da descolonização, oportunidades de emprego e de formação, conflitos internos, cooperação internacional e desastres naturais (Raimundo, 2009a, 2011). O movimento migratório de que o país tem sido palco apresenta ramificações aliadas ao seu passado histórico. A migração remonta ao século XV, com a chegada dos portugueses, embora Moçambique já fizesse parte há bastante tempo da rota comercial entre a costa oriental de África e o Golfo Pérsico e a Índia percorrida pelos árabes que se dedicavam ao comércio. Aliás, a própria história dos povos que hoje fazem parte do território moçambicano é resultado das migrações dos povos bantos saídos da África Central.

Na percepção de Raimundo (2011: 196), as migrações devem ser analisadas a partir do seu trajecto histórico, nomeadamente "as migrações bantu, o comércio costeiro com os árabes, a colonização portuguesa, a escravatura, o trabalho forçado, o trabalho migratório para as minas e plantações da África do Sul e plantações da Ex-Rodésia do Sul (Zimbabwe), incluindo os desastres naturais". Covane (2001) e Witimane (2012), referem que a configuração geográfica do país concorreu para as movimentações populacionais com os países vizinhos, na época sob domínio britânico: Zimbabwe (Rodésia do Sul), Malawi (Niassalândia), Zâmbia (Rodésia do Norte), Tanzânia (Tanganica) e África do Sul. A África do Sul, em particular, devido à forte ligação económica, constitui ainda hoje um destino privilegiado, sobretudo laboral, dos moçambicanos.

Nos últimos tempos, a manifesta presença de multinacionais europeias, asiáticas e norte e sul-americanas – que se dedicam à exploração de recursos naturais como: carvão mineral em Tete; gás e petróleo nas províncias de Inhambane e Cabo Delgado; madeira na Zambézia, Cabo Delgado, Nampula, Niassa e Sofala; ouro, pedras preciosas e semipreciosas em Manica, Tete, Zambézia, Nampula e Cabo Delgado; areias pesadas na

Zambézia e Gaza – tem contribuído, em parte, para a ocorrência de migrações internas e internacionais.

Arnaldo & Muanamoha (2013) consideram que estes movimentos migratórios com influência na dinâmica da população – ainda que não seja a curto prazo – são igualmente condicionados pela crise económica que se verifica em alguns países da Europa, bem como pela instabilidade socioeconómica e política de que padecem muitos países africanos.

Embora as migrações estejam ligadas à história de Moçambique e sejam um fenómeno gradual, a falta de informação e de dados surge como um dos entraves para a sua análise. A fraqueza estatística do fenómeno migratório em Moçambique resulta da falta de informação sobre as causas, tipologias e gestão dos fluxos migratórios. Um estudo realizado por Raimundo (2009c), com ênfase nas diásporas, aponta algumas razões desta situação: i) a ausência de dados dos emigrantes no estrangeiro; ii) a falta de estudos sobre fluxos migratórios internos e externos, suas tendências e estratégias de sobrevivência; iii) o facto de os esclarecimentos serem sobretudo originários da comunicação social; iv) os dados sobre Moçambique serem muitas vezes facultados pelas pesquisas feitas pelo Southern African Migration Project (SAMP) da África do Sul, que nem sempre traduz com rigor as realidades migratórias do país.

As estatísticas oficiais sobre as migrações em Moçambique resultam dos três censos de Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) realizados há mais de duas décadas. Muanamoha & Raimundo (2013) realçam que desde o I RGPH, realizado em 1980, até ao III e último, realizado em 2007, as várias informações recolhidas não mereceram, todavia, um tratamento de análise substancial por académicos nacionais das várias disciplinas. Algumas excepções são os estudos sobre as migrações interdistritais produzidos por Araújo & Lates (1980) e alguns trabalhos sobre migração laboral, migrações internas e género, assim como migrações forçadas elaborados por autores como Borges (1993), Neves (1998), Covane (2001), Bilale (2007), Muanamoha & Raimundo (2010) e, mais recentemente, Mapengo (2011), Witimane (2012) e Ceita (2013), o que todavia está longe da análise desejável da complexidade dos movimentos migratórios, dadas as tendências crescentes nos últimos tempos.

### 3.6.2 As Migrações Internas

Após a independência em 1975, o movimento das populações dentro das fronteiras internas e internacionais intensificou-se devido à guerra civil que se seguiu, com impacto a todos os níveis, desde climáticos e ambientais, passando pela urbanização acentuada com ausência de planificação urbana, dando às cidades por vezes características de cidades-rurais. Muanamoha & Raimundo (2013) são apologistas de que depois da independência o país assinalou um aumento da movimentação de população que adveio de factores políticos, o conflito armado de 16 anos, as incursões armadas dos países vizinhos, realizadas na época pela África do Sul e ex-Rodésia (Zimbabwe), bem como factores ambientais cíclicos tais como cheias, ciclones e secas. Todas estas razões, além de outras, concorreram para a rápida urbanização do país, com todas as consequências socioeconómicas e culturais daí decorrentes.

Mapengo (2011) acrescenta ao factor guerra outras causas como os desequilíbrios do *modus vivendi* económico e o desenvolvimento social da população urbana em relação à população rural. As assimetrias entre o campo e a cidade constituem um chamariz para as populações rurais menos desenvolvidas, devido à existência de infra-estruturas e oportunidades sociais e económicas nas cidades[60]. Este tipo de migração rural-urbano resulta também, segundo Raimundo (2009b), das políticas socialistas traçadas pelo Estado moçambicano que desembocaram em imperfeições na economia rural, bem como no insucesso do desenvolvimento cooperativista, que se supunha iria estimular o desenvolvimento rural através da criação de aldeias comunais[61].

O projecto da "modernização autoritária", através da concentração de pessoas – maioritariamente camponeses – nas aldeias comunais teve resultados negativos, como Raimundo (2009b) e outros autores sugerem. Para os detentores do poder, a ideia subjacente era de que os camponeses se deviam concentrar nas aldeias comunais, para que

[60] Araújo (2003) considera que a atracção dos agentes migrantes para as cidades é em função da distância. Os imigrantes das principais cidades moçambicanas são oriundos das províncias onde elas se situam, sendo o seu peso mais reduzido à medida que as distâncias aumentam. A partir do censo demográfico de 2007, o autor mostra que 80% dos imigrantes da capital de Moçambique (Maputo) provêm das províncias do sul do rio Save (Maputo-Província, Gaza e Inhambane), enquanto na cidade da Beira 90% dos imigrantes são provenientes da Província de Sofala.

[61] Ver também Yussuf (2006), Geffray (1991), Casal (1996) e Araújo (1988).

estas se transformassem social e culturalmente, tendo a base produtiva e económica assente nas empresas estatais e cooperativas. As pessoas reagiram abandonando aqueles locais e dirigindo-se para as cidades ou retornando ao anterior *modus vivendi* rural.

Nos estudos sobre as migrações internas e os espaços urbanos em Moçambique Araújo (1990) observa que a falta de acompanhamento socioeconómico dos movimentos migratórios do campo para as cidades, para além do deficiente ordenamento das mesmas, conduziu a um acentuado nível de pobreza das famílias que vivem nas suas periferias, ao aumento do desemprego, bem como à emergência de problemas ambientais que advém do uso intensivo das florestas que existem na cintura das cidades. O autor refere ainda que no continente africano em geral e em Moçambique em particular, a tendência crescente dos movimentos migratórios do campo para as cidades desencadeia uma transferência cultural que, aliada a relações conflituosas e desiguais, leva ao surgimento de espaços de segregação caracterizados por um proeminente dualismo rural-urbano "que se apresenta de forma visual e oposta em que a dimensão do fenómeno migratório gradualmente cria a sua própria cultura no meio de antagonismos de vária ordem, onde prevalecem por bastante tempo atitudes, hábitos e comportamentos rurais dando origem a um fenómeno que apesar de transitório ruraliza os espaços urbanos" (Araújo, 2003: 166).

Segundo o Relatório do Ministério do Plano e Finanças (MPF, 1998) a "avalanche" de migrantes internos, principalmente aquela que é feita de forma unidireccional campo-cidade, por razões relacionadas com a guerra e o retorno de deslocados e refugiados sem acompanhamento de condições sociais para o enquadramento desta população, condicionou a distribuição espacial em Moçambique. As migrações são fundamentalmente campo-cidade e cidade-cidade. Os novos investimentos à escala nacional, os corredores de desenvolvimento de Maputo, Beira e Nacala são pólos atractivos na procura de emprego e com impacto na redistribuição espacial da população.

Os pressupostos causais da ocorrência dos movimentos migratórios em Moçambique envolvendo vários segmentos da sociedade – indivíduos (incluindo quadros qualificados), famílias inteiras e mesmo grupos – são complexos. As causas e a decisão de migrar, embora se relacionem com questões económicas, como muita literatura sobre migrações

sugere, podem estar assentes em vários factores conjugados (políticos, socioeconómicos e culturais) encontrados no local de acolhimento. A migração e a mobilidade em Moçambique variam em conformidade com a localização regional, perfis histórico, económico e ambiental, realizando-se "em forma de trabalho migratório, movimentos pendulares e circulação de pessoas e bens entre fronteiras regionais – comércio transfronteiriço" (Raimundo, 2009a: 15).

Raimundo (2009c) aponta ainda uma pluralidade de causas que concorrem para a migração em Moçambique. Olhando para as causas económicas, sendo o país basicamente agrícola, onde a maior parte dos indivíduos vive no campo – mais de 70% – em situação de pobreza, a migração para os centros urbanos, para a vizinha África do Sul ou o comércio transfronteiriço constituem estratégias – embora nem sempre triunfantes – para melhorar as condições de vida. As cidades são apelativas, existem muitas infra-estruturas socioecónomicas e culturais, por comparação com o campo, o que permite encontrar empregos formais ou, na falta destes, ingressar no sector informal, bastante enraizado nas cidades e vilas moçambicanas[62].

Os movimentos internos como resultantes, além dos conflitos armados, da diferenciação de desenvolvimento socioeconómico entre as regiões, faz com que os agentes migrantes procurem outras regiões atractivas, com melhores oportunidades individuais. As mulheres constituem um segmento cada vez maior neste tipo de movimento, trabalhando em sectores de actividade menos especializados como a agricultura, pesca, comércio informal ou trabalho doméstico, a que se soma a tendência crescente de mulheres "Mukheristas", que praticam o comércio transfronteiriço nas regiões sul, centro e norte do país (MPF, 1998; OIM, 2010).

[62] Outro aspecto mencionado por Raimundo (2009c) é a questão dos conflitos de terra. Em Moçambique, a terra pertence ao Estado e os indivíduos só podem fazer o uso e aproveitamento da mesma mas, na prática, a terra é vendida e serve de hipoteca. Os conflitos de terra entre os camponeses, empresários e o Estado, onde muitas vezes estes últimos saem a ganhar, fazem com que os camponeses estejam desprovidos de terras, optando por emigrar das suas zonas rurais para as urbes.

O contexto migratório moçambicano, na sua generalidade, sugere uma forte movimentação interna entre as regiões e províncias do país (quadro 6), apresentando uma migração interna acumulada significativa, cujos saldos migratórios[63] negativos são visíveis sobretudo nas províncias de Inhambane, Gaza e Zambézia com (-205.680), (-188.211) e (-144.459) indivíduos, respectivamente. Em relação aos imigrantes internos (absolutos), os números mais relevantes registam-se nas províncias de Maputo-Província com 453.347, Maputo-Cidade 343.919, Sofala 171.298 e Manica com157.669 indivíduos. Quanto aos emigrantes internos (absolutos), o destaque vai para as províncias de Inhambane com 272.806, Gaza 251.660, Maputo-Cidade 243.108, Zambézia 211.462, Sofala 160.390 e Nampula com 98.882 emigrantes.

**Quadro 6: Volume de Migração Interna Acumulada por Província (2007)**

| Província | Imigrantes internos (absolutos) | Emigrantes internos (absolutos) | Saldo Migratório (absoluto) |
|---|---|---|---|
| Niassa | 45.480 | 35.962 | 9.518 |
| C. Delgado | 40.947 | 48.791 | -7.844 |
| **Nampula** | **97.574** | **98.882** | **- 1.308** |
| Zambézia | 67.003 | 211.462 | - 144.459 |
| Tete | 41.289 | 87.020 | - 45.731 |
| Manica | 157.669 | 53.519 | 104.150 |
| Sofala | 171.298 | 160.390 | 10.908 |
| Inhambane | 67.126 | 272.806 | - 205.680 |
| Gaza | 63.449 | 251.660 | - 188.211 |
| Maputo-Província | 453.347 | 85.501 | 367.846 |
| Maputo-Cidade | 343.919 | 243.108 | 100.811 |
| **Total** | **1.549.101** | **1.549.101** | **-** |

**Fonte**: Muanamoha & Raimundo (2013), a partir dos dados do Censo de 2007

Muanamoha & Raimundo (2013) concluem que há uma tendência dos emigrantes das províncias nortenhas para se deslocarem para as províncias vizinhas dentro da mesma região. Este tipo de migração é análoga aos emigrantes da região centro e sul. A província da Zambézia e a cidade de Maputo revelam algumas excepções. No primeiro caso, os emigrantes distribuem-se por quase todas as regiões de Moçambique e no segundo,

[63] O Saldo Migratório (migração líquida acumulada) obtém-se pela diferença entre imigrantes e emigrantes acumulados nessa província. Emigrantes acumulados são todos aqueles que nasceram nessa província e que na data do censo se encontravam a residir numa outra província. Imigrantes acumulados são todos os indivíduos que na data do censo residiam nessa província e que nasceram noutra província (Muanamoha & Raimundo, 2013).

Maputo-Cidade acolhe migrantes de todas as províncias, com destaque para as do sul de Moçambique.

Visto a partir da dinâmica migratória do censo de 2007, estes autores distinguem as províncias em três tipos: i) as províncias de Manica e Maputo-Província como sendo as de imigração interna; ii) Zambézia, Tete, Inhambane e Gaza, de emigração interna; e iii) as províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Maputo-Cidade e Sofala alternam entre uma tendência e outra, ou seja, são ora províncias de imigração ora de emigração. Em relação aos emigrantes internos, a tendência de emigrar é predominante nos jovens solteiros.

Na região sul, a migração interna feminina é maior que nas regiões centro e norte, de predominância masculina. No período compreendido entre 2006-2007, Muanamoha & Raimundo (2013: 175) observam que nas províncias de imigração "os emigrantes foram predominantemente mulheres em Maputo-Província (51.5%), e maioritariamente do sexo Masculino em Cabo Delgado (60.4%), Nampula (56.9%) e Manica (53.1%). Entre as províncias de emigração em 2007, houve predominância de homens entre os emigrantes de Niassa (56.8%), Zambézia (60.6%), Tete (52.8%), Sofala (55.7%) e Maputo-Cidade (50.2%), enquanto o predomínio de mulheres verificou-se em Inhambane (52%) e Gaza (54.9%)".

### 3.6.3 Migrações Internacionais

Em Moçambique, a emigração internacional está mais direccionada para os países da região, sobretudo para a África do Sul[64], país com o qual, como referimos, tem confluências históricas. A África do Sul é o principal destino dos fluxos laborais, para além de imigrantes ilegais provenientes da região austral. Após a sua independência em 1910, duas décadas depois com a descoberta de ouro na região de Witwatersrand, já existia um sistema

[64] Segundo Vidal (2008), a partir de 1850 começam a chegar os primeiros migrantes à África do Sul, para trabalharem nas plantações das colónias britânicas do Natal. Em 1886, os emigrantes cruzam as fronteiras com a descoberta de minas de ouro na região de Joanesburgo. Na época, os trabalhadores brancos eram insuficientes, pelo que era necessário recorrer ao recrutamento de mão-de-obra estrangeira. Por meio do governo colonial português, Moçambique assegurou a cooperação com o envio de indígenas para as minas. Assim, o governo colonial cobrava taxas de exportação de mão-de-obra através dos rendimentos dos mineiros.

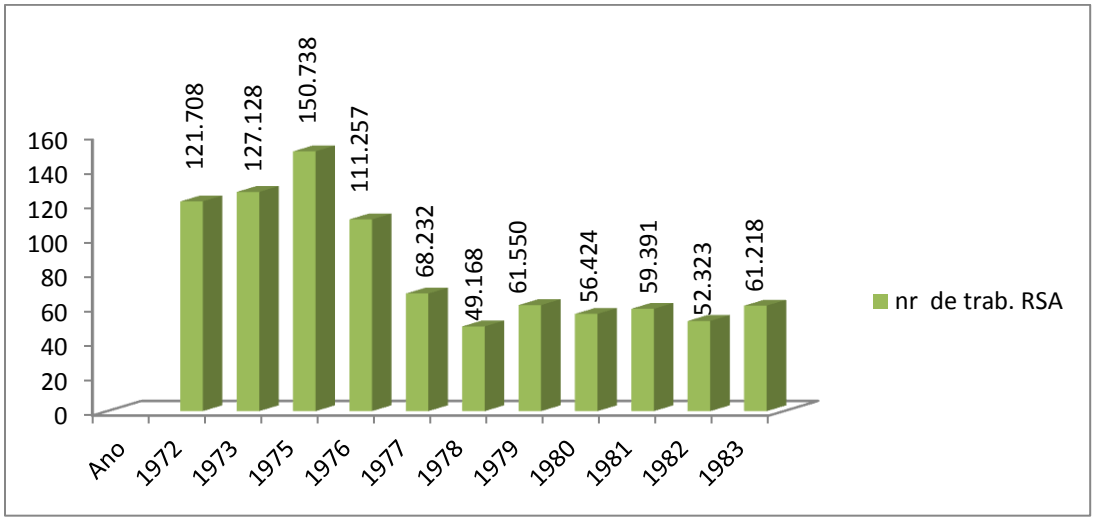
de contratação de força laboral estrangeira que absorvia por ano cerca de 200.000 trabalhadores africanos não qualificados provenientes de Moçambique, Botswana, Lesotho, Malawi, Zimbabwe e Swazilândia.

O emprego de mão-de-obra estrangeira transformou a África do Sul num país "cobiçado", com tentáculos de dependência dos Estados de toda a região austral, na sua generalidade pouco industrializados. A procura de mão-de-obra para fazer face ao crescimento económico converteu o país num pólo atractivo para os imigrantes laborais dos países circunvizinhos. Em 1960 e 1970 o país comportava, respectivamente, 586.400 e 489.200[65] trabalhadores estrangeiros africanos, cujas principais áreas de emprego eram sobretudo o sector mineiro, agrícola e indústria manufactureira[66] (CIDOB, 2004).

A presença de trabalhadores moçambicanos na África do Sul manteve-se elevada desde a descoberta de ouro, o que causou grande impacto no processo de desenvolvimento económico daquele território. Como ilustra o gráfico 6, o período "dourado" de mão-de-obra moçambicana correspondeu aos anos entre 1972 e 1976, com 121.708, 127.128, 150.738 e 111.257 trabalhadores, respectivamente. O pico correspondeu ao ano de 1975 (150.738 trabalhadores), tendo decaído progressivamente desde aí. Este declínio tem a ver, entre outras causas, com a conjuntura em que se deu o processo de libertação de Moçambique. Após a proclamação da independência nacional em 1975, as relações entre os dois países tornaram-se tensas, tendo a África do Sul reduzido a mão-de-obra moçambicana nas minas.

[65] Esta redução deveu-se a legislação laboral de 1963 que "proibia a contratação de mulheres e famílias desde Botswana, Lesotho e Swazilândia" (CIDOB, 2004: 48).
[66] Na actualidade, para além do sector mineiro, as explorações agrícolas, de cítricos, cana, banana, tomate, batata reno e outras culturas, bem como empregos formais na indústria e comércio e actividades informais têm sido representativos em termos de mão-de-obra estrangeira, incluindo moçambicanos.

**Gráfico 6: Trabalhadores Moçambicanos na RSA entre 1972-1985**




**Fonte**: Elaborado pelo autor, a partir dos dados de De Vletter (1985)

Entre 1976-1983, visando modificar a correlação de forças e impedir a "influência comunista" na região austral, a África do Sul inicia um processo de desestabilização militar e económica contra alguns países vizinhos sendo Moçambique, para além de Angola, o alvo privilegiado. O apoio que Moçambique prestava – assente no paradigma socialista – aos movimentos de libertação nacional dos países vizinhos, incluindo o African National Congress (ANC) da África do Sul, levaram o regime do *apartheid* a retaliar, com incursões armadas no interior de Moçambique, apoio armado ao movimento da RENAMO, bem como pressões económicas traduzidas na redução do número de mineiros moçambicanos e na restrição do tráfego de mercadorias para o Porto de Maputo (Patrício, 2011). A redução unilateral de mão-de-obra moçambicana na África do Sul foi acompanhada, em 1978, como refere Hernandez (2009: 73), por exemplo, pela anulação da cláusula *gold option*, a qual regulava "as transferências diferidas em ouro pela contratação de moçambicanos para as minas. Esta situação diminuiu ostensivamente o ingresso de divisas para Moçambique de cerca de 150 e 175 milhões de dólares em 1975 para 15 milhões no ano de 1978".

Outro aspecto a ter em conta na redução de mineiros moçambicanos no período 1977-1983 prende-se com a crise de algumas minas e novas legislações laborais que restringiam os trabalhadores estrangeiros. Muanamoha (2008) consubstancia estas causas, referindo-se a

um novo contorno da migração laboral a partir da década de 90. Entre 1996-2005[67], por exemplo, registou-se uma redução de 56.000 para 46.000 trabalhadores. O declínio de trabalhadores estrangeiros, incluindo moçambicanos, deveu-se, entre outros factores: às novas leis migratórias sul-africanas, as quais fixavam quotas de trabalhadores estrangeiros nas companhias mineiras, com vista a promover a mão-de-obra nacional; ao fecho de algumas minas de ouro; à idade avançada dos mineiros moçambicanos, dos quais 75% tinham mais de 48 anos, quando a idade de reforma nas minas era de 55 anos; e à elevada mortalidade no seio dos mineiros moçambicanos causada pelo SIDA (Muanamoha, 2008).

Devido à redução unilateral de trabalhadores moçambicanos pela África do Sul, e como forma de contornar a fraca contratação de mão-de-obra deste país, entre 1978-1990, no contexto da sua "revolução socialista" e da abertura aos países do Leste, Moçambique enviou cerca de 21.000 trabalhadores para a antiga República Democrática Alemã (RDA), os quais foram incorporados como mão-de-obra pouco especializada nos sectores automobilístico, mineiro (carvão), têxtil e agrário, enquanto outros foram direccionados para formação técnico-profissional. Os argumentos à volta do envio dos jovens trabalhadores para a RDA, além da causa acima apontada, relacionavam-se com a necessidade de amortizar a dívida externa contraída com este país, que se tornara insustentável, avaliada em 1979 em 200 milhões de marcos (DM). Uma década depois, em 1990, com a extinção da RDA, a República Federal Alemã (RFA) avaliou a dívida em 450 milhões de USD (Guerra, 2012).

Muitos dos que emigram para a África do Sul não o fazem pelas vias formais. Como alude Muanamoha (2008), os indocumentados constituem um número elevado de moçambicanos que, através das fronteiras com outros países vizinhos, têm feito movimentos migratórios sem o controlo das entidades oficiais. De acordo com o relatório do Anuário Internacional (CIDOB, 2004) em 2004, estimava-se em cerca de 3 a 4 milhões de imigrantes

[67] Importa referir que em 1996, dois anos depois da vitória do ANC, algumas leis migratórias foram criadas com o objectivo de resguardar alguns direitos da força laboral estrangeira através da regularização dos "imigrantes casados e com filhos na África do Sul ou com mais de 5 anos a trabalhar no país. Cerca de 350.000 estrangeiros beneficiaram-se com estas medidas sendo abrangidos 90.000 moçambicanos" (CIDOB, 2004: 450).

provenientes sobretudo de Moçambique[68], Zimbabwe, Botswana, Swazilândia, Malawi e Zimbabwe. A maioria destes agentes migrantes não é qualificada. Os poucos qualificados concentram-se sobretudo na província de Gauteng, onde se encontram as cidades de Joanesburgo e Pretória.

Para o caso dos moçambicanos na condição de migrantes regulares ou irregulares na África do Sul as razões apontadas são diversas. Para De Vletter (2006), as razões da ida para a África do Sul prendem-se com a facto de, apesar do crescimento económico de Moçambique ser positivo, o desenvolvimento está ligado aos megaprojectos, capital intensivos, que limitam a absorção dos trabalhadores nacionais não qualificados. Este autor considera que devido à saturação do sector informal nas cidades, estas já não constituem um atractivo para a mão-de-obra rural excedentária. A estes factores somam-se as condições climáticas desfavoráveis, como secas e cheias, bem como a abolição de vistos, que força muitas famílias a procurar emprego na terra do *Rand* (RSA).

A conclusão a que chega Muanamoha (2008) sobre as causas subjacentes à emigração de indocumentados para a África do Sul entre 1980-2004, a partir de um estudo realizado nos distritos de Magude e Chokwé, é que esta está ligada à procura de emprego, seguido da unificação familiar. A guerra civil é apontada como um dos factores determinantes dos movimentos transfronteiriços, pois estes distritos fazem fronteira ou estão próximos da África do Sul. Magude faz fronteira com este país, enquanto Chokwé faz limite com o distrito de Magude que, por sua vez, serve de "trampolim" para aquele país. Deve-se acrescentar que muitas destas populações acabaram por se fixar nas províncias fronteiriças com a África do Sul, mesmo depois de a guerra ter findado em 1992. A partir daqui movimentaram-se para as grandes cidades sul-africanas.

Para os imigrantes moçambicanos, regulares ou irregulares, a busca de melhores condições de trabalho e os salários elevados oferecidos na região de destino, em relação à de origem – nem sempre verificáveis – constituem uma atracção determinante aquando da decisão de emigrar. Segundo De Vletter (2006), as remessas enviadas da África do Sul para as províncias de Maputo, Gaza e Inhambane, na região sul de Moçambique, jogam um papel

[68] Em 1995, tinham sido repatriados 131.689 refugiados moçambicanos, principalmente através da fronteira de Ressano Garcia na Província de Maputo (Montclos, 1997).

importante na aquisição de diversos bens e serviços para a melhoria de vida das famílias. Os ganhos económicos com impacto nas suas terras de origem têm a ver com factores associados às elevadas remunerações na África do Sul, ao tipo de compromisso dos trabalhadores migrantes no envio de remessas aos seus familiares e à história migratória das famílias. As famílias com tradição migratória para a África do Sul – por vezes de várias gerações – tendem a acumular mais do que as outras, mais recentes na dinâmica migratória. Daí o fascínio dos jovens em relação à emigração para aquele país – a todo o custo – mesmo sem a regularização dos documentos requeridos.

De igual forma Araújo & Muanamoha (2011) mostram que a migração de indocumentados para a África do Sul é uma estratégia de sobrevivência para muitas famílias do sul de Moçambique. As remessas enviadas, tal como no contexto africano em geral, têm sido usadas, em primeiro lugar, para o consumo quotidiano dos agregados familiares, estendendo-se posteriormente para a implementação de pequenos negócios, construção de habitações melhoradas, educação dos filhos, bem como para o pagamento do *lobolo*[69]/casamento e de dívidas. Estes autores, assim como De Vletter (2006), reconhecem que a capacidade de enviar remessas da África do Sul para Moçambique tem a ver com o período de estadia e o nível de rendimento obtido naquele país, variando também em função da experiência acumulada, dos rendimentos obtidos e do tipo de actividade exercida na África do Sul. Os moçambicanos naquele país que trabalham nas indústrias remetem valores monetários mais elevados do que os que se encontram a trabalhar nas explorações agrícolas (De Vletter, 2006; Araújo & Muanamoha, 2011).

A aplicação das remessas pelos emigrantes moçambicanos também pode ser percebida através do trabalho de campo realizado por Farré (2010) no distrito de Massinga (círculo de Quême), província de Inhambane. As prioridades apontadas pelos emigrantes provenientes da África do Sul para aquele distrito são para a: "i) construção de casas de alvenaria ou chapas de zinco e depósitos de água; ii) ritos e cerimónias (casamento e/ou pela igreja); iii) realização de cerimónias para os mortos, seja um membro familiar morto recentemente ou há algum tempo que, por alguma razão, o defunto exigiu ou alguém recomenda a realização duma cerimónia; iv) investimento no transporte. Compra de carros *pick ups* "Isuzu" para o

[69] Dote que pode ser monetário ou em espécie.

transporte entre a estrada nacional e algum ponto do interior da província; v) compra de animais, porcos, cabritos e vacas para a sua reprodução e venda em pequena escala, no caso dos bois para alugar a vizinhança; vi) compra de terra no distrito de Massinga" (Farré, 2010: 226,240)[70].

O movimento migratório de moçambicanos para a África do Sul, bem como para outros países da região, tem sido associado compulsivamente à guerra civil, factor de grande relevância devido à sua duração e impactos que trouxe à mobilidade de vários segmentos da população. Baden (1997) e Waterhouse & Lauriciano (2010) consideram que o conflito armado foi propulsor do êxodo migratório (deslocados e refugiados) entre 1976-1992. De acordo com os dados do ACNUR (1995), a guerra originou a fuga de 1.7 milhões de pessoas para os países vizinhos, como o Zimbabwe, Swazilândia, Malawi, Tanzânia, Zâmbia e África do Sul, tornando Moçambique detentor da maior população refugiada em África e o terceiro no mundo, depois do Afeganistão e da Palestina.

A assinatura dos Acordos de Paz em 1992, permitiu o regresso dos refugiados a um país destroçado pela guerra, desestabilização e seca. No primeiro trimestre de 1992 foram registados pelas autoridades moçambicanas, em parceria com o ACNUR, cerca de 180.000 retornados, tendo os números aumentado progressivamente nos anos subsequentes. Em 1993 retornaram 580.000 pessoas e em 1994 regressavam, por semana, em média, 17.000, o que totalizou cerca de 880.000 indivíduos ao longo de 12 meses (ACNUR, 1995). Pela sua localização geográfica (figura 3) as províncias de Tete (790.000), Zambézia (284.000), Manica (196.500) e Niassa (195.500), foram as que mais retornados acolheram, sendo depois a partir destas que as pessoas procuraram refúgio nos países vizinhos (ACNUR, 1995).

[70] De Vletter (2006) aproxima-se das conclusões do estudo feito por Farré (2010). Segundo o autor, as remessas são usadas, para além da construção de casas melhoradas, para a compra de carrinhas de caixa aberta (4x4), bombas de irrigação e investimentos no sector informal para os membros das famílias.

**Figura 3: Repatriamento de Refugiados para Moçambique**

**Fonte**: ACNUR (1995)

Para além dos refugiados, Baden (1997) avança com estimativas de 4 a 5 milhões de deslocados internos[71], incluindo um considerável número de moçambicanos que emigraram para Portugal, sobretudo aqueles que estavam cépticos ou contra o novo regime instituído. Nesse período, as populações que viviam nas zonas fronteiriças tornaram-se refugiados nos países vizinhos, enquanto outros se deslocaram para as zonas urbanas ou costeiras. No entanto, o fim dos conflitos armados não significou o fim abrupto dos fluxos migratórios. Costa (2002: 83) enfatiza que, o retorno dos afectados pela guerra às cidades não foi célere nem intenso, de acordo com as previsões e estimativas da ONU. Segundo a autora, "depois de num período inicial um número considerável de refugiados e deslocados ter regressado, os fluxos populacionais seguintes foram mais dilatados no tempo e não foram irreversíveis".

[71] A autora refere que, no total, cerca de 8 milhões de indivíduos foram obrigados a movimentar-se devido à guerra civil.

### 3.6.4 Os "Estranhos" Silenciosos

A nova constituição multipartidária em 1989, aliada ao fim das hostilidades depois de uma guerra civil prolongada, que culminou com o AGP em 1992, à descoberta e exploração de recursos naturais, aos investimentos directos estrangeiros, entre outros, conduziram à estabilidade social, económica e política, que constituem factores atractivos de agentes migrantes de vários continentes, com destaque para os imigrantes africanos. Actualmente, Moçambique regista um *boom* de estrangeiros que se fixam um pouco por todo o território, sobretudo nas regiões centro e norte do país. Os factores repulsivos em alguns países, como a crise económica, a instabilidade política, conflitos armados e outros, condicionam de igual modo a "corrida" para Moçambique, que é hoje considerado um país estável, pelo menos ao nível da África Austral.

Importa referir também que, pouco depois da independência, verificaram-se movimentos migratórios de carácter político, em que indivíduos ou grupos de indivíduos procuravam apoio moral, e mesmo material, junto do governo para as suas causas libertadoras. Como referem Sarmento et al. (2009: 23) estes movimentos eram constituídos por "migrantes políticos, guerrilheiros e activistas da África do Sul, Zimbabwe, Palestina, Timor-Leste que lutavam pela libertação dos seus povos. Esta onda de migração forçada e legal durou cerca de cinco anos para os zimbabweanos, mais de uma década no caso dos sul-africanos, mais de 20 anos para os timorenses e permanece uma abertura para o caso dos palestinos. Muitos destes regressaram as suas origens de tal forma que esta onda de imigrantes não foi problemática do ponto de vista demográfico e permaneceu selectiva em relação as nacionalidades".

Sarmento et al. (2009) analisam os fluxos migratórios internacionais a partir de três vagas sucessivas, sem contudo enquadrar o espaço temporal em que foram realizados. A primeira, constituída por portugueses que haviam saído do país e que retornavam para, alegadamente, recuperar "os bens deixados após a independência" (Sarmento et al., 2009: 23). A segunda, composta fundamentalmente de actores migrantes asiáticos, com ênfase para as nacionalidades paquistanesa e bengali, que almejavam atingir melhores condições socioeconómicas através do comércio. Na terceira, a mais recente, predominam os

estrangeiros oriundos de todos os continentes: os provenientes da Ásia, constituídos maioritariamente por chineses, indianos, paquistaneses e bengalis; os procedentes do Médio Oriente, onde se destacam os libaneses; e da América, os brasileiros.

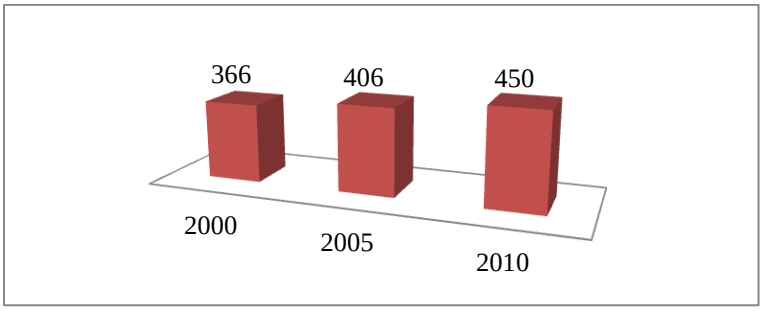
Os autores registam também nesta terceira vaga a entrada massiva de imigrantes africanos, sobretudo da Região Austral, dos Grandes Lagos, da África Ocidental e Oriental. Mesmo não apresentando dados empíricos que sustentem as suas teses, consideram que os sul-africanos e zimbabweanos constituem os principais grupos de imigrantes da África Austral, enquanto dos Grandes Lagos se destacam os burundienses e os congoleses. Da África Ocidental, predominam os senegaleses, nigerianos, malianos, cidadãos do Benim e da Guiné. Por sua vez, os etíopes, quenianos e somalis constituem os grupos maioritários provenientes da África Oriental (Sarmento et al., 2009)[72].

Com algumas convergências com Sarmento et al. (2009), consideramos no entanto que, actualmente, a maioria dos fluxos migratórios são provenientes dos Grandes Lagos (Ruanda, Uganda, Burundi, Sul da RDC) e do Corno de África (Etiópia, Somália, Sudão), vindo em números mais modestos da África Ocidental (Nigéria, Mali, Serra Leoa, Senegal, Togo, Guiné), do Médio Oriente e Ásia (Líbano, Síria, Paquistão, Índia, Bangladesh, China, Vietname). Ao nível dos PALOP, há cada vez mais imigrantes oriundos, de Portugal e do Brasil, mas também da Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Cabo Verde. Da África Austral, destacam-se o Zimbabwe, África do Sul, Malawi e Zâmbia.

Em Moçambique, como referenciamos anteriormente, os dados das estatísticas migratórias internas e internacionais são contraditórios. Se olharmos para o III e último RGPH de 2007, os dados apontavam para a existência de um total de 206.906 estrangeiros a residir em Moçambique, enquanto o World Migration Report (2010) referia existirem 406.000 estrangeiros em 2005 e 450 mil imigrantes em 2010 (ver gráfico 7). Como se pode ver, as discrepâncias são consideráveis, registando-se uma diferença de quase o dobro (199.094 estrangeiros) entre ambos os números relativos a 2005 e 2007.

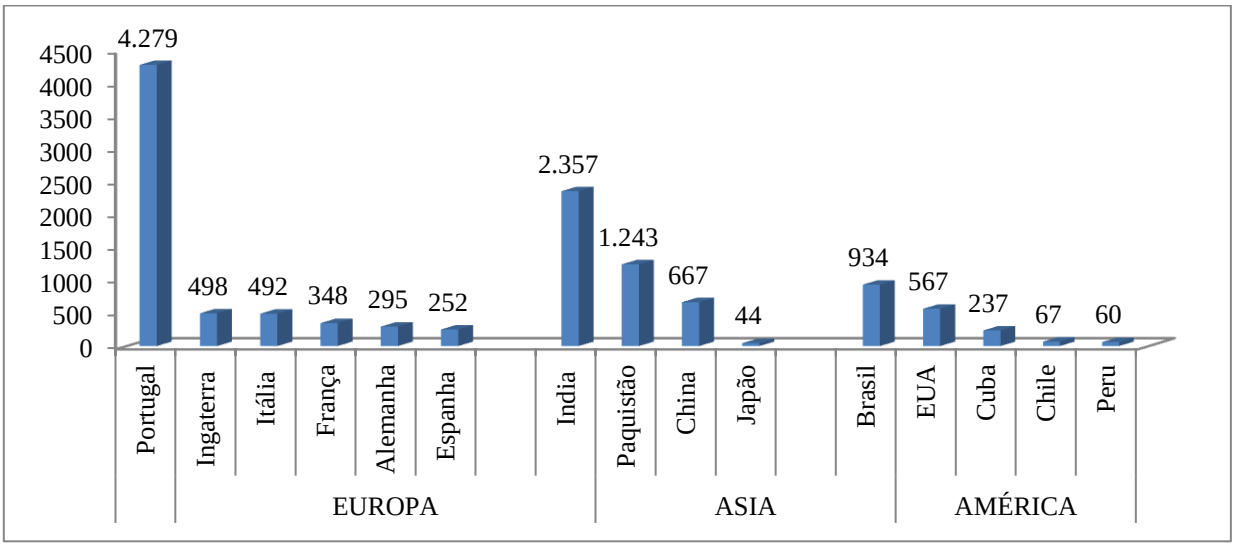
[72] Deve-se compreender que esta tentativa de classificação da proveniência dos imigrantes foi feita em 2009. A dinâmica migratória actual aponta não só para a subida do número de imigrantes, mas também para a maior diversificação da sua proveniência. Esta discrepância espacial e temporal que se nota nos estudos das migrações é intrínseca à sua complexidade e actualização.

**Gráfico 7: Evolução de Estrangeiros em Moçambique entre 2000-2010 (milhares)**



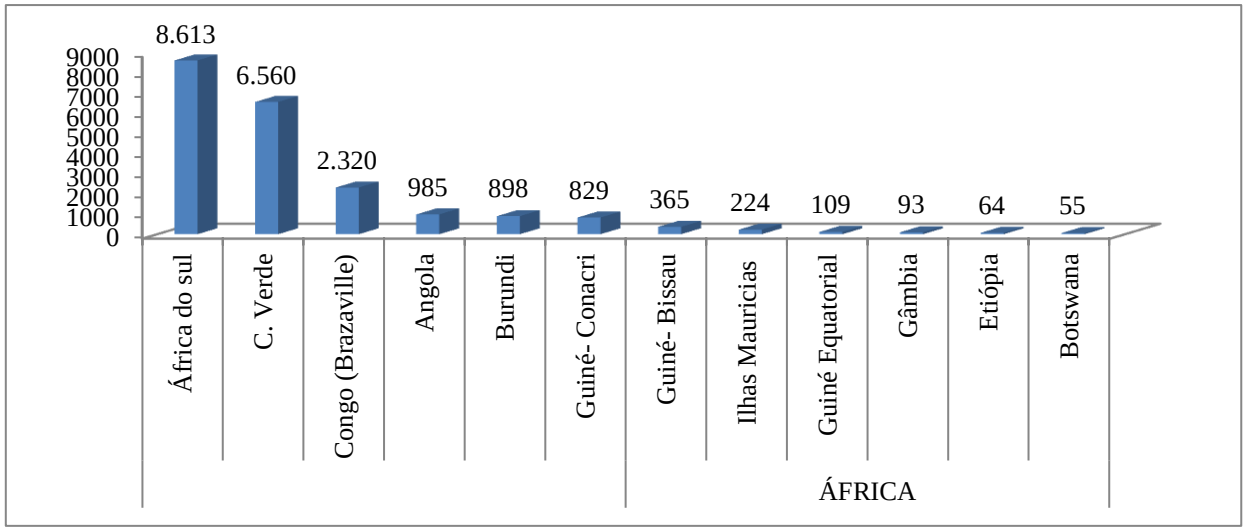

**Fonte**: Elaborado pelo autor, com base nos dados do World Migration Report (2010)

**Gráfico 8: Migrantes Estrangeiros Residentes em Moçambique (Europa, Ásia, América) – 2007**



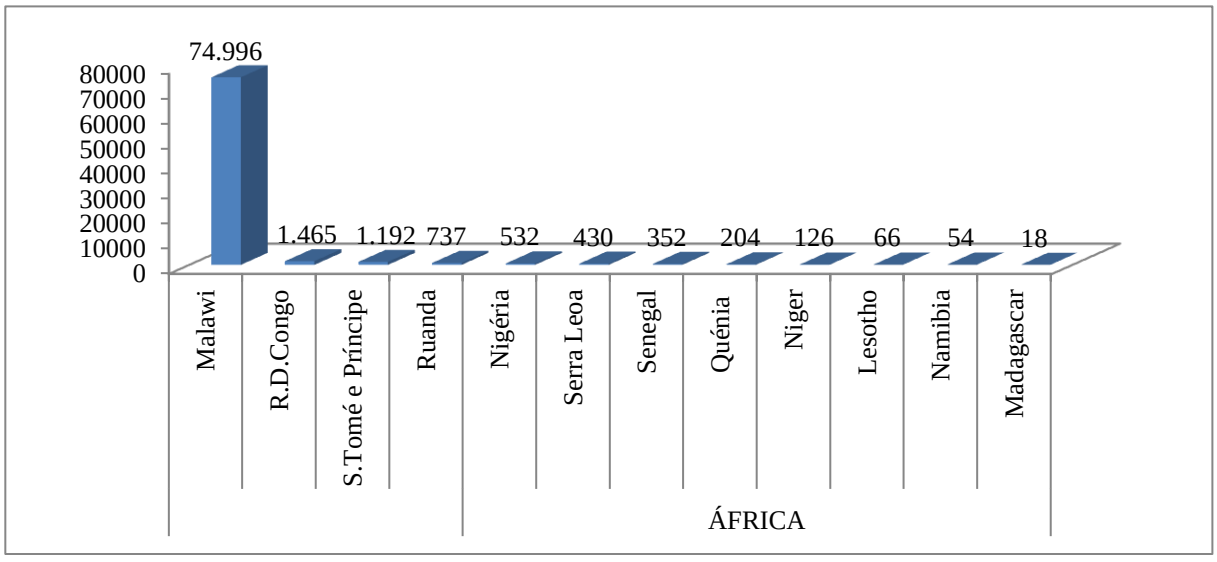

**Fonte**: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do INE/III RGPH (2007)

**Gráfico 9: Migrantes Estrangeiros Residentes em Moçambique (Países Africanos) – 2007**



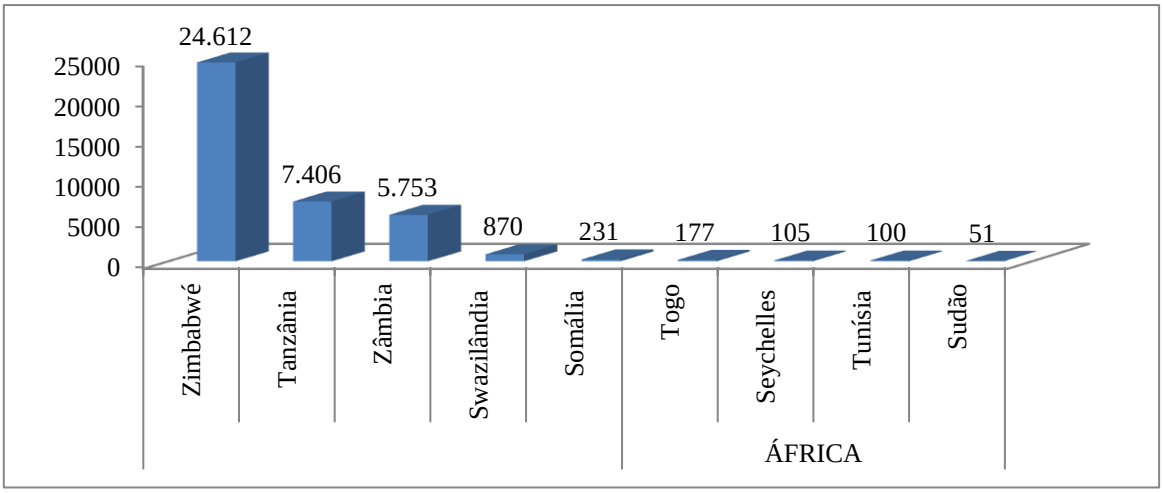

**Fonte**: Elaboração pelo autor, a partir dos dados do INE/III RGPH (2007)

**Gráfico 10: Migrantes Estrangeiros Residentes em Moçambique (Países Africanos) – 2007**



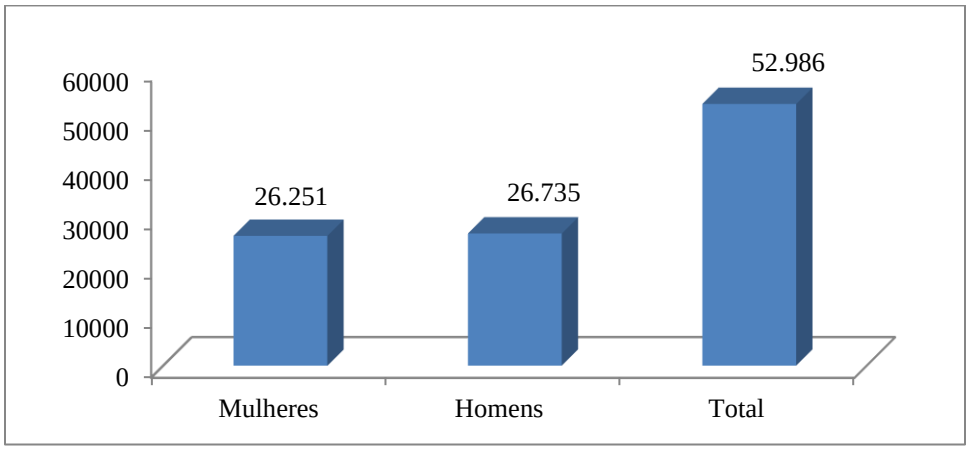

**Fonte**: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do INE/III RGPH (2007)

**Gráfico 11: Migrantes Estrangeiros Residentes em Moçambique (Países Africanos) – 2007**




**Fonte**: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do INE/III RGPH (2007)

**Gráfico 12: Migrantes Estrangeiros Residentes em Moçambique de Outros Países Não Especificados – 2007**




**Fonte**: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do INE/III RGPH (2007)

Os dados dos gráficos ( 8, 9, 10, 11 e 12) acima apresentados revelam que a maior parte dos migrantes que se encontram em Moçambique são provenientes sobretudo dos diversos países africanos e apenas em números mais reduzidos de outros continentes. Para o caso do continente africano, países como o Malawi (74.996), Zimbabwe (24.612), África do Sul (8.613), Tanzânia (7.406), Cabo Verde (6.560) e Zâmbia (5.753) são os mais

representativos. Da Ásia, destacam-se a Índia (2.357) e o Paquistão (1.243), da América, o Brasil (934), enquanto da Europa, sobressai Portugal (4.279). Estes dados devem, no entanto, ser vistos com cautela pois já não reflectem a realidade actual. A entrada de migrantes tanto em situação irregular como regular acabam por "deitar abaixo" as estatísticas oficiais dos estrangeiros em Moçambique.

Os imigrantes que procuram Moçambique desenvolvem várias actividades, fundamentalmente no comércio formal ou informal, engrossando a actividade neste último sector, onde já trabalham mais de 70% dos nacionais. Sarmento et al. (2009) apontam que a maior parte dos imigrantes africanos são camponeses e comerciantes com baixo nível de escolaridade. Na caracterização que fazem dos mesmos, consideram os sul-africanos como indivíduos que pertencem à classe média e possuem uma escolarização elevada em relação aos outros imigrantes africanos. Os sul-africanos são geralmente detentores de contrato de trabalho em empresas sul-africanas baseadas em Moçambique.

Em relação aos imigrantes de outros continentes, estes autores constatam que os portugueses e brasileiros pertencem à classe média/alta, sendo contratados para ocupar posições cimeiras nas empresas. Têm a vantagem de dominar a língua oficial, o que facilita o seu processo de integração. Enquanto isso, os chineses e os paquistaneses constituem um grupo notável no panorama citadino do país. Os indivíduos de ambas as nacionalidades são vistos *a priori* como desfavorecidos que procuram melhorar a sua condição socioeconómica através da prestação de serviços, sobretudo nas empresas de construção civil, no caso dos primeiros, e no sector comercial, no caso dos segundos, cuja rápida prosperidade é por vezes questionada, por se considerar que o fazem por meios ilícitos. Os autores avançam também que os imigrantes africanos se dedicam, com sucesso, à medicina tradicional, da qual os nacionais são habituais clientes.

# CAPÍTULO IV – A PROVÍNCIA DE NAMPULA: ESTUDO DE CASO

## 4.1 Localização Geográfica e História

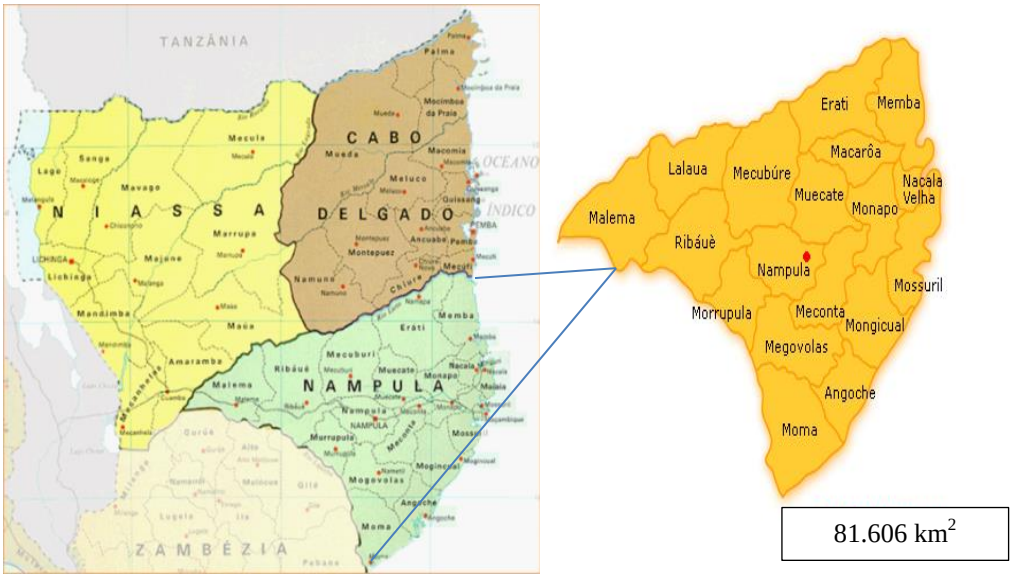
A Província de Nampula, conhecida também tradicionalmente por "Wampula", fica situada na região norte de Moçambique, nas coordenadas de localização 13° 29' e 15° 54' 10" Latitude Norte, 36° 41' 51" e 40° 47' 57" Longitude Este. A cidade de Nampula é a capital provincial, que dista a cerca de 2.150 Km da capital de Moçambique – Maputo. Os limites fronteiriços com outras províncias são feitos por dois rios importantes. A Norte (e Oeste), através do rio Lúrio, delimita-se das províncias de Niassa e Cabo Delgado, e a Sul (e Oeste), pelo rio Ligonha, da província da Zambézia. A Este está o Canal de Moçambique (Oceano Índico) e a Oeste as províncias de Niassa e Zambézia. Possui uma superfície de 81.606 $km^2$ o que representa 10% do total da superfície de Moçambique (Martínez, 2008; PEPN, 2010).

Nampula "é atravessada pelo Corredor de Desenvolvimento de Nacala, constituído pelos eixos ferroviário e rodoviário que ligam o litoral (porto de Nacala) com o interior do país e com a República do Malawi[73]. Também é cruzada pelo eixo rodoviário centro-nordeste, vital para o desenvolvimento a norte do rio Zambeze e que a partir daqui, se ramifica em direcção a província de Cabo Delgado a norte, a província de Niassa a ocidente e o litoral a oriente" (Araújo, 2005: 110). A construção de um aeroporto internacional em Nacala, que aproxima a região norte de Moçambique da Europa, Ásia e América, aliada à criação da ZEE[74] igualmente em Nacala, constitui um atractivo para o desenvolvimento da região e, em especial, da província.

[73] A construção desta linha férrea – com todas as vantagens daí decorrentes na produção e no comércio – teve a sua origem em meados do século XIX, um empreendimento ambicioso, na altura, com grande significado socioeconómico, o que Leite (2012) apelida de "*farwest* moçambicano", visto que fazia a ligação entre o litoral e as terras do interior do então chamado "Distrito de Moçambique". Como refere a autora, "a construção da linha a partir do Lumbo – posto da circunscrição de Mossuril, na zona litoral frente a Ilha de Moçambique – projecto desde cedo esboçado pelo governo colonial, seria decidida em 1913. Quando em 1950, o caminho-de-ferro chega a Nova Freixo[Cuamba], nas margens do rio Lúrio, entreposto ocidental do Distrito de Moçambique atravessava já 538 km do país macua. Em 1962 estavam concluídos 800 km de linha férrea entre o porto de Nacala e o Catur, já em terras de Niassa" (Leite, 2012: 131).

[74] A ZEE de Nacala é o ponto extremo em que desemboca a estrada e a linha férrea que passa pela cidade de Nampula proveniente do *interland*, em especial da Zâmbia e do Malawi, conhecido pelo Corredor de Desenvolvimento de Nacala, o que faz desta zona um potencial pólo de desenvolvimento socioeconómico. Na

**Figura 4 : Região Norte de Moçambique e Província de Nampula**




**Fonte**: http:/www.google.pt/url?sa=i&rct- (Acedido em: 10/12/2014)

A história da Província de Nampula – sem prejuízo de outros quadrantes do globo – está estreitamente ligada à história da África Oriental. Variada literatura aponta a fixação de pequenos grupos de árabes na costa oriental de África a partir do século IX, estendendo-se para a região costeira de Moçambique. O comércio desenvolvido pelos árabes, bem como o casamento destes com as mulheres locais, acabaram por dar "origem a núcleos linguísticos swahilizados e a comunidades politicamente estruturadas" (Serra, 1983: 19). A região costeira que é hoje parte da província de Nampula detinha, no século XVIII, pequenos portos e comunidades que dependiam do comércio de marfim, contrabando de escravos e do envio de uma diversidade de produtos alimentares para o então importante mercado que era a Ilha de Moçambique (Newitt, 2012).

ZEE, as empresas beneficiam de um leque de incentivos fiscais e não fiscais. Em relação aos incentivos fiscais designam-se a isenção de pagamento de impostos na importação (incluindo o IVA), de materiais de construção, equipamentos, acessórios, peças e outros bens destinados a prosseguimento da actividade licenciada bem como a isenção do IVA nas aquisições internas. Os incentivos não fiscais referem-se a cedência de terras e análise do impacto ambiental dos projectos; procedimentos simplificados no repatriamento de lucros, flexibilidade do regime de trabalho, em particular a contratação de mão-de-obra estrangeira; regime migratório especial e extensivo, regime cambial livre e processo descentralizado de análise e autorização de projectos de investimento (GAZEDA, 2014).

Nesta região, nas pequenas chefaturas islamizadas de Quitangonha, Sancul, Sangage e Angoche, como aponta Serra (1983), por exemplo, os seus chefes (xeiques e sultões) eram intermediários e procuravam controlar o comércio de ouro, marfim, peles, pedras preciosas e escravos entre as regiões costeiras e o interior do continente. As classes dominantes afro-islâmicas, incluindo colonos e governantes coloniais, continuaram com o comércio de escravos mesmo depois da sua proibição oficial pela Inglaterra, em 1836, devido aos lucros elevados que proporcionavam (Serra, 1983).

Na mesma linha, Pélissier (1994: 55) afirma, por exemplo, que os governadores-gerais da Ilha de Moçambique entre 1854-1857 recolhiam "a sua parte dos lucros do tráfico, exigindo e recebendo as suas comissões dos governadores subalternos e dos negreiros particulares". Como realça Serra (1983: 19), estes chefes tinham ligações com outras chefaturas do mesmo tipo ao longo de toda a costa oriental de África, preocupando-se "menos com a hegemonia de terras do que com o senhorio do comércio". Serra (2000) mostra ainda estimativas que apontam terem saído das costas de Moçambique no fim do século XVIII entre 4.000 e 5.000 escravos. Entre 1815-1820 os números aproximavam-se de 10.000 escravos destinados ao Brasil e de cerca de 7.000 para as ilhas francesas do Índico. Com a legalização da venda de armas pelos portugueses em 1787, aumentou notavelmente o negócio da venda de escravos "a que os súbditos portugueses, do mesmo modo que banianes e afro-islâmicos, se lançaram por sua conta e risco, na organização de expedições ao interior desafiando o controlo dos chefes makuas sobre as rotas" (Serra, 2000: 81), sendo as principais afectadas as populações de origem macua.

É com estes chefes muçulmanos das comunidades costeiras que os portugueses procuraram manter relações comerciais durante os séculos XVII e XVIII, desincentivando-os ainda de manterem actividades comerciais com outras potências europeias. As relações formais dos portugueses com as chefaturas costeiras iam desde a atribuição de "títulos de capitão-mor incluindo nas disputas relacionadas com problemas inerentes a sucessão e tudo fazendo para que eles cooperassem nos assuntos importantes que supunham a manutenção das rotas comerciais que levavam ao interior. Sempre que era necessário levar a cabo qualquer acção militar era suposto os xeiques fornecerem os contingentes armados que deveriam acompanhar os soldados portugueses"(Newitt, 2012: 174).

**Figura 5**: Ilha de Moçambique – Província de Nampula

**Fonte:** http://www.search.ask.com/pictures?apn (acedido em 12/12/2014)

De igual modo, além da zona litoral, os Árabes e Persas fundaram entrepostos comerciais na Ilha de Moçambique, expandindo a entrada de Moçambique no comércio internacional. A Ilha de Moçambique foi a capital da presença colonial portuguesa na costa oriental de África durante mais de três séculos. Foi também um importante centro mercantil de ouro, âmbar, escravos e marfim. A sua história está ligada não só à das populações e regiões circunvizinhas de Angoche e Moma, mas também de regiões afastadas como Sofala, Quelimane, Zanzibar, Mombaça, Madagáscar e Goa (Ferreira, 1982; Lobato, 1945). Lobato (1945) refere que as naus de Vasco da Gama acostaram à Ilha de Moçambique em 1498 depois de terem aportado no rio dos Bons Sinais em Quelimane, na Zambézia. Numa primeira fase, pareceu-lhes não ter nenhuma utilidade mas, posteriormente, deram-se conta que constituía um ancoradouro seguro para as caravelas e naus que no mar perdiam uma monção para navegarem para as Índias. Devido à sua posição geoestratégica, a Ilha tornou-se num local de paragem importante no percurso entre Lisboa e Índia e vice-versa (Lobato, 1945).

O contacto da população local de Nampula e a miscigenação com os povos longínquos acabaram por deixar marcas religiosas, linguísticas, hábitos e costumes nos Macuas do litoral, enquanto os do interior conservaram por muito tempo a cultura de origem (Serra,

2000)[75]. No entanto, a chegada dos portugueses, em finais do século XV, às costas da África Oriental, que se estendia desde Sofala até Mogadíscio, e sobretudo às zonas costeiras de Moçambique, como afirmámos anteriormente, não foi recebida de forma pacífica. As primeiras tentativas redundaram em fracasso[76]. Antes da dominação efectiva de Nampula, que se situa nos fins do século XIV e princípios do século XX, houve alianças estratégicas e resistência das chefaturas afro-islâmicas do litoral e do interior contra a ocupação portuguesa das terras sob o seu controlo[77] (Serra, 2000; Pélissier, 1994; Newitt, 2012).

### 4.2 Os Macuas

Os povos que habitam hoje o norte de Moçambique, incluindo a província de Nampula, são constituídos fundamentalmente por falantes das línguas macua e marave, embora, como afirma Newitt (2012), quando os portugueses entraram nesta região no século XVI, se tenham apercebido somente de povos falantes macuas. A fixação dos macuas no norte de Moçambique é apontada como tendo sido feita a partir da "região entre o lago Malawi e o mar, vindo do norte ou do sul" (Newitt, 2012: 69) mas esta ideia carece de fundamentação e é, todavia, objecto de controvérsias[78].

Algumas hipóteses sustentam que as primeiras comunidades macuas chegaram a Moçambique no contexto da migração bantu provenientes da região da África Central. No entanto, à sua chegada encontraram povos locais constituídos, segundo Serra (1983: 17), por "hordas de caçadores e recolectores (bosquímanos ou San) e provavelmente pequenas

[75] Os árabes, por exemplo, "introduziram entre os macuas o intercâmbio de produtos em larga escala, novas técnicas agrícolas, novas espécies de plantas e o comércio de escravos" (Martínez, 2008: 46).

[76] Entre as muitas formas de resistência destaca-se a deserção de soldados africanos (cipaios) em serviço às forças portuguesas, integrando-se no conjunto dos guerreiros dos chefes afro-islâmicos, ou a sabotagem dos guias africanos aquando da solicitação de orientação para as investidas portuguesas no interior do continente, conduzindo-os a terrenos de difícil acesso e poucos recursos naturais (Mattos, 2012).

[77] Muitas vezes, as clivagens entre os chefes do litoral e do interior não permitia unirem esforços contra o inimigo comum. Pélissier (1994: 331), por exemplo, mostra que "os Xeiques Swahilis locais, mais negociantes que homens de guerra, como aparentemente não tinham ambições territoriais desmedidas não procuraram aliar-se aos macuas para organizar uma coligação de grande envergadura contra os Europeus".

[78] Os poucos documentos existentes datam do século XX e resultam de autores coloniais, da acção missionária e de alguns autores contemporâneos. A colonização política moderna não tomou em conta a complexidade deste grupo, de tal forma que muitos autores que trabalharam na zona operaram com base numa classificação arbitrária, partindo apenas de certos traços culturais artificiais, verificados na altura da ocupação portuguesa (Medeiros, 1998).

comunidades de pastores de bovinos e carneiros (Hotentotes ou Khoi) identificados pelos portugueses no extremo sul do continente em fins do século XIV". Este autor menciona ainda que nessa migração bantu vagas sucessivas de agricultores e pastores que já conheciam a metalurgia expulsaram ou ainda, como muitas vezes parece ter ocorrido, incorporaram os povos locais.

Outros autores, como Negrão et al. (1999) e Martínez (2008), não se afastam das hipóteses avançadas por Serra (1983) sobre a origem dos povos macuas. A migração pré-macua em direcção ao sul, para depois alcançar a região norte de Moçambique, ocorreu entre 500-1000 da nossa era. Parte deste grupo movimentou-se para a zona costeira de Moçambique, tendo-se fixado na "zona do rio Montepuez onde casaram e assimilaram as populações de caçadores e recolectores pré-bantus da região" (Negrão et al., 1999: 10). Na perspectiva de Martínez (2008), quando os macuas chegaram – provenientes da África Central, dos Grandes Lagos e selvas do sul do continente africano – tal como aponta Serra (1983), os primeiros habitantes da região eram os Khoi e os San, de acordo com as observações das pinturas rupestres e estações arqueológicas encontradas nesta região.

Desde então, os macuas passaram a ocupar "progressivamente as planícies férteis nas margens dos rios, que abundavam na região, e os planaltos onde começaram a cultivar as terras e a construir as casas em pequenos grupos familiares. Dedicavam-se principalmente à caça, à recolha de alguns frutos espontâneos e à uma agricultura incipiente" (Martínez, 2008: 44). O processo de migração e assimilação das comunidades pré-banto viria a estar completo "por volta do século XV, com os macuas a constituírem-se como um grupo linguístico dominante da área" (Negrão et al., 1999: 10).

Na cosmogonia local os macuas dizem-se ser provenientes do monte Namúli, na serra do Gurué, situada na província da Zambézia, o berço primário da sua origem (Newitt, 2012; Martínez, 2008; Machado, 1968), onde "os primeiros homens depois de serem criados por Deus nas grutas mais altas da serra organizaram uma viagem até a planície, descendo por vários caminhos" (Martínez, 2008: 40-42). Seriam estes caminhos que levariam, por sua vez, à constituição de diferentes grupos e subgrupos que compõem a etnia macua.

Numa outra versão lendária, o monte Namúli é a montanha mãe onde Deus criou os primeiros homens, uma enorme rocha marcada de pegadas de gente e bichos, donde se dispersaram para povoar várias regiões. As várias gerações macuas aprendem e guardam na memória a origem do fundador do clã (Nihimo), em que se destaca sempre o Namúli como o local primário da génese de pertença (Machado, 1968). Contudo, Newitt (2012: 69) considera ser "provável que numa fase inicial apenas as terras altas a leste do Lago [Niassa] tenham sido ocupadas, tendo os recém-chegados se miscigenado com a população San que ali habitava. As provas existentes são de modo a sugerir que mesmo no século XVI, as regiões costeiras eram pouco povoadas, ao passo que no interior os falantes macuas já se haviam espalhado para o norte e para o sul e as linhas de diferenciação entre os vários grupos étnicos adquiriram contornos distintos".

Considera-se que a população da província de Nampula é constituída maioritariamente pela etnia Macua, com excepção do distrito costeiro de Angoche onde se fala o Coti. O grupo étnico Macua está subdividido em quatro principais subgrupos: os Achirimas, localizados nos distritos de Malema e Ribaué; os Eratis, que ocupam uma parte do distrito de Namapa, Nacarôa e Muecate; os Chakas, que se localizam nos distritos de Memba; e os Namarrais, em Mogovolas (PEPN, 2010). Martínez (2008) aponta ainda vários subgrupos[79] Macuas que se estendem nas províncias limítrofes com Nampula. Na província da Zambézia podem ser encontrados Macuas nos distritos de Pebane, Gurué, Gilé, Alto Molócue e Ile. Em Niassa nos distritos de Mecanhelas, Cuamba, Maúa, Nipepe e Metarica e na província de Cabo Delgado nos distritos de Montepuez, Balama, Namuno, Pemba, Ancuabe, Qissanga, Meluco, Macomia e Mocímboa da Praia.

Embora em números mais reduzidos, os Macuas também podem ser encontrados nos países vizinhos, como o Malawi e a Tanzânia, por razões migratórias diversas ocorridas no século XIX, e igualmente nas ilhas de Madagáscar, Seychelles e Maurícias localizadas no Oceano Índico, devido ao comércio e tráfico de escravos ocorrido nos séculos XVIII e XIX (Martínez, 2008).

[79] O objectivo deste trabalho não é fazer o levantamento exaustivo dos subgrupos Macuas. Limitamo-nos apenas a generalizar os subgrupos como um grupo único – macua.

A sociedade macua é constituída em grupos de parentesco matrilinear e exogâmico, onde o casamento se pratica fora da sua linhagem ou clã (Nihimo)[80]. Estas linhagens ou clãs conformam a base da sua estrutura social e da organização socioeconómica. A configuração de descendência matrilinear é transmitida pelas mulheres pela "via uterina": a mãe (matriarca – *piamwene*), os filhos, netos e outros descendentes da linhagem feminina (GPN, 2010; Martínez, 2008; Machado,1968). A unidade social assenta na família matrilinear, em que o nihimo constitui a "unidade espiritual, permanente e eterna que une todos indivíduos descendentes de uma mesma mãe e com capacidade de associar os antepassados mortos e os descendentes vivos na mesma comunidade" (GPN, 2010: 11).

### 4.3 Independência e Conflito Armado

Moçambique não ficou alheio à propagação das ideologias independentistas nos anos 60 em muitos países africanos. A partir de países vizinhos como a Zâmbia, Malawi, Tanzânia e mesmo o Quénia, moçambicanos de vários extractos sociais criaram movimentos nacionalistas pró-independentistas, de que também, os macuas fizeram parte. A unificação dos três movimentos, UDENAMO, MANU e UNAMI[81], culminaria com a formação da FRELIMO. Este movimento, que reivindicava a independência nacional de Portugal, teve como resposta das autoridades portuguesas o insistente discurso de que Moçambique era uma das suas províncias ultramarinas. As perseguições e prisões foram actos recorrentes do aparelho colonial perante todos aqueles que comungavam ou se desconfiava defenderem ideias nacionalistas. Assim, a FRELIMO optou pela via armada para a conquista da independência nacional, como aconteceu, aliás, com outras colónias portuguesas em África. Em 25 de Junho de 1975 era içada a bandeira nacional sob a direcção de Samora Machel, o primeiro presidente de Moçambique independente.

Na província de Nampula, a guerra de libertação nacional contra os portugueses, assim como o conflito armado no pós-independência, tiveram as suas particularidades, pela localização geoestratégica da província. A luta anticolonial levada a cabo pela FRELIMO no norte de Moçambique, nas províncias de Niassa e, sobretudo, de Cabo Delgado, não teve

[80] O Nihimo é "uma entidade mística que marca a origem ancestral que liga os antepassados mortos e os descendentes vivos da mesma comunidade mas sempre por linha feminina" (Negrão et al.,1999: 9).
[81] UDENAMO – União Democrática Nacional de Moçambique; MANU – *Mozambique African National Union*; UNAMI – União Nacional Africana de Moçambique Independente.

o mesmo impacto nesta província, o que estorvou a progressão do movimento libertador em direcção às regiões centro e sul do país. Este obstáculo de penetração em Nampula, fora atribuído, já na altura, pela polícia secreta portuguesa (PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado) ao facto de os macuas se revelarem fiéis aos portugueses e estarem alheios às ideias subversivas da FRELIMO, o que engendraria uma visão negativa sobre as elites políticas no pós-independência (Macuane et al., 2012).

Outros argumentos trazidos por estes e outros autores apontam não só a geografia, mas também o facto de se ter transformado Nampula em capital militar para fazer frente à guerra nacionalista desencadeada pela FRELIMO. Admite-se mesmo que a presença militar massiva portuguesa concorreu para moldar a personalidade dos povos macuas, que resultou na inibição ou na fraca adesão ao processo de luta armada. Como Macuane et al. (2012) sugerem: "a forte presença do exército colonial português nesta província foi vista como tendo resultado na destruição da personalidade da sua população, através da sua subjugação e do recrutamento massivo de naturais de Nampula para servirem o aparelho repressivo colonial" (Macuane et al., 2012: 253).

Alcançada a independência nacional em 1975, os novos dirigentes optaram por um modelo socialista, que se supunha acelerar o desenvolvimento económico e social. O Estado-FRELIMO projectava implantar um regime político baseado na ideologia do "poder popular"[82]. O projecto de engenharia social pretendido era enorme e não haviam condições para a sua plena operacionalização (Sumich, 2010). A experiência das zonas libertadas no norte de Moçambique (aldeias comunais e cooperativas agrícolas e de consumo) foram referências para a sua implementação em todo o país, incluindo Nampula.

[82] Os novos governantes procuraram implementar um socialismo rural que tinha como pressupostos a colectivização dos meios de produção e a aglomeração das comunidades rurais em aldeias comunais. Este último pressuposto produziu alterações no *modus vivendi* das populações de Nampula provocando "uma forte desestruturação das condições de vida e de reprodução social, económica e política destas populações. O processo de aldeamento provocou fricções e lutas entre sectores das próprias sociedades rurais, quer pela definição dos locais de edificação das aldeias, quer pelo controlo das cooperativas de consumo nos casos em que existiam" (Florêncio, 2002: 354).

Vários autores e analistas consideram que a administração do país pela FRELIMO assentava no paradigma da modernização autoritária (Serra, 1997; Geffray, 1991; Sumich, 2010). Este reprimia as religiões e ritos animistas e compelia os camponeses a agruparem-se em aldeias comunais, com o objectivo de criar o que então se chamava "homem novo", interditando toda a expressão das etnias locais e desvalorizando os chefes tradicionais e religiosos. Na época, foram feitos esforços para substituir o "obscurantismo" pelo "socialismo científico". Como afirma Serra (1997: 97) "tratava-se de fazer tábua rasa do passado, de destradicionalizar a colonização e de descolonizar a tradição".

Este tipo de gestão estatal criou animosidades junto das populações rurais. A nível local, no distrito de Erati (Nampula), por exemplo, surgiram conflitos evidentes entre os detentores do poder tradicional e os novos actores do "poder popular" (Florêncio, 2002). A RENAMO[83] viria a aproveitar-se deste descontentamento para se expandir, sobretudo nas zonas rurais, fazendo com que grande parte da população da província de Nampula, segundo Geffray (1991)[84] simpatizasse com o movimento de resistência, pois, entre outras razões, a desvalorização dos chefes tradicionais e religiosos locais foi percebida como uma afronta e humilhação aos seus modelos culturais. Igualmente, uma considerável parte da população estava céptica em relação ao processo de aldeamento e *machambas* colectivas, que provocavam rupturas na sua organização e reprodução económica, baseada tradicionalmente na produção familiar (Florêncio, 2002)[85].

A RENAMO captou apoio junto das populações locais, em Nampula, como em muitas outras zonas do país, por restituir – nas zonas sob sua influência – o papel das chefaturas tradicionais. Minter (1998: 268) mostra que as formas de luta empregues pelos insurgentes, num primeiro momento "atraíram a adesão de alguns segmentos da população rural, através

[83] A RENAMO foi fundada na ex-Rodésia (Zimbabwe) logo a seguir à independência nacional em 1975. Este movimento teve apoios da Central de Inteligência da Rodésia e, mais tarde, do regime do *apartheid* da África do Sul. Grupos da extrema-direita sustentaram igualmente este movimento armado que, no quadro da Guerra Fria, visava impedir a orientação comunista da governação da FRELIMO, apoiada pela ex-União Soviética.

[84] No distrito de Eráti, em Nampula, Geffray (1991) identifica, pelo menos, três grupos sociais que se mostraram favoráveis à entrada e implantação da RENAMO no seu território: as autoridades tradicionais, marginalizadas pelos detentores do poder político estatal; as populações mais carenciadas; e os jovens, muitos deles desempregados.

[85] O estudo de Geffray (1991) no distrito de Erati, província de Nampula, revela também que a exclusão das autoridades tradicionais do poder e a sua substituição por funcionários não tradicionais, muitas vezes desconhecidos das populações, assim como a colectivização do campo, engendrou a hostilidade local que se traduziu em apoio aos soldados da RENAMO.

da reposição das formas tradicionais de poder para se auto-legitimar e o uso de autoridades tradicionais e práticas religiosas para o exercício de uma variante de administração indirecta".

No entanto, deve-se frisar que a própria RENAMO, ao longo do tempo, desgastou a sua imagem – interna e externa – devido à sua actuação no terreno, que se traduzia num padrão excessivo de coerção das populações civis e na destruição de infra-estruturas socioeconómicas[86]. O culto exacerbado da violência extrema adoptado em certos casos foi apontado no "Relatório Gersony", encomendado pelo Departamento de Estado dos EUA em 1988 – o qual seria bastante contestado pela RENAMO. Em relação à dimensão das atrocidades perpetradas no conflito armado moçambicano, o jornalista britânico Richard Dowden, especialista em assuntos africanos declarava: "se existe um país que pode ser dito haver regredido à idade da pedra, esse país é Moçambique" (Gumende, 2010: 183).

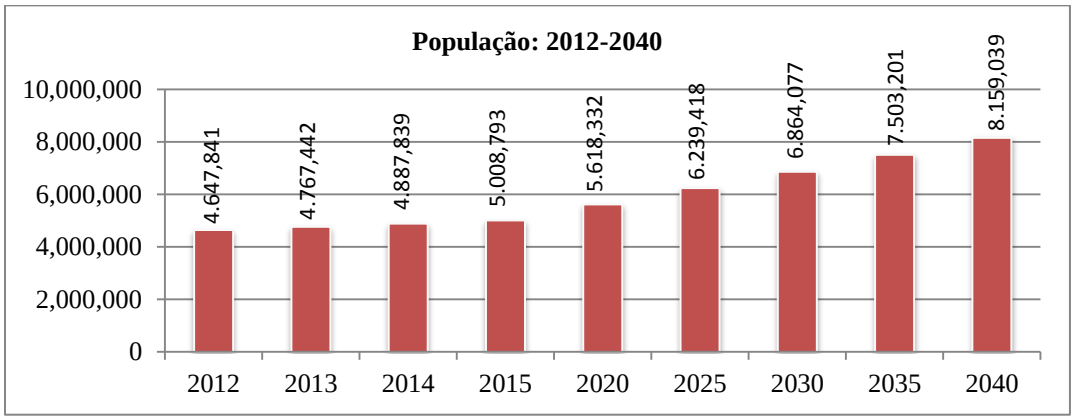
Adam (2005) reconhece igualmente que a natureza da acção da RENAMO assentava principalmente nos elementos destrutivos da desestabilização, com que procurava bloquear as políticas e planos de desenvolvimento do governo. Este movimento era, aliás, denominado pelos detentores do poder como "bandidos armados", um exército "por procuração" que não tinha um projecto político credível. Estes eram "pontas de lança" das forças imperialistas e do *apartheid*, que não possuíam nenhuma base social e cujos soldados integrantes eram, na sua maioria, crianças raptadas, sobretudo nas zonas rurais (Cahen, 2002). A partir do seu "modus operandi a RENAMO desenvolvia uma guerra total sem ter em conta a selecção dos alvos, numa lógica desumana mas que ao mesmo tempo era a condição de reprodução do próprio movimento como instituição armada" (Serra, 1997: 111). A guerra civil na província de Nampula acabaria por provocar deslocações internas, êxodo para a cidade de Nampula e vilas protegidas, bem como bolsas de fome e, em alguns casos, migrações para o vizinho Malawi.

[86] As infraestruturas e serviços sociais tornaram-se o alvo da guerra. Cerca de 3.096 escolas foram fechadas, representando metade da rede escolar do país. Quase 62% da população foi afectada pelo conflito. A rede sanitária, estradas, pontes, linhas eléctricas, fábricas e farmas foram alvo de destruição. Os custos da guerra, por exemplo, entre 1980-1990 situavam-se entre 15 a 18 milhões de USD. Já as sansões praticadas contra a ex-Rodésia (actual Zimbabwe) custavam ao país somas estimadas em 550 milhões de USD (Gumende, 2010).

### 4.4 População e Situação Socioeconómica

Segundo o III RGPH de 2007, a província de Nampula possui um total de 3.985.285 habitantes, dos quais 51% são mulheres, e regista uma taxa de crescimento populacional anual de 2,5%. A densidade populacional de 50 habitantes por $Km^2$ coloca esta província na segunda posição, depois da cidade de Maputo. Nampula é composta por 21 distritos – o maior número a nível nacional – e 7 municípios (PEPN, 2010).

**Gráfico 13**: **Projecção Populacional da Província de Nampula para 2012-2040**



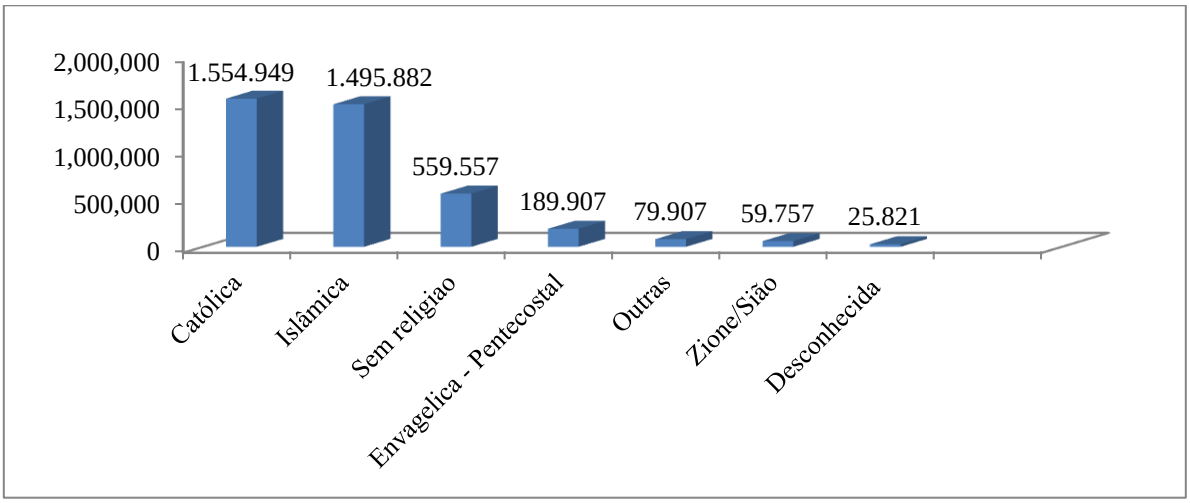

**Fonte**: Elaborado pelo autor, a partir dos dados das projecções do INE(2010)

Contudo, as projecções do INE (2010) para 2014 apontam para uma estimativa de 4.887.839 habitantes, enquanto para os anos 2030 e 2040 esse número seria de 6.864.077 e 8.159.039, respectivamente (gráfico 13). A população concentra-se sobretudo nos distritos de Moma, Monapo, Angoche, Mogovolas, Eráti, Memba, Nampula-Rapale, Nacala Porto, enquanto a cidade de Nampula reúne 12% do total de habitantes da província.

Em relação à educação, os níveis de analfabetismo são ainda elevados, constituindo os analfabetos 45% do total da população. A Direcção Provincial de Educação de Nampula apontava para a existência de um total de 9.605 escolas públicas em 2012, distribuídas em 1.967 escolas do EP1 – Ensino Primário do 1º Grau; 724 do EP2 – Ensino Primário do 2º Grau; 75 do ESG 1º ciclo – Ensino Secundário Geral do 1º Ciclo; 33 do ESG 2º Ciclo Ensino Secundário Geral do 2º Ciclo; 5 do Ensino Técnico-Profissional Básico e Elementar; 2 do Ensino Técnico-Profissional Médio; e 7 Universidades (DPEN, 2012).

A população de Nampula pratica diversas religiões (ver gráfico 14), destacando-se a católica, a islâmica e a evangélica-pentecostal com um total de 1.554.949, 1.495.882 e 189.907 seguidores, respectivamente. Os ateus (sem religião) constituem igualmente um número considerável com 559.557 indivíduos (INE, 2007).

**Gráfico 14**: **Confissões Religiosas – Província de Nampula**




**Fonte**: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do INE – III RGPH (2007)

A maioria da população da província ainda vive em situação precária. De acordo com o perfil do distrito de Nampula elaborado pelo MAE, "o tipo de habitação modal do distrito [Nampula-Rapale] é a palhota com pavimento de terra batida, tecto de capim ou colmo e paredes de caniços ou paus. O padrão dominante é o de famílias sem rádios e electricidade, dispondo de três bicicletas em cada dez famílias e vivendo em palhotas sem latrinas e água colhida directamente em poços e furos ou nos rios e lagos" (MAE, 2005: 15). Tendo em conta que o distrito de Nampula é o mais desenvolvido da província, este perfil pode ser generalizado aos outros distritos menos desenvolvidos, com tendência para a existência de cenários de pobreza ainda mais gravosos.

Deve-se salientar que a cidade de Nampula oferece relativamente melhores condições de vida em relação às zonas rurais, o que a torna atractiva para as populações rurais, sobretudo para os jovens. Negrão et al. (1999: 17), todavia, advertem que "na província de Nampula o fenómeno da urbanização é preocupante porque a cidade continua a ser atractiva, oferece condições de educação e saúde, possui energia eléctrica e água que o campo não tem.

Mantêm-se a deterioração dos termos de troca entre o campo e a cidade, o mundo rural não é capaz de revitalizar a cidade, nem a cidade é capaz de absorver a mão-de-obra desequilibrada e de baixo custo onde não existe a competência e o saber fazer".

**Quadro 7: Índices Socioeconómicos da Província de Nampula**

| | 2003/4 | 2007 | 2020 |
|---|---|---|---|
| População | 3.550.496 | 3.985.285 | 4.750.465 |
| PIB | 8% | 8% | 8% |
| PIB *per capita* (Mt) | 5.000,00 | 6.800,00 | 23.900,00 |
| Índice de Pobreza | 53.6% | 53.6% | 30-35% |
| Taxa de Analfabetismo | 84.5% | 45% | 20% |
| Taxa Líquida de Escolaridade | 59.5% | 88.8% | 100% |
| Médicos por habitante | 1/52.400 | 1/48.000 | 1/10.000 |
| Taxa de letalidade por Malária | 6% | 6.7% | 3% |
| HIV (sero-prevalência) | 9.2% | 8% | 8% |
| Acesso à água potável | 19.6% | 31.2% | 80% |
| Acesso à energia eléctrica | 3.1% | 13% | 26% |
| Rede de estradas transitáveis | 77% | 81% | 100% |

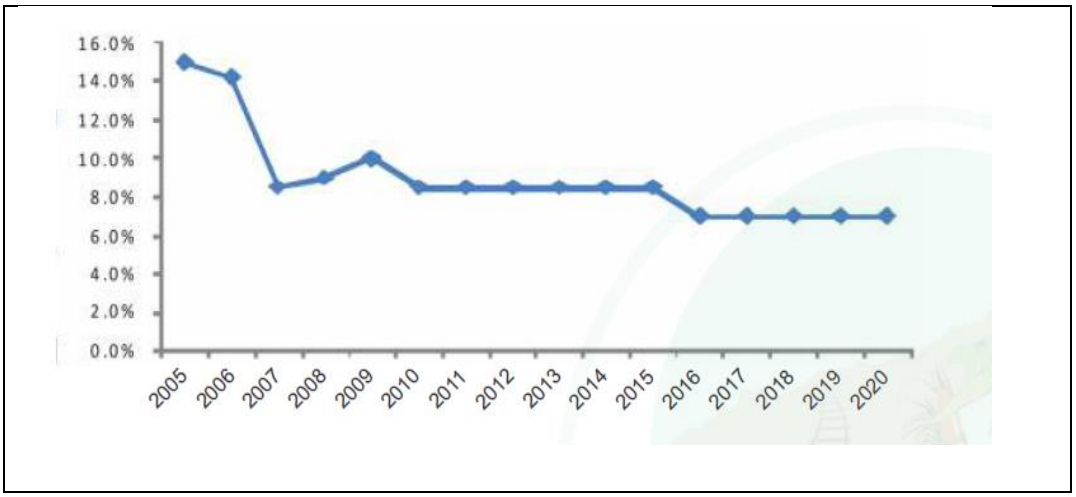
**Fonte**: PEPN (2010)

Corroborando a situação de pobreza com que se debate na província de Nampula levantada pelo relatório do MAE (2005), o quadro 7, extraído do PEPN (2010), exemplifica os desafios que a província enfrenta para colmatar diversas situações que permitam a melhoria de vida das populações. Se considerarmos o ano de 2007, por exemplo, os índices de pobreza atingem mais de metade da população (53,6%); o número de profissionais de saúde está aquém das necessidades (1 médico por 48.000 habitantes); a mesma insuficiência é notória no acesso à água potável, de que apenas beneficiam 31,2% da população; bem como no acesso à energia eléctrica, apenas ao alcance de 13% da população; e a taxa de mortalidade por malária aproxima-se dos 7% do total de casos diagnosticados.

A taxa de desemprego na província é igualmente elevada. Embora existam grandes projectos económicos, estes absorvem pouca mão-de-obra local devido à sua fraca formação técnica. Como mostra o gráfico 15, os níveis do desemprego em 2005 eram de 15%, estimando-se uma tendência de estabilização em cerca de 8% entre 2010-2015. De

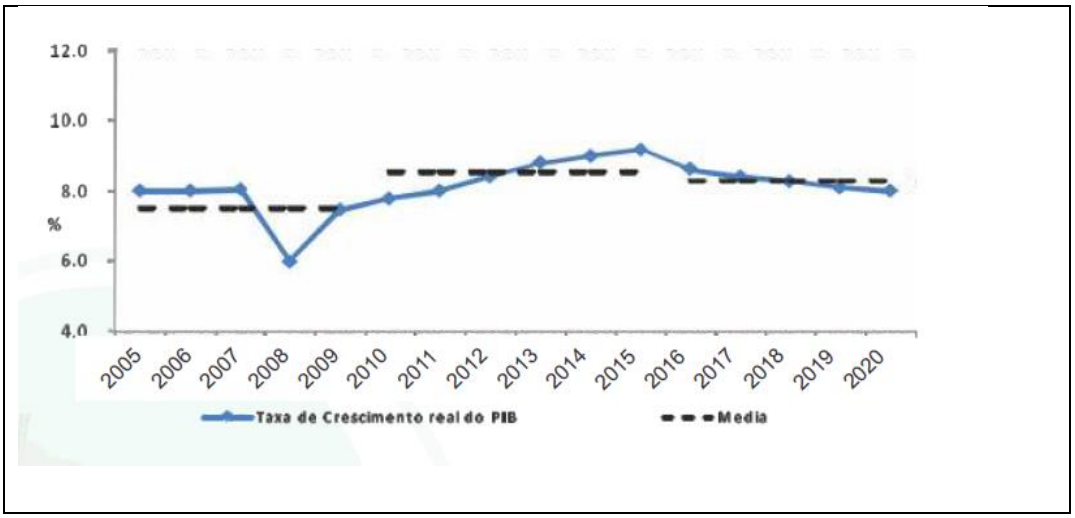
2016 a 2020 as projecções indicam a redução da taxa de desemprego para 7%, o que todavia se considera elevado, sendo o fomento do auto-emprego nas zonas rurais e urbanas uma das saídas para a redução da população desempregada, maioritariamente jovem.

**Gráfico 15: Taxa de desemprego – Província de Nampula (2005-2020)**




**Fonte**: INE/MPD (PEPN, 2010)

**Gráfico 16: Crescimento do PIB – Província de Nampula (2005-2020)**




**Fonte**: INE/MPD (PEPN, 2010)

Nampula é a terceira província em termos de contribuição para o crescimento do PIB a nível nacional, ocupando a terceira posição depois de Maputo-cidade e Maputo-província. A partir do gráfico 16, verifica-se que a previsão para a taxa de crescimento real do PIB da província, entre 2005 e 2020, ronda os 8%, estimando-se que atinja o seu máximo em 2015,

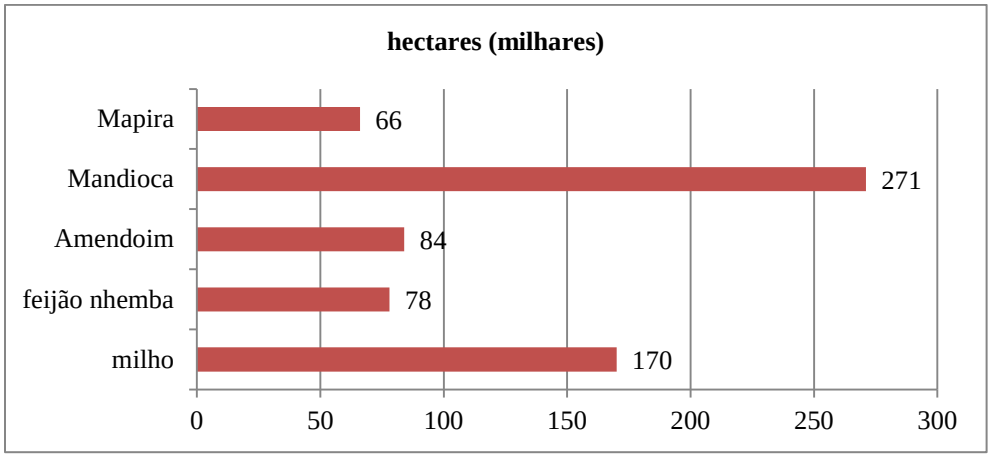
com 9%. Podemos também distinguir três fases ou períodos de evolução da taxa de crescimento real do PIB: 2005-2010, 2010-2015 e 2016-2020, com uma média por período correspondente a 7,5%, 8,5 % e 8,3 %, respectivamente.

É de realçar a implantação na província de Nampula de 51 ONG, sendo 21 nacionais e 30 estrangeiras, que dentro do contexto da "indústria do desenvolvimento" operam em diversas áreas de âmbito socioeconómico como a saúde, meio-ambiente, agricultura, educação, entre outras. Estas ONG actuam, além da cidade de Nampula, igualmente nos distritos de Monapo, Eráti, Ribáuè, Malema, Mogovolas, Nacala e Mecúburi (UCODIN, 2014).

### 4.5 Potencialidades Socioeconómicas

"Wampula" é detentora de diversos recursos: hídricos, marinhos, florestais, minerais, agrícolas, bem como de transportes e comunicações. Os recursos hídricos são constituídos por rios, lagos e lagoas permanentes ou sazonais, compostos por 29 bacias hidrográficas, o que faz com que esta disponibilidade de água favoreça o desenvolvimento da pesca e da agro-pecuária e a construção de represas e barragens. As principais culturas alimentares registadas por área (em hectares) são mandioca (271.000), milho (170.000), amendoim (84.000), feijão nhemba (78.000) e mapira (66.000). Cultiva-se também gergelim, algodão, batata-doce, castanha de caju e tabaco. A agricultura é praticada em pequenas *machambas* familiares por meio da consorciação de culturas em função das variedades locais (MAE, 2005). As condições agro-ecológicas favoráveis permitem a criação de gado bovino, ovino, caprino e aves.

**Gráfico 17**: **Principais Culturas Alimentares (2013)**




**Fonte**: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do PEPN (2010)

**Quadro 8: Potenciais Culturas por Distritos de Nampula**

| Culturas | Distritos |
|---|---|
| Milho | Murrupula, Ribáuè, Lalaua, Monapo e Malema |
| Amendoim | Mogovolas, Murrupula, Nacarôa, Muecate e Meconta |
| Arroz | Angoche, Moma, Mongicual e Murrupula |
| Mandioca | Malema, Eráti, Ribáuè, Murrupula Nampula, Lalaua e Mecubúri |
| Caju | Mogovolas, Angoche, Moma e Mongicual |
| Algodão | Nacarôa, Meconta e Monapo |
| Hortícolas | Malema e Ribáuè |
| Madeira | Mecubúri, Muecate e Rapale |

**Fonte**: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do PEPN (2010)

Devido a uma linha costeira de 460 Km, onde o Oceano Índico banha 8 distritos da província, há uma diversidade da fauna marinha que tornam rentável a actividade pesqueira industrial. O litoral apresenta infra-estruturas histórico-culturais e turísticas que aumenta o potencial turístico da região. Existem 7.817.100 hectares de floresta com uma variedade de madeiras preciosas e semipreciosas que, quando devidamente exploradas, podem dinamizar a produção industrial, bem como o desenvolvimento do ecoturismo. Devido às extensas florestas e recursos hídricos, existe uma diversidade de fauna que compreende animais de grande, médio e pequeno porte, bem como aves e répteis. Em relação aos recursos minerais (quadro 9), é uma das províncias moçambicanas que conta com reservas de minerais, com realce para areias pesadas e ferro, rochas de construção, pedras preciosas, ouro, grafite,

fosfatos, ilmenite, rutilo e zircão. Estes minerais são explorados quer de forma industrial quer artesanal (PEPN, 2010).

**Quadro 9: Recursos Minerais por Distrito**

| Ocorrência de minerais | Distritos |
|---|---|
| Pedras Preciosas (Turmalinas, Coríndios e Topázios) | Moma, Eráti, Monapo, Murrupula e Mogovolas |
| Ferro, Grafite, Ouro, Fosfatos, Ilmenite, Rutilo e Zircão | Eráti, Moma, Angoche, Murrupula, Nacala-a-Velha, Ribáuè, Mecubúri, Memba e Monapo |
| Rochas de construção (granito, granito-gnaisse, calcário e basalto) | Nampula-Rapale, Memba, Meconta, Nacala-a-Velha e Mossuril |

**Fonte**: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do PEPN (2010)

Nampula possui um sistema de transportes constituído pelo transporte rodoviário[87], ferroviário, fluvial e marítimo. A província é detentora dos portos de Nacala, Moma, Angoche e Ilha de Moçambique, embora estes três últimos não tenham uma exploração desejável. Enquanto isso, o porto de Nacala – o de águas mais profundas de Moçambique – é dos três maiores do país, a seguir aos portos de Maputo e Beira. Devido à sua localização estratégica, é o mais próximo dos mercados internacionais da Ásia, Europa e América. É através dele, por exemplo, que se escoa o carvão mineral proveniente da província de Tete através do corredor de Nacala. O transporte aéreo para as diversas províncias é assegurado fundamentalmente pela operadora nacional, Linhas Aéreas de Moçambique (LAM), existindo contudo outras empresas privadas de aviação – Serviços Técnicos de Aviação (STA) e Serviço Aéreo Regional (SAR) (PEPN, 2010).

Apesar das potencialidades humanas, económicas e naturais que a província ostenta, o desenvolvimento enfrenta constrangimentos de ordem económica, social, institucional e ambiental. No seu Plano Económico para 2010-2020, a província definiu quatro programas estruturais que visam o crescimento económico: i) Programa de Produção Agrária (PROA), cujo objectivo é garantir que os sectores produtivos como a pecuária, a agricultura e a pesca realizem as suas intervenções em função das estratégias definidas, de modo a maximizar as já existentes potencialidades económicas; ii) Programa de Alargamento da Base Empresarial (PROABE), que tem como objectivo a diversificação da economia, instalando

[87] A rede de estradas é de 6.305 Km, dos quais 4.013 Km são estradas classificadas e 2.292 Km são estradas não classificadas.

unidades económicas, com ênfase nos sectores agrário, pesqueiro, mineiro e turístico, que favoreçam a criação de empregos e receitas fiscais para a província, onde o investimento privado é estimulado a participar por meio de um pacote de incentivos vantajoso; iii) Programa de Afirmação Turística (PROATUR), que a partir do potencial do turismo do litoral e do interior oferece oportunidades para a criação de empregos e rendimentos para as comunidades locais; e iv) Programa dos Mercados Rurais (PROMERU), que valoriza a produção familiar e do sector associativo, oferecendo oportunidades e reconhecendo o esforço desenvolvido por estes na produção agrícola e pecuária, contribuindo para o desenvolvimento do mercados rurais.

### 4.6 "O coração de um homem e o fundo do mar são insondáveis"[88]: os Estrangeiros Africanos e as Motivações Subjacentes

Tal como as teorias das migrações defendem, as causas das migrações são várias e conjugadas, abarcando desde as decisões meramente individuais ou colectivas, às disparidades nos níveis de rendimento, desemprego e bem-estar social entre regiões, razões conjunturais do país de origem ou de acolhimento, cenários atractivos da globalização ou até razões ambientais ou climáticas. Estas razões socioeconómicas, políticas e culturais conduzem a movimentos dos agentes migratórios entre espaços, procurando uma vida estável para si e para os seus dependentes. A entrada de migrantes africanos no norte de Moçambique e, em particular, na província de Nampula, enquadra-se nesse labirinto conjuntural variado dos diferentes países africanos, que na sua generalidade apresentam crises – quase cíclicas – de conflitos armados, étnicos, religiosos, problemas económicos, carências sociais e outros tipos de dificuldades inerentes a sociedades instáveis.

Como diria Castles (2005: 8), nestes países "a prosperidade global passou-lhes ao lado. São regiões submetidas a uma rápida transformação social, que assume formas negativas. As economias fracas e o empobrecimento estão associados a Estados fracos e a violação dos direitos humanos. Os conflitos assumem contornos violentos, tornando frequentemente a forma de perseguição religiosa ou étnica. Muitas pessoas vêem assim na migração um modo de escapar tanto à pobreza como à violência". Uma "radiografia" sucinta e aleatória da situação em que se encontram alguns Estados cujos cidadãos imigraram para Nampula

[88] Provérbio africano.

espelha, de alguma forma, a generalidade complexa de instabilidade que assola a maioria dos países da África Subsariana.

O Sudão do Sul, por exemplo, a mais recente nação africana, é resultado da fragmentação do antigo Sudão, que se desmembrou em Sudão do Norte e Sudão do Sul, tendo este último proclamado a independência em 9 de Julho de 2011, depois dum referendo em que a esmagadora maioria (98,8%) se mostrou a favor da independência da região. Entretanto, o país descambou para uma guerra civil. Os rebeldes liderados pelo ex-vice presidente deposto, Riek Machar, opõem-se às forças governamentais do presidente Salva Kiir. Actualmente, os conflitos assumiram uma dimensão étnica, opondo a etnia Dinka, do presidente, à etnia Nuer, à qual pertence o vice-presidente. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), ambas as partes envolvidas nestes conflitos estão a recrutar e a treinar crianças para as transformar em soldados. Conflitos que já vitimaram milhares de pessoas e provocaram cerca de um milhão e meio de deslocados internos e refugiados para os países vizinhos.

Devido às atrocidades verificadas, a ONU e as ONG locais e estrangeiras a trabalhar no terreno, apontam mesmo para crimes de guerra e crimes contra a humanidade levados a cabo pelas partes beligerantes, traduzidos em massacres de civis, utilização de menores nos conflitos, ataques contra infra-estruturas sociais e violações sistemáticas de mulheres e jovens. Neste país, cerca de 80% da população é rural e depende principalmente da agricultura para a sua subsistência. Para além da falta de chuva que tem assolado algumas partes do país e da falta de sementes para o plantio nas diversas regiões, a violência registada, segundo a FAO, faz com que as pessoas abandonem as suas casas e terras. A Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS), que procura conter os conflitos entre as duas forças, queixava-se em 2013 das dificuldades operacionais devido à não colaboração das partes envolvidas nos conflitos. Estas situações fazem com que as pessoas busquem refúgio noutros países da região (Jornal Notícias, 14 e 23 de Abril e 16 de Maio de 2014).

Outro país, a República Democrática do Congo (RDC), encravada na África Central, ressente-se também de guerras e conflitos que perduram praticamente desde a sua independência em 1960. Golpes de Estado, massacres e assassinatos marcaram desde então a trajectória política do país. Um ano depois da independência, os capacetes azuis da ONU mediavam os conflitos para impedir a secessão da província de Katanga, actual Shaba, rica em diamantes e outros minérios. O drama dos hútus e tutsis no vizinho Ruanda, afectaram igualmente o país em 1994. A RDC acolheu milhares de refugiados hútus que participaram nas matanças, instalando-se no leste do território onde, na sua maioria, são baniamulengues, etnia que pertence ao grupo tutsi do Ruanda e Burundi, que haviam sido massacrados nesses países. Os baniamulengues (tutsis) ameaçados pela presença dos hútus, seus arqui-inimigos, responsáveis pelo genocídio no Ruanda, expulsou-os das suas zonas tendo estes regressado aos seus países de origem.

Martin (2005: 126) considera a RDC como "uma metáfora para a situação crítica do continente", que espelha até certo ponto a contradição do desenvolvimento africano. Embora com enormes riquezas naturais, o país nunca encontrou uma estabilidade política e social. Os conflitos pós-independência e as disputas pelo controlo do territórios com recursos valiosos, fazem com que as populações vivam sob permanente tensão. Como enfatiza Abbanenc (2012), referido por Koide, (2013: 75), na RDC "muitos mortos desapareceram (…) centenas de pessoas buscaram refúgio em Kinshasa (…) aos desaparecidos podem-se somar a morte de milhões de corpos abandonados ao destino natural, uma representação saturada, não simbolizável da realidade junto com o buraco deixado pelos desaparecidos. O passado agora está morto e o futuro inimaginável ".

Em 2013, as forças da Missão da ONU para a Estabilização do Congo (MONUSCO)[89], em cooperação com o exército congolês, expulsaram o grupo rebelde denominado M-23 da província de Kivo Norte, na região oriental da RDC. No entanto, existem outros ajuntamentos rebeldes como as Forças Democráticas Aliadas (ADF) que se estabeleceram na região de Kivu Norte, assim como as Forças Democráticas de Libertação do Ruanda (FDLR) que, a partir do território congolês, fazem incursões no Ruanda para derrubar o governo daquele país. Estes conflitos, visíveis um pouco por todo território congolês e

[89] *Mission de l'Organisation des Nations Unies pour la Stabilisation en République Démocratique du Congo*.

sobretudo nas regiões fronteiriças com os vizinhos Ruanda, Uganda e Burundi, provocam êxodos de movimentos populacionais para os países vizinhos (Kawaguti, 2013), bem como para outros relativamente mais longínquos, como Moçambique, que oferecem alguma estabilidade para a normalização das suas vidas.

No extremo ocidental do continente africano, outro dos países que pode exemplificar a instabilidade com que o continente africano se tem debatido nos últimos anos é a Nigéria, cujos cidadãos emigram para a Europa, América e países africanos, incluindo Moçambique. Apesar de ser um "gigante" económico e um dos grandes produtores de petróleo do mundo, o país encontra-se mergulhado em sucessivas crises. Grupos étnicos e extremistas religiosos reivindicam espaços políticos através da violência.

Onoja (2013) observa que o discurso e o desempenho dos governantes têm criado incerteza nas populações, originando a instabilidade política. A exploração de petróleo a partir dos anos 70 agravou os problemas existentes. As exportações de gás e petróleo representavam mais de 98% das exportações. Se a agricultura tinha um papel fundamental na economia, com a exploração do petróleo, o país negligenciou a produção agrícola e a sua débil produção manufactureira. A riqueza do petróleo e o declínio de vários sectores da economia provocou a migração para as grandes cidades e as regiões rurais tornaram-se mais pobres (Onoja, 2013).

Assim, a sociedade nigeriana convive com a polarização política dos grupos étnicos, religiosos e regionais, desde a independência alcançada em 1960. Os conflitos, muitas vezes assentes na radicalização dos grupos, aliada à ausência de capacidade do Estado para lidar com estes grupos inter-étnicos e inter-religiosos, aumentam a instabilidade do país, assim como de toda a região da África Ocidental. Alguns autores, como Luciani (2011), chegam mesmo a apontar a Nigéria como o modelo paradigmático do "choque das civilizações" da teoria de Samuel Huntington, pois observam-se clivagens permanentes entre o norte muçulmano e o sul cristão.

Gómez (2014), por exemplo, apelida a Nigéria de *democrazy* (democracia louca), pelo seu alvoroço social. Segundo o autor, a Nigéria "é o país mais povoado de África, entre outros cenários a violência dos atentados e sequestros perpetrados pelo Boko Haram e outros

grupos semelhantes, inclui-se também a repressão do exército. O Estado federado submetido a disputas regionais, que não é capaz de superar o conflito das minorias e as maiorias étnicas, nem a corrupção do poder político de governadores e militares (...) é a Nigéria, enriquecida pelos hidrocarbonetos, o comércio transfronteiriço e as inovações tecnológicas, mas com desigualdades económicas entre o norte empobrecido e o sul produtor de petróleo e cem milhões de pessoas que vivem com menos de dois dólares por dia" (Gómez, 2014: 1).

A partir destes exemplos, mostrámos as convulsões socioecónomicas, políticas e culturais com que muitos países africanos se debatem, o que origina, até certo ponto, que os indivíduos se movimentem para os espaços geográficos em que consideram que podem encontrar melhores condições de vida. As motivações subjacentes dos imigrantes africanos que se encontram na província de Nampula revelam não existirem causas únicas, mas uma amálgama de razões que condicionam a sua migração.

Castles (2005) chama, aliás, a atenção para este facto ao mostrar a complexidade de que estão imbuídas as migrações internacionais. Entre as várias causas, podem ser identificadas: a disparidade dos níveis de rendimento, emprego e bem-estar social entre as regiões; o esforço dos indivíduos na procura da maximização dos seus rendimentos, optando por economias de salários elevados, quando comparados com os das suas zonas de origem; as estratégias familiares para maximizar rendimentos e probabilidades de sobrevivência; ou até noutros casos, catástrofes decorrentes de conflitos armados ou degradação do ambiente, que colocam em causa os níveis mínimos de subsistência. As nossas entrevistas em Nampula corroboram essa multiplicidade causal. Os motivos políticos, económicos e sociais parecem fundir-se, tornando as razões migratórias difíceis de captar.

> "O que me fez abandonar a minha terra RDC é devido a guerra que nunca acaba. Eu vivia na província de Baraka. Meu pai era motorista dos militares ruandeses. Uma noite, às 20.00h vieram os militares "mai-mai" congoleses. No quintal tínhamos três casas: numa, dormiam o meu pai e a minha mãe… noutra, meus dois irmãos e a outra, eu e o meu irmão mais velho. Aqueles "mai-mai" entraram dentro da casa dos meus pais e disseram-lhe: vamos-te levar porque colabora com os ruandeses! O meu pai disse que apenas era um simples motorista. Depois obrigaram o meu irmão mais

> velho a fazer sexo com a minha mãe, mas ele resistiu. Os soldados levaram os meus pais e os meus irmãos para dentro da casa e dispararam. Em seguida, incendiaram as palhotas. Eu tinha 16 anos. Disseram-me para eu correr sem olhar para trás, eu comecei a correr sem parar e eles começaram a disparar na minha direcção e então eu caí. O primeiro tiro foi no braço e depois apanhei um de raspão na cabeça (mostrou as cicatrizes). Perdi os sentidos e só mais tarde acordei no hospital. Fiquei cerca de cinco meses hospitalizado, quando melhorei tive receio de continuar no Congo. Quando arranjei algum dinheiro, mesmo sem passaporte sai para Tanzânia e depois para Moçambique. Eu só queria sair da confusão". (J, A. Congolês, entrevista em Nampula, 17/04/2014).

Entretanto, constatamos que alguns dos migrantes que se encontram em Nampula, para além daqueles que abandonaram os seus países devido a condições políticas extremas, de violência e conflitos que desestabilizavam e colocavam em perigo as suas vidas, saíram das suas regiões de origem em busca de melhores condições económicas. As informações recolhidas através das redes sociais, mesmo que precárias, apontavam Moçambique e, em especial, Nampula, como um local propício para fazer negócios, um terreno fértil para se iniciarem com pequenos empreendimentos económicos, mesmo partindo do sector informal, como nos ilustra um comerciante nigeriano e outro da Guiné:

> "Sabe, antes de vir viver em Moçambique estive em Benim, Camarões, África do Sul, Quénia e quando cheguei a Moçambique vi o ambiente de negócio e disse: vou ficar aqui mesmo! Porque o que faz um homem migrar é descobrir novas coisas, viver melhor, a pessoa tem que se sentir em segurança e estar bem… depende também do que a pessoa persegue na vida. O negócio na Nigéria não é fácil e o nigeriano procura aqueles lugares onde se pode desenvolver rápido. Moçambique ainda tem pouco desenvolvimento e é fácil investir aqui com pouco capital. As oportunidades são muitas aqui em Nampula, além de haver menos capital, a competição é favorável aos estrangeiros" (K, M. Nigeriano, entrevista em Nampula, 16/04/14).

> "Cheguei em Nampula por impulso do meu irmão que vive em Angola. Abandonei o meu país para Moçambique porque ouvia falar também com meus amigos e na televisão de que era um país sem conflitos. Foi então que deixei a minha família e resolvi vir tentar a sorte. Ouvia falar que aqui o negócio é muito lucrativo. O meu irmão sempre insistia que aqui havia boas condições para arrancar com um comércio. Era muito lucrativo, o país era ainda virgem em negócios. Aqui há muita coisa por explorar, os moçambicanos é que ainda não descobriram" (A, K. Guineense, entrevista em Nampula, 29/05/2014).

Noutros casos, os migrantes provenientes do Corno de África, como os somalianos e sudaneses, apontam a sua entrada em Nampula, por exemplo, a partir da conjugação de factores como a desestabilização política, perseguições étnicas, factores climáticos (secas prolongadas) que originam a degradação da terra e consequentemente bolsas de fome. Como Wetimane (2012) refere no seu estudo sobre os somalianos em Moçambique, existe uma ideia difundida oficial e mesmo de alguns segmentos das populações locais de que estes são indivíduos provenientes de um país "falhado", sem um governo efectivo há mais de duas décadas, governado pelos "senhores da guerra". À luz das convenções internacionais sobre refugiados de que Moçambique é signatário, é concedido este estatuto a estes indivíduos e são encaminhados para o centro de refugiados, independentemente de como entraram em Moçambique.

> "Sai da Somália por causa da guerra. Você sabe que aquilo está a vinte e tal anos só de guerras entre tribos e ainda com problemas de seca e de fome. Onde há conflitos, muita coisa piora. Por isso muitos de nós estão fora do país, na América, na Europa, na Ásia e em África. Estamos espalhados pelo mundo fora" (M, K. Somaliano, entrevista em Nacala, 13/01/2015).

O quadro 10 sumariza as motivações apresentadas pelos entrevistados. Pode-se depreender que do total de 33 entrevistas aos estrangeiros se notam motivações específicas que estão na origem da emigração, em função das regiões onde se encontram os países. Os imigrantes dos países da África Oriental, como o Quénia, Tanzânia e o vizinho Malawi, referem a concorrência no comércio como a causa maior da sua deslocação para Nampula, enquanto os do Corno de África, nomeadamente os sudaneses e os somalianos, apontam as guerras, conflitos étnicos, fome e factores climáticos (seca) como factores maiores. Por sua vez, os

provenientes da África Central, concretamente da região dos Grandes Lagos (Burundi, RDC, Ruanda e Uganda), aludem à instabilidade política sucessiva, guerras, conflitos étnicos e criminalidade. Da África Ocidental, os guineenses e nigerianos indicam o comércio e investimento como o *leitmotiv* da sua entrada em Nampula, com estes últimos a referirem-se também aos conflitos étnicos e religiosos.

**Quadro 10**: **Principais Motivações Migratórias em função do País de Origem**

| Nacionalidade | Motivos |
|---|---|
| Burundiense | Instabilidade política, conflitos étnicos e religiosos |
| Congolesa (DRC) | Guerra, conflitos étnicos, criminalidade |
| Guineense | Concorrência no comércio, investimento |
| Malawiana | Concorrência no comércio |
| Maliana | Instabilidade política, concorrência no comércio |
| Nigeriana | Comércio, conflitos étnicos e religiosos |
| Queniana | Concorrência no comércio |
| Ruandesa | Instabilidade política, conflitos étnicos e religiosos |
| Somaliana | Guerra, fome, seca |
| Sudanesa (sul) | Guerra, conflitos étnicos e religiosos, fome |
| Tanzaniana | Concorrência no comércio |
| Ugandesa | Instabilidade política |

**Fonte**: Elaborado pelo autor, com base nas entrevistas recolhidas em 2014

Na decisão destes imigrantes de partir, embora pesem as razões conjunturais dos seus países, o factor individual e familiar mostrou-se igualmente importante. Muitos destes imigrantes relatam que, apesar de não possuírem meios materiais e financeiros para se deslocarem, a vontade individual de sair das situações de risco e incerteza em que viviam – exceptuando os comerciantes – aliou-se ao apoio recebido, nalguns casos, de familiares, conterrâneos, amigos, (redes sociais) existentes nos seus países e na província de Nampula. Algumas situações, no entanto, parecem não apontar nesse sentido. A migração forçada resultante dos conflitos armados levou, todavia, a um movimento de simples sobrevivência, onde não houve tempo para a preparação ou para a busca de informações e contacto com as redes sociais no país de acolhimento. A entrada em Moçambique foi realizada a partir de uma trajectória compulsiva de sobrevivência individual, em que o destino de fixação não era o factor mais importante. Confrontamos com situações em que os imigrantes não sabem dizer exactamente quais foram os locais por onde entraram, por desconhecimento

geográfico, por não serem locais oficiais de entrada ou em resultado das circunstâncias e condições em que chegaram à fronteira.

> "Eramos um grupo, só estavamos a fugir…entramos nas canoas e atravessamos o lago Victória para Tanganica (Tanzânia), daí fomos até Morogoro – Songueia. Eu estava a seguir o grupo não sabia de nada nem para onde ia. O que queria era mesmo escapar do conflito em Congo. Mais tarde soube que tínhamos chegado a fronteira de congresso (Niassa) em Moçambique" (K, K. Congolês, entrevista em Nampula, 17/04/2014).

Esta particularidade migratória parece entrar em dissonância com alguns pressupostos teóricos da migração, que sustentam que esta não se faz ao acaso, mesmo quando é feita em condições compulsivas. Conquanto o tempo seja curto para a tomada de decisão de migrar, ela faz-se, entre outros aspectos, em direcção a uma região atractiva. Como refere Matos (1993: 7), "a liberdade das escolhas tomadas num vazio social não existe, o indivíduo está envolto num conjunto de relações que lhe condicionam a decisão de forma consciente e inconsciente; a acção individual encontra-se diluída numa trama social que prepara o indivíduo para as escolhas, moldando a forma de apreender os factores de atracção e repulsão e a sua resposta. O indivíduo encontra-se, sempre, coagido por estruturas sociais, tanto na região de origem, como na região de destino, que interagem entre si, alimentando o fluxo migratório". É precisamente dentro destes quadros sociais que reside a fronteira entre as migrações económicas e forçadas (incluindo os refugiados).

Por isso, o agente migrante precisa sempre de munir-se de alguma informação sobre a região de acolhimento, mesma que ela seja distorcida e incompleta, para poder ser avaliada e interpretada. De igual modo, Pires (2003) mostra que as realidades do local de partida e de chegada só podem ser comparadas existindo uma informação, que varia de acordo com as competências dos agentes migrantes. O autor esclarece ainda que aqueles que saem das regiões pobres, os que teoricamente beneficiariam com a decisão de migrar, são os que possuem menos competências para tratar o fluxo de informação sobre as regiões pretendidas, onde à partida existem quadros de vida alternativos.

Mas então, se a imigração não se faz ao acaso e representa, de alguma maneira, estratégias individuais ou familiares para melhorar os rendimentos e o bem-estar, por que razão segmentos consideráveis de imigrantes africanos opta por Moçambique e não por outros países africanos relativamente estáveis?

### 4.7 "É o coração que indica aos pés o caminho que deve seguir"[90]: a Escolha de Nampula

Os movimentos migratórios para Moçambique resultam das diferenças e dissemelhanças existentes entre as sociedades africanas. Na sua generalidade, tem a ver com factores repulsivos que advêm de processos de crises internas e, em alguns casos, como a Somália, do colapso socioecónomico e político. O RCMMI (2005: 12) reconhece, aliás, que "as migrações internacionais são habitualmente uma resposta às diferenças e disparidades. De um modo geral, as pessoas decidem emigrar porque querem fugir às limitações e inseguranças com que se deparam no seu país de origem, e porque consideram que existem melhores condições e oportunidades noutro sítio". Neste caso, esse "outro sítio" é Moçambique, o qual apresenta condições socioeconómicas e políticas atractivas, pelo menos ao nível da África Austral, como nos relata um entrevistado:

> "Sabe o que um homem como eu me fez vir a Moçambique? A paz! Para descobrir novas oportunidades (…) depende do que alguém quer na vida, minha prioridade é procurar onde há dinheiro (...) um homem vai para aqueles lugares onde a pessoa pode se desenvolver rápido. Aqui há menos desenvolvimento que a Nigéria, mas há segurança, estabilidade, o custo de vida é normal e há mais oportunidades de investimento. A pessoa com 20.000 USD pode abrir um negócio com sucesso, se saber gerir" (K, M. Nigeriano, entrevista em Nampula, 04/06/2014).

Alguns autores moçambicanos, como Wetimane (2012) e Valigy (2006), avançam com outros argumentos. Wetimane (2012), por exemplo, considera que a opção dos somalis por Moçambique deve-se a quatro factores: geográfico, económico, político e cultural-religioso. Em relação ao primeiro factor, considera que a localização geográfica do país no Oceano Índico serve como porta de entrada de imigrantes ilegais dos países da costa oriental de

[90] Provérbio africano.

África e da Ásia. A extensa fronteira terrestre de Moçambique é também permeável, devido ao fraco controlo das autoridades.

Em relação ao factor económico, o autor destaca as facilidades de negócio encontradas no terreno, resultantes da abertura à economia de mercado, que favorece o ambiente de negócios. O factor político corresponde à crise político-militar e humanitária que assola a Somália, que leva a que muitos indivíduos abandonem o país e se dirijam para outros mais estáveis, como Moçambique. O último factor, cultural e religioso, resulta do facto de a irmandade religiosa permitir a solidariedade muçulmana. Valigy (2006) acrescenta aos factores apresentados por Wetimane (2012) outras razões do porquê de se imigrar para Moçambique: i) clima; ii) disponibilidade de terras; iii) ambiente económico favorável aos negócios; iv) disponibilidade de recursos naturais; v) facilidade de acesso ao território nacional; e vi) carácter acolhedor do povo moçambicano.

Os factores apontados quer por Valigy (2006) quer por Wetimane (2012) não devem, no entanto, ser vistos isoladamente. Geralmente, estes conjugam-se, variando em função da origem dos imigrantes e dos fins pretendidos ao escolher Moçambique. Os imigrantes podem, por exemplo, ser atraídos pela fragilidade das fronteiras nacionais, mas também pela realização de negócios ilícitos; ou pelo facto de o centro de refugiados de Maratane ser aberto, ao contrário de outros países; ou também porque podem depois movimentar-se com facilidade para outros destinos, pois não existe controlo e medidas dissuasivas sobre os mesmos. As entrevistas realizadas na província de Nampula corroboram muitos destes factores causais. No entanto, identificámos também outros que não foram aludidos pelos autores acima referidos e que constituem aspectos fulcrais a considerar, como se pode observar no quadro 11.

**Quadro 11**: **Principais Factores de Imigração para Nampula**

| Factores |
|---|
| Geográfico |
| Fragilidade do Estado |
| Região de trânsito |
| Sociocultural |
| Económico |
| Centro de refugiados de Maratane "aberto" |
| Acesso a documentos oficiais de identificação |
| Programa de reinstalação (ACNUR/INAR) |

**Fonte**: Elaborado pelo autor, com base nas entrevistas recolhidas em 2014

De acordo com o quadro 11, oito factores principais concorrem para a escolha da província de Nampula pelos estrangeiros africanos. Moçambique encontra-se numa localização geográfica privilegiada na África Austral. Possui uma extensa fronteira continental a Este, com países como a África do Sul, Swazilândia, Zâmbia, Zimbabwe e Malawi, a Norte com a Tanzânia, através do rio Rovuma, totalizando cerca de 4.212 Km. Destes, 2.685 Km correspondem a fronteira terrestre, 322 Km a fronteira lacustre e 1.205 a fronteira fluvial, sendo que a Oeste é banhado pelo Oceano Índico, com um total de aproximadamente 2.700 Km de costa (Mucombo, 2012).

Historicamente, a sua localização geográfica atraiu povos longínquos como os árabes, portugueses, swahilis, indianos e outros, que vinham fazer comércio com os povos locais, sobretudo do litoral de Moçambique, como os Macuas de Nampula. Portanto, a presença de estrangeiros e o contacto com outros povos não é um fenómeno novo. Um aspecto a realçar sobre a província de Nampula é o facto de esta ser a capital do norte de Moçambique, a mais populosa e desenvolvida economicamente, com forte potencial de expansão nos sectores do comércio, da indústria e do turismo. A sua posição geográfica central atrai as populações das províncias da Zambézia, Niassa e Cabo Delgado, bem como os imigrantes que entram pela fronteira norte de Moçambique.

Outro factor identificado é a fragilidade do Estado no controlo das extensas fronteiras terrestres e marítimas, o que concorre para a entrada ilegal de imigrantes[91].A corrupção nos

[91] Nalguns casos, falar da fronteira de Moçambique é ainda problemático. As linhas fronteiriças não obedeceram aos diversos grupos etnolinguísticos existentes. Dopcke (1999) refere que elas são resultado da imposição arbitrária às sociedades africanas através da colonização, ignorando-se as realidades étnicas,

postos fronteiriços, assim como a existência de redes clandestinas de imigração, sobretudo ao longo da fronteira com a Tanzânia, fragiliza ainda mais a actuação do Estado nestas regiões. Tendo em conta que o movimento migratório é feito, entre outros aspectos, a partir das informações das redes sociais no país de acolhimento ou de trânsito, esta fraqueza é aproveitada como uma porta de entrada de imigrantes na região norte do país. Deve-se destacar também o factor económico. Nampula possui um crescimento económico assinalável. A taxa de crescimento do PIB ronda os 8% (PEPN, 2010). A abertura do mercado económico do país, aliado às facilidades de licenciamento de pequenas e médias empresas, cria um ambiente favorável para os negócios, assim como a existência de multinacionais que operam em várias áreas, como o turismo, petróleo e gás, possibilita a convergência de imigrantes para a região norte.

> "O fenómeno (migratório) é caracterizado pela entrada ilegal de cidadãos estrangeiros que procuram, usando todos os estratagemas de se integrarem nos diversos projectos de exploração dos recursos naturais, como é o caso da Anadarko[92]. Antes os ilegais entravam em Cabo Delgado com o intuito de exercer o garimpo ou em trânsito para outros pontos do país como é o caso de Maputo ou mesmo para a África do Sul. Na verdade há um outro fenómeno novo que está a acontecer na nossa província por causa da presença da Anadarko. Do trabalho policial feito foi possível neutralizar um número considerável de tanzanianos, cidadãos brasileiros, egípcios, de origem asiática e de muitas outras nacionalidades que tinham como destino a Anadarko. Quando os interrogamos alegam que têm formação relacionada com a exploração petrolífera, e por via disso, pretendem ser enquadrados na Anadarko. Isso não é e não pode constituir a verdade. É uma artimanha com vista a permanecerem no nosso país" (Comandante provincial da PRM em Cabo Delgado, entrevista ao Jornal Notícias de 23 de Abril de 2014).

geográficas, ecológicas e políticas existentes. As populações possuem famílias do "outro lado" da fronteira, e vice-versa, e têm dificuldade em compreender porque é necessário um "documento" para conviver com a família que, supostamente, para as autoridades do Estado, está noutro país. Por isso, muitas comunidades fronteiriças são alheias às fronteiras políticas. Devido a essa artificialidade, "as fronteiras modernas são ignoradas na vida quotidiana e na consciência dos homens comuns" (Dopcke, 1999: 93).

[92] Multinacional americana de prospecção de gás e petróleo que opera na bacia do Rovuma (Cabo Delgado). Espera-se a exploração e exportação efectiva destes produtos a partir de 2018.

Igualmente, muitos imigrantes são atraídos para Nampula como uma região de trânsito para os países vizinhos, em especial a África do Sul, e posteriormente para a Europa e América. Esta estratégia de usar Nampula como "trampolim" tem a ver com as redes sociais extensas e mais organizadas, fundadas em laços familiares e de amizade, bem como com o facto de as redes clandestinas que actuam no transporte de migrantes serem mais activas, envolvendo também cidadãos nacionais. Boyd (1989) assinala que as redes sociais estabelecem vínculos através das relações pessoais de parentesco, amizade, e os vínculos de relações comunitárias. As redes de imigração no país de chegada podem ser constituídas por associações, intermediários como recrutadores de força laboral, contrabandistas e outros agentes (Boyd, 1989) . Isto mostra que as redes não só actuam positivamente no sentido da minimização do impacto negativo dos riscos nos países de trânsito e de destino, como também podem tornar-se facilitadoras de migrações irregulares e da participação no mundo do crime organizado.

Outro dos factores a ter em conta é também a característica própria do Centro de Refugiados de Maratane. Este é procurado pelos refugiados africanos devido à sua condição de centro "aberto", diferentemente dos campos de refugiados na Tanzânia, Quénia e no Zimbabwe. Nestes países, os campos de refugiados são fechados, existe um forte controlo sobre estes e a possibilidade de expulsão para os seus países de origem em caso de ocorrência de uma infracção menor. Ao contrário, no centro de Maratane os refugiados vivem livremente, este não possui nenhuma vedação e localiza-se a 20 Km da cidade. Os refugiados possuem terras para a prática da agricultura, praticam o comércio informal e criam diversas espécies de animais domésticos que depois vendem na cidade de Nampula.

No entanto, muitos dos que entram como refugiados, por exemplo, quando são encaminhados para o centro, abandonam a instituição passado algum tempo, mesmo sem possuir os documentos legalizados. Os somalianos e etíopes são apontados como os que mais recorrem a este método, embora alguns aleguem a falta de condições no centro quando abordados pelas autoridades. A polícia já interpelou camiões de contentores "carregados" com imigrantes, homens, mulheres e crianças, muitos deles sem documentação e em situação irregular, em direcção à capital, Maputo, viajando em condições sub-humanas, havendo mesmo registo de mortes.

A propensão dos imigrantes por Nampula tem a ver, de igual modo, com a potencial possibilidade de "acesso" a documentos oficiais de Moçambique que lhes permitam, a curto ou médio prazo, alcançar os destinos finais projectados, sejam eles outros países do continente africano ou da Europa e América, com a documentação oficial moçambicana. Os estrangeiros abrem negócios nos distritos e, por vezes em zonas recônditas. Ao longo do tempo, com a posição económica relativamente estável para iniciar o processo da viagem, adquirem, através de alguns funcionários corruptos das administrações distritais, documentos de identidade "autênticos" como, por exemplo, uma certidão de nascimento, o que lhes garante consequentemente adquirir o bilhete de identidade nacional e o passaporte moçambicano. Aqui mais uma vez é patente a fragilidade do Estado.

Acrescente-se também que a eleição de Nampula pelos imigrantes insere-se naquilo que são algumas afinidades socioculturais que favorecem alguma tolerância e recepção por parte dos autóctones, a sua integração na sociedade de acolhimento. Como referimos, as afinidades linguísticas através do Suaíli na região norte são um veículo de inserção, pois permite-lhes orientar-se na sociedade que a princípio possui valores diferentes dos seus. Segundo Monteiro (1997: 77), "a partir do momento da chegada ao país de acolhimento, torna-se estritamente necessário para o imigrante, comunicar, compreender e ser compreendido e orientar-se nos muitos lugares desconhecidos e nos muitos códigos linguísticos". Deve-se frisar que a vestimenta trazida por estes, sobretudo o traje das mulheres sudanesas, tanzanianas, somalianas e etíopes – roupas coloridas e o lenço a cobrir a cabeça – são também usadas pelas mulheres locais, o que se traduz mais em homogeneização do que diferenciação.

> "Aqui na província de Nampula existem muitos estrangeiros africanos. Em Nampula estamos a usar a roupa como eles. Nós, os homens, estamos a usar um tipo de traje africano do tipo "balalaica" e as nossas mulheres estão a aderir capulanas e roupas coloridas com rendas, usadas por mulheres tanzanianas, somalis, etíopes e congolesas. As vezes, não se sabe quem é estrangeiro quem não é. Pior agora que se estão a casar com as nossas mulheres (…) começa a verificar-se uma miscigenação cultural, incluindo na alimentação" (A, B. Moçambicano, entrevista em Nampula, 30/04/2014).

A religião, como já referimos, é um elemento aglutinador, pois o ambiente religioso favorece a indulgência e o sentido de irmandade entre os locais e os estrangeiros. Finalmente, outro factor apelativo, embora não tenha muita expressão, são os programas de reinstalação[93] realizados pelo ACNUR, em coordenação com o INAR. Este programa abrange os requerentes de asilo e refugiados que se encontram no centro de Maratane. Consiste na selecção de famílias ou indivíduos refugiados para serem integrados noutros países. Em 2013, um total de 236 indivíduos, dentre os quais burundienses, congoleses, ruandeses, eritreus e somalianos, foram reinstalados em países como os EUA, Canadá ou Austrália (SPMN, 2013). Muitos refugiados em Nampula, sobretudo os jovens, sonham com este modelo de integração nestes países desenvolvidos, onde podem continuar os seus estudos e ter uma vida melhor do que a que têm no centro, como atestam dois jovens entrevistados:

> "Eu não gostaria de ficar definitivamente em Moçambique, prefiro ir para a Europa ou para América. Sou ainda jovem e gostaria de continuar os meus estudos. Aqui não posso fazer isso. Assim, estou a espera, com um pouco de sorte posso ser abrangido pelo programa de reinstalação para os EUA ou Canadá" (A, L. Ugandês, entrevista em Maratane, 16/04/2014).

> "Estou aqui, mas meu sonho é ir para América ou outro país desenvolvido. Estou a juntar dinheiro para isso. Tenho amigos no Canadá, EUA, Austrália e África do Sul (mostrou os números de telefone). Se for por esta via espero que o ACNUR me chame naquele processo de reinstalação para um desses países" (G, L. Congolês, entrevista em Nacala, 16/06/2014).

[93] A reinstalação pressupõe o "alojamento ou integração de pessoas (refugiados, pessoa internamente deslocada, etc.) noutra área geográfica e noutro ambiente, geralmente num país terceiro. Este termo abrange geralmente a parte do processo que começa com a selecção dos refugiados a reinstalar e que termina com a colocação dos refugiados numa comunidade do país de reinstalação" (OIM, 2009: 63).

### 4.8 Todos os Trilhos Vão Dar a "Wampula": os Pontos de Entrada

Em Moçambique, a entrada de imigrantes, sobretudo provenientes das diferentes regiões africanas, é diária, feita através da fronteira terrestre, lacustre e marítima e por via aérea. A maioria entra pelas províncias nortenhas do país. Segundo o INAR (2012) os principais pontos de entrada usados pelos imigrantes de nacionalidade congolesa, burundiense, ruandesa, etíope e somaliana são os distritos de Palma e de Mocímboa da Praia, na província de Cabo Delgado, e a fronteira de Congresso, na província de Niassa. Para o caso dos congoleses, os que mais usam estes pontos são os que vêm do oeste do Congo, próximo do Lago Tanganica, atravessam a Tanzânia e entram pelo norte de Moçambique. Para os imigrantes desta nacionalidade que fogem dos conflitos tribais no nordeste do Congo, a via mais usada é a Zâmbia e posteriormente o Malawi, entrando no país através da província de Tete (Catete).

Os etíopes e somalianos usam muitas vezes a via marítima e, através de embarcações maioritariamente originárias do Quénia, vêm directo a Moçambique. Quando o fazem por via terrestre, os seus pontos de entrada são Palma, Mocímboa da Praia e Lichinga, os mesmos pontos usados pelos congoleses que fogem do conflito armado do oeste do Congo. Os provenientes das regiões nordeste e central daquele país usam como rota a Zâmbia, não permanecendo neste país por causa do receio de ser encontrados e sofrer represálias. Quanto aos burundienses e ruandeses, o destino é muitas vezes Moçambique pelo facto de a Tanzânia, que é a rota mais usada, não estar a receber os requerentes de asilo destas nacionalidades. No que se refere aos etíopes e somalianos, que muitas vezes viajam juntos, vêm directo a Moçambique porque os campos de refugiados do Quénia estão superlotados e a Tanzânia não os recebe no seu território (INAR, 2012).

Estas entradas por vezes são ilegais, mesmo se o agente migrante se encontra na condição de refugiado. O norte de Moçambique faz fronteira com a Tanzânia através do rio Rovuma e ambos os países possuem postos fronteiriços e realizam patrulhas nas respectivas fronteiras. A falta de meios e condições de trabalho apropriados origina a corrupção e a existência de uma indústria de migração ilegal ao longo da fronteira do Rovuma que movimenta somas avultadas de dinheiro.

> " Paguei 20.000[94] xelins para atravessar o Rovuma à noite na região de Ntwara. Depois de ficar uma semana sem saber o que fazer porque eu não trazia nenhum documento encontrei umas pessoas que disseram que podiam-me ajudar a chegar a outra margem sem problemas. Na fronteira existem grupos que trabalham em coordenação com os moçambicanos do outro lado do rio. Até hà carrinhas de caixa aberta que levam as pessoas para uma zona segura onde se pode apanhar "chapas" para Lichinga ou para Nampula. A travessia é feita a noite quando os polícias já não fazem patrulhas" (H, J. Burundiense, entrevista em Nampula, 30/09/2014).

> "Atravessamos o Rovuma de canoa. Pagamos 10.000 xelins por pessoa e ainda entregamos algumas roupas que trazíamos. Os tanzanianos deixaram-nos numa das ilhotas do rio, fizeram sinais com lanternas antes de nos deixarem. Depois vieram os moçambicanos de canoa e levaram-nos para a outra margem. Antes de apanharmos bicicletas até a estrada, roubaram os nossos pertences incluindo dinheiro. Chegamos sem nada em Mocímboa da Praia. Graças a Caritas que nos ajudou em alojamento e transporte até Nampula" (J, M. Congolesa, entrevista em Nampula, 30/03/2014).

Ainda em relação aos pontos de entrada, os locais apresentados pelo INAR aproximam-se, em parte, das informações recolhidas no terreno. O quadro 12 mostra as vias e os pontos de entrada nas províncias do norte de Moçambique, assim como as principais proveniências dos imigrantes que chegam a Nampula. Como se pode depreender, a posição geográfica do país permite a entrada dos estrangeiros africanos por via terrestre, lacustre, marítima e aérea. Os que entram pela Província de Niassa, fazem-no pelas regiões de Mandimba, Sanga, Mecula, Mavago, distritos que fazem fronteira com a Tanzânia – excepto Mandimba – através do rio Rovuma e do lago Niassa, que separa a província com o mesmo nome do vizinho Malawi. As principais nacionalidades dos imigrantes que transpõem estas zonas são as da região dos Grandes Lagos e do Corno de África, nomeadamente tanzanianos, congoleses, burundienses, ugandeses, ruandeses, etíopes, quenianos, somalianos e sudaneses.

[94] Cerca de 9 USD em Fevereiro de 2014.

**Quadro 12**: **Pontos de Entrada e Principais Nacionalidades**

| Fronteira | Província | Região/zona de entrada | Nacionalidades |
|---|---|---|---|
| **Terrestre** | Cabo Delgado | Palma, Nangade (Mueda) | tanzanianos,quenianos, somalianos, sudaneses, etíopes, comorenses |
| | Niassa | Mandimba, Sanga, Mecula, Mavago | tanzanianos, quenianos, sudaneses, congoleses, burundienses, somalianos, etíopes, ugandeses, ruandeses |
| | Nampula | Malema, Eráti, Memba | tanzanianos,quenianos, somalianos,sudaneses, congoleses, burundienses, etíopes, ugandeses, ruandeses |
| **Lacustre** | Niassa | Entre-lagos, Lichinga | malawianos, congoleses, tanzanianos |
| **Marítima** | Nampula | Memba, Nacala, Ilha de Moçambique, Angoche. | tanzanianos, somalianos, etiopes |
| | Cabo Delgado | Palma, Mocímboa Nangade, Arquipélago das Quirimbas | tanzanianos, quenianos, somalianos, comorenses, madagáscar |
| **Aérea** | Cabo Delgado | Aeroporto de Pemba | tanzanianos, quenianos, somalianos, etíopes |
| | Niassa | Aeroporto de Lichinga | - |
| | Nampula | Aeroporto de Nampula | tanzanianos,somalianos, quenianos nigerianos, etíopes, guineenses, congoleses,malianos, sul-africanos |
| | | Aeroporto de Nacala* | - |

**Fonte**: Elaborado pelo autor com base nas entrevistas

A Província de Cabo Delgado é igualmente outro ponto de entrada de imigrantes africanos que se dirigem a Nampula, a capital . Tal como Niassa faz fronteira com a Tanzânia através do rio Rovuma, tem uma vasta costa marítima e vários arquipélagos, sendo o principal o das Quirimbas. Cabo Delgado tem ligação próxima com a Ilha de Zanzibar na Tanzânia, ao longo da costa que se estende ao Quénia e Somália. A Ilha de Zanzibar tem sido apontada como um dos locais de "espera" para entrada de imigrantes em Moçambique. Alguns pescadores artesanais nacionais e tanzanianos são coniventes no transporte dos mesmos para Moçambique. A actividade de pesca tem sido substituída pelo transporte ilegal de migrantes, que embora seja uma actividade penalizada pelas autoridades, é vista como bastante lucrativa, pois o controlo marítimo é ainda fraco, aliado à pobreza das populações costeiras que vivem da pesca. Nesta província, para além das entradas através do Rovuma,

sobretudo na época de estiagem, as diversas ilhas existentes ao longo da costa são usadas como "trampolim" pelos imigrantes, sobretudo tanzanianos, quenianos, sudaneses, somalianos e comorenses.

> "A PRM confirmou a morte de imigrantes por afogamento quando entravam ao país através do distrito de Palma, província nortenha de Cabo Delgado. Segundo o porta-voz (...) o caso ocorreu quando uma embarcação de origem desconhecida descarregou um número incerto de pessoas em águas relativamente profundas. Deste grupo de pessoas 11 morreram, dos quais 8 etíopes e 3 somalis por afogamento. Das pessoas descarregadas pela embarcação 12 etíopes encontram-se detidos pela PRM (...) até agora não se sabe o paradeiro dos outros membros do grupo de imigrantes que eventualmente escaparam a morte (...) esta é uma tendência que tem vindo a agravar nos últimos anos, sendo as províncias nortenhas de Cabo Delgado e Nampula os principais pontos de entrada de imigrantes ilegais. Em Junho do ano passado, uma embarcação transportando 82 somalis ilegais naufragou em Mocímboa da Praia, também na província de Cabo Delgado, matando nove pessoas e provocando o desaparecimento de 40 outros passageiros que seguiam a bordo do barco. De lá para cá a situação tende a piorar. Em Novembro passado, as autoridades policiais da província de Nampula neutralizaram um grupo de 141 imigrantes ilegais de nacionalidade somali, que se faziam transportar a noite em dois camiões, escondidos debaixo de uma lona" (Blog Macua, 2011).

Se as entradas de estrangeiros para Nampula são feitas a partir das outras regiões, por sua vez, esta província – para onde confluem a maior parte dos imigrantes devido ao relativo desenvolvimento que apresenta ao nível da região norte – possui, igualmente, os seus pontos de entrada, quer sejam marítimos, terrestres ou aéreos. Os imigrantes são oriundos da África Central, dos Grandes Lagos, do Corno de África e da África Ocidental. Por via terrestre, estes entram através dos distritos de Malema, Eráti e Memba. A entrada por via marítima, em menor escala, faz-se através da ponte-cais de Topito (Angoche) e do posto fronteiriço da Ilha de Moçambique. Têm sido na sua maioria entradas ilegais. A Ilha de Moçambique já registou a chegada de cruzeiros em que foram detectados imigrantes ilegais, o mesmo acontecendo com os navios estrangeiros que atracam no porto de Nacala.

> "Os serviços de Migração no porto de Nacala detectam por vezes migrantes ilegais nos navios estrangeiros provenientes de Quénia, Tanzânia e África do Sul em pequena escala (…) estes se escondem nas chaminés, porões e contentores. Quando interpelados são entregues a migração para o seu repatriamento. Já se verificaram casos, principalmente com os tanzanianos, em que foram descobertos nos navios pelos comandantes e lançados ao mar com bóias e água tendo sido socorridos pelas populações dos distritos litorais de Nampula (Memba e Angoche) (...) o aeroporto de Nampula regista tentativas constantes de entradas ilegais de estrangeiros africanos que tem sido caracterizado por passaportes ilegais, rasurados, vistos falsos. Quando constatadas estas situações há recusa de entrada pelas autoridades e são detidos. Posteriormente são recambiados para os seus respectivos países. Não entendo porque as pessoas insistem em actos ilegais. O decreto 38/2000 de 17 de Outubro determina a flexibilização do procedimento administrativo para a concessão do visto de entrada. Foi instituído o visto de fronteira precisamente porque há países dos quais Moçambique não possui representações" (Z, S. Moçambicano, entrevista em Nampula, 30/04/2014).

As entradas por via aérea são concretizadas sobretudo através do aeroporto de Nampula. O aeroporto internacional de Nacala é todavia recente, tendo começado a operar plenamente apenas em Janeiro de 2015, embora tivesse sido inaugurado em Dezembro de 2014. As entradas por via aérea são geralmente feitas por imigrantes com algumas posses financeiras, que vêm "sondar" o ambiente económico ou fazer negócios. Nigerianos, malianos, guineenses e sul-africanos são os que usam estas vias, embora outras nacionalidades também o façam, mas em menor escala. Isto tem a ver com as capacidades económicas dos migrantes. Mesmo assim, as entradas pelos aeroportos nem sempre são legais. As tentativas de entrada ilegais no aeroporto de Nampula são recorrentes, principalmente nos voos provenientes de Nairobi (Quénia), Adis-Abeba (Etiópia) e Dar-es-Salam (Tanzânia).

## 4.9 "Os dentes estão sorrindo, mas o coração está?"[95]: as Estratégias de Integração

O abandono dos imigrantes dos seus países de origem – quaisquer que sejam as razões – e a ida para o norte de Moçambique envolve um processo de integração junto da sociedade de acolhimento[96]. Como refere Ramos (2004), a condição de imigrante pressupõe uma série de transições que começam com o abandono do país de origem, do círculo familiar e de amizades, mudanças da vida quotidiana, de valores, da língua, incluindo aspectos climáticos. Todos estes elementos e outros são fundamentais, visto que condicionam a realização individual e a aceitação dos nativos. Assim, para o imigrante "este processo migratório envolve todo um conjunto de mudanças que vão desde físicas, biológicas, culturais, sociais, psicológicas e políticas, que este deve lidar e resolver no processo de integração" (Ramos, 2004: 47)[97]. Mas para isso, depende do tipo de recepção que encontra no país de destino.

Portes (1999) argumenta que as formas de incorporação abarcam três níveis distintos de recepção. A combinação destes níveis de acolhimento constitui a forma geral de incorporação de determinado grupo de imigrantes. O primeiro tem a ver com as políticas adoptadas pelos governos em relação a diferentes grupos dos agentes migrantes; o segundo abarca a chamada sociedade civil e a opinião pública; e o terceiro nível depende da comunidade étnica à qual os migrantes pertencem, pois "alguns imigrantes pertencem a nacionalidades pequenas para constituírem comunidades distintas, acabando por se dispersarem entre a comunidade nativa; outros juntam-se a comunidades compostas sobretudo por trabalhadores manuais" (Portes, 1999:25).

[95] Provérbio macua.

[96] O conceito de integração, segundo Justino (2007), espelha muito mais do que um ponto de chegada ou objectivo. A integração é um processo complexo de estruturação que envolve uma série de relações sociais estáveis com as instituições, indivíduos e grupos integrantes da sociedade receptora.

[97] Correia (2007) chama também a atenção para a dificuldade que se observa no processo de integração dos imigrantes. Estes são agentes propensos a maiores problemas físicos, emocionais e sociais. Podem-se sempre observar algumas formas de marginalização destes nos países de acolhimento, o que condiciona o acesso aos vários serviços socioeconómicos (trabalho, escola, habitação, saúde) com a mesma garantia que é facultada aos nacionais. Os imigrantes "integram-se em grupos étnicos de baixos rendimentos, vivendo em casas sem condições de habitabilidade, fazendo parte de bairros isolados e degradados, que se transformam em autênticos guetos, que em nada facilitam a integração do indivíduo na nova sociedade" (Correia, 2007: 48).

Estas comunidades, ainda sublinha Portes (1999: 25), "oferecem alguma protecção contra os preconceitos exteriores e o choque da aculturação, mas fornecem poucas oportunidades económicas, mesmo quando atingem dimensões consideráveis. Outros ainda têm a sorte de se juntarem a comunidades onde os seus conterrâneos conseguiram criar uma considerável presença empresarial e profissional. Estes contextos oferecem aos recém-chegados oportunidades de mobilidade económica, que estão fora do alcance dos imigrantes que se juntam a comunidades exclusivamente constituídas pela classe operária".

Para Góis (2008: 11), "a integração é a resposta que permite ao imigrante manter a sua identidade própria ao mesmo tempo que participa na sociedade dominante ou sociedade receptora. O migrante está plenamente consciente das suas raízes, da sua origem e da sua cultura, ao mesmo tempo que renova, dia-a-dia, a sua participação na comunidade receptora". Em Nampula, constatamos que a integração dos imigrantes na sociedade local está relativamente facilitada devido a algumas semelhanças socioculturais. Por exemplo, os originários do Corno de África e dos Grandes Lagos, para além das suas línguas nativas, são falantes de swahili[98], uma língua também usada no norte de Moçambique, em Cabo Delgado e Niassa, junto à fronteira com a Tanzânia. E a língua constitui um elemento fundamental em qualquer processo migratório. Permite, entre outros, a transmissão de pensamentos e ideias, bem como a interacção dos imigrantes dentro da sociedade acolhedora.

Em todo o processo de deslocação dos imigrantes africanos para Nampula, excluindo os da África Ocidental, não encontram grandes barreiras linguísticas para chegar a Moçambique. Estas somente se verificam quando se trata do uso da língua oficial, que, igualmente, constitui um *handicap* mesmo para a maioria das populações do norte de Moçambique que não a dominam. Antes de aprenderem o português, o swahili permite-lhes comunicar com as várias nacionalidades e com as comunidades locais. Aliás, constatamos que os imigrantes fizeram do swahili a língua "oficial" de comunicação, tanto os que se encontram no Centro de Refugiados de Maratane como os que estão na cidade e na periferia. As dificuldades são maiores quando procuram tratar dos documentos de legalização, de

[98] Além do norte de Moçambique, a língua Swahili é falada na Tanzânia, Quénia, RDC, Uganda, em áreas urbanas do Burundi e Ruanda, no sul da Somália, na Zâmbia e no sul da Etiópia. Igualmente, é usada em algumas comunidades das ilhas de Madagáscar e das Comores.

abertura de contas nos bancos ou de autorização para o início de negócios junto das instituições do Estado, pois, nestes casos, o uso do português é imprescindível.

A religião é outro elemento de facilitação da integração pois, a maioria deles, para além dos originários do Corno de África e dos Grandes Lagos, incluindo os provenientes da África Ocidental, professam a religião muçulmana. E a população da província de Nampula, como afirmámos no capítulo anterior, é predominantemente muçulmana. Segundo projecções do INE (2010), apresentam um total de 4.887.839 habitantes em 2014, cerca de um milhão e meio (1.495.882) professam a religião muçulmana, o que corresponde aproximadamente 30,5% da população. As entrevistas confirmam que existe entre os imigrantes e os locais uma solidariedade que advém da irmandade religiosa. São todos "irmãos" e subsiste a obrigação de apoio moral ou material quando um "irmão" necessita de ajuda. Essa solidariedade religiosa também é notória nos países de trânsito por que passam os migrantes antes de entrar em Moçambique.

> " (…) Fugi de Burundi para Dar-es-Salam. Fui apresentar-me à embaixada e eles disseram para ir ao campo de refugiados da Tanzânia. Então resolvi de novo fugir (…) Encontrei um muçulmano tanzaniano que me ajudou quando expliquei a minha situação e comecei a trabalhar no cabeleireiro com ele, recebia 110 Xelins por mês mas não estava feliz, o dinheiro era pouco. Como sou muçulmano fui-me apresentar na mesquita. Eles disseram que era melhor ir a Moçambique. Contribuíram e deram-me dinheiro com um acompanhante até a uma mesquita em Mocímboa da Praia, Cabo Delgado. Eles pagaram-me a camioneta que me levou até Nampula" (S, C. Congolês, entrevista em Nacala, 16/06/2014).

Na cidade de Nampula e Nacala, os imigrantes concentram-se em determinadas mesquitas para os momentos das orações, o que também serve de pretexto para rever amigos e encontrar-se com conterrâneos, colher informações (políticas, económicas e sociais) sobre "a terra" e trocar impressões sobre as dificuldades que os afligem no seu quotidiano na província. A religião ajuda na coesão dos grupos que, mesmo sendo de proveniências diferentes, possuem uma fé comum, que permite, em parte, enfrentar as vicissitudes da vida, resultantes da sua condição de estrangeiros.

> "Foi quando vinha rezar na mesquita que encontrei dois "irmãos" tanzanianos de Arusha que me emprestaram dinheiro para iniciar um negócio de batata e alho. Compro os produtos em Angónia (Tete) e em Blantyre (Malawi) e venho vender aqui em Nampula, no mercado de Waresta. Se Deus quiser daqui a um ano vou pagar o dinheiro" (A, I. Tanzaniano, entrevista em Nampula, 05/06/2014).

Na época do Ramadão a solidariedade é ainda maior. Os que têm algo para dar ajudam aqueles que necessitam, situação extensiva aos nacionais. Igualmente, as mesquitas explicam aos recém-chegados a conduta que devem ter com os outros "irmãos" moçambicanos e vice-versa, e aos mais necessitados é-lhes distribuída roupa e alimentação para os primeiros tempos após a chegada, tendo havido casos em que estas abrigaram momentaneamente os imigrantes.

> "Temos uma pequena associação (…) dependendo da situação, quando a pessoa está aflita podemos ajudar. Porque nós os muçulmanos somos assim, aquele que precisa, nós ajudamos em dinheiro, comida e roupa se for preciso. Mas isso os muçulmanos fazem em qualquer parte do mundo. Por parte da nossa religião ajudar o outro quando está necessitado é muito importante" (S, S. Somaliano, entrevista em Nampula, 29/05/2014).

O uso de redes sociais constitui outro meio que permite a integração de estrangeiros em Nampula. Mas a sua funcionalidade começa muito antes de alcançar esta província, fornecendo informações e criando condições e estratégias para o seu acolhimento. As teorias migratórias colocam as redes sociais como relevantes no processo de integração. Como se referiu nos capítulos anteriores, as migrações constituem um processo gerador de redes, que desenvolve uma teia cada vez mais densa de contactos entre o país de origem e de chegada. Os laços criados nessas redes unem em Nampula os imigrantes e não migrantes, bem como a própria população local, numa complexa teia de papéis sociais complementares e relacionamentos interpessoais, mantidos por um quadro informal de expectativas mútuas e comportamentos predeterminados.

> "Quando cheguei eu já tinha alguns contactos no centro de Maratane. Quando recebi o meu documento de refugiado depois de 4 meses os meus amigos ajudaram-me a procurar trabalho. Na cidade apresentaram-me um alfandegário que queria abrir um

> salão de cabeleireiro em Nacala. A condição foi de trabalhar um ano para ele, depois eu podia deixar o trabalho. Trabalhei nesse salão um ano, mais tarde abri o meu próprio salão de corte de cabelo. Agora estou a ajudar também um conterrâneo que acaba de chegar" (S, C. Congolês, entrevista em Nacala, 16/06/2014).

Os teóricos das migrações (Tilly, 1990; Portes, 1999; Arango, 2003), também realçam que as unidades de migração não são redundantes a meros indivíduos ou domicílios. São constituídas também por um conjunto de pessoas ligadas por laços de amizade, parentesco e experiência de trabalho que incorporam no país de destino nas alternativas de mobilidade por eles considerada. Estas redes transmitem informação, proporcionam ajuda económica ou alojamento e prestam apoio aos imigrantes de diversas formas. Estas redes podem ainda albergar instituições que actuam como intermediárias, que podem ser constituídas por redes de contrabando ou organizações filantrópicas que, em função dos seus propósitos e objectivos, ajudam os migrantes a superar as dificuldades de entrada nos países de acolhimento.

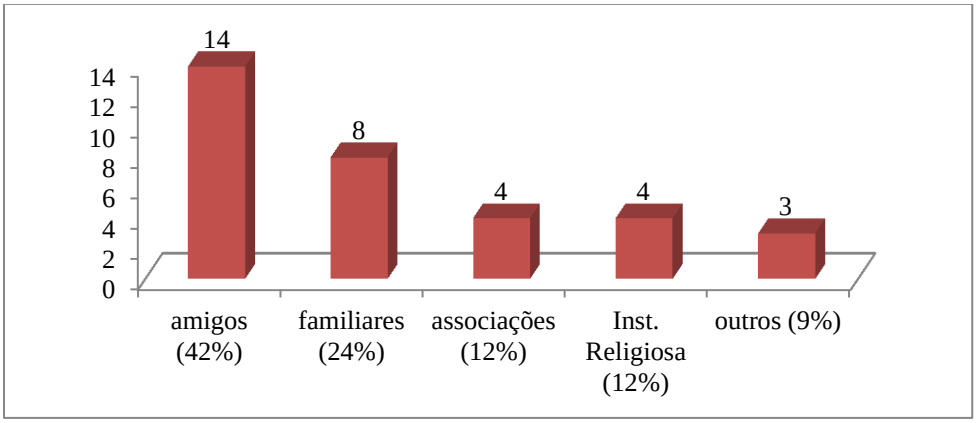
> "Temos tido reuniões de três em três meses onde apresentamos e debatemos os nossos problemas (..) aqueles que têm dificuldades em termos de saúde, problemas sociais, desemprego, realização de casamentos, casos críticos de habitação, entre outros, tentamos ajudar com aquilo que podermos" (A, S. Guineense, entrevista em Nampula, 29/05/2014).

> "Lá na Guiné Conacri, ouvia com os meus amigos que em Nampula existe uma comunidade nossa que é muito organizada. Fiz os contactos, primeiro a partir da África do Sul, depois em Nampula e disseram que podia avançar. Sabes, quando vamos a um outro país as vezes não precisamos ter familiares, basta existir a tua comunidade para te ajudar nos primeiros momentos para arrancares com a tua vida. Se levares dinheiro ainda é mais fácil estabelecer-se" (A, K. Guineense, entrevista em Nampula, 29/05/2014).

Em Nampula, como se pode inferir, as redes sociais baseadas em laços de amizade ou familiares, aliadas a semelhanças religiosas e proximidades socioculturais, bem como às associações religiosas, facilitam o processo de integração. A partir do gráfico 18, podemos ver os principais agentes de integração referidos pelos imigrantes africanos. Do total de

entrevistados (33) que identificaram os agentes que tiveram um papel fundamental no seu processo de integração, a grande maioria, 14 indivíduos, correspondente a 42%, respondeu que os amigos foram fundamentais na sua integração, seguido de 8, equivalente a 24% do total, que afirmaram terem tido a ajuda dos familiares, enquanto as associações e as instituições religiosas são referenciadas por 4 entrevistados, equivalendo cada uma, a 12% do total. Finalmente, 3 indivíduos referiram-se a outros agentes, o que corresponde a 9% dos inquiridos.

**Gráfico 18: Principais Agentes de Integração**




**Fonte**: Elaborado pelo autor, com base nas entrevistas recolhidas em 2014

Esta ajuda variada é feita através de informações detalhadas sobre a situação económico-social de Nampula, empréstimos financeiros, alojamento, ajuda burocrática na legalização ou abertura de negócios, alimentação, roupa, calçado ou oferta de emprego por parte daqueles que já possuem negócios de comércio no sector formal ou informal. Existem ainda outras situações como ajuda na reunificação familiar, casamentos, enfermidades, bem como contribuições para actos funerários na província ou para trasladação das urnas para o país de origem, quando as circunstâncias e as tradições culturais assim o exigem. Embora o gráfico 18 apresente a contribuição dos agentes de forma isolada, alguns entrevistados referiram uma conjugação de apoios para a sua integração. O imigrante pode, por exemplo, beneficiar de apoios de amigos, familiares e instituições religiosas de forma alternativa, incluindo das instituições do Estado, que intervêm na gestão migratória, como a seguir apresentamos.

# CAPÍTULO V – O ESTADO E A GESTÃO MIGRATÓRIA

## 5.1 "Quando o rato ri do gato, há um buraco perto"[99]: das Políticas aos Desafios

No processo de globalização em que ocorrem as migrações, muitos países acabam por ser emissores ou receptores, ou ambos concomitantemente - caso de Moçambique - tendo de encontrar formas de lidar com este fenómeno. Apesar do desenvolvimento socioeconómico visível, Moçambique é um país que ainda se ressente da pobreza, desemprego, falta de habitação e outros problemas sociais. Com a entrada massiva de imigrantes na região norte e, em especial, na província de Nampula, há uma percepção de que estes vêm acrescentar "problemas" aos que o país já enfrenta. Assim, o Estado tem enormes desafios a superar no que toca à gestão dos movimentos migratórios, pois estes apresentam-se com novas configurações e aquele não está suficientemente organizado para lidar com a recepção e integração dos fluxos migratórios, o que constitui, por vezes, focos de tensão entre os imigrantes, os nacionais e o próprio Estado.

O acolhimento massivo de imigrantes, segundo Barreto (2005), coloca novos problemas e desafios às autoridades e à própria sociedade, para os quais não estavam preparadas. Existem sempre novos argumentos para os problemas de integração e "é cada vez mais nítida a impressão de que não existem receitas universais e que cada país, cada população, talvez cada região e cada comunidade imigrada têm de encontrar as suas soluções" (Barreto, 2005: 20).

Como vários autores reconhecem, não é uma tarefa fácil controlar e gerir estes movimentos migratórios impelidos por diversas motivações. O Relatório da CMMI (2005) aponta que os países receptores têm lidado com estas questões de três formas: i) através da exclusão dos migrantes pela sociedade, dificultando as perspectivas de integração; ii) através da obstinação dos governos na insistência para que os migrantes abandonem a sua cultura e sejam assimilados pelo *modus vivendi* da maioria; e iii) através do desenvolvimento de políticas para que os membros da sociedade, quer migrantes quer nacionais, possam manifestar as suas culturas e crenças sob a condição de respeito do Estado de direito e a

[99] Provérbio Macua.

aceitação de valores sociais comuns. Este Relatório acrescenta ainda que "os Estados têm o direito de determinar as suas políticas no que respeita à situação dos migrantes na sociedade, mas ao fazê-lo não podem deixar de assegurar que essas políticas sejam consistentes com os princípios internacionais dos direitos humanos, com os quais a maioria dos Estados concordou formalmente" (RCMMI, 2005: 42).

No entanto, o fracasso a que aparentemente estão votadas as tentativas de controlo das migrações, no entender de Castles (2005), resulta do facto destas estarem organizadas cada vez mais através das redes informais que suplantam as fronteiras dos Estados. Daí que, apesar do controlo intransigente das fronteiras e da existência de leis restritivas, parece que os países continuam a perder a capacidade de controlo, pois as migrações possuem uma nova lógica transnacional, enquanto as políticas estatais ainda estão reféns de lógicas nacionais extemporâneas. Para este autor, "os movimentos migratórios depois de iniciados tornam-se processos sociais auto-sustentados. Certas pessoas (migrantes e não migrantes) tornam-se facilitadoras das migrações, emergindo assim, uma 'indústria das migrações' constituída por organizações de recrutamento, advogados, agentes, passadores e outros intermediários. Estas pessoas podem explorar ou ajudar os migrantes. O surgimento de uma indústria das migrações com um forte interesse na manutenção destes fluxos humanos troca frequentemente as voltas ao governo, fazendo gorar os esforços envidados para controlar ou deter esses movimentos" (Castles, 2005: 24).

Para fazer face aos fluxos migratórios e garantir uma assistência humanitária adequada aos estrangeiros das suas diversas tipologias, o Estado Moçambicano, entre outros documentos, ratificou: i) a convenção de Genebra de 28 de Julho de 1951, que constitui o instrumento básico e universal quanto ao estatuto dos refugiados e reflecte a profunda preocupação dos Estados em relação aos refugiados e ao seu desejo de estabelecer regras comuns para o seu tratamento; e ii) a Convenção da OUA de 10 de Setembro de 1969, assinada em Adis-Abeba, relativa a aspectos específicos de problemas de refugiados em África.

Moçambique ainda possui a Lei n.º 5/93, que estabelece o regime jurídico do cidadão estrangeiro, fixando, designadamente, as respectivas normas de entrada, permanência e saída do país, e os seus direitos, deveres e garantias. Os seus artigos 5, 6 e 7 desta lei advogam que a entrada no território nacional deve ser feita pelos postos fronteiriços oficialmente estabelecidos para o efeito, que os estrangeiros devem possuir passaporte válido para o país e visto de entrada emitido pelas entidades moçambicanas competentes, igualmente válido, incluindo outros documentos estabelecidos em convenções ou acordos internacionais a que Moçambique se encontra vinculado[100]. No entanto, muitas vezes a chegada de estrangeiros ao norte de Moçambique não obedece às entradas legais a partir dos postos fronteiriços existentes e nem os migrantes estão munidos de vistos de entrada para os devidos efeitos.

O governo de Moçambique na província de Nampula possui três instituições fundamentais que lidam com os migrantes[101]: i) os SPMN, tutelados pelo MINT; ii) o INAR; e iii) o Centro de Refugiados de Maratane, ambos tutelados pelo MNE. Estas instituições fazem a gestão de estrangeiros num contexto em que há uma entrada massiva de imigrantes, muitos deles em situação irregular. A gestão faz-se por meio da prevenção, controlo, acolhimento, integração e expulsão, quando necessário, em cooperação com os países vizinhos, sobretudo a Tanzânia e o Malawi. A gestão das fronteiras é igualmente feita em coordenação com esses países, embora os resultados pareçam estar longe dos objectivos pretendidos, pois o número de entradas de estrangeiros é cada vez maior.

[100] O artigo n.º 7 estabelece que o visto de entrada pode ser individual ou colectivo, simples ou múltiplo, podendo revestir-se de qualquer das seguintes modalidades: i) visto diplomático; ii) visto de cortesia; iii) visto oficial; iv) visto de residência; v) visto turístico; vi) visto de trânsito; vii) visto de visitante; viii) visto de negócios; e ix); visto de estudante.

[101] No entanto, existem outras, como as ONG`s e instituições internacionais como o ACNUR e outras que intervêm no processo de gestão dos imigrantes.

### 5.2 Serviços Provinciais das Migrações

Como referimos, o SPMN é uma das instituições que gerem os imigrantes. De acordo com a Lei n.º 5/93 de 28 de Dezembro (capítulo II, artigos 4 e 5), compete aos Serviços Provinciais de Migração executar as seguintes actividades: i) centralizar o processo de execução dos pedidos de entrada, permanência e saída do cidadão estrangeiro no território nacional; ii) implementar medidas migratórias inerentes à extradição, execução de medidas de expulsão e interdição de entrada ou de saída de cidadão estrangeiro; iii) fiscalizar embarcações, aeronaves, composições ferroviárias e outros meios de transporte no território nacional, quando se designem ou provenham do estrangeiro.

Compete igualmente aos SPMN a concessão de visto de entrada e a prorrogação do período de permanência nas seguintes modalidades: i) visto de residência; ii) visto turístico; iii) visto de trânsito; iv) visto de visitante; v) visto de negócios; vi) visto de trabalho; e vii) visto de estudante. Cabe ainda aos Serviços Provinciais de Migração (capítulo III, artigo 8) emitir documentos para cidadãos estrangeiros, nomeadamente: i) Passaporte; ii) Autorização de Residência para Estrangeiro; iii) Autorização de Permanência do Estrangeiro no País; iv) Visto de Entrada; v) Declaração de Residência; vi) Declaração de Saída; vii) Comunicado de Despacho; viii) Documento de Viagem; ix) Certificado de Emergência; x) Cartão de Circulação de Marinheiros; xi) Depósito de Documento; xii) Documento de Identificação de Residente Estrangeiro (DIRE); xiii) Prorrogação de Visto de Entrada.

No seu relatório anual de 2013, os SPMN apontam para a entrada massiva de estrageiros alegando vários factores, com os quais estes tiveram de lidar. A Província de Nampula registou em 2013 um total de 17.565 estrangeiros de várias nacionalidades, dos quais 7.208 são residentes de várias categorias e 10.357 correspondentes a refugiados (SPMN, 2013). A realidade empírica parece, contudo, desmentir o registo apresentado de estrangeiros residentes e os pedidos de novas residências, como reconhecem alguns funcionários dos SPMN e outros entrevistados. Esta dissonância entre a realidade e as estatísticas oficiais não pode ser vista com surpresa quando estudamos as migrações.

Peixoto (2001) admite que os fenómenos migratórios actuais se revestem de complexidades várias que dificultam a sua análise sistemática, em particular a sua operacionalização, devido à multiplicidade dos conceitos usados, às unidades territoriais de base e à qualidade das fontes. Igualmente, os métodos disponíveis para os registos das populações e, em especial, dos imigrantes, oscilam entre vantagens e desvantagens. Segundo o autor, "quanto aos registos (para além dos registos permanentes, existem no caso das migrações internas, registos fiscais ou de segurança social, onde são declaradas mudanças de residência; e, no caso da imigração, registos de legalização de estrangeiros, por exemplo), elas oscilam entre, por um lado, a sua regular actualização e a facilidade de acesso (em teoria); e, por outro, o facto de muitos dos registos não serem desenhados com o propósito de captar migrantes (apresentando vulnerabilidades elevadas, muitas vezes dependentes da má declaração – como acontece nos próprios registos permanentes)" (Peixoto, 2001: 289). Daí, estas estatísticas não serem fiáveis.

**Quadro 13**: **Estrangeiros Residentes em Nampula – África**

| **Países** | **Total** |
|---|---|
| África do Sul | 349 |
| Angola | 38 |
| Benim | 01 |
| Botswana | 01 |
| Burundi | 06 |
| Cabo verde | 07 |
| Camarões | 07 |
| Etiópia | 25 |
| Gâmbia | 04 |
| Guiné | 377 |
| Líbia | 35 |
| Madagáscar | 03 |
| Malawi | 66 |
| Mali | 140 |
| Marrocos | 01 |
| Maurícias | 02 |
| Mauritânia | 47 |
| Namíbia | 02 |
| Nigéria | 164 |
| Quénia | 126 |
| RDC | 29 |
| S. Tomé | 18 |
| Senegal | 26 |
| Serra Leoa | 17 |
| Somália | 138 |
| Sudão | 07 |
| Swazilândia | 05 |
| Tanzânia | 21 |
| Tunísia | 01 |
| Uganda | 04 |
| Zâmbia | 30 |
| Zimbabwe | 265 |
| **Total geral** | **1.962** |

**Fonte**: Elaborado pelo autor, a partir de SPMN (2013)

**Quadro 14**: **Estrangeiros Residentes em Nampula – Ásia**

| Países | Total |
|---|---|
| Bangladesh | 04 |
| China | 455 |
| Coreia | 01 |
| Filipinas | 136 |
| Índia | 1.588 |
| Indonésia | 07 |
| Japão | 37 |
| Líbano | 41 |
| Myanmar | 01 |
| Rússia | 14 |
| Nepal | 18 |
| Paquistão | 435 |
| Mongólia | 03 |
| Sri Lanka | 06 |
| Singapura | 01 |
| Tailândia | 06 |
| Vietname | 27 |
| **Total geral** | **2.766** |

**Fonte**: Elaborado pelo autor, a partir de SPMN (2013)

**Quadro 15**: **Estrangeiros Residentes em Nampula – Europa**

| Países | Total |
|---|---|
| Alemanha | 60 |
| Áustria | 01 |
| Bélgica | 22 |
| Dinamarca | 02 |
| Espanha | 85 |
| França | 55 |
| Holanda | 46 |
| Inglaterra | 15 |
| Irlanda | 04 |
| Itália | 481 |
| Noruega | 05 |
| Polónia | 08 |
| Portugal | 689 |
| Roménia | 01 |
| Sérvia | 03 |
| Suécia | 02 |
| Turquia | 02 |
| Ucrânia | 15 |
| **Total geral** | **1.496** |

**Fonte**: Elaborado pelo autor, a partir de SPMN (2013)

**Quadro 16**: **Estrangeiros Residentes em Nampula – América**

| Países | Total |
|---|---|
| Argentina | 17 |
| Belize | 01 |
| Brasil | 607 |
| Canadá | 16 |
| Colômbia | 15 |
| Costa Rica | 14 |
| Cuba | 75 |
| Equador | 09 |
| EUA | 161 |
| Guatemala | 03 |
| Haiti | 01 |
| Honduras | 01 |
| México | 13 |
| Panamá | 11 |
| Peru | 04 |
| Uruguai | 02 |
| Venezuela | 03 |
| **Total geral** | **953** |

**Fonte**: Elaborado pelo autor, a partir de SPMN (2013)

Os quadros acima apresentados (13, 14, 15 e 16) ilustram os registos "oficiais" de imigrantes residentes na província de Nampula. Os dados apontam para a existência de estrangeiros procedentes de todos os continentes, dos quais a Ásia possui 2.766 estrangeiros; África 1.962; Europa 1.496; América 953; e, por último, a Austrália, com a cifra mais baixa de apenas 13 estrangeiros. De entre os provenientes dos países africanos, os mais relevantes são a Guiné com 377, correspondente a 19% do total de estrangeiros africanos; África do Sul com 349 (17%); Zimbabwe apresenta 265 (13%); Nigéria 164 (8%); Mali soma 140 (7%); e Somália 138 (7%).

Por sua vez, os países da Ásia que fornecem mais estrangeiros são: a Índia, com o maior número (1.588), perfazendo 70% dos estrangeiros asiáticos; seguida da China com 455 (20%); Paquistão que apresenta 435 (19%); Filipinas com 136 (6%); e Japão com 41 (2%). Em relação ao continente europeu, o destaque vai para: Portugal com 689 indivíduos, perfazendo 49% dos estrangeiros europeus; seguido da Itália com 481 (32%); Espanha com 85 (6%); França com 55 (4%); Holanda com 46 (3%); e Ucrânia com 15 (1%). Os países americanos com mais estrangeiros residentes em Nampula são: os EUA, que totalizam 601

indivíduos, constituindo 63% do total de estrangeiros americanos; seguido de Cuba com 75 (17%); Canadá com 16 (1,6%); Colômbia com 15 (1,5%); e Costa Rica com 14 (1,4 %).

**Quadro 17**: **Concessão de Novas Residências**

| Origem | 2013 | 2012 | Total |
|---|---|---|---|
| Angola | 03 | 02 | 05 |
| Burundi | 04 | 02 | 06 |
| Cabo Verde | 04 | - | 04 |
| Camarões | 01 | - | 01 |
| Etiópia | 06 | 04 | 10 |
| Gana | 01 | - | 01 |
| Guiné | 40 | 35 | 75 |
| Malawi | 02 | 09 | 11 |
| Mali | 12 | - | 12 |
| Marrocos | 04 | - | 04 |
| Maurícias | - | 02 | 02 |
| Mauritânia | 01 | - | 01 |
| Namíbia | - | 01 | 01 |
| Nigéria | 20 | 17 | 37 |
| Quénia | 28 | 55 | 83 |
| RDC | 02 | 02 | 04 |
| RSA | 107 | 38 | 145 |
| São Tomé | 05 | - | 05 |
| Senegal | 01 | - | 01 |
| Somália | 07 | 11 | 19 |
| Sudão | - | 01 | 01 |
| Tunísia | 01 | - | 01 |
| Uganda | 02 | - | 02 |
| Zâmbia | 04 | 01 | 05 |
| Zimbabwe | 45 | 52 | 97 |
| **Total geral** | **301** | **232** | **533** |

**Fonte**: Elaborado pelo autor, a partir de SPMN (2013)

Como referimos, os fluxos migratórios de estrangeiros não param de crescer. Os pedidos de novas residências por estrangeiros subiram, como se pode perceber no quadro 17, de 232 em 2012 para 301 em 2013, registando um aumento de 69 imigrantes. Estes números, no entanto, não revelam os estrangeiros que entram ilegalmente, dos quais as cifras ultrapassam largamente os dados oficiais apresentados, sobretudo em relação aos imigrantes africanos que entram em Nampula na condição de refugiados. No âmbito do controlo dos imigrantes – sobretudo os ilegais – os SPMN têm levado a cabo a fiscalização da sua legalidade em coordenação com a PRM, que consiste na realizações de acções de controlo e fiscalização em estabelecimentos hoteleiros, nos mercados e outros locais de

concentração para o reconhecimento das principais vias usadas pelos ilegais, bem como as casas que usam para habitação, incluindo a identificação dos respectivos proprietários, verificação da autenticidade do DIRE, documento que muitas vezes é usado para a facilitação na tramitação dos contractos de trabalho e outros actos administrativos.

Nestas acções, em 2013, por exemplo, foram interpelados 227 estrangeiros de diversas nacionalidades, tendo sido repatriados 188 para os seus países de origem, como mostra o quadro 18, em que se destacam sobretudo os estrangeiros africanos:, com maior expressão dos etíopes, com 67 indivíduos repatriados; tanzanianos, com 24; bengalis, com 20; somalis, com 16;e guineenses, com 15. Nota-se que o número de repatriados é maior que no ano de 2012, havendo um aumento de 66 estrangeiros.

**Quadro 18**: **Estrangeiros Repatriados**

| N/r | Origem | N.º de estrangeiros | |
|---|---|---|---|
| | | **2012** | **2013** |
| 01 | África do Sul | 02 | 01 |
| 02 | Bangladesh | 20 | 20 |
| 03 | Congo | 04 | - |
| 04 | Etiópia | - | 67 |
| 05 | Guiné | 14 | 15 |
| 06 | India | 02 | 02 |
| 07 | Líbano | 04 | 02 |
| 08 | Madagáscar | 04 | - |
| 09 | Malawi | - | 02 |
| 10 | Mali | 11 | 14 |
| 11 | Mauritânia | 01 | - |
| 12 | Nigéria | 16 | 07 |
| 13 | Paquistão | 06 | 09 |
| 14 | Portugal | - | 01 |
| 15 | Quénia | - | 03 |
| 16 | Senegal | 07 | 01 |
| 17 | Serra Leoa | 05 | 01 |
| 18 | Somália | - | 16 |
| 19 | Tanzânia | 26 | 24 |
| 20 | Uganda | - | 03 |
| **Total** | | **122** | **188** |

**Fonte**: Elaborado pelo autor, a partir de SPMN (2013)

Vemos, assim, que a gestão dos imigrantes não tem sido fácil, como um funcionário dos SPMN nos relata:

> "Gerir estes estrangeiros que entram em quantidade e não sei como, não é tarefa simples. No aeroporto de Nampula, por exemplo, sempre que chega um voo proveniente da Etiópia, Quénia ou Tanzânia ficamos nervosos. Já sabemos que vamos encontrar situações de ilegalidade…até no mar não escapa, sem contar com a fronteira terrestre que nem se fala! Os comorianos entram com as suas embarcações nas nossas costas através de embarcações próprias alegando que estas avariaram (...) no aeroporto de Nampula há sempre tentativas de entrada de ilegais caracterizado por passaportes ilegais ou rasurados, vistos falsos etc. quando é assim são retidos e posteriormente recambiados para os seus países. Mas tudo isto são custos desde alojamento, alimentação, por vezes tratamento hospitalizar, tendo em conta que as nossas verbas são insuficientes para estes casos" (Z, S. Moçambicano, entrevista em Nampula, 30/04/2014).

Umas das dificuldades que enfrentam os SPMN para a realização das suas actividades de gestão dos imigrantes traduzem-se na falta de verbas destinadas ao repatriamento dos infractores da lei migratória. Os estrangeiros retidos em situação ilegal permanecem muito tempo a aguardar pelo repatriamento, o que faz com que as autoridades judiciárias e a Polícia de Investigação Criminal (PIC) ordenem a sua soltura, para não serem responsabilizadas pela manutenção de detidos fora dos prazos legalmente estabelecidos. Igualmente, os SPMN reconhecem que há dificuldades no controlo, perseguição e evacuação dos imigrantes em situação irregular devido à exiguidade dos meios humanos, de comunicação e de transporte, faltando veículos destinados ao repatriamento dos imigrantes. Outros constrangimentos prendem-se com o estado acentuado de degradação dos edifícios dos Postos de Travessia, bem como com a falta de um centro de retenção apropriado para estrangeiros que se encontram em situação de transgressão migratória (SPMN, 2013).

### 5.3 INAR e o Centro de Refugiados de Maratane

O INAR é outra das instituições do Estado que providencia o acolhimento e a integração de refugiados que procuram refúgio no país. A sua principal prioridade é a criação de condições de assistência humanitária, jurídica e material dos refugiados e/ou requerentes de asilo localizados no Centro de Refugiados de Maratane, materializando assim o que vem substanciado no capítulo I, art.º 2, do Decreto n.º 33/2007, de 10 de Agosto: "sempre que um cidadão estrangeiro declare a sua intenção de requerer o estatuto de refugiado em Moçambique, as autoridades que receberem tal pedido deverão efectuar uma primeira triagem e posteriormente diligenciar pelo seu imediato encaminhamento ao INAR para efeitos de assistência material e jurídica".

De acordo com o regulamento interno do INAR, cabe a esta instituição: i) conceder apoio e assistência aos candidatos ao estatuto do refugiado e aos refugiados na República de Moçambique, bem como coordenar com as demais entidades nacionais e estrangeiras na execução de acções tendentes a proporcionar-lhes um clima de segurança e estabilidade no país em coordenação com a Comissão Consultiva para os Refugiados criada pela Lei n.º 21/91, de 31 de Dezembro; ii) organizar os processos de pedido de asilo no que concerne à aquisição de documentos de identificação e de viagem; iii) actualizar os processos individuais dos candidatos ao estatuto de refugiado e dos refugiados; iv) propor a assinatura de contractos e acordos com o governo e instituições de assistência ou agências doadoras no âmbito da sua área de actividade; v) criar e fazer gestão quotidiana dos centros de acomodação no que concerne à distribuição de bens alimentícios, bens de uso individual e outros serviços disponíveis; vi) promover o acesso à educação e saúde pública aos requerentes de asilo e aos refugiados; e vii) promover projectos conducentes ao auto-sustento dos refugiados. (INAR, 2007).

A província de Nampula recebe todo o tipo de imigrantes que entram pela zona norte mas, por vezes, a instituição tem dificuldades em fazer a triagem para saber se podem gozar do estatuto de refugiados ou não, visto que muitos destes pedem asilo mas não trazem consigo nenhum documento de identificação. Quando assim acontece, há o envolvimento da PRM e dos SPMN para uma melhor clarificação. Não é da competência do INAR lidar com os

imigrantes ilegais, mas existem casos em que esta instituição é obrigada a intervir nalgumas situações irregulares, como relata Wetimane (2012: 139) sobre o caso dos somalianos: "Em princípio, o INAR não lida directamente com os imigrantes ilegais. Porém, foi obrigado a lidar com esta realidade quando em Palma e Mocímboa da Praia, Província de Cabo Delgado, começou a haver um grande influxo de somalianos. Era necessário registá-los e conceder algum apoio enquanto as autoridades procedessem a tramitação do seu expediente".

Esta actuação proactiva enquadra-se naquilo que são os princípios internacionais em relação aos agentes imigrantes que entram nos países receptores em situação irregular. O RCMMI (2005) enfatiza que este tipo de migração não é de todo positiva quando ocorre a uma escala significativa e, consequentemente, devem-se adoptar políticas tendentes à redução da dimensão das migrações internacionais. No entanto, quando estas acontecem "deverão ser dados passos no sentido de resolver a situação das pessoas que já entraram num país e que estão em situação irregular. Um primeiro desafio é identificar essas pessoas. Enquanto se mantiverem invisíveis perante as autoridades, não poderão ser informadas, nem ter garantido o acesso aos direitos e serviços aos quais têm direito incluindo a protecção contra explorações" (RCMMI, 2005: 36).

Para o caso dos refugiados a que o INAR presta assistência, como afirmámos, estes saem de contextos plurais de insegurança nos seus países de origem para Moçambique, que à partida reúne condições ou é relativamente seguro para se instalarem e recomeçarem as suas vidas ou para fazer compasso de espera até que a situação melhore nos seus países de proveniência. A convenção da ONU de 1951 relativa ao Estatuto do Refugiado considera refugiado um indivíduo que reside fora do seu país de nacionalidade que não pode ou não quer regressar por temer ser perseguido em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, pertença a certo grupo social ou das suas opiniões políticas. Além disso, esta convenção reconhece que os refugiados não podem ser penalizados por entrarem ou permanecerem ilegais num determinado país quando estes se apresentem às autoridades e fundamentem a sua entrada irregular ou permanência.

A grande dificuldade no terreno é precisamente fazer essa triagem das causas da entrada no território, pois muitos escamoteiam os reais propósitos com o receio de serem repatriados. O fluxo de refugiados que entram no norte de Moçambique alegando serem vítimas de perseguições de vários tipos parece apontar ser um discurso "estratégico" de muitos deles, que lhes permite, à partida, beneficiar de acolhimento no Centro de Refugiados de Maratane[102] gerido pelo INAR.

**Quadro 19**: **Refugiados na Província de Nampula (2013)**

| Origem | Acomodados Centro de Maratane | Residentes Fora do Centro | Total |
|---|---|---|---|
| Angola | 02 | - | 02 |
| Burundi | 1.939 | 304 | 2.243 |
| Congo Brazzaville | 16 | 04 | 20 |
| Costa de Marfim | 03 | - | 03 |
| Eritreia | 01 | 01 | 02 |
| Etiópia | 23 | 02 | 25 |
| Guiné | - | 06 | 06 |
| Palestina | - | 01 | 01 |
| RDC | 6.163 | 240 | 6.403 |
| Ruanda | 402 | 122 | 524 |
| Somália | 490 | 621 | 1,111 |
| Sudão | 05 | 01 | 06 |
| Uganda | 11 | - | 11 |
| **Total geral** | **9.055** | **1.302** | **10.357** |

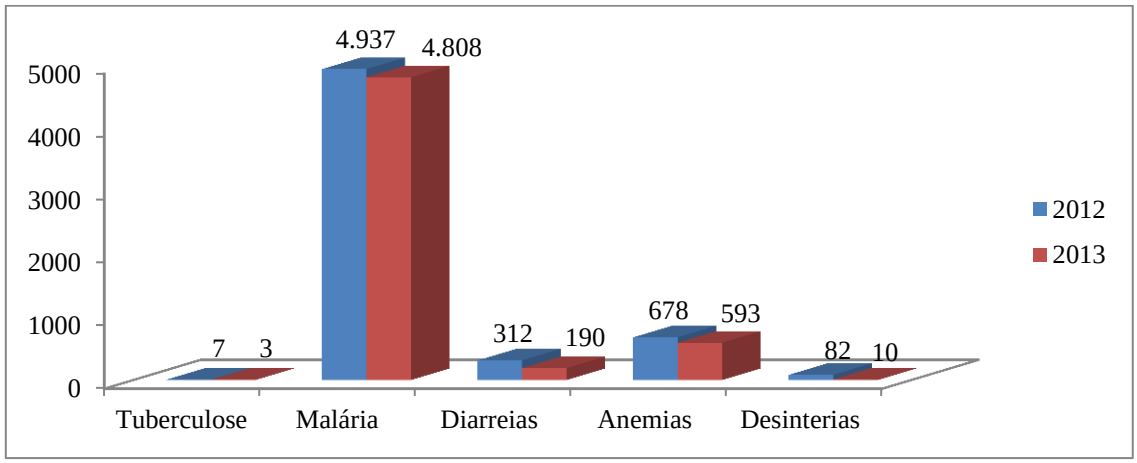
**Fonte**: Elaborado pelo autor, a partir de SPMN (2013)

O quadro 19 indica que os imigrantes requerentes de asilo e refugiados existentes no Centro são significativos na província de Nampula. Em 2013, havia um total de 10.357 refugiados, todos provenientes de países africanos exceptuando um, procedente da Palestina. Destes, 9.055 estavam instalados no Centro de Maratane e 1.939 residiam fora do Centro. A maioria provém da RDC, que apresenta 6.403 refugiados, seguida do Burundi com 2.243,

[102] Este Centro de Refugiados, que dista 15 Km da cidade de Nampula, foi criado pelo governo para receber requerentes de asilo e refugiados. A sua génese começa no sul de Moçambique quando em 1975, o país recebe os primeiros requerentes de asilo e refugiados provenientes do Malawi, Namíbia, Swazilândia, Timor-Leste, Zimbabwe e Uganda. Foram abertos os centros de Massaka I e Massaka II nos distritos de Boane na província de Maputo. Posteriormente, devido ao elevado número de refugiados, estes dois centros foram unificados e transferidos para Bobole, no distrito de Marracuene na mesma província. Em 2001, o Centro é transferido para o Norte de Moçambique, para a Província de Nampula, e chamar-se-ia Centro de Maratane. Desde então, todos os refugiados ou requerentes de asilo são encaminhados para este Centro onde, depois de submetidos a entrevistas e registados, recebem assistência (alojamento, comida e cuidados sanitários).

Somália com 1.111 e Ruanda com 524. Uma vez acolhidos e instalados em Maratane, o INAR acciona as suas políticas de integração que abrangem os imigrantes que estejam regularizados e obtenham o estatuto de refugiados. Segundo Wetimane (2012: 141), "não existem políticas escritas de integração dos imigrantes. Porém, existem princípios básicos para muitos imigrantes que entram em Moçambique, desde que sejam legalizados e tenham o estatuto de refugiados. Estes princípios incluem: i) no caso dos imigrantes que apresentam certificado de habilitações podem ter equivalência que lhes permite continuar os estudos com os moçambicanos[103]; ii) ter facilidades de obter documentos para o exercício de actividades comerciais; e iii) legalização dos imigrantes ilegais através da concessão do estatuto de refugiado como condição inicial para o exercício de qualquer actividade ou concorrer a um emprego".

**Gráfico 19: Doenças Comuns no Centro de Refugiados de Maratane**




**Fonte**: Elaborado pelo autor, a partir do Relatório do INAR (2013)

Embora haja um esforço do INAR e das agências internacionais (ACNUR e OIM) para criar condições mínimas de existência condigna, a situação no Centro de Refugiados de Maratane é precária, situação, aliás, similar à verificada na maior parte dos campos de refugiados existentes em África. Estes campos são postos em causa devido aos propósitos segundo os quais foram inicialmente concebidos. Autores como Schiefer & Almeida (2010:

[103] No terreno verificámos que tal não se aplica. Muitos imigrantes possuidores de algum diploma são confrontados com a falta de reconhecimento dos órgãos de tutela. Além disso, a nível da província não são passadas as certidões de equivalências. As mesmas devem ser tratadas em Maputo, o que constitui um constrangimento acrescido pois muitos deles não possuem condições financeiras para suportar os custos da viagem e de todo o processo burocrático que ele envolve.

189) sustentam que o campo de refugiados "combina a facilidade relativa de cuidar das pessoas com a capacidade de as controlar. A perpetuação das estadias nos campos perverte a sua intenção original e induz dinâmicas de colapso. As agências humanitárias tratam os refugiados como seres indistintos. O seu passado político, económico e social é irrelevante. Esta lógica de intervenção externa corrói a estrutura social interna das populações refugiadas. Destrói a capacidade dos mais velhos de controlar o potencial de violência dos jovens, amplificado pela frustração crescente duma vida extremamente confinada e sem futuro".

Os constrangimentos e frustrações referidos por estes autores foram constatados no terreno, a partir das entrevistas realizadas no Centro de Maratane, que revelaram uma série de problemas com que se debatem os refugiados e requerentes de asilo: i) os refugiados sofrem de estigma e desqualificação, tanto das populações locais como dos funcionários do Centro; ii) a falta ou deficiente regularização de documentos de identificação dos imigrantes, bem como a demora na atribuição do estatuto de refugiado, complica a inserção na vida social e económica nos locais onde são acolhidos, uma vez que alguns são detentores de alguma formação técnica, que lhes possibilitaria realizar actividades remuneradas ou rentáveis que ajudassem a sustentar as suas famílias e a minimizar as suas carências; iii) ao longo do seu percurso, desde a origem até chegar ao Centro de Maratane, os imigrantes são confrontados com várias situações que fazem com que estes sejam portadores dos mais variados tipos de traumas psicológicos e, uma vez chegados ao Centro, não existe nenhum acompanhamento psicossocial; iv) entre os refugiados das várias nacionalidades ali presentes verificam-se algumas fricções que muitas vezes desembocam em agressões, estigmatização e até violações; v) os refugiados clamam por uma melhor alimentação, cuidados médicos e habitação, uma vez que a quota de alimentação fornecida pelo ACNUR, por exemplo, não é suficiente para o período de um mês; vi) os residentes de Maratane consideram que as autoridades locais do Centro, bem como as do INAR, são muito morosos na resolução dos seus problemas sociais e mesmo uma simples guia de circulação passa por uma burocracia pesada; vii) os refugiados que estão há mais de dez anos no Centro consideram que o Estado deveria atribuir-lhes a nacionalidade moçambicana, pois muitos deles já constituíram família, outros mesmo nasceram no Centro e já não possuem qualquer vínculo

com o seu país de origem; viii) devido às dificuldades enfrentadas, alguns refugiados manifestaram o desejo de serem repatriados, mas esta vontade não tem sido atendida devido a problemas financeiros do INAR; ix) os estudantes em idade escolar não podem continuar com os seus estudos por falta de documentos, sendo que no Centro funciona apenas uma escola primária.

Estas e outras situações fazem com que se verifiquem fugas massivas de refugiados para a cidade de Nampula e para outras zonas do país, alegando que não existem condições no Centro, mas também, implicitamente, aproveitando as fragilidades institucionais no controlo destas situações, que ocorrem todos os anos.

# CAPÍTULO VI – QUE CONTRIBUTOS PARA O DESENVOLVIMENTO?

## 6.1 "Ser esperto é ter lume nos olhos"[104]: Promovendo o Sector Formal?

Como nos referimos no capítulo II acerca do nexo entre migração e desenvolvimento, apesar de existirem algumas correntes cépticas quanto à contribuição dos imigrantes para o processo de desenvolvimento socioeconómico, na generalidade, há uma percepção de que estes, de alguma forma, contribuem para o desenvolvimento, favorecendo novas transformações sociais tanto nos países de origem como nos de acolhimento. A visão "nebulosa" com que se examina o seu contributo para o desenvolvimento parece vergar-se diante dos resultados constatados nos estudos realizados por vários autores, aliás, manifestos na realidade que encontramos no terreno.

Os imigrantes não constituem, necessariamente, um problema para os Estados receptores, trazendo sim uma mais-valia aos diversos sectores das sociedades de acolhimento. Na prática, há uma simbiose visível entre migrações e desenvolvimento. Este último influi e condiciona os movimentos migratórios e, igualmente, a migração contribui e influencia o desenvolvimento (Gonçalves, 2008). A OIM (2006) chama a atenção para que os fluxos migratórios não devem ser percebidos como fenómenos que constituem, à partida, um obstáculo ao desenvolvimento, nem tão-pouco uma estratégia para o atingir, embora na globalidade se reconheça e os factos demonstrem que as migrações incidem de forma positiva nas sociedades.

Algumas das consequências migratórias para os países receptores reconhecidas pelos teóricos das migrações são as vantagens macroeconómicas substanciais pois, entre outras, têm uma contribuem para a redução do défice da força laboral, o enriquecimento do capital humano e a criação de postos de trabalho, bem como para a obtenção de lucros devido às iniciativas empresariais dos imigrantes. Estes factores interligados constituem uma alavanca para o aumento da produtividade contribuindo, assim, para o crescimento económico do país receptor. As vantagens estendem-se também à captação tanto de imigrantes qualificados como de menos qualificados, porquanto os países de acolhimento

[104] Provérbio Macua.

não contribuem com nenhum recurso para a formação destes agentes no país de origem, constituindo uma dupla transferência, de mão-de-obra barata e sem custos adicionais de formação (OIM, 2006; Wise & Covarrubias, 2007; Peixoto, 1999). Para Solimamo & Allendes (2007), aqueles imigrantes com "costela empresarial" e propensos a correr riscos promovem a criação de empresas, o investimento e a inovação. Entram para o mercado determinados a alcançar o sucesso. As entrevistas no terreno corroboram esta posição:

> "Quando dizem que nós enriquecemos rápido, as vezes não entendem. Eu conheço muitos estrangeiros que chegaram aqui em Nampula com uma mão atrás e outra a frente, mas com muito sacrifício conseguiram dar a volta a vida. Digo isto porquê? Um pobre tem que desafiar o destino, fazer tudo por tudo para sair dessa situação, principalmente quando se está longe da casa. Quando os moçambicanos começarem a pensar diferente hão-de se desenvolver como nós" (K, M. Nigeriano, entrevista em Nampula, 04/06/2014).

> " Não decidi sair do meu país para vir sentar ou brincar. Vim para fazer negócio e ganhar a vida. Como vê fico aqui no mercado todo dia e só vou a casa a noite. Alguns macuas daqui já estão a aprender a trabalhar como nós, agora vão também a Angónia para comparar batatas e vender" (G, M. Malawiano, entrevista em Nampula, 05/06/2014).

Por vezes, nem sempre o início das suas actividades de "sobrevivência" começa com capital disponível. Alguns imigrantes que chegam a Moçambique descapitalizados, por exemplo, na condição de refugiados, lançam-se nos negócios a partir "do nada", mercê de um esforço individual ou da ajuda de redes sociais estabelecidas no país. O olhar "aguçado" sobre as possibilidades de sucesso no comércio de produtos, em função da procura e mesmo da competição nas diversas regiões de Nampula, leva-os a serem arrojados e a encontrarem soluções formais e informais para saírem da situação de privação em que se encontram. Se observarmos este comportamento numa perspectiva agregada, concluímos que os estrangeiros impulsionam a economia local, e não só. Por isso, por vezes, fazer uma distinção entre migrantes económicos e não económicos torna-se um exercício complexo, não só na província de Nampula mas na generalidade: todos eles abandonaram as suas regiões de origem por várias razões, a fim de encontrar no país de chegada – em princípio –

melhores condições e qualidade de vida. Em ambos os casos há um anseio de se superarem social e economicamente.

> "Quando cheguei no centro de Maratane não tinha nada mesmo, nem dinheiro nem documentos. Meus amigos aconselharam-me que eu devia trabalhar na *machamba* (horta) para conseguir algum dinheiro. Foi o que fiz. Consegui fazer algum dinheiro com os produtos da *machamba*. Abri uma banca na cidade de Nampula, mas depois apercebi-me que era melhor ir noutro sítio onde havia pouca competição. E fui abrir o meu negócio na cidade alta em Nacala. Nós os congoleses não somos como os nigerianos ou somalis. Estes quando chegam ajudam os seus conterrâneos. Trabalham nas lojas deles durante 2-3 anos e depois vão abrir o seu próprio negócio. Os congoleses talvez por serem pobres não dão esse tipo de ajuda" (G, N. Congolês, entrevista em Nacala, 16/06/2014).

Em Nampula, na cidade capital e nas vilas distritais, deparamo-nos com a existência de imigrantes africanos que desenvolvem actividades nos diferentes sectores da economia. A maior parte deles não estão enquadrados nas empresas e instituições do Estado, mas realizam actividades independentes ou por conta própria, maioritariamente no sector terciário, com especial destaque para o comércio (formal e informal), e em menor escala no sector primário e secundário. A tendência empreendedora dos imigrantes e a busca pelo "seu próprio negócio" não nos parece ser tanto resultante duma escolha individual mas sim devido ao facto de em Nampula não terem muitas opções e possibilidades de enquadramento económico e laboral. Portes (1999: 77) enfatiza que "a taxa de emprego por conta própria é importante como indicador de autoconfiança económica, além de ser um meio potencial de mobilidade. De um modo geral, os imigrantes que possuem o seu próprio negócio têm maiores rendimentos do que aqueles que são trabalhadores assalariados".

Mancilla & Lima (2014) apresentam três determinantes para explicar o empreendedorismo no seio dos imigrantes: o género, a idade e a formação escolar. Segundo os autores, em relação ao género, as mulheres são menos propensas ao empreendedorismo que os homens. A idade, por sua vez, influi no sentido de que quanto maior esta for, mais aumenta a probabilidade do empreendedorismo, devido ao capital acumulado durante o percurso biográfico, quer seja experiência, conhecimentos, recursos financeiros, contactos e outros.

A educação formal seria outra determinante fundamental para explicar o empreendedorismo dos imigrantes nos países de chegada. Para Donkels (1991, citado por Mancilla & Lima ( 2014: 238), por exemplo, "os indivíduos com baixos níveis de educação poderiam ver no empreendedorismo uma alternativa e oportunidade para ascender económica e socialmente, enquanto Krueger (1993) argumenta que estes indivíduos com baixo nível de formação podem chegar a ter uma visão limitada das oportunidades de negócio existentes para eles, pois o nível de formação impede abrir mais alternativas de negócios".

Estes argumentos podem ser observados, em parte, em Nampula. A maioria dos imigrantes africanos nesta região são jovens com baixo nível de escolaridade e as mulheres têm menos protagonismo em relação aos homens devido a factores culturais, entre os quais a submissão ao homem é uma característica marcante. O próprio empreendedorismo é, antes de mais, uma alternativa de sobrevivência e só depois uma oportunidade de ascensão social. O que inibe muitos deles nas várias opções de negócio não é o facto de possuírem baixo nível de formação mas, essencialmente, a dificuldade de obter capital para o efeito.

Os imigrantes que chegam com capital disponível ou os residentes há vários anos na província, que conseguiram acumular algum capital para investir – por via do trabalho, empréstimos, solidariedade étnica ou outras formas – tendem a apostar naqueles empreendimentos percepcionados, à partida, como sendo de retorno fácil e menos exigentes em capital para a sua efectivação. Por isso, os requerimentos de licenciamento para as actividades económicas (abertura de empresas) solicitados aos BAÚ, sob tutela da DPIC de Nampula (quadros 20 e 21), estão virados principalmente para o comércio a grosso e a retalho, bem como para a prestação de serviços.

**Quadro 20**: **Pedidos de Licenciamento de Actividades Económicas por Estrangeiros (Jan/Nov2012)**

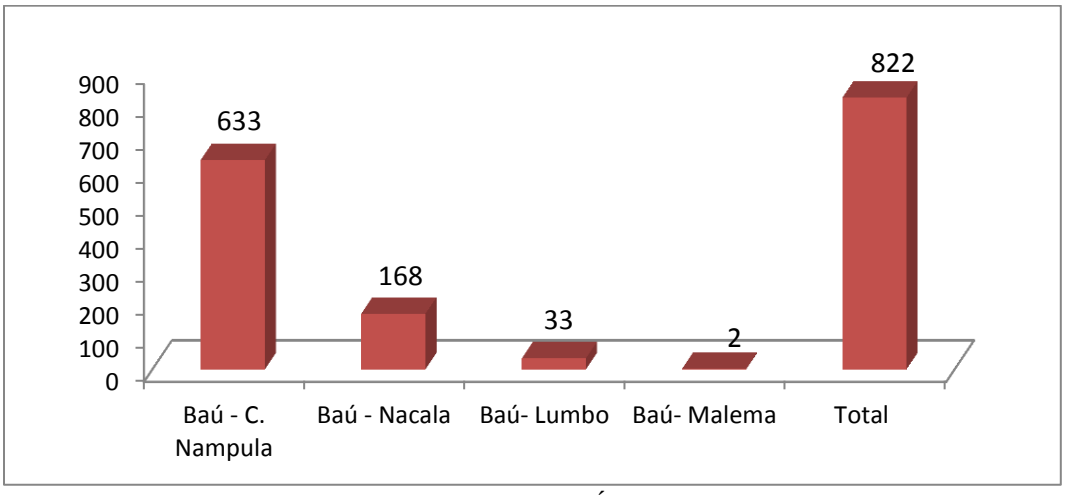
| N/r | Empresa | Tipo de actividade[105] | Nacionalidade | Localização |
|---|---|---|---|---|
| **01** | Yinuo, Lda | GR | Chinesa | Distrito de Angoche |
| **02** | Wei Feng Transportes Co, Lda | PS | Chinesa | Nacala- Porto |
| **03** | Senyu, Lda (sucursal) | GR | Chinesa | Distrital de Rapale |
| **04** | Tong-Exp. Import, Lda | RT,GR | Chinesa | Cidade de Nampula |
| **05** | Papy Entreprises | RB | Congolesa | Cidade de Nampula |
| **06** | Istambul Serviços Lda | RB | Congolesa | Cidade de Nampula |
| **07** | Ikechukwo Sabastine Dike | RT | Congolesa | Cidade de Nampula |
| **08** | Mamadou Bhoye Sow | RT | Guineense | Cidade de Nampula |
| **09** | Malick Trading | RT | Guineense | Cidade de Nampula |
| **10** | The Ther Mamad Comercial | RT | Guineense | Cidade de Nampula |
| **11** | Tata Comercial | RT | Guineense | Cidade de Nampula |
| **12** | Malema Agricola Limitada | GR | Guineense | Cidade de Nampula |
| **13** | Agro-Produts, Lda | GR | Indiana | Cidade de Nampula |
| **14** | Sajico Trading (sucursal) | PS | Indiana | Cidade de Nampula |
| **15** | Mercearia Alto,SU, Lda | RT | Queniana | Cidade de Nampula |
| **16** | Chigozie Sumaset | RT | Queniana | Cidade de Nampula |
| **17** | Mariamo Comercial | RT | Maliana | Cidade de Nampula |
| **18** | Borry Landoure | RT | Maliana | Cidade de Nampula |
| **19** | Muhammad Hussain | RT | Maliana | Cidade de Nampula |
| **20** | Hua Yi Trading, lda | GR | Maliana | Nacala Porto |
| **21** | Mira-flor | GR | Maliana | Cidade de Nampula |
| **22** | Hanami Dicko | GR | Maliana | Cidade de Nampula |
| **23** | Walkers | RT | Nigeriana | Cidade de Nampula |
| **24** | Orinha Nwanzi | RT | Nigeriana | Distrito de Monapo |
| **25** | Ogoma Holdings, SU, Lda | RT | Nigeriana | Cidade de Nampula |
| **26** | Hady Comercial | RT | Nigeriana | Cidade de Nampula |
| **27** | Nampula Car Point | RT | Paquistanesa | Cidade de Nampula |
| **28** | Castanheira Resorts Lda | PS | Paquistanesa | Nacala Porto |
| **29** | ARC2 Aluguer de Equip, e Const.Civil, Lda | RT, PS | Portuguesa | Nacala -Porto |
| **30** | Riyad Comercial | RT,GR | Senegalesa | Cidade de Nampula |
| **31** | Castanheira Resorts Lda | RT | Senegalesa | Nacala Porto |
| **32** | Restaurante pastelaria e take away - Maida | RT | Somaliana | Cidade de Nampula |

**Fonte**: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do BAÚ - Cidade de Nampula (2012)

[105] RB - Restauração e Bebidas; GR - Comércio por Grosso; PS - Prestação de Serviços; RT - Comércio a Retalho.

Em 2012 e 2013 foram solicitadas, no total, a abertura de 65 empresas. Os pedidos de licenciamento revelam o destaque dos imigrantes africanos em relação às outras nacionalidades. Nem todos os pedidos são necessariamente para a constituição de grandes empreendimentos. Existe aquilo que se chama licenciamento simplificado, precisamente para acomodar pequenas actividades económicas nas áreas do comércio, prestação de serviços e outro tipo de actividades[106]. Pode-se observar (ver quadro 20) que em 2012, do total de 32 empreendimentos, 23 (71%) pertenciam aos estrangeiros de nacionalidade africana. Destes, os malianos perfazem cerca de 19%, com 6 empresas; guineenses, 15%, com 5 empresas; e nigerianos 12,5%, com 4 empresas. Em relação aos empreendimentos de não africanos, os chineses e os indianos são os mais assinaláveis (19%).

**Gráfico 20**: **Pedidos de Licenciamento de Actividades Económicas (Estrangeiros e Nacionais) – Província de Nampula (2013)**




**Fonte**: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do BAÚ - Cidade de Nampula (2014)

[106] Licenciamento simplificado consiste na tramitação e emissão de uma licença para o exercício de uma actividade económica. Aplica-se a pessoas singulares ou colectivas (nacionais e estrangeiros) que pretendem exercer uma actividade económica no território nacional nas áreas da: agricultura, comércio, indústria, construção civil, comunicações, cultura, pesca, prestação de serviços e turismo (Boletim da República, 2012).

**Quadro 21**: **Pedidos de Licenciamento de Actividades Económicas por Estrangeiros (2013)**

| N/r | Empresa | Tipo de actividade | Nacionalidade | Localização |
|---|---|---|---|---|
| **01** | Sanzid Begum | GR | Bengalesa | Cidade de Nampula |
| **02** | Amirah Restaurante | GR | Britânica | Cidade de Nampula |
| **03** | Gaspard Nsegimane | GR | Burundesa | Cidade de Nampula |
| **04** | Senyu Lda | GR | Chinesa | Cidade de Nampula |
| **05** | CZJ, Lda (sucursal) | RT | Chinesa | Cidade de Nampula |
| **06** | Wan Xino Mu Ye | GR | Chinesa | Cidade de Nampula |
| **07** | Augustine Onyeka Uzubuike | RT | Congolesa | Cidade de Nampula |
| **08** | Clink Trading | RT,GR | Gambiana | Cidade de Nampula |
| **09** | Agrinor moz Limitada | GR | Guineense | Cidade de Nampula |
| **10** | Kady Comercial | RT | Guineense | Cidade de Nampula |
| **11** | Mamadou Saliou Comercial | RT | Guineense | Cidade de Nampula |
| **12** | Camara Comercial | PS | Guineense | Cidade de Nampula |
| **13** | Manden | RT | Guineense | Cidade de Nampula |
| **14** | Mandi Kamissoko | GR | Guineense | Cidade de Nampula |
| **15** | Ousmane Dit Babouna Camara | GR | Guineense | Cidade de Nampula |
| **16** | Lenguewin Comercial | RT | Guineense | Cidade de Nampula |
| **17** | Bakary Cisse | GR | Guineense | Cidade de Nampula |
| **18** | Diaka Diane | GR | Guineense | Cidade de Nampula |
| **19** | Grupo Alishan | RT,GR | Indiana | Cidade de Nampula |
| **20** | Padaria pão Guloso | GR | Indiana | Cidade de Nampula |
| **21** | Cabeleireira Nahid Suhel Ghumba | RT | Indiana | Cidade de Nampula |
| **22** | G. Bod Trading de Bodunrin D. | RT | Maliana | Cidade de Nampula |
| **23** | Aysha Comercial | RT | Maliana | Cidade de Nampula |
| **24** | Ousman Comercial | GR | Maliana | Cidade de Nampula |
| **25** | MR, Comercial Lda | RT | Maliana | Cidade de Nampula |
| **26** | Mohamed Ould Taleb Mauoulqud | GR | Mauritânia | Cidade de Nampula |
| **27** | Sicily | RT | Nigeriana | Cidade de Nampula |
| **28** | Bajwa Motores & Parts, Lda | RT | Nigeriana | Cidade de Nampula |
| **29** | AL-Aco. Investiment | RT | Nigeriana | Cidade de Nampula |
| **30** | Ibrahima Camara | RT | Paquistanesa | Cidade de Nampula |
| **31** | Padaria Haaniah | GR | Paquistânica | Cidade de Nampula |
| **32** | Centis Bilo Center | RT | Queniana | Cidade de Nampula |
| **33** | Safari pastelaria restaurante e take-away | RT | Queniana | Cidade de Nampula |
| **34** | Samba Shop | RT | Senegalesa | Cidade de Nampula |
| **35** | Jubba-Restaurante | PS | Somaliana | Cidade de Nampula |

**Fonte**: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do BAÚ - Cidade de Nampula (2013)

Se observarmos o quadro 21, correspondente ao ano de 2013, vemos que, do total de 35 pedidos de licenciamento, os estrangeiros africanos continuam a ser maioritários, perfazendo um total de 77%, com 27 empresas. Os guineenses destacam-se com 10 pedidos

(29%), os malianos com 4 (11%), e os nigerianos com 3 (9%). Para os estrangeiros não africanos, voltam a destacar-se os indianos e os chineses que perfazem 20% das solicitações. A partir do gráfico 20 observamos que, do total de 822 solicitações de licenciamento[107] em 2013, os estrangeiros, em geral, totalizaram 35 pedidos (5%), e os imigrantes africanos, em particular, somaram 3% dos pedidos. Apesar de aparentemente as cifras parecerem baixas, nota-se uma considerável intenção empreendedora, tendo em conta o número de estrangeiros na província de Nampula (ver capítulo VII) em relação aos nacionais.

Constatamos que o empreendedorismo dos imigrantes africanos recai sobretudo no comércio e serviços. As grandes empresas da indústria extractiva, agrícola, pesqueira ou pecuária são dominadas por estrangeiros europeus, americanos e asiáticos. Entretanto, existem *joint-ventures* onde estão envolvidos cidadãos africanos, por exemplo, na área da mineração, para exploração de pedras preciosas, e da construção, como se observa no quadro 22.

**Quadro 22**: **Empresas com Envolvimento de Estrangeiros Africanos**

| **Empresa** | **Actividade** | **Nacionalidades** | **Nr. Trabalhadores** | | **Localização** (Distritos) |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | Nac. | Estr. | |
| Moz Gems | Pedras preciosas e semipreciosas | Mali - Brasil | 63 | 7 | Moma |
| WW Investiments/ SLT Minings Lda | Pedras preciosas e semipreciosas | RSA - Moçambique | 46 | 6 | Mogovolas |
| Sociedade pedreira de Nacala à Velha | Pedras preciosas e semipreciosas | RSA - Moçambique | 80 | 8 | Nacala |
| EMACO Lda | Pedras de construção | Mali - Moçambique | - | - | Murrupula |

**Fonte**: Elaborado pelo autor, com base no relatório anual (DPRME (2013)

[107] De acordo com as entrevistas realizadas no BAÚ em Nampula, destes pedidos apenas cerca de 70% chegam efectivamente a constituir-se. Além disso, estes dados são parciais, pois há pedidos de licenciamento feitos directamente no Ministério da Indústria e Comércio em Maputo e não necessariamente na DPIC de Nampula. Existem, igualmente, outros pedidos feitos por estrangeiros noutras Direcções Provinciais (Agricultura, Turismo, Recursos Minerais) que não estão aqui reflectidos. Independentemente da fiabilidade dos dados, as áreas de comércio e prestação de serviços são as que mais têm sido eleitas para investimento por parte de estrangeiros africanos.

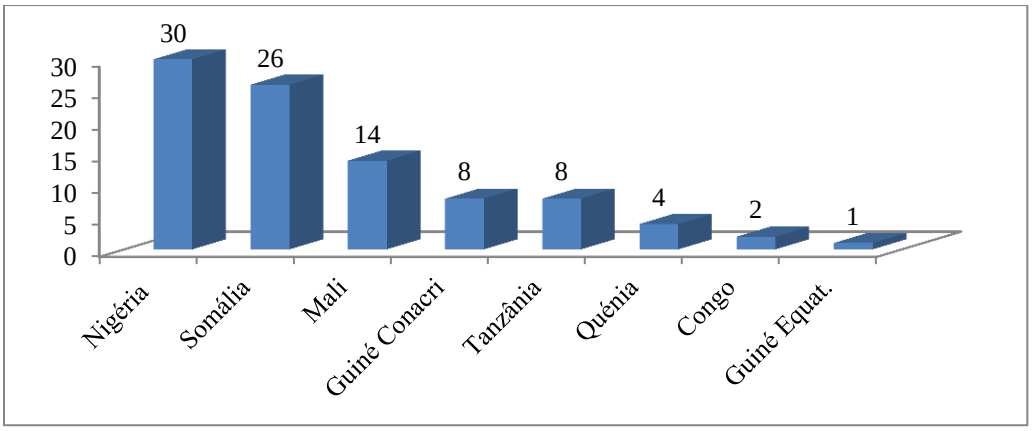
Se nas grandes empresas do sector primário a participação dos estrangeiros africanos não é muito visível, isto já não acontece com o sector do comércio. Na cidade de Nampula e Nacala atestamos que mais de 50% dos estabelecimentos comerciais nas principais ruas e avenidas estão nas mãos de estrangeiros, com destaque para os nigerianos, malianos e guineenses, seguidos dos congoleses e somalis. Os indianos e os paquistaneses, que eram os tradicionais proprietários das lojas em Nampula, acabaram por alugá-las aos estrangeiros africanos pois estes não se coíbem de pagar rendas relativamente altas pelos mesmos, incluindo para habitação. Outras nacionalidades que concorrem com os africanos no comércio são os chineses, libaneses e, nos últimos tempos, os portugueses. Nestas lojas "africanas" vende-se uma amálgama de produtos, desde produtos alimentares, bugigangas, peças de roupa novas e usadas (estas últimas chamadas também *xicalamidades*), motorizadas e bicicletas, bem como os seus acessórios. Podem ser vistos, também, electrodomésticos e uma diversidade de aparelhos de som.

Os produtos são exibidos nas vitrinas mas também nos passeios à frente dos estabelecimentos comerciais, confundindo-se por vezes com as mercadorias do sector informal que igualmente se estendem nos passeios. Muitos dos produtos são *Made in China*, cujos preços são relativamente acessíveis para uma larga camada da população. Outras mercadorias são provenientes dos países vizinhos, com destaque para a África do Sul, Tanzânia, Zimbabwe e Quénia. No ramo comercial, igualmente, os imigrantes africanos estendem os negócios para as zonas rurais e recônditas, abarcando todos os distritos, permitindo a abertura de lojas rurais onde se vende "um pouco de tudo" às populações locais, minorando as distâncias que outrora eram percorridas para a aquisição dos produtos nas cidades ou vilas.

Na cidade de Nampula e em Nacala, os mercados e feiras são disputados entre os nacionais e estrangeiros. As barracas existentes transitam progressivamente para estes últimos. Da mesma maneira que os indianos e paquistaneses cederam as suas lojas em regime de aluguer, os proprietários moçambicanos, igualmente, acabaram por fazer o mesmo, arrendando as suas barracas a preços "que valem a pena". Este cenário pode ser explicado pela falta de capital para investir por parte dos moçambicanos e, além disso, pelo facto de nestes mercados, como noutros, os estrangeiros se sobreporem nos negócios aos seus

concorrentes locais, devido à maior habilidade que exibem no ramo comercial e à forte concorrência que impõem no mercado.

**Gráfico 21**: **Barracas de Estrangeiros no Mercado da Cidade Alta e Mercado da Baixa – Cidade de Nacala**




**Fonte**: Elaborado pelo autor , com base nos dados recolhidos nos mercados (Jan/2014)

Na cidade de Nacala, nos mercados da cidade Alta e da Baixa, 93 barracas (41%) de um total de 226 são geridas por estrangeiros[108]. O destaque vai para os nigerianos, com 30 barracas, que totalizam 13%, os somalis com 26 (12%) e os malianos com 14 (6%), sendo as restantes barracas distribuídas por outras nacionalidades. Deve-se referir que a maior parte dos mercados esconde a complexidade económica de que estão imbuídos. Mesmo sendo formais, eles prolongam-se também para fora dos seus perímetros, tornando-se informais, e "alimentando-se" mutuamente. Assim, as nacionalidades envolvidas acrescentam-se também.

Fora dos mercados, por exemplo, observamos que indivíduos de outras nacionalidades, como etíopes, sudaneses, eritreus, burundienses, ugandeses e ruandeses, vendem as suas mercadorias de forma fixa ou ambulatória. As barracas, por vezes, são divididas em duas ou mais, para serem subalugadas aos conterrâneos à revelia dos seus proprietários, o que torna difícil a sua quantificação. Entendemos que esta estratégica parcimoniosa é um gesto não só de solidariedade para com os seus concidadãos mas também uma "almofada" que

[108] O mercado da cidade Baixa possui 54 barracas e o mercado da cidade Alta 162.

ajuda a pagar os custos de aluguer, até que um deles tenha uma relativa autonomia económica e possa suportar a totalidade do aluguer do estabelecimento.

A construção civil é outra das áreas em que os imigrantes estão presentes. Os estrangeiros africanos bem-sucedidos, devido ao défice de infra-estruturas para o comércio e habitação, tendem a investir também em pequenas empresas de construção ou na autoconstrução, as quais são posteriormente arrendadas aos outros estrangeiros e também aos nacionais. A modernização de alguns bairros da cidade de Nampula como, por exemplo, os de Muala-expansão, Muahivire, Muhavire-expansão e Carrupeia, assim como os bairros Ontupaia e Triângulo, na cidade Alta em Nacala é, em parte, atribuída aos estrangeiros. Estes constroem prédios e residências – com jardins e piscinas – ostentam carros de luxo e alguns levam uma vida perdulária. A construção de infra-estruturas habitacionais e para o comércio, verifica-se também um pouco por todos os distritos de Nampula, ao longo das estradas principais e secundárias que ligam os povoados e vilas da província. Estas construções – mesmo sendo algumas precárias – marcam a sua presença. Uma funcionária do Município da cidade de Nampula reconhece que:

> "Em Nampula está na moda o investimento imobiliário. Muitas infra-estruturas de comércio e habitação são de estrangeiros. Constroem casas, residenciais multifuncionais: em baixo, lojas; em cima habitações (apartamentos). Os nigerianos, malianos, somalis e guineenses são os que mais têm entrada de pedidos desse tipo de construção aqui no município da cidade de Nampula. Por outro lado, os estrangeiros encarecem os preços das casas. É verdade que alugam as casas dos moçambicanos ajudando a estes financeiramente, mas ao mesmo tempo acabam por encarecer o custo das mesmas e outros serviços" (M, N. Moçambicana, entrevista na cidade de Nampula, 20/04/2014).

Para além da visibilidade do comércio e da construção, o sector dos transportes constitui outro ramo não menos explorado. Os imigrantes (nigerianos, somalis, guineenses e malianos) apostam na compra de veículos pesados para o transporte de mercadorias, em regime de aluguer, principalmente para os distritos, bem como para outras províncias do norte, Cabo Delgado e Niassa, ou do centro, como Zambézia, Sofala, Chimoio e Tete. A

actividade das viaturas pode-se alargar à região sul do país e a alguns países fronteiriços como o Malawi, Tanzânia, Zimbabwe e Zâmbia.

Por carência de autocarros públicos, alguns estrangeiros investem, também, na compra de camionetas de transporte de passageiros de 16 lugares, chamadas "chapa cem", que fazem os percursos dentro das cidades, entre distritos e províncias. Este tipo de transporte é dominado pelos nacionais, mas nos últimos tempos tende a haver uma considerável presença de estrangeiros. Devido à crispação que se tem verificado, com os nacionais a exigirem o monopólio deste ramo, os estrangeiros contornaram esta situação subalugando as camionetas aos nacionais em troca de um valor previamente acordado que pode ser diário, semanal ou mensal. Segundo os proprietários estrangeiros, a contratação de um nacional para conduzir as suas viaturas permite-lhes reduzir as fricções com os locais e com a polícia de trânsito, pois estes últimos são mais indulgentes com motoristas nacionais aquando da fiscalização rodoviária.

O sector agro-pecuário não parece ter muita expressão, quando comparado com restantes acima mencionados. No entanto, alguns estrangeiros – sobretudo os refugiados que acabam de chegar – dedicam-se à agricultura de subsistência. Muitos destes são provenientes da região dos Grandes Lagos, não possuem qualificações, são na sua maioria camponeses que trabalhavam a terra nas suas regiões de origem. Em muitos casos dominam o cultivo de culturas como o milho, o sorgo, o amendoim, o feijão, a mandioca e outras, semelhantes aos existentes na província. Quando chegam ao Centro de Refugiados onde lhes são disponibilizadas terras para cultivo, dedicam-se naturalmente a uma prática já conhecida. Uma parte dos produtos das *machambas* (hortas) ajuda a reforçar a dieta e a outra é vendida na cidade de Nampula, permitindo-lhes acumular algum capital para se iniciarem nos negócios.

Alguns deles dedicam-se ainda à produção de carvão vegetal nos distritos de Meconta e Monapo para posteriormente o venderem nas cidades e vilas. Os imigrantes com algumas posses financeiras dedicam-se à criação de aves em grande escala, bem como bovinos e caprinos. A produção de aves e a criação de animais é feita também em moldes associativos

por burundienses, guineenses e malianos. A produção de carne ajuda a reforçar o abastecimento nos mercados da capital da Província. As moageiras constituem outra forma de empreendimento realizado pelos estrangeiros, visto que o clima é favorável à produção de diversos cereais consumidos naquela província.

Os empreendimentos criados pelos estrangeiros africanos trazem uma mais-valia socioeconómica para a província. Além de pagarem taxas de licenciamento económico e fornecerem mercadorias e serviços, empregam tanto os locais como os seus conterrâneos, embora estes últimos tenham mais facilidades que os primeiros[109]. Os dados da DPIC (2013) revelam por exemplo, que no 1º semestre de 2013, num investimento global de 26.645.710,00 Meticais (Mts)[110], foram criados 1.137 postos de trabalho, que beneficiaram 5.685 indivíduos dos agregados familiares dos trabalhadores.

**Quadro 23**: **Postos de Trabalho Criados e Valor de Investimento Realizado no Âmbito do Licenciamento Simplificado (2013)**

| Sector de Actividade | Postos de trabalho criados | | | Valor de investimento realizado (Mts) | Universo de pessoas indirectamente beneficiadas (1x5 pessoas por agregado familiar) |
|---|---|---|---|---|---|
| | Homens | Mulheres | Total | | |
| **Indústria** | 61 | 24 | 85 | 2.399.304,375,00 | 425 |
| **Comércio** | 140 | 50 | 190 | 11.500.052,25,00 | 950 |
| **Prestação de serviços** | 436 | 195 | 631 | 9.146.191,375,00 | 3.155 |
| **Turismo** | 133 | 56 | 189 | 1.020.996,75,00 | 945 |
| **Agricultura** | 28 | 14 | 42 | 2.929.165,25,00 | 210 |
| **Total** | **798** | **339** | **1.137** | **26.645.710,00 Mts** | **5.685** |

**Fonte**: Elaborado pelo autor, a partir de dados recolhidos na DPIC - BAÚ (2013)

[109] A tendência de empregar os seus "patrícios" provém da alegação de que estes são de confiança e mais leais que os locais. Alguns destes últimos são apontados pelos proprietários estrangeiros como sendo propensos a furtos e a falta de entrega e disciplina no trabalho.

[110] Correspondente a 819.868,00 USD ao câmbio médio de 1 USD = 32,500 Mts em Abril de 2013.

Na generalidade, são poucos os estrangeiros que trabalham nas empresas moçambicanas, exceptuando como empregados domésticos nas casas dos locais da classe média e alta ou como trabalhadores agrícolas, cujos salários muitas vezes são baixos em relação aos nacionais. Os oriundos dos Grandes Lagos e sobretudo os refugiados (congoleses, burundienses, ugandeses, ruandeses) são os que se enquadram nesse grupo. A permissividade em aceitar salários inferiores resulta também de uma visão estratégica individual de curto ou médio prazo, cujo objectivo é amealhar dinheiro suficiente para a abertura dos seus próprios negócios. Esta situação é similar quando os imigrantes são empregados dos seus conterrâneos. Estes trabalham para as empresas dos compatriotas, mas numa expectativa de futuramente passar da condição de empregados para a de empregadores.

Na busca de capital, para além desta via, os laços étnicos favorecem também a concessão de empréstimos e créditos para o início de um empreendimento. A condição de irregulares em que se encontram certos imigrantes – a falta de documentação e outros documentos oficiais legais – faz com que aceitem baixos salários e condições precárias de trabalho, com receio de serem detidos ou expatriados. Em relação a esta situação, o RCMMI (2005: 33) enfatiza que "as pessoas que entram ou ficam num país sem autorização, correm o risco de serem explorados pelos empregadores e pelos proprietários de terras. Devido à sua situação irregular, estes migrantes são frequentemente incapazes de tirar o melhor partido das suas competências e experiência quando chegam ao país de destino".

A percepção de que os estrangeiros galvanizam o desenvolvimento da província de Nampula nas zonas urbanas e rurais, a partir do sector formal ou informal, é aceite tanto pelos nacionais como pelos próprios estrangeiros. A criação de empreendimentos – mesmo que precários –, entre outros, permite a diversificação das actividades económicas, proporcionando vários serviços à população local, embora, por vezes, isto se faça a partir de um sentimento ambivalente de "odiados e queridos". No primeiro caso, quando lhes são imputados desvios sociais condenáveis e, no segundo, quando se lhes apontam comportamentos económicos exemplares que induzem ao desenvolvimento da província.

> "A contribuição que damos nesta província é visível em várias áreas. Podem as vezes dizer que nós trazemos problemas, mas todos sabem e mesmo as autoridades que sem os estrangeiros o desenvolvimento seria mais lento (…) eu, por exemplo, pago o DIRE 19.400,00 Mt[111] anualmente. Isso é pouco? Pago salários a 4 moçambicanos que trabalham comigo, pago impostos, mensalmente pago taxas de comércio, somando todos esses pagamentos quanto gasto num ano? Acha isso pouco? Agora multiplica por todos estrangeiros na província, e quanto o Estado arrecada só em taxas e impostos?" (A, K. Guineense, entrevista na cidade de Nampula, 29/05/2014).

> "Independentemente dos problemas que nos podem trazer temos que reconhecer que aqui em Nacala, os imigrantes no seu geral, incluindo os africanos estão a impulsionar a província, em especial aqui em Nacala. Graças a eles que o comércio está a ter uma nova dinâmica. Muitos chegaram com o estatuto de refugiados, mas hoje alguns deles são empresários. Trazem roupa da China, electrodomésticos e faz com que esses produtos baixem de preço. Além de contribuírem no pagamento de impostos. Podem ser odiados mas também são queridos" (S, E. Moçambicano, entrevista em Nacala, 11/11/2014).

Para além das contribuições ao nível económico existem aquelas que não são quantificáveis, de ordem social: o multiculturalismo, atitudes, valores, ideias inovadoras e outras, que acabam sendo transmitidas às sociedades de acolhimento. Os imigrantes inculcam nos locais novas posturas sociais, económicas e culturais. Por exemplo, os locais que trabalham nas lojas, quiosques ou barracas de imigrantes, muitos acabam por abrir um negócio no mesmo ramo ou outro, depois de adquirirem experiência. As viagens de negócios, principalmente para a Ásia (China, Índia e Médio Oriente, principalmente o Dubai) ou para os países vizinhos, para a compra de mercadorias para revenda em Nampula, passaram a ser também replicadas pelos moçambicanos. As diferentes actividades em que os imigrantes estão envolvidos demostram que, directa ou indirectamente, estes contribuem para o desenvolvimento de Nampula, ainda que o sector informal seja o mais "efervescente", não só para os nacionais, mas também para os estrangeiros, como veremos a seguir.

[111] Correspondente a 538,00 USD ao valor cambial de 1USD = 36 Mts em 29/05/2014.

## 6.2 "Quem fabrica flechas confia na pontaria"[112]: Colonizando o Sector Informal?

Os imigrantes africanos têm um papel considerável no sector formal, mas quando comparado com o sector informal este último é o que apresenta maior dinamismo e desenvolvimento para a província de Nampula. O informal constitui um recurso de sobrevivência para aqueles indivíduos sem emprego no sector formal, ou até mesmo para aqueles que, ainda que empregados, querem aumentar os seus rendimentos para melhorar as condições de subsistência (Quive & Patrício, 2005). Em Moçambique, em particular em Nampula, o informal existe desde o tempo colonial. Este é um fenómeno que, aliás, assola todo o continente africano. Como em todos os países menos desenvolvidos, é uma resposta às dificuldades do Estado e do sector formal em suprir as necessidades básicas da população nas áreas da produção, distribuição, construção, serviços sociais e, principalmente, de criação de emprego para a maioria da população (Amaral, 2005).

Em Moçambique, excluindo os estrangeiros, a maior parte dos agentes informais são mulheres, pois as transformações produzidas ditaram a entrada destas neste sector para fazer face à redução do rendimento familiar. Além de se ocuparem como empregadas domésticas, muitas são chefes de família, que garantem o sustento familiar (alimentação, escola das crianças e outras despesas). Este sector constitui, assim, uma alternativa para as mulheres aos constrangimentos encontrados no acesso a escolarização, trabalho, crédito e outros (Andrade et al.,1998).

As estatísticas do INE de 2005 (quadro 24), indicam que, em Nampula, do total da força de trabalho (população economicamente activa) de 1.852,4 mil indivíduos, cerca de 1.467,9 mil **(**79%) encontra-se no sector informal, sendo igualmente acentuado o nível de desemprego que atinge 307 mil indivíduos, perto de 17%. Quando analisado por sector de actividade, a indústria e comércio envolve a maior parte das pessoas com 22,7%, seguido da agricultura com 19,9%, comércio e turismo com 12% e outros serviços com 1% (INE, 2005).

[112] Provérbio Macua.

**Quadro 24**: **População por Tipo de Actividade (em valores absolutos)**

| Província | Tipo de Actividade | | | Total da Força de Trabalho | Não Força de Trabalho |
|---|---|---|---|---|---|
| | Informal | Formal | Desempregados | | |
| Niassa | 394.0 | 20.6 | 91.0 | 505.5 | 194.4 |
| C. Delgado | 710.1 | 39.3 | 161.6 | 911.0 | 290.4 |
| **Nampula** | **1,467.9** | **77.5** | **307.0** | **1,852.4** | **789.0** |
| Zambézia | 1,529.3 | 84.9 | 174.7 | 1,789.0 | 799.8 |
| Tete | 743.4 | 38.5 | 68.9 | 850.8 | 250.7 |
| Manica | 620.1 | 42.2 | 101.1 | 763.4 | 244.6 |
| Sofala | 602.9 | 130.0 | 191.6 | 924.5 | 307.3 |
| Inhambane | 601.2 | 50.5 | 174.5 | 826.2 | 274.7 |
| Gaza | 574.3 | 29.2 | 83.1 | 686.6 | 335.6 |
| Maputo- Prov. | 266.9 | 12.2 | 160.0 | 539.2 | 358.0 |
| Maputo- Cidade | 149.0 | 177.6 | 216.6 | 543.2 | 365.3 |
| **Total** | **7,659.2** | **802.6** | **1,730.0** | **10,191.8** | **4,209.7** |

**Fonte**: INE (2005)

Não existem dados sobre os estrangeiros que se encontram no informal, mas o seu número não é, decerto, negligenciável. Muitos praticavam este tipo de actividade nos seus países de origem, dando-lhe continuidade em Nampula como forma de captação de rendimentos. Nesta província, ao contrário da realidade nacional, os estrangeiros do género masculino são os que dominam o sector informal. Uma das justificações que podemos avançar é que, na sua maioria, os que chegam são jovens e/ou não trazem as suas famílias, pelo menos a curto prazo. Outras razões poderão ser a falta de qualificações, a exiguidade de capital disponível e o facto de o início da actividade sem regularização concorrer para a entrada imediata no comércio informal. A maioria das mulheres estrangeiras presentes na província é doméstica ou encontra-se no sector informal, como as suas congéneres.

Vasta literatura aponta o crescimento deste sector periférico da economia como resultado de uma série de transformações socioeconómicas e políticas por que atravessou o país, que fizeram com que confluísse para o seu território um grupo considerável da população em idade economicamente activa. Este sector viu o seu desenvolvimento nos meados da década de 1980 com a introdução das medidas de restruturação económica, no quadro da adopção da democracia multipartidária. Abreu (2007), a partir de um estudo sobre o informal e microfinanças em Moçambique, explica o seu florescimento por duas razões

fundamentais[113]. A primeira seria aquilo que ele considera repressão económica e financeira na época do modelo de governação socialista, que postulava uma economia centralizada em que, por exemplo, entre outros aspectos, os preços, as taxas de juro e de câmbio eram controlados pelo Estado. Na sua concepção, esta repressão económica terá "redundado em manifestações de *candonga* e mercado paralelo de bens e produtos essenciais, desviados dos circuitos de distribuição então criados através do sistema de planificação central, a liberalização económica abre espaço para o incremento e diversificação do sector informal que, numa primeira fase, vai absorvendo a mão-de-obra excedentária do processo de reestruturação da economia e, mais tarde, proporciona emprego às populações rurais que fogem à guerra ou, como veio a ocorrer depois, permite o emprego de mão-de-obra resultante do processo de paz, mantendo, durante a sua expansão, o papel de redistribuidor de significativa parte da ajuda externa directa – alimentos e roupa" (Abreu, 2007: 45-46).

A segunda razão é explicada pela liberalização da economia socialista a partir de 1984/87, com a adesão de Moçambique às instituições de Bretton-Woods (FMI e Banco Mundial), assim como ao início dos Programas de Reajustamento Económico (PRE) que procuravam estancar as tendências negativas do crescimento económico (Abreu, 2007) ou, como diriam Francisco & Paulo (2006: 37), o que o PRE fez foi "converter parte da economia nacional reprimida em economia informal consentida. Antes dessa evolução, não se distinguia mercado negro (ilícito, criminoso e delituoso) de economia informal consentida. Tudo era designado por 'candonga', um termo local que significa economia paralela." Em 1990 seria

[113] Em relação à expansão do sector informal, Francisco & Paulo (2006) referem que certos autores dão primazia a factores externos, como a imposição do neo-liberalismo, enquanto outros apontam as causas internas traduzidas no perfilhamento de políticas que acabaram por se tornar desajustadas e inviáveis para os seus países. Outros defendem que, com o neo-liberalismo, as privatizações levadas a cabo em Moçambique conduziram ao despedimento de muitos trabalhadores e aumento da inflação, que afectaram o poder de compra, e subida dos impostos. A guerra civil, por sua vez, contribuiu para a proliferação do sector informal, originou o êxodo campo-cidade, a concentração dos investimentos nas áreas urbanas e a falta de infra-estruturas sociais nas áreas rurais. Mesmo com o fim da guerra, as populações criaram resistência ao regresso às suas terras de origem, devido às alterações de hábitos e comportamentos adquiridos nas cidades, para além da sua incapacidade, devido à pobreza, de custear o regresso às suas regiões. As causas jurídicas são também apontadas para explicar a proliferação do informal, como a ausência de uma legislação abrangente sobre o mercado para todas as camadas sociais e existência de leis económicas não aplicáveis por serem restritivas. Estas não incentivam o pequeno empresariado ou não se adequam ao tipo de economia do país (Fulane, 1994; Gumeta, 1994; Abreu & Abreu, 1996).

incorporado no PRE a componente social e este passaria a designar-se de Programa de Reajustamento Económico e Social (PRES) (Abreu, 2007; Cruz & Silva, 2002).

Actualmente, o sector informal apresenta novas configurações não só impostas pelos cidadãos locais mas, também, pelos imigrantes africanos que, para além de verem nele a "tábua de salvação" para a sua sobrevivência, lhe conferem uma dinâmica que se reflecte na reprodução económica do país. Ao observarmos a realidade da província de Nampula, o informal ultrapassa de longe as actividades formais (quadro 24), havendo casos em que estes se complementam. Por exemplo, quando os comerciantes colocam os produtos nas lojas mas ao mesmo tempo contratam trabalhadores informais para que os mesmos sejam vendidos nos passeios das ruas. Daqui decorrem os *handicaps* da sua definição, devido às características e porosidade do fenómeno, que revelam a "dificuldade de delimitar uma fronteira clara entre o formal e o informal, ou entre o formal consentido e tolerável e o informal anti-social" (Francisco & Paulo, 2006: 11)[114]. Como observa Cruz & Silva (2012), as definições usadas para o informal e formal adoptam formas dúbias pela sua porosidade e têm sido objecto de vários debates.

Das muitas definições existentes, Portes (1999) referencia a economia informal como a totalidade das actividades que engendram rendimento não reguladas por códigos legais num contexto onde as actividades do mesmo tipo se encontram regulamentadas. A OIT (1993: 8) considera o sector informal como "unidades económicas envolvidas na produção de bens e serviços desenvolvidos em pequena escala, de forma artesanal, sem separação da titularidade dos factores trabalho e capital com baixo nível de organização, e tendo como objectivo a criação de emprego e rendimento". Na perspectiva do Banco Mundial (1990: 173), é "aquele sector em que operam pequenas unidades económicas e financeiras que empregam um número não superior a dez trabalhadores, onde os gestores das mesmas são ao mesmo tempo proprietários, e que não estão em conformidade com o quadro legal e estatístico do país".

[114] Outra dificuldade apontada por estes autores é a sua percepção negativa quando debatida em público, pois este é associado a práticas ilegais ou mesmo criminosas. Essa conotação negativa é reforçada, também, pela forma como as autoridades governamentais e administrativas fazem a sua gestão, quando empregam acções coercivas excessivas sobre os negócios informais.

Autores como Bekkers & Stoffers (1992) aproximam-se das definições acima apontadas. Para estes autores, o sector informal é "o conjunto de unidades dedicadas a produção de bens ou prestação de serviços, com o objectivo de criar empregos e gerar receitas; cujas actividades são de pequena escala, possuindo baixo nível de organização, com pouca ou nenhuma separação entre o capital e força de trabalho como factores de produção. As relações de trabalho são baseadas no emprego ocasional, nas relações de parentesco, pessoais e sociais e não em acordos contratuais que supõem garantias formais" (Bekkers & Stoffers, 1992: 22).

Conquanto algumas correntes sejam apologistas do combate ao informal, a favor de uma economia formal, são-lhes atribuídos alguns méritos para a sociedade, já que emprega a maioria dos moçambicanos, traz alternativas comerciais competitivas e incentiva o consumo e a melhoria do poder de compra dos mais carenciados, como ilustra o quadro 25. O seu "combate" em Moçambique parece assentar sobre uma visão e actuação paradoxal. Segundo Sixpence & Rungo (2002) citados por Cruz & Silva, 2002, não é reconhecida pela legislação vigente a actividade comercial dos informais, pois as autoridades municipais consideram que estes exercem actividades ilegais porque as mesmas não estão licenciadas e também porque os agentes informais ocupam os espaços, à partida, considerados inadequados para a prática da sua actividade.

No entanto, paradoxalmente, estes mesmos informais, ao pagarem taxas às entidades municipais, acabam por se encaixar dentro de um quadro relativamente legal. Assim, "uma tal ambiguidade, se por um lado lhes permite lutar por algumas regalias, por outro, cria algumas dificuldades aos municípios para definir políticas ligadas ao sector. A situação assume características mais difíceis quando se analisa o sector informal no âmbito da crise económica e social que atinge o país, onde as medidas administrativas não podem ser a alternativa para uma situação conjuntural" (Cruz & Silva, 2002: 83).

**Quadro 25**: **Dilemas e Paradoxos da Informalidade**

| Mérito | Demérito |
|---|---|
| Assegura o emprego | Prática de concorrência desleal. |
| É uma fonte de iniciativa criadora com elevado potencial de criação de riqueza. | É uma mina de sonegação.<br>Penaliza quem opta pela legalidade. |
| Emerge como reacção inevitável a carga fiscal não distribuída equitativamente pela população economicamente activa. | Estimula o roubo e<br>Financia o crime organizado. |
| Proporciona preços baixos e alternativas comerciais competitivas. | Não facilita o investimento em tecnologias modernas. |
| Insere os pobres no consumo e melhora o seu poder de compra. | Reduz a capacidade produtiva nacional. |

**Fonte**: Francisco & Paulo (2006: 13)

**Quadro 26: Caracterização do Sector Formal e Informal**

| Sector informal | Sector formal |
|---|---|
| De fácil entrada | Barreiras para o início da actividade |
| Tem como base os recursos nacionais | Usa muito capital estrangeiro |
| Empresa familiar | Empresa capitalista |
| Actividade de Pequena escala | Actividade de média e larga escala |
| Mão-de-obra intensiva e tecnologias adaptadas as circunstâncias | Usa tecnologias importadas, de capital intensivo |
| Os conhecimentos são adquiridos fora da educação e treinamento formal | Exige formação e treino profissional |
| Sem regulamento mas muito competitivo, actuam fora de qualquer controlo governamental | Regulamentado, as vezes intervindo em mercados privilegiados e/ou concorrenciais.<br>Actua dentro de políticas e controlo do governo |
| Não tributável ou de difícil tributação | Tributável |
| A sua actividade não é expressa pelas contas nacionais | A sua produção está expressa pelas contas nacionais |
| Os acordos são informais, verbais, funcionais e flexíveis | |
| Sector dominado por mulheres | Mundo dominado por homens |

**Fonte**: Chichava (1998: 9)

Para Francisco & Paulo (2006), a abrangência do informal na economia moçambicana está patente nos dados apresentados pelo INE para 2005, que apontavam para a existência de 90% de trabalhadores no sector informal, enquanto o formal empregava apenas 10%. Segundo estes autores, a ideia que se tinha de que o sector informal está mais enraizado nas áreas urbanas do que no campo foi rebatida com as estatísticas apresentadas pelo INE em que este mostra "que do total de trabalhadores no meio urbano, o sector informal abrange 68% contra 32% no sector formal. No meio rural este sector tem muito maior peso: cerca

de 95% do total de trabalhadores contra 5% do sector formal" (Francisco & Paulo, 2006: 46).

Em Nampula, os intervenientes e o tipo de actividades praticados no informal são heterogéneos. Este sector abrange várias pessoas e grupos etários, onde as iniciativas económicas se realizam num espaço de manobra considerável, sendo acessível mesmo para aqueles que não possuem inicialmente um capital financeiro significativo, não exigindo grandes infra-estruturas ou investimentos e não necessitando de formação profissional ou profunda experiência para o arranque de uma actividade (Sandhop, 1994). Para Chichava (1998), o informal abarca as actividades dos pequenos comerciantes, sub-empregados, trabalhadores com emprego casual ou irregular, empregos em actividades por conta própria ou em empresa de pequena escala envolvida na indústria e serviços. Este sector alarga-se ainda àqueles trabalhadores incapazes de encontrar ou reter um emprego remunerado.

Ainda sobre a diversidade dos agentes envolvidos no informal, Sandhop (1994: 21) apresenta uma extensa lista que espelha a realidade quotidiana de Moçambique: "vendedores ambulantes de todos os tipos de mercadoria, produtores, vendedores de bebidas caseiras, carregadores de mercadorias, engraxadores, sapateiros, lavadores e guardas de carros, produtores de carvão, curandeiros, feiticeiros, carregadores de lenha, a indústria doméstica alimentar, pequenas oficinas e carpintarias não licenciadas, transportadores piratas, etc.". Em Nampula, para além dos actores acima envolvidos, temos de acrescentar os mecânicos, cabeleireiros, farmacêuticos tradicionais, intermediários de vendas de casas, relojoeiros, reparadores e vendedores de telemóveis, canalizadores, alfaiates, biscateiros, entre outros.

Nesta província, o informal preenche aquilo que a lógica quotidiana procura em termos de produtos e serviços mais acessíveis, conquanto muito deles não tenham qualidade. A observação do mercado informal de Cavalaria e de Waresta na cidade de Nampula, por exemplo (quadro 27), onde os nacionais e estrangeiros disputam os clientes, permite-nos concluir acerca da importância que o sector possui para a aquisição venda de diversos

produtos e serviços, sobretudo para as pessoas de baixos rendimentos, mas também para a classe média e alta[115].

**Quadro 27: Comércio nos Mercados Informais de Cavalaria e Waresta – Cidade de Nampula (2014)**

| Produtos | Actores (por ordem de destaque) |
|---|---|
| Roupas diversas, capulanas, lenços, calçado usado/novo | Nacionais, estrangeiros |
| Comida confeccionada/ pastelaria caseira | Nacionais |
| Cereais e hortofrutícolas | Nacionais, estrangeiros |
| Peças de carros, motorizadas e bicicletas/ usadas e novas | Estrangeiros, nacionais |
| Electrodomésticos, geradores eléctricos/usados e novos | Estrangeiros, nacionais |
| Carvão vegetal e lenha | Nacionais |
| Medicamentos tradicionais e convencionais | Nacionais, estrangeiros |
| Bebida caseira (aguardente e vinho) | Nacionais |
| Artesanato e telas | Nacionais, estrangeiros |
| Material de constr. para cobertura, canalização e pintura / novos e usados, incluindo areia e pedra de construção | Nacionais, estrangeiros |
| Água gelada, bebidas alcoólicas, sumos, refrigerantes em garrafas, pacotinhos ou em latas | Nacionais |
| Bijuterias, perfumes | Estrangeiros, nacionais |
| Combustíveis (petróleo, diesel e gasolina)<br>botijas de gás | Nacionais |
| Telemóveis, material eléctrico, cópias de DVD/ filmes e músicas | Nacionais, estrangeiros |
| Mobiliário de madeira | Nacionais, Estrangeiros |
| Material escolar e desportivo | Nacionais |
| **Serviços** | |
| Cabeleireiro, barbearia | Estrangeiros, nacionais |
| Pintura de unhas (mãos e pés) | Nacionais |
| Reparação de relógios, telemóveis, TV | Nacionais, estrangeiros |
| Reparação de motorizadas e bicicletas | Nacionais |
| Concerto de calçado | Nacionais |
| Plastificação de documentos | Nacionais |
| Lavagem de carros, motorizadas | Nacionais |
| Alfaiataria | Nacionais |
| "Ganho-ganho" (biscateiros) | Nacionais |

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da observação e dados recolhidos no terreno (2014)

[115] O informal e o formal não estão desligados, como teoricamente se apresenta. Ambos estão interligados numa configuração circular. O formal abastece-se igualmente do informal, onde alguns produtos são contrabandeados e vendidos a preços baixos. Os agentes comerciais muitas vezes possuem negócios em ambos os sectores, num círculo de mútua "alimentação".

O frenesim do sector informal abrange as cidades, vilas e povoações. Ao longo das estradas atesta-se esta realidade que acompanha a maior parte das pessoas, não só nacionais, mas também estrangeiros. Estes últimos fixam-se em locais estratégicos onde podem encontrar potenciais compradores para os seus produtos e serviços. Num contexto em que muitos dos actores informais são carenciados, este espaço acaba por ser de confluência para o alcance dos mesmos objectivos: a sobrevivência económica. A "olho nu", os nacionais constituem a maioria, mas ao seu lado gravitam os estrangeiros cada vez em maior número. Por vezes, alguns espaços são monopolizados por imigrantes, como é o caso do mercado dos Bombeiros, onde estes perfazem 85%, sendo os restantes nacionais.

Sobre a predominância de estrangeiros no informal, Abreu (2007: 46) enfatiza que o sector informal é "geralmente associado aos cidadãos de nacionalidade moçambicana, de baixo rendimento, fraca formação académica e profissional, pertencentes a agregados familiares relativamente numerosos, muito embora se reconheça a presença mais recente de indivíduos de outras nacionalidades – nigerianos, congoleses, ruandeses, zimbabueanos, chineses, paquistaneses, entre outros – que operam em actividades à margem da formalidade. A ligação que se faz em termos de nacionalidade leva a que se admita que o sector informal seja o viveiro para a gestação, formação do empresariado nacional".

Corroborando Abreu (2007), podemos afirmar que este sector não só contribui para a formação do empresariado local, mas também para o arranque das iniciativas empresariais dos estrangeiros. Se tivermos em conta que alguns destes vivem num ambiente social que lhes é estranho, por vezes de estigmatização, cuja forma de incorporação é desfavorável. Segundo Portes (1999), a adesão ao informal constitui não só um meio de sobrevivência mas, também, uma forma de ascensão na hierarquia social ou ainda, para outros, uma forma de conciliar as necessidades materiais (económicas) com os imperativos familiares e culturais.

Na Província de Nampula, os estrangeiros são fornecedores, através do sector informal, de serviços e produtos produzidos pelo sector formal nacional ou estrangeiro, sendo os potenciais portadores de "novidades" da globalização para as zonas urbanas e também para as regiões recônditas, onde o acesso a esses bens por vias formais levaria mais tempo, por

falta de infra-estruturas ou agentes económicos nacionais dispostos a investir nesses locais. O exemplo dos telemóveis e dos painéis solares mostra uma fracção das mudanças que os estrangeiros trouxeram ao distrito de Monapo[116]:

> "Nós aqui em Monapo temos muitos problemas de energia eléctrica e de oscilação de rede de teleofonia móvil. Foram os nigerianos e malianos que massificaram o uso de painéis solares bem como celulares de dois cartões. Assim, quando uma rede não funciona bem, podemos usar a outra (...) eles é que começaram a vender televisores que funcionam com acumuladores (baterias)" (A, S. Moçambicano, entrevista em Nacala, 20/11/2014).

Estes exemplos podem ainda ser estendidos a peças de motorizadas e bicicletas, ao transporte de passageiros, venda de roupa e calçado em segunda mão, material de construção, entre outros. Os estrangeiros, independentemente do local em que se encontram, devido à sua natureza arrojada, pressionam o sector formal através da economia informal, dado que a concorrência dos seus produtos e serviços é reduzida. Além disso, a proximidade com os clientes quotidianos, a localização das bancas, barracas e quiosques nos quintais e nas ruas, embora não seja do agrado das autoridades, beneficia as populações locais nas compras de "esquina", onde o horário é amiúde arbitrário e mais flexível que o do formal. As formas e o tipo de produtos vendidos adequam-se às possibilidades dos compradores, das suas necessidades e capacidades económicas. No informal, o negócio flui "ao tamanho dos bolsos". Pode-se comprar um par de chinelos em segunda mão, um pedaço de sabão, uma vela, uma tampa de óleo de cozinha, uma medida de sal, e ainda há espaço de manobra para regatear.

> "Esses estrangeiros trabalham aos domingos e feriados. Tenho um vizinho nigeriano que tem uma barraca. Quando estou "aflito" em casa, ligo para ele e vai abrir. Vende-me de imediato o que preciso para a minha casa (...) posso- lhe pagar na hora

[116] A introdução do painel solar não só traz benefícios sociais às populações, visto que estes podem ter acesso a luz eléctrica de forma mais barata, mas também proporciona um outro efeito económico para o vendedor: quanto mais painéis solares vende, por exemplo, mais aumenta a procura de outros produtos que dependem de energia eléctrica, como rádios, televisores e telemóveis. Assim, o imigrante induz o desenvolvimento local – ao nível micro – daquelas populações, já que, afinal, um dos propósitos do desenvolvimento local é a diversificação e melhoria das actividades económicas e sociais sobre uma região a partir da mobilização e da coordenação dos seus recursos e energias (Mengin, 1989).

> ou mais tarde, não há problemas, há confiança entre nós" (S, D. Moçambicano, entrevista na cidade de Nampula, 15/05/2014).

Muitos produtos comercializados no informal pelos estrangeiros e não só, não apresentam, por vezes, a qualidade desejável devido à má conservação, exposição ao ar, humidade ou ainda por estarem fora da validade para o consumo. Esta situação não parece apoquentar os clientes, visto que o baixo nível de escolaridade, a pobreza e a necessidade premente de suprir as privações torna difícil o exercício pleno do direito do consumidor. Portes (1999: 37) lembra que "pela sua própria natureza, as actividades informais estão propensas a fraude, pois não existe um regulamento legal que orienta esta actividade. As partes envolvidas numa transacção podem facilmente faltar aos compromissos assumidos oralmente" .

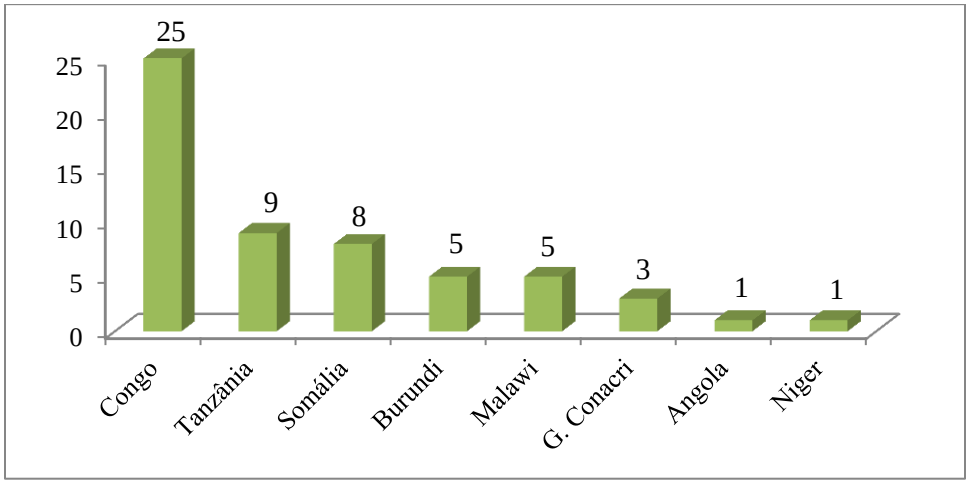
Além de deterem o comércio formal, como já referimos, os imigrantes "capturaram" alguns mercados informais. Embora os dados apresentados não possam ser conclusivos – devido às dificuldades da sua obtenção no terreno e da própria delimitação dos mercados – mostram, contudo, a sua assinalável presença. Além de comercializarem os produtos através das suas barracas, tendas ou quiosques, garantem o emprego aos nacionais, que através do salário possibilitam a sobrevivência das respectivas famílias. Contudo, quer no sector formal quer no informal, o emprego de nacionais pelos estrangeiros não é de todo consensual. Há uma percepção generalizada de que os trabalhadores locais não são de muita confiança, faltando-lhes honestidade. Estes são vistos como propensos a furtos, pois pensam que se o estrangeiro participar às autoridades estas não estarão a seu favor por serem conotados como potencialmente "problemáticos". Alguns estrangeiros procuram em alternativa a contratação de um conterrâneo ou de outro estrangeiro para os auxiliar nos negócios, o que acaba por reforçar a "solidariedade étnica" que caracteriza os imigrantes. Um vendedor congolês do mercado de Cavalaria relata:

> "Moçambicano pensa que temos muito dinheiro, sempre que emprego um deles aqui rouba-me. Não posso ausentar-me nem por cinco minutos. Já mandei embora mais de cinco trabalhadores. Agora vendo eu e a minha esposa. Mesmo assim, não conseguimos dormir descansados porque já me assaltaram a barraca só este ano três vezes. Estou cansado de roubos. Agora não durmo em casa, passei a dormir na

barraca com uma catana" (foi buscá-la e mostrou!) (G, F. Congolês, entrevista na cidade de Nampula, 30/04/2014).

Apesar desta ou outras "crispações", o aumento do informal e as facilidades de início desta actividade para captar rendimentos não impediu que a presença de estrangeiros em alguns dos mercados, por vezes, seja superior à dos nacionais. Os gráficos 22 e 23 retractam a presença dos estrangeiros africanos em alguns desses mercados da cidade de Nampula.

**Gráfico 22: Barracas no Mercado Informal dos Bombeiros – Cidade de Nampula**




**Fonte**: Elaborado pelo autor, com base nos dados recolhidos no mercado (Nov/2013),.

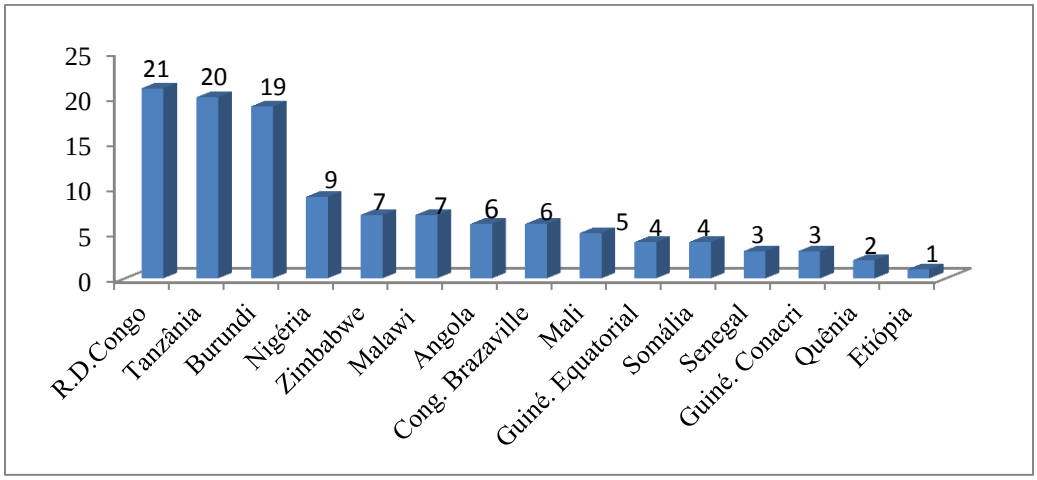
**Quadro 28**: **Receitas do Mercado dos Bombeiros[117] (milhares de Mts) – 2013**

| Meses | Receitas |
|---|---|
| Fevereiro | 85.530,00 |
| Março | 162.558,00 |
| Abril | 90.993,00 |
| Maio | 63,396,00 |
| **Total geral** | 402,477,00 |

**Fonte**: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do DPE - Município de Nampula (2013)

[117] Estas receitas não podem ser consideradas taxativas. Foram recolhidas a partir de documentos dispersos do Departamento de Promoção Económica (DPE)do Município da cidade de Nampula, para mostrarmos – em parte – as receitas arrecadadas aos estrangeiros através do pagamento de impostos pelas suas actividades económicas. Os valores cobrados neste mercado são provenientes de multas, taxas por actividades económicas (TAE) e mensalidades. 1USD = 35.500 Mts (Mar/2013). 402.477,00 Mts = 11.337,00 USD.

**Gráfico 23**: **Barracas nos Mercados Informais da Cidade de Nampula**




**Fonte**: Elaborado pelo autor, com base nos dados recolhidos nos mercados de Waresta, Cavalaria, Memória e Cotocuani (Nov/2013, Jan/2014)

O exemplo paradigmático da superioridade numérica de estrangeiros é o mercado dos Bombeiros onde, das 72 barracas existentes, 53 (74%) são ocupadas por imigrantes africanos e as restantes 19 (26%) pelos nacionais. Do total das barracas e bancas ocupadas pelos estrangeiros, os congoleses detinham 25 barracas (47%), os tanzanianos, 9 (17%) e os somalianos 8 (15%). Noutros mercados informais de Nampula, como os de Waresta, Cavalaria, Memória e Cotocuani, os estrangeiros detém, no seu conjunto, 117 barracas, o que corresponde a 13% das cerca de 900 bancas e barracas[118], com destaque para os congoleses, tanzanianos, burundienses e nigerianos. Mesmo assim, 13% não deixa de ser um número significativo, tendo em conta a proporção de estrangeiros africanos presentes em Nampula em relação aos nacionais. Nessas barracas e tendas prestam-se vários serviços, comercializam-se produtos a retalho e a grosso para o consumo doméstico e para outras finalidades.

[118] Não nos foi possível obter o total de barracas e bancas desses mercados. Nem o próprio município que gere os mercados possui esses dados. Os responsáveis dos mercados deram-nos uma estimativa de um total de 900 barracas, bancas e quiosques existentes. Se considerarmos esta avaliação, os estrangeiros perfazem 13% da ocupação das mesmas.

## 6.3 A Outra Face da Moeda: as Actividades "Ilegais"

Como vimos, no processo do desenvolvimento da província de Nampula os estrangeiros africanos são também actores participantes, sendo no sector informal que mais se notabilizam. Embora o nosso trabalho não tenha como objectivo principal analisar as actividades "ilegais" dos estrangeiros, parece-nos importante focalizarmos esta problemática que, de alguma maneira, se relaciona ou antes, constitui o inverso daquilo que o desenvolvimento preconiza. A questão que se coloca é saber em que outras actividades "subterrâneas" ou ilegais estão envolvidos os imigrantes que participam no desenvolvimento da província. A sua própria presença está de antemão imbuída de representações negativas, tanto dos nacionais como das autoridades.

> "Queremos fazer uma limpeza contra os imigrantes ilegais que actualmente pululam sobretudo na cidade de Nampula. É uma situação muito inquietante tendo em conta que se associa a prática de vários crimes na cidade. Na realidade não se percebe como é que uma pessoa que vem da região dos Grandes Lagos com o estatuto de refugiado, chega a cidade de Nampula e ao invés de ir ao centro de refugiados de Maratane, opta por alugar uma residência num dos bairros residenciais da urbe, constrói casas, prédios, armazéns, lojas e outras infra-estruturas" (PRM, Jornal Notícias, 8 Junho, 2015).

A "desordem" socioeconómica que estes provocam em Nampula, entre outros, assenta em vários argumentos que vão desde falhas de integração e desemprego à situação irregular de muitos, pobreza e fraqueza do Estado na gestão e controlo dos estrangeiros, que "estimula" as actividades ilegais e ameaça a segurança nacional[119].

[119] Durante as entrevistas, muitos imigrantes – sobretudo oriundos dos Grandes Lagos e do Corno de África – apontaram como uma das causas da emigração para Moçambique, os conflitos armados de facções guerrilheiras existentes nos seus países. Muitos deles podem ter participado nesses conflitos e posteriormente desertado por várias razões. Por vezes, essas tensões acompanham os imigrantes que chegam ao País. No Centro de Refugiados de Maratane ainda persistem conflitos étnicos remanescentes entre os refugiados. O exemplo de um refugiado ruandês é esclarecedor. Os seus concidadãos apontam-no como colaborador do governo vigente, do presidente Paul Kagamé, dizendo que, alegadamente, busca informações sobre as etnias ruandesas existentes naquele centro em Nampula.

Bochaca (2003) vê os imigrantes como um grupo social interactivo, com uma identidade social e cultural, caracterizado por uma determinada produção social, orientada para alcançar os seus objectivos e satisfazer as suas necessidades. Quando falham alguns dos aspectos acima mencionados, deteriora-se a qualidade de vida e as margens do comportamento social estabelecidas no país de acolhimento. A decepção que encontram no país receptor, que supostamente deveria auxiliar a melhorar a sua condição de vida, desencadeia em alguns deles a rejeição da nova sociedade, alinhando pela transgressão ou adoptando formas de comportamento anti-social porque "ressentem menos influência moral do meio que abandonaram" (Lisievici-Brezeanu & Stãiculescu, 1998: 247).

Na província de Nampula, como em várias partes do mundo, a própria condição de imigrante, de "quase cidadão" ou *illegal alien*, como se diria no jargão americano, é muitas vezes associada ao submundo do crime e de várias ilegalidades, sendo considerado um indivíduo potencialmente inconveniente para a sociedade. Como reforça Bastos (2009), os órgãos de informação e, por vezes, as autoridades ajudam a expandir tacitamente esta negatividade.

Assim, Bastos (2009: 129), descreve como o imigrante é observado: "tem rosto fugidio, raramente tem nome, mas sempre faz parte de grandes números que promovem o efeito de ameaça (...) mas não são os sonhos que perseguem, nem os motivos políticos ou privados de quem atravessa a fronteira que aparecem retratados nas campanhas que os condenam. O que se retracta é o acto físico da travessia, o seu carácter ilegal, e, automaticamente, o seu estatuto criminoso. E assim se misturam, na propaganda 'anti-aliens', todas as ameaças num ser compósito – os criminosos, os bandidos, os traficantes, os terroristas, os ladrões, os assassinos. Medos legítimos ou fantasiados, convergem num só ser, o alienígena que se esconde nos números (...) para apaziguar as paixões e medos evoca-se a necessidade e a urgência de reforçar a vigilância das fronteiras, ou mesmo de as fechar de todo, separando os bons dos maus ou os cidadãos dos invasores"[120].

[120] O receio dos nativos em relação aos estrangeiros não é apenas visível em Moçambique (Nampula). Esta percepção negativa também se observa em países desenvolvidos. Segundo Vasta (2004), na Inglaterra, por exemplo, existe também uma ideia generalizada do público de que os imigrantes irregulares, as minorias étnicas e outros grupos estrangeiros "nebulosos" estavam a impulsionar o comércio informal naquele país. Esses grupos "são percebidos como se realizassem suas actividades à margem da lei, através da invasão fiscal

Embora não existam estatísticas sobre o envolvimento de estrangeiros em actividades ilegais, evidências empíricas em Nampula mostram a implicação de alguns imigrantes no tráfico de drogas. A extensão da fronteira no norte de Moçambique e a costa marítima constituem portas de entrada, por serem vulneráveis ao controlo das autoridades. A prática da agiotagem e falsificação de moeda são-lhes imputadas, em que participam igualmente cidadãos nacionais. Outros estrangeiros estão envolvidos no tráfico de seres humanos, sobretudo mulheres e crianças, para a África do Sul, Zimbabwe, Malawi ou Tanzânia[121]. A presença massiva de mulheres estrangeiras, por exemplo, no corredor da Beira e de Nacala, para a prática de prostituição está em parte relacionada com este tipo de tráfico, o que faz aumentar a prevalência de SIDA, factor igualmente válido para as jovens moçambicanas traficadas para esses países. No rol das ilegalidades inclui-se o tráfico de órgãos ou partes de corpos humanos, usados por certos curandeiros tradicionais na província ou fora do país, que se acredita permitir o enriquecimento rápido ou aquisição de "poderes" específicos com o seu tratamento[122].

> "Recentemente, um jovem albino de 19 anos de idade foi raptado na província nortenha do Niassa, por três indivíduos de nacionalidade congolesa. Os raptores foram encontrados pela polícia no centro de refugiados de Maratane, que dista 15 Km da cidade de Nampula, quando pretendiam levar o jovem para fora do país, a fim de o vender. A situação acontece poucos meses depois do desaparecimento, em Nampula, de um jovem de 21 e um menor de 12 anos de idade também albinos. O fenómeno que alguns anos se faz sentir de forma preocupante na Tanzânia, preocupa sobremaneira as autoridades policiais moçambicanas. A polícia diz que a perseguição aos albinos está directamente relacionada aos preconceitos de que são alvo, bem como a prática de magia negra. Alega-se de que partes do corpo dos albinos dão

e outros truques no manejo das leis laborais, além de ser um instrumento para diminuir os salários e defraudar os fundos públicos mediante artimanhas com o sistema de segurança social" (Vasta, 2004: 3).

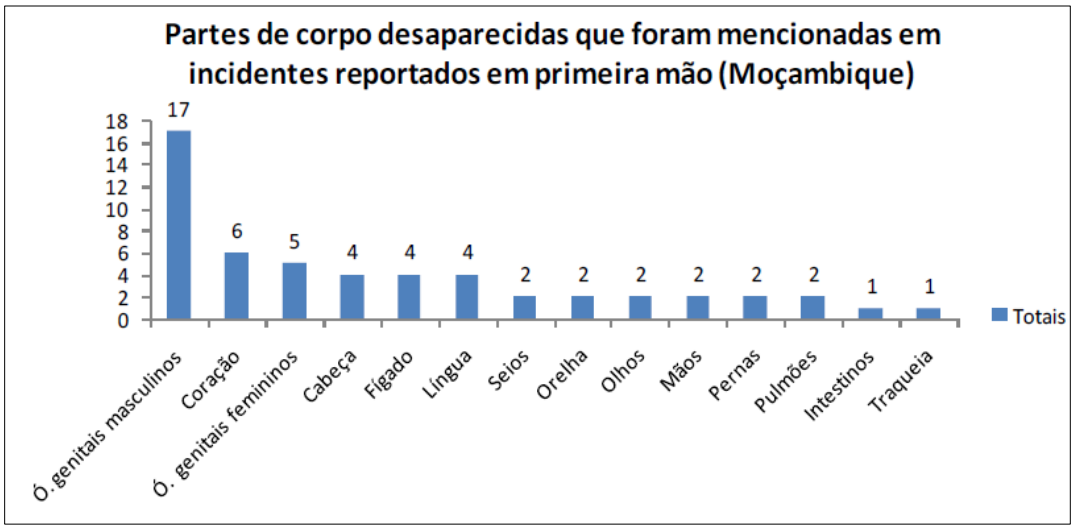
[121] Reconhecendo existir falta de clareza conceptual em torno deste conceito, Peixoto (2007) procura fazer uma distinção entre tráfico (*trafficking*) e contrabando (*smuggling*). O primeiro caso está conotado com fenómenos graves, onde se inclui a violência, fraude e exploração, enquanto o segundo tende a relacionar-se com a introdução clandestina e o apoio que os actores irregulares recebem nos países de entrada. Contudo, segundo o autor, "existe um grande *continuum* de situações entre o tráfico de pessoas, em sentido estrito, e o "contrabando" de migrantes ou auxílio à imigração ilegal" (Peixoto, 2007:72-73).

[122] Acredita-se que o uso de órgãos e partes humanas no tratamento tradicional ajuda a resolver vários problemas sociais e económicos, usando-se, por exemplo, para a cura de doenças, fortalecimento do amor, progressão na carreira profissional, atracção da sorte nos negócios, resolução de problemas financeiros, aumento da captura de peixe, enriquecimento rápido, e outros casos.

> poderes sobrenaturais (..) a situação está a provocar pânico entre os albinos e não só" (Blog Macua, 19/06/2015).

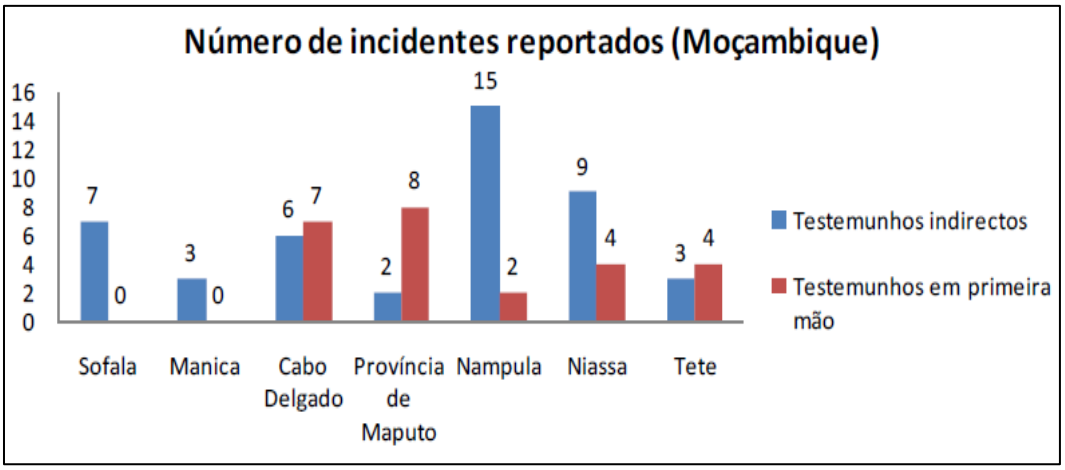
Um estudo realizado em Moçambique, em 2008, pela Liga dos Direitos Humanos (LDH), sobre o tráfico humano e de órgãos (ver gráfico 24), embora não faça a distinção estatística entre nacionais e estrangeiros, por exemplo, apresenta alguns depoimentos que indicam o envolvimento destes últimos neste tipo de actividades. A pesquisa mostra a província de Nampula como sendo aquela que mais reporta casos de tráfico de órgãos humanos, do total das sete províncias analisadas. A impunidade na transacção dos órgãos e partes de corpos humanos acredita-se ser resultante da ausência de uma legislação que penaliza este tipo de infracções. A legislação existente em Moçambique só contempla o tráfico de pessoas. Pelo menos até 2008 não havia "quaisquer legislações, programas ou lei de tecidos humanos em vigor para combater o tráfico de partes de corpo em Moçambique" (Fellows, 2008: 47).

**Gráfico 24: Incidentes com Órgãos Humanos Reportados em Moçambique (2008)**




**Fonte**: Fellows (2008)

**Gráfico 25: Número de Incidentes Reportados em Moçambique (2008)**




**Fonte**: Fellows (2008)

A percepção e o reconhecimento de que os estrangeiros participam em actividades ilícitas, à margem das leis existentes, não se limitam aos exemplos acima apontados. Outras actividades ilegais envolvem os mesmos, conquanto os esforços do Estado para combater os vários crimes parecem não surtir os efeitos desejados. As operações contra os imigrantes ilegais e redes clandestinas são recorrentes na província de Nampula, pois admite-se a desordem e os desvios sociais que estes fomentam, particularmente na cidade capital:

> "Os desmandos que observamos na cidade de Nampula dos estrangeiros, incluindo nacionais, existem porque não há controlo e há muita corrupção. A província está a desenvolver mas não é acompanhada de infra-estruturas socioeconómicas; não há trabalho para todos (...) penso que, mesmo se os estrangeiros estão a meter-se no mundo do crime (...) a devastar as nossas florestas, a caçar ilegalmente animais do mato ou a explorarem minerais é porque é culpa do governo. Porque é que eles não fazem isso na Tanzânia ou no Zimbabwe? É porque aqui o governo é fraco. Existem muitas leis, incluindo leis de exploração de madeira e caça controlada, então porque não controlam? Não fiscalizam? Os estrangeiros são espertos, se encontram uma fraqueza aproveitam-se da situação" (A, B. Moçambicano, entrevista em Nampula, 30/04/2014).

As populações e os órgãos de informação apontam também os imigrantes como estando por detrás da exploração ilegal dos recursos naturais: minerais, florestais, faunísticos, marinhos. Existem florestas com espécies de árvores valiosas (sândalo, pau-preto, pau-rosa, jambirre), e animais selvagens de grande porte (elefantes, rinocerontes, hipopótamos, leões), assim como existe ouro e minerais preciosos em muitas regiões. Na extensão marítima e lacustre desprotegida abundam peixes, moluscos e corais. Os estrangeiros aproveitam-se da falta de controlo para a exploração ilícita destes recursos. A caça ilegal de rinocerontes e elefantes para a extracção das presas, por estrangeiros e nacionais, assim como como o corte de madeira e o garimpo ilegal, tornou-se na actualidade um desafio para as autoridades[123]. Na prática, são os mesmos que estão na dianteira na descoberta e exploração clandestina das jazidas de minérios. O garimpo ilegal praticado por estrangeiros em Namanhumbir, distrito de Montepuez (Cabo Delgado), por exemplo, mostra a dimensão desta actividade, que atrai jovens imigrantes e nacionais que procuram enriquecimento rápido para melhorar as suas condições de vida:

> "Atraídos pela exploração mineira ilegal, todas as semanas chegam dezenas de jovens na região de Namanhumbir, na sua maioria oriundos da Tanzânia. Os cidadãos de origem tanzaniana são uma espécie de dinastias especializadas no garimpo ilegal. A título de exemplo, na localidade de Nanhupo, a "Verdade" encontrou um grupo constituído por cinco indivíduos com idades compreendidas entre 16 e 23 anos, com os quais manteve dois dedos de conversa. Eles encontram-se há dois meses naquele povoado. Os garimpeiros foram recrutados por um cidadão de nacionalidade senegalesa, e ganham dois mil meticais por cada vez que voltam das minas com, pelo menos, cinco saquinhos de areia. Nas minas de Namanhumbir, muitas vezes, debaixo de um sol escaldante, sem as mínimas condições de trabalho, os jovens travam uma batalha de caça ao rubi. Ignorando o iminente risco de desmoronamento de terras, além da Polícia e dos guardas preparados para atirar contra os garimpeiros, eles descem até grandes profundidades, submetendo-se ao exercício braçal e degradante

[123] Se bem que os estrangeiros participem em actividades ilícitas, Bila (2005: 16), por exemplo, em relação à floresta e fauna selvagem, generaliza que as actividades ilegais neste sector ocorrem um pouco por todo o país, envolvendo as populações locais, empresas e operadores florestais, assim como os funcionários públicos, de tal forma que "as multas por transgressão à lei de florestas e fauna bravia constituem uma parcela importante das receitas captadas pelos Serviços Provinciais de Floresta e Fauna Bravia em todas as provinciais do país" (Bila, 2005: 16). Para este autor, as instituições que deviam velar pela fiscalização estão aquém da sua missão, o que não desencoraja este tipo de actividades.

> em jornadas quase intermináveis. Os compradores de rubi são maioritariamente cidadãos de origem estrangeira que, de hora em hora, circulam pelos povoados de Nanhupo e Namanhumbir, transportados em viaturas luxuosas. Os tailandeses são considerados os melhores clientes, pois chegam a pagar mais de 50 mil meticais por cada pedra" (Jornal Verdade, 05/04/2014).

Na província de Nampula, nos distritos de Memba, Eráti, Nacaroa e Moma onde existem metais e minerais preciosos, encontram-se igualmente estrangeiros em actividades de garimpo ilegal ou usam os cidadãos nacionais para este tipo de actividade, para posteriormente adquirir os produtos a preços baixos. O Relatório da DPRME de Nampula de 2013 acusa alguns nacionais, conjuntamente com estrangeiros (nigerianos, malianos, guineenses), de serem compradores ilegais de ouro e pedras preciosas nos distritos de Mogovolas e Murrupula (DPRME, 2013).

Na área do comércio formal e informal, onde se destacam os estrangeiros africanos, existem uma série de irregularidades que lhes são imputadas, como a fuga ao fisco, burlas, corrupção das autoridades, agiotagem, entre outros. As riquezas opulentas supostamente provenientes do comércio e dos investimentos realizados nesta área, os negócios pouco claros, dão lugar a questionamentos que apontam para actividades "subterrâneas", sobretudo quando alguns deles se encontram em situação irregular ou na condição de refugiados e/ou requerentes de asilo, o que à partida pressupõe a impossibilidade de realizarem grandes investimentos.

Ainda sobre as actividades comerciais formais e informais, aliadas às fragilidades do Estado e às ilegalidades dos estrangeiros, durante as entrevistas na cidade de Nampula um funcionário da DPIC referiu o seguinte:

> "O nosso Estado não questiona os recursos financeiros que alguns trazem que podem servir de lavagem de dinheiro. Aqui em Nampula toda gente sabe, os estrangeiros são os que controlam o tráfico de pedras preciosas e ouro, principalmente os nigerianos e malianos. Há estrangeiros com uma só barraca, mas possuem altos carros e casas luxuosas. Se houvesse alguma atenção do governo, podia averiguar a proveniência desses bens (...) temos casos em Nampula de empresários que não tem história empresarial. As empresas crescem do nada, muitas vezes a custa de dinheiro sujo que

> ninguém indaga (...) o ano passado um nigeriano foi apanhado com grandes quantidades de pedras preciosas na sua residência avaliadas em quase um milhão de dólares. Mas a aplicação da multa foi de apenas três milhões de meticais, ele pagou sem problemas, é complicado! (...) Temos tido também problemas com mau uso das licenças das barracas e quiosques. Como muitos estão ilegalmente, avançam os negócios com um conterrâneo que está em situação legal. Este aluga uma barraca, todos colocam os seus produtos e quem paga é o primeiro, fugindo-se assim ao fisco. Este tipo de "solidariedade" é praticado por cidadãos de várias nacionalidades, sobretudo congoleses, malianos e os da Guiné Conacri (...) outras vezes pedem licenças para instalar um negócio na rua X, avenida ou bairro Y, depois vão para uma outra zona que não consta do pedido de licenciamento, quando para estes casos uma mudança implica actualizar a informação. O mesmo acontece com os produtos de venda. Na licença pedem para vender certos tipos de produtos, mas, na prática colocam nas suas barracas outros produtos que não vêm especificados no alvará" (C, A. Moçambicano, entrevista na cidade de Nampula, 02/05/2014).

O que ocorre em Nampula é uma situação paradoxal. Os estrangeiros são percursores do desenvolvimento nos vários sectores da sociedade e principalmente no comércio e serviços, mas, ao mesmo tempo, existe uma percepção de que alguns agentes o fazem fora da margem da lei, criando sentimentos ambíguos quanto à sua verdadeira contribuição para a sociedade em que procuram integrar-se. Apesar de tudo, como diria Bastos (2009: 131) em defesa dos imigrantes, "os que entram pela fronteira e se instalam do lado de cá, são precisamente o motor – ou mais precisamente o combustível – da economia contemporânea. A troco de salários baixos, nenhuns sindicatos e total descrição, são eles que permitem que a economia se mantenha, que as grandes companhias lucrem e as pequenas firmas sobrevivam".

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A condição humana foi sempre marcada por movimentos migratórios. Actualmente estes tornaram-se mais cosmopolitas. A deslocação de indivíduos para diferentes espaços territoriais além-fronteiras é cada vez acentuada e assume proporções que afectam a maior parte das regiões, sendo que o continente africano e, em particular, Moçambique não estão isentos do fenómeno. No caso de Moçambique, devido à sua relativa estabilidade socioeconómica e política na região, a imigração regular e irregular é uma realidade que tende a crescer, com implicações nos vários níveis da sociedade. Após o fim dos sucessivos conflitos armados, o país é receptor de imigrantes provenientes de países africanos e de outros continentes, que procuram refúgio, fazer negócio ou emprego, para melhorar as suas condições de vida.

A tese prevalecente de que Moçambique é um país fundamentalmente emissor de migrantes laborais, sobretudo para a África do Sul, não é sustentável. A entrada de estrangeiros, sejam eles regulares ou irregulares, através da região norte, que posteriormente se instalam na província de Nampula e ao longo do país, é cada vez maior, o que demonstra ser um país simultaneamente emissor e receptor, com maior tendência para esta última característica.

Conquanto as migrações sejam percebidas como resultado das relações assimétricas, sociais e económicas, estabelecidas entre os países, elas estão, também, ligadas aos paradoxos das relações internacionais, bem como à tendência neoliberal global do sistema económico vigente, onde o desemprego constitui uma particularidade. Devido à complexidade de que estão impregnadas, explicações diversas têm sido apontadas nas formulações migratórias. As várias disciplinas das ciências sociais têm procurado estudar as trajectórias e fluxos migratórios a partir de várias perspectivas, sem, contudo, haver consensos teóricos devido às limitações encontradas na observação de uma realidade dinâmica e complexa. Daí a não existência de uma teoria geral das migrações.

Lembramos que o objectivo principal deste trabalho foi o de compreender as pluralidades causais dos movimentos migratórios, bem como as suas consequências no processo de desenvolvimento socioeconómico no norte de Moçambique, especificamente na província de Nampula. A partir do mesmo, captámos as causas que estão na origem da imigração, os

pontos de entrada, as estratégias de integração e a contribuição socioeconómica dos imigrantes africanos para o desenvolvimento da província. Circunscrevemo-nos à província de Nampula por ser a capital do norte de Moçambique, onde a dinâmica social e económica é maior e para onde confluem estrangeiros de várias nacionalidades.

A entrada de imigrantes africanos em Nampula – vista a partir dos seus países de origem – tem a ver com a conjuntura socioeconómica e política vivida nesses países, que na generalidade assenta em crises contínuas, traduzidas em conflitos armados, étnicos e religiosos, problemas económicos e outros. Os imigrantes oriundos do Corno de África (somalianos, sudaneses e etíopes) apontam para uma combinação de factores relacionados com a desestabilização política, conflitos armados, perseguições étnicas e religiosas, secas prolongadas, que afectam as colheitas e, consequentemente, originam fome. Os provenientes da região dos Grandes Lagos (burundienses, congoleses, ruandeses e ugandeses) aludem praticamente às mesmas razões, exceptuando os factores climáticos. Finalmente, os imigrantes oriundos da África Ocidental (guineenses, nigerianos, malianos), para além das causas atrás invocadas, indicam o comércio e o investimento como razões da sua entrada em Nampula.

Se olharmos para os principais factores determinantes da imigração em função da região receptora (Nampula), constatamos cinco ordens de razão. A primeira deve-se à posição geográfica e à fragilidade do Estado. A localização geográfica de Moçambique na África Austral, com uma vasta fronteira terrestre com seis países e uma fronteira marítima com o Oceano Índico igualmente extensa, fazem com que o Estado seja deficitário no controlo das migrações, particularmente as irregulares. A corrupção nos postos fronteiriços, o acesso aos documentos oficiais através de funcionários corruptos e a existência de redes clandestinas, sobretudo ao longo da fronteira, são alguns dos indicadores dessa fragilidade.

A segunda relaciona-se com o papel do país como região de trânsito, uma vez que Moçambique é usado como "trampolim" para se alcançarem os países vizinhos, em especial a África do Sul e, noutros casos, a Europa e América. A terceira tem em conta os factores socioculturais, dado que os imigrantes encontram em Nampula algumas afinidades socioculturais, religiosas e linguísticas, que favorecem não somente a tolerância pelos

locais mas, também, uma rápida integração na sociedade, reduzindo a estigmatização que geralmente os acompanha.

A quarta tem a ver com as características *sui generis* do centro de Maratane, que, sendo um centro aberto, constitui um elemento distintivo que não se encontra nos campos de refugiados dos países vizinhos, como a Tanzânia, o Quénia e o Zimbabwe, que são fechados, existindo um forte controle sobre os refugiados e a possibilidade de serem repatriados para os seus países de origem em caso de menor infracção. Em Maratane, são alocadas terras para a agricultura aos refugiados, estes desenvolvem comércio informal e criam diversas espécies de animais domésticos, posteriormente vendidos na cidade de Nampula. A quinta e última razão está ligada ao programa de reinstalação coordenado pelo ACNUR/INAR, que alimenta o sonho de muitos jovens e famílias refugiados se poderem estabelecer em países desenvolvidos, sobretudo da América do Norte e Austrália.

A posição geográfica de Moçambique na África Austral, devido à sua extensão e ao frágil controlo das fronteiras, permite um maior espaço de manobra aos imigrantes que pretendem entrar no país, seja de forma regular ou irregular. Destacam-se cinco formas de entrada de imigrantes africanos na província de Nampula: terrestre, lacustre, marítima, aérea e fluvial. Fazem-no principalmente através da fronteira norte, onde as províncias de Niassa e Cabo Delgado fazem fronteira com a Tanzânia através do rio Rovuma, do lago Niassa, que faz fronteira com o Malawi, ou ainda pelo mar, ao longo da costa que banha Cabo Delgado, onde o arquipélago das Quirimbas, localizadas não longe das ilhas de Zanzibar (Tanzânia), constitui uma rota usada pelos imigrantes para chegar a esta província ou a Nampula. Enquanto estas vias são usadas por imigrantes sem grandes posses financeiras, a via aérea é utilizada maioritariamente por comerciantes ou pequenos empresários que dizem pretender informar-se ou investir em Nampula. Esses voos são procedentes de Maputo, Nairobi ou Dar-es-Salam.

Os que usam a via terrestre, fluvial e lacustre são oriundos, na sua maioria, do Corno de África e da região dos Grandes Lagos, enquanto os que usam a via aérea são provenientes da África do Sul e África Ocidental (malianos, nigerianos, guineenses), cujo trajecto passa sobretudo pela África do Sul e Maputo. No entanto, alguns imigrantes provenientes do

Corno de África fazem-no por via aérea, por vezes em situação irregular. As entradas de estrangeiros não estão desassociadas das vulnerabilidades das províncias acima referenciadas e, também, da própria atracção que Nampula exerce, devido à sua localização e à grande dinâmica socioeconómica que engendra ao nível da região norte. Por via terrestre, os imigrantes entram através dos distritos de Malema, Eráti e Memba. A entrada por via marítima, em menor escala, faz-se através da ponte-cais de Topito (distrito de Angoche) e do posto fronteiriço da Ilha de Moçambique, onde os fluxos, na sua maioria, são ilegais. Por via aérea, as entradas são realizadas sobretudo através do aeroporto de Nampula.

A chegada de estrangeiros a Nampula pressupõe a sua integração na nova sociedade de acolhimento. E esta faz-se num contexto complexo de transição, com o abandono do *modus vivendi* anterior, da sua terra de origem para uma nova realidade, na qual, à partida, se devem acomodar, pois o processo migratório traz consigo transformações multivariadas, socioculturais, económicas, psicológicas e políticas. Em Nampula, constatamos que a integração na sociedade local parece não implicar grandes perturbações para os imigrantes africanos, devido, em parte, a algumas semelhanças socioculturais que assentam fundamentalmente na seguinte tríade de factores: língua, redes sociais e religião. Por exemplo, na maioria dos países da região dos Grandes Lagos e do Corno de África é falada a língua suaíli, a mesma usada no norte de Moçambique. Se tivermos em conta que a língua constitui uma barreira para muitos imigrantes noutros quadrantes, aqui não parece ser um *handicap,* o que facilita a comunicação com os nativos.

A religião é outro elemento que torna menos "tensa" a integração. Muitos imigrantes originários do Corno de África, dos Grandes Lagos e da África Ocidental são seguidores da religião muçulmana. Imigram, portanto, para uma região onde a maioria da população local professa o islamismo. A religião favorece a coesão dos indivíduos, pois existe uma fé comum, a crença partilhada de irmandade, conquanto sejam de proveniências diferentes. Finalmente, as redes sociais, constituídas por familiares, amigos e conterrâneos, ajudam no processo de deslocação e integração dos estrangeiros, desde as regiões de origem, passando pelos países de trânsito, até chegarem à província de Nampula. Estas redes criam condições e estratégias para o seu acolhimento, transmitem informação, proporcionam auxílio moral,

ajuda económica ou alojamento, e outros apoios julgados relevantes para os seus concidadãos.

A entrada considerável de estrangeiros pressupõe a existência de instituições que devem gerir as migrações. A gestão dos imigrantes torna-se um processo complexo, na medida em que os solicitantes do direito de asilo e estatuto de refugiado não possuem quaisquer documentos que os identifiquem. A triagem é feita com base em entrevistas, acabando normalmente por serem considerados refugiados e enviados para o Centro de Refugiados Maratane. O Estado, através dos seus principais organismos na província de Nampula (SPMN, INAR e Centro de Refugiados de Maratane), gere os movimentos migratórios em função das suas limitações humanas e materiais, por meio da prevenção, controlo, acolhimento, integração e expulsão (se for o caso) – num contexto em que se verificam entradas massivas, muitas delas em situação irregular – embora esta gestão seja feita em coordenação com os países vizinhos, principalmente a Tanzânia.

Além disso, as instituições confrontam-se com dificuldades de vária ordem, que não permitem uma coordenação eficaz para lidar com os imigrantes. As dificuldades, para além da falta de recursos humanos e financeiros, compreendem a exiguidade de meios de transporte e de comunicação, a falta de um centro de retenção de estrangeiros, entre outras. No Centro de Maratane, os refugiados são confrontados com a falta de alimentação, cuidados médicos e excessiva burocracia na emissão de documentos.

Embora existam debates, com numerosos prós e contras, quanto à sua importância, as migrações desempenham um papel relevante no processo de desenvolvimento local, promovendo transformações que são uma mais-valia quer para os países emissores quer para os de acolhimento. Constatamos que a maior parte dos imigrantes que chegam a Nampula são pobres, muitos são refugiados e não propriamente imigrantes económicos. Porque não são enquadrados nas empresas e nas instituições do Estado, realizam actividades por conta própria, abrindo os seus próprios negócios, quer seja no sector formal quer no informal, como solução para as situações de privação em que se encontram.

Na generalidade, os estrangeiros apostam no empreendedorismo, pois as possibilidades de trabalho são menores nas empresas privadas nacionais e nas instituições do Estado. A vontade de abrir empresas ou pequenos negócios tende a ser maior nos imigrantes do que nos nacionais. Em 2013, do total de 35 pedidos de licenciamento feitos ao BAÚ, os estrangeiros africanos perfaziam 77% do total das empresas. A maioria delas eram viradas para o comércio e restauração e, em menor escala, para a prestação de serviços.

Os imigrantes que se encontram no sector formal possuem estabelecimentos comerciais onde vendem diversos produtos provenientes, na sua maioria, da China. Os mesmos produtos "alimentam" também o sector informal. A restauração concentra-se na cidade de Nampula, onde não falta a ementa "nostálgica". Os estabelecimentos comerciais dos estrangeiros africanos estão presentes, também, nas zonas rurais de todos os distritos, reflectindo-se na redução das distâncias que as populações percorrem para a aquisição de produtos nas cidades e vilas. De igual forma, os imigrantes africanos investem no ramo da construção civil, minorando as carências de infra-estruturas para o comércio e habitação, as quais são arrendadas aos estrangeiros e nacionais.

O envolvimento destes na área do transporte de mercadorias ou de passageiros, ao nível dos distritos, províncias e movimentos internacionais, ajuda a colmatar o défice nesse sector ao nível da província. Em relação ao sector agro-pecuário, este enquadra-se mais no sector informal. Entretanto, existem pequenas empresas estrangeiras (associações) dedicadas à criação e venda de aves, gado bovino e caprino. Os empreendimentos gerados pelos estrangeiros africanos (formais e informais) constituem uma mais-valia socioeconómica para a província. Além de pagarem taxas de licenciamento económico e fornecerem mercadorias e serviços, empregam tanto os locais como os seus patrícios. Estes empreendimentos – mesmo que precários – permitem a diversificação das actividades económicas, proporcionando vários serviços à população local.

Concluímos que os imigrantes participam no sector formal, mas é no informal que apresentam maior dinamismo e desenvolvimento para a província de Nampula. Este sector não é mais do que um recurso de sobrevivência para os nacionais e estrangeiros, com vista a aumentar os seus rendimentos e a melhorar as suas condições de sobrevivência. Constitui

uma saída perante a incapacidade do Estado e do sector formal em suprir as necessidades básicas das populações. Para os estrangeiros, a entrada no sector informal não constitui uma actividade nova, pois muitos já a praticavam nos seus países de proveniência, constituindo, assim, um contínuo na forma de captação de rendimentos. Os intervenientes e as actividades levadas a cabo neste sector são diversos. Compreendem indivíduos de várias faixas etárias, incluindo crianças.

Na prática o informal é um sector acessível a varias camadas da população, pois não necessita de infra-estruturas ou grandes investimentos, e muito menos formação profissional ou experiência para o início das actividades. As formas e os tipos de produtos vendidos no sector informal adequam-se às necessidades e capacidades económicas dos compradores. A realidade de Nampula mostra que o informal não só responde às necessidades das camadas mais vulneráveis, mas, também, às de outros estratos sociais. Os imigrantes, além de fazerem concorrência aos nacionais nos passeios e esquinas, "capturaram" igualmente alguns mercados informais (cidade de Nampula) ou possuem uma considerável presença nos mercados formais (cidade de Nacala). O mercado dos bombeiros na cidade de Nampula é um dos casos paradigmáticos, onde os estrangeiros detêm 85% do total das bancas e barracas existentes.

Se bem que os estrangeiros participem no processo de desenvolvimento em várias áreas da sociedade, paradoxalmente existe a ideia generalizada – e consubstanciada com evidências empíricas, que demonstrámos ao longo do trabalho – de que muitos deles alinham em actividades à margem da lei. Esta ideia reforça a rotulagem prevalecente por parte dos autóctones e das autoridades de os estrangeiros serem potencialmente "problemáticos", associados a comportamentos anti-sociais e às actividades ilegais, inconvenientes para a sociedade. As riquezas opulentas supostamente provenientes do comércio e dos investimentos realizados nesta área, os negócios pouco claros, dão lugar a questionamentos que apontam para actividades "subterrâneas", sobretudo quando alguns deles se encontram em situação irregular ou na condição de refugiados e/ou requerentes de asilo.

Em Nampula, são imputados aos imigrantes a agiotagem, branqueamento de capitais, falsificação de moeda, tráfico de pessoas e órgãos humanos. São ainda acusados de estar por detrás da exploração ilegal dos recursos naturais: minerais, florestais, faunísticos e marinhos. O garimpo ilegal, a exploração de ouro e pedras preciosas completam a série de infracções em toda a região norte. De novo se coloca a questão da fragilidade do Estado, por este não exercer o controlo e tomar medidas coercivas contra estes estrangeiros.

Neste trabalho levantámos inicialmente três hipóteses que procuravam responder por antecipação à nossa questão de partida. As hipóteses foram as seguintes: H1– A escolha de Moçambique como país de destino pelos imigrantes africanos não é só resultante da sua relativa estabilidade socioeconómica e social, dos recursos naturais existentes ou do crescimento económico, mas tem a ver também com o quadro de fragilidade das instituições do Estado em Nampula; H2: As as redes sociais - mais do que as instituições do Estado - desempenham um papel fundamental no processo de integração dos imigrantes facilitado pela proximidade socio-cultural existente. H3 – Parte-se do princípio de que, sendo na sua maioria pobres, com pouco capital para investimento, os imigrantes desenvolvem as suas actividades sobretudo no sector informal, mais do que no sector formal, com base nas experiências económicas e sociais dos países de origem, contribuindo para o desenvolvimento da província.

Em relação à primeira hipótese, confirmámos que os imigrantes africanos optam por Moçambique, em particular pela sua região norte, devido à situação socioeconómica e política relativamente estável, quando comparada com os seus países de proveniência. A expansão de infra-estruturas económicas e o ambiente de negócios favorável são propulsores da entrada de imigrantes em situação regular e irregular, sendo esta última a mais predominante. Confirmamos que a fragilidade das instituições do Estado em controlar as migrações, tanto ao longo das fronteiras como nas províncias, constitui o factor de atracção principal. Na província de Nampula, assim como noutras, os imigrantes são maioritariamente constituídos por refugiados ou requerentes de asilo. O facto de o Centro de Refugiados de Maratane ser um centro "aberto", ao contrário dos países vizinhos – e porque não existem acções coercivas em caso de abandono ou fuga – faz com que alguns

refugiados o usem como um centro de "trânsito" para outras províncias ou para alcançar outros países vizinhos, sobretudo a África do Sul.

No que respeita à segunda hipótese, corroborámos igualmente que no processo de integração dos estrageiros, mais do que as instituições do Estado, são fundamentais as redes sociais, cujo papel é facilitado pela proximidade cultural, alguns hábitos e costumes (indumentária, alimentação), a língua Suaíli e a confissão do islamismo. Em relação à terceira hipótese, atestámos que a maior parte dos imigrantes africanos que entram pela região norte (Nampula) são carenciados e é sobretudo através do sector informal que imprimem uma dinâmica comercial, por um lado, como forma de geração de rendimentos e, por outro, providenciando bens e serviços à população local que o Estado não consegue suprir.

Para concluir, gostaríamos de apontar algumas linhas de pesquisa futuras. Partimos do princípio de que as migrações são um fenómeno social total. Mesmo se imbuídas da complexidade que lhes é inerente, podem ser apreendidas a partir de várias perspectivas, com base nas diversas disciplinas das ciências sociais. Ao contrário da região sul, onde existem estudos migratórios com ênfase na migração laboral para a África do Sul, a região norte de Moçambique oferece a vantagem – se assim se pode considerar – de existirem ainda poucos estudos que se debruçam sobre as várias facetas e dinâmicas da migração. A experiência e as constatações no terreno sobre os imigrantes africanos, e não só, permitem-nos, com alguma legitimidade, apontar algumas pistas futuras de pesquisa que serão úteis para o entendimento e o enriquecimento do acervo científico sobre as migrações na região.

Conquanto existam outros temas a ser explorados, avançamos principalmente com os seguintes: i) *A imigração e a segurança nacional a partir do norte de Moçambique*, uma vez que os estrangeiros africanos provenientes de países com conflitos armados crónicos, mesmo quando entram como "refugiados", podem em alguns casos ter pertencido às facções armadas, o que, a longo prazo, pode afectar a segurança nacional uma vez no território, realidade que, aliás, pudemos comprovar durante as nossas entrevistas, com alguns estrangeiros a referirem ter abandonado essas facções; ii) *As migrações transfronteiriças sobre o rio Rovuma*, dado que em ambas as margens deste rio, que divide

Moçambique da Tanzânia, existe uma verdadeira "indústria das migrações", sobre a qual se podem explorar, por exemplo, o comércio transfronteiriço ou as redes de contrabando que actuam de ambos os lados, ou ainda a coordenação fronteiriça entre os dois países na gestão dos fluxos migratórios regulares e irregulares; e iii) Embora o tenhamos feito apenas *en passant*, seria igualmente pertinente estudar se *a imigração e as actividades ilícitas* estão relacionadas, com ênfase para a exploração mineira, a caça furtiva e a exploração florestal, bem como o tráfico humano e de órgãos, de que a região norte e a província de Nampula são alvos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**Abreu**, Alexandre (2006). *As Migrações Internacionais e o Desenvolvimento dos Países de Origem. Impactos e Políticas*. Lisboa: edição ACIDI.

**ACNUR** (1995). *A situação dos Refugiados no Mundo. Em busca de soluções*. Documento do ACNUR, Genebra.

**Adam**, Yussuf (2005). *Escapar aos Dentes do Crocodilo e Cair na Boca do Leopardo*. Maputo: Edições Promédia.

**Adepoju**, Aderanti (2001). *Regional Organisations and Intraregional Migration in Sub-saharan Africa*: Challenges and Prospects. United Kingdom: Black Publishers Lda.

**Allah,** Hind Hourmat (2010). *L'approche Genre dans les Politiques Migratoires des Pays africaines, Cas du Maroc*. Senegal: CORDESIA.

**Almeida** Santos et al. (2014). *Moçambique- 2014. Perspectivas económicas na África*. African Economic Outlook. Disponível em: http:www.africaneconomicoutlook.org. [Acesso em: 2015/06/05].

**Almeida**, Joelma (2011). *A cultura migratória da África Ocidental. Continuidades e rupturas no Pós-independência*. CEA: ISCTE,IUL.

**Alvear,** Trenor B. (2008)**.** *Los flujos Migratórios actuales en Africa Subsahariana: el Predominio de la Migración intra-africana sobre la extra-africana*. Documento de trabajo no.50, España: Real Instituto Elcano.

**Amaral**, Ilídio (2005*).* Importância do Sector Informal da Economia Urbana em Países da África Subsahariana. Vol. XL, Número, 53-72. *Revista portuguesa de Geografia*, Finisterra: Lisboa. Pp, 79.

**Amaro**, R. Rogério (2004). Desenvolvimento um conceito ultrapassado ou em renovação? Da Teoria à prática e da prática à teoria. In: *Cadernos de Estudos Africanos* nr. 4, Lisboa: ISCTE. Pp, 35-69.

**Andrade**, I. Rebelo (1997). Algumas reflexões sobre o conceito de desenvolvimento. In Venâncio José Carlos, *o Desafio Africano*. Lisboa: Universidade da Beira Interior.

**Andrade**, Ximena et al. (1998). *Famílias em contexto de mudanças em Moçambique*. Maputo: WLSAMOZ/CEA.

**Angelopoulus**, Angelos (1973). *O Terceiro Mundo Frente aos Países Ricos*. Lisboa: Edição Livros do Brasil.

**Appleyard**, Rachel (1992). Migration and Development, in: R. Cohen (ed), *Theories of migration*, Cheltanhan: Eduard Edgar Publishing limited.

**Arango,** Joaquin **(**2003). La Explicación Teórica de las Migraciones**:** Luz y Sombra**.** *Redalyc (Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal). Migración y Desarrollo*, Octobre, nº 01, 2003. Pp, 1-30.

**Arango,** Joaquin **(**1985). Las "Leys de las migraciónes". De E. G. Ravenstein cien años después. In: *Revista Española de Investigaciones sociológicas* - REIS, nº 32. Pp, 7-26.

**Araújo**, Cidália et al. (2008). *Estudo de Caso*. Universidade de Minho. Instituto de Educação e Psicologia.

**Araújo**, Emília & **Ferreira**, F. (2013). "A fuga de cérebros": um discurso multidimensional. In: Araújo, E. Fontes, M. e Bento, F. (ed.). *Para um debate sobre mobilidade e fuga de quadros*. Braga: CES, Universidade de Minho.

**Araújo**, M. Mendes (1988). *O sistema das aldeias comunais em Moçambique: Transformações na organização do espaço residencial e produtivo*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento.

**Araújo**, M. Mendes (1990). As Migrações Internas e o Processo de Urbanização. In: *Dinâmica Demográfica e Processos Económicos, Sociais e Culturais*. Série população e desenvolvimento. Doc. II, Maputo: CNP. Direcção Nacional de Estatística. Pp,72-89.

**Araújo**, M. Mendes (2003). *Os Espaços Urbanos em Moçambique*. SP:GEOSP – Espaço e Tempo, nr 14. Pp.16-182.

**Araújo**, M. Mendes (2005). *As Populações das Cidades de Maputo e Matola. Espaços urbanos multifacetados*. Maputo: CEP, Imprensa Universitária.

**Araújo**, M. Mendes (2005). Cidade de Nampula: A Rainha do Norte de Nampula. *Revista Portuguesa de Geografia*. Finisterra, XL, 79. Pp, 209-222.

**Araújo,** M. Mendes & Muanamoha, Ramos (2011). Migração indocumentada de Moçambique para África do Sul*:* Impacto socioeconómico nas comunidades de origem. *Revista Internacional de Língua Portuguesa.* Migrações, AULP, III série, nr. 24.

**Arcila**, Olga (2007). Ética y Desarrollo rural. In: Ospina Olga Lucia (org.) *El Desarrollo, Progresso o Ilusión?* Bogotá: Editora Académica.

**Arnaldo,** Carlos & Muanamoha, Ramos (2013). Tendências e Desafios do Crescimento da População em Moçambique. In: Arnaldo Carlos e Cau Boaventura (org.) *Dinâmicas da População e Saúde em Moçambique.* Maputo: Cepsa.

**Aydos**, M. Recena (2010). *Migração Forçada. Uma abordagem conceitual a partir da imigração de angolanos para o Estado do Rio de Janeiro e São Paulo (1970-2006*). Brasil: Unicamp, dissertação de mestrado em Demografia.

**Baden**, Sally (1997). *Post Conflict Mozambique: womens special situations, populations issues and gender perspectives*: Institute of development studies. Brington: UK.

**Bakewell,** Oliver (2009). *South-South Migration and Human Development: Reflections on African Experiences, Human Development Research Paper 2009/07*. Disponível em: http://hdr.undp.org/en/reports/global/ [Acesso em: 2013/04/12].

**Balandier**, Georges (1971). *Sens et Puissance*. Paris: Presses Universitaires de France (PUF).

**Banco Mundial** (1990). *África subsaariana. Da crise até ao crescimento sustentável*. Washington.

**Banco Mundial** (2010). *Migrations and Remittances*. Factbook (2011), Africa Sub-Saharan.

**Bandeira**, M. Leston (2004). *Demografia: Objecto, Teorias e Métodos*. Porto: Editora Escolar.

**Barreto,** António (2005). *Globalização e Migrações*. "in: Barreto, A. (org.)". Apresentação. Lisboa: Imprensa de C. Sociais, 1ª edição, Maio de 2005. Pp, 19-23.

**Bastos**, Cristina (2009). O medo dos imigrantes. "In: Elsa Lechner, (org). *Migração, saúde e diversidade*. Lisboa: ICS. Pp, 127-135.

**BAÚ** (2013). *Relatório anual.* Nampula.

**BAÚ** (2014). *Relatório do Primeiro Semestre.* Nampula.

**Becker,** G. S. (1993). *Human Capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. 3th edition, Chicago: University of Chicago Press.

**Bekkers** H, & Stoffers, W. (1992). Medición del empleo en el sector no estruturado de Pakistan: ensayo de una nueva metodologia. Ginebra: *Revista internacional del trabajo*, vol. 114, nr 1.

**Benot**, Yves (1973). *O que é Desenvolvimento*? Lisboa: Sá da Costa Editora.

**Bericat,** Eduardo (1998*). La integración de los métodos cuantitativo y cualitativo en la investigación social*. Barcelona: Editorial Ariel.

**Bertrand**, Didier (1998). *Refugees and Migrants, Migrants and Refugees*. An Ethnological Approach" International Migration, nr.36. Pp, 107-113.

**Bila**, Adolfo (2005). *Estratégia para a fiscalização participativa de florestas e fauna bravia em Moçambique*. Maputo: DNFFB/FAO.

**Bilale**, C. Castanheira (2007). *A Mulher Migrante na Cidade de Maputo*. Maputo: Centro de Estudo da População (CEP).

**Blog Macua** (2011). *Polícia moçambicana descobre 11 cadáveres de imigrantes ilegais sepultados em Cabo Delgado*. Disponível em: http://blog.macua.us/mocambique_para_todos/2011/01/pol%C3%ADcia-mo%C3%A7 . Acesso em: [2011/01/11].

**Bochaca,** J. Garreta (2003). *La integración sociocultural de las minorias étnicas (gitanos e inmigrantes)*. Barcelona: Anthropos Editorial.

**Boletim da República**, Decreto nr. 5/2012 de 7 de Março. I SÉRIE – Número 10.

**Boletim da República,** Lei nr. 5/93 de 28 de Dezembro. I SÉRIE – Número 51.

**Boletim da República,** Resolução nr. 11/88 de 28 de Agosto. I SÉRIE – Número 34.

**Borges** Coelho, J. Paulo (1993). *Protected villages and comunal villages in the Mozambique Province of Tete (1968-1982): A History of state resettlement policies, development and war*. Bradford University: UK.

**Borjas**, George (2000). Economics of Migration. *Internacional Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences*, section no.3.4, Article no. 38.

**Borjas**, George (1989). Economic theory and international migration. *International Migration Review*.v. 23, n. 3, Special Silver Anniversary Issue: International Migration an Assessment for the 90's, autumn/1989.

**Bostelo**, Julieta (2011). *La Teoria Económica del Desarrollo: Un enfoque comparativo entre Marx e Shumpeter*. Disponível em: http://rcc.net/globalization/2011/fg1299.htm [Acesso em: 2013/05/12].

**Boyd**, M. (1989) «Family and Personal Networks in International Migration: Recent Developments and New Agendas», In: *International Migration Review*, nr. 111. Pp, 638-670.

**Brandão,** A. Maria (2007). *Entre a vida vivida e a vida contada como material primário de investigação sociológica.* Disponível em; http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822.[Acesso em: 2015/07/23].

**Cahen**, Michel (2002). *Les Bandits. Un Historien au Mozambique*. Paris : Centre Culturel Calouste Gulbenkian.

**Cambrézi**, Luc (2007). Refugieés et migrantes en Afrique: Quel statut pour quelle vulnérabilité ? *Revue Européenne des Migrations Internacionales*. Vol 23, nº 3. Pp, 13-28.

**Carballo** de la Riva, Marta (2009). *Migraciones y desarrollo: la incidência de África Sub-sahariana en la agenda política.* Instituto Universitário de Desarrollo y Cooperación. Universidad Complutense de Madrid. Documento de trabajo nr 3. Disponivel em http://www.ucm.es/info/IUDC/. [Acesso em: 2013/05/14].

**Cardoso**, F. Henrique & Falleto, E. (1988). *Dependência y Desarrollo en América Latina*. 23 Edición, México: Siglo Veinteuno Editores.

**Caritas** Internationalis (2010). "*El rostro feminino de la migración*", Saly, Senegal, conferência internacional, 30 de Novembro.

**Casal**, A. Yáñez (1996). *Antropologia e desenvolvimento: as Aldeias comunias em Moçmbique*. Lisboa: MCT, Instituto de Investigação Científica Tropical.

**Castillo,** José (1990). *Teorias sociológicas de las migraciones humanas: Diversidad y integración*. Madrid: XXII Congresso Mundial de Sociologia, 9-13 junho.

**Castles** Stephen & Miller, M. J. (2003). *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World*, Londres: Macmillan.

**Castles** Stephen (2005). *Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios*. Lisboa: Edições Fim de Século.

**Castles** Stephen (2010). Entendendo a Migração Global. Uma perspectiva desde a transformação social. *Revista Internacional de Mobilidade Humana*, Brasília: Ano XVII, nr. 35. Pp. 11-43. Julho/Dez 2010.

**Castles**, Stephen, (1999). *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Editora Paz e Terra.

**Ceita,** Dinazalda (2014). *Mulher migrante São Tomense e sua inserção no meio urbano*. Maputo: CAP/UEM.

**Cerón**, A. Canales (2008). Remessas e Desarrollo en América latina. Una relación en busca de una teoria. *Revista Migración e Desarrollo* vol. 11, Rede de Revistas Cientificas de América Latina y el Caribe, España y Portugal. Pp, 6-27.

**Chichava**, José (1998). *O sector informal e as economias locais*. Maputo: Ministério de Administração Estatal (MAE).

**Chiwara**, Letty (2012)**.** Vias para Respaldar la Participación de mujeres en Africa**.** In: Rodrigues Maribel. e Alberdi, I**.** (org.)**.** *El papel de la Mujer en el desarrollo de Africa. Serie Avances de la Investigación* no 79. Madrid: Fundación Carolina CeALCI.

**CIDOB**- *Anuário Internacional (2004). Migraciónes en Sudáfrica. Barcelona, España*. Pp. 457-467. Disponível em: www.cidob.org [acesso em: 2014/05/19].

**Cohen**, Ruben (2005). Migração Internacional e Cosmopolitismo Quotidiano. In: António Barreto (org*), Globalização e Migrações*. Portugal: Imprensa das Ciências Sociais.

**Coleman**, James (1990). *Foundations of Social Theory*. Cambridge: Havard University Press.

**Collier,** Xavier (2000). *Estudio de Casos*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, Cuadernos Metodológicos (30).

**Consolo**, M. Josefina (2004). *Integração social e estratégias de sobrevivência de refugiados em Maratane – Nampula*. Dissertação de licenciatura, Maputo: FLCS/UEM.

**Corgeau**, Daniel (1988). *Méthodes de mesures de la mobilité spatiale. Migrations internes, Mobilité temporaires, navettes*. Paris : Edition de l'Institut Nationale d'Études Demografiques.

**Correia**, Lopes (2007). *Gravidez e seropositividade em mulheres imigrantes na região de Lisboa*. Portugal: Edição ACIDI.

**Costa**, Ana Bernard da (2009). *Emigracão de quadros, formacão superior e desenvolvimento: o caso de Moçambique*. Pro-posições, 20 (1). Pp, 127-145. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=[Acesso em: 2015/06/20].

**Costa**, Ana Bérnard (2002). *Famílias na Periferia de Maputo: Estratégias de sobrevivência e reprodução social.* Tese de doutoramento em Estudos Africanos. Lisboa: ISTEG.

**Costa**, Ana Bérnard (2009). *Emigração de quadros, formação superior e desenvolvimento: O caso de Moçambique*. *Pro-Posições*, *20* (1) (58). Pp, 127-145.

**Costa**, A.M. Figueiredo (1986). *Do Subdesenvolvimento.Vulgatas, rupturas e reconsiderações em torno de um conceito.* Porto: Afrontamento.

**Covane**, Luís (1996). *Migrant labour and agriculture in southern Mozambique with special reference to lower Limpopo valley (1920-1992).* London. Tese de doutoramento.

**Covarrubias** H. Marquéz (2006). El desarrollo participativo transnacional basado en las organizaciones de los migrantes. *Revista Latino Americana de Desarrollo*, vol. 34, Enero/Marzo, 2006. Pp,122-135.

**Crush** & Williams (2001). *Gender Concerns in South African Migration Policy "Migration Policy"*. Southern African Migration Project (SAMP). Disponível em: siteresources.worldbank.org/EXTDECPROSPECTS/Resources/4. [Acesso em: 2013/04/12].

**De Abreu** A. Pinto & De Abreu, S. (1996). *O sector informal em Moçambique. Uma abordagem monetária*. Maputo: Staff Papper.

**De Abreu**, A. Pinto (2007) *Sector Informal, Microfinanças e Empresariado Nacional em Moçambique»*, Cadernos de Estudos Africanos. França: Disponível em: http://cea.revues.org/930, DOI : 10.4000/cea.930 [Acesso em: 2015/05/08].

**De Vletter**, Fion. (1985). Recent Trends and Prospects of Black Migration to South Africa. RSA: *The Journal of Modern Africa Studies*, vol 23, nr. 4.

**De Vletter**, Fion. (2006). *Migration and Development in Mozambique: Poverty, Inequality and Survival. South Africa*: SAMP Migration Policy, Séries nr.43. Pp.4-32.

**Dhenet** (2015). *Como funciona o Índice de Desenvolvimento Humano*. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/idh/idh/idh_como_funciona.pdf. [Acesso em: 2015/07/20].

**Dopcke**, Wolfgang (1999). Vida longa das linhas rectas: cinco mitos sobre as fronteiras na África negra. *Revista brasileira de Política Internacional*. Pp, 77-109.

**DPEN (2012).** *Relatório semestral*. Direcção Provincial da Educação – Nampula.

**DPRME** (2013). *Relatório Anual*. Província de Nampula.

**DPRME** (2013). *Relatório das Actividades Desenvolvidas ao longo do Ano 2013*. Província de Nampula, Janeiro de 2013.

**Elias**, Norbert (1980). *Introdução a Sociologia*. Portugal: Edições 70.

**Endeberg**, L.E. (1990). *Rural Households and resources allocation for developement. An ecosystem perspective*. Roma: FAO.

**Escobar**, Arturo (2007). Post-development as Concept and Social Pratice. In: Ziai, Aram (ed.), *Exploring Post-development. Theory and Practice, Problems and Perspectives*. New York, Routledge. Pp,18-31.

**Estevão** J. A. Ramos **(**2004**).** *Desenvolvimento Económico e Mudança Social. Papel do Estado*. Lisboa: CESA, ISEG.

**Farré,** Albert (2010). Formas de investimento de poupanças no local de origem por emigrantes do sul de Moçambique. O caso do distrito de Massinga (Inhambane). "In: Luis

de Brito et al. (org). *Protecção social: abordagem, experiência e desafios para Moçambique*).Maputo: IESE. Pp,219-214.

**Fawcett**, J. T. (1989). Networks, Linkages, and Migration Systems. *International Migration Economy*, v. 70, n. 5, Part 2: Investment in Human Beings, out/1962. Pp, 80-93.

**Fellows**, Simon (2008). *Tráfico de Partes de Corpos em Moçambique e na África do Sul*. Maputo: LDH.

**Fernández**, Cristina Garcia (2007). *Las causas de las emigraciónes en África*. Papeles nr 96. Disponível em: www.fuhem.es/media/ecosocial/file/Cohesi%25C3%25B3n%252. [Acesso em: 2013/04/05].

**Ferreira**, A. Rita (1982). *Fixação portuguesa e História pré-colonial de Moçambique*. Lisboa: Instituto de Investigação Cientifica Tropical/ Juntas de investigação Científica do Ultramar.

**Ferreira,** E. de Souza & Rato, Helena (2000). *Economia e Imigrantes*. Oeiras: Celta Editora.

**FIDA** (2010). *Mandar Dinheiro para Casa em Africa*. Relatório. Disponível em: http://www.ifad.org/remittances/pub/money_africa_por.pdf. [Acesso em: 2012/12/20].

**Figueiredo**, J. Miranda (2005). *Fluxos migratórios e cooperação para o desenvolvimento. Realidades compatíveis no contexto Europeu*? Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).

**Florêncio**, Fernado (2002). Christian Geffray e a Antropologia da Guerra. Ainda a propósito de "la Cause des Armes au Mozambique". SP: *Revista Etnográfica*, Vol. VI, (2). Pp,347-364.

**Fórum Gulbenkian** (2006). *Migração e Políticas de desenvolvimento no quadro da CPLP. As Diásporas como agentes para o Desenvolvimento*. (Seminário, 06 de Junho de 2006), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

**Fragoso**, António (2005). Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local. Um ensaio baseado em experiências investigativas. *Revista Lusófona de Educação*, 2005, nr.5. Pp, 63-83.

**Francisco** A. Silva & Paulo, Margarida (2006). *Impacto da Economia Informal na Protecção social, Pobreza e Exclusão: A dimensão oculta da Informalidade em Moçambique*. Maputo: CEA, Cruzeiro do Sul.

**Fulane**, Helena (1994). *A mulher no sector informal e o papel do movimento sindical neste sector*. Maputo: Friedrich Ebert/ Muleide.

**Fusco**, Wilson (2002). *Redes Sociais na Migração Internacional: o caso de GOVERNADOR VALADARES*. Brasil: UNICAMP, Núcleo de Estudos de População.

**GAZEDA** (2014), disponível em: http://www.gazeda.gov.mz/index.php?option=com_ckforms&view=ckforms&id=1&Itemid=115&lang=pt [Acesso em: 2014/10/15].

**Geffray**, Christian (1991). *A causa das armas. Antropologia da guerra contemporânea em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento.

**Geffray**, Christian (2000). *Nem Pai nem Mãe. Crítica ao Parentesco*: Caso Macua. Maputo: Edições Ndjira.

**George**, Pierre (1977). *As Migrações Internacionais*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

**Ghosh,** Bimal **(**2006). *Migrants' Remittances and Development. Myths, Rhetoric and Realities.* The Hague Process on Refugees and Migration. Genebra: OIM.

**Góis**, Pedro & **Marques,** Carlos (2007). *Imigrantes altamente qualificados em Portugal: Estudo prospectivo*. Lisboa: ALCIDI, IP.

**Góis,** Pedro (2008). Entre *Janus* e *Hidra* de lerna : as múltiplas faces dos cabo-verdianos em Portugal. In: Pedro Góis (org) *Comunidades cabo-verdianas: as múltiplas faces da emigração cabo-verdiana*. Lisboa: AlCIDI, IP. Pp, 7-24.

**Gomes**, Severo (1992). *Contra qualquer ordem internacional*. Revista Estudos Avançados nr. 6 (16). Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ea/v6n16/v6n16a14.pdf. [Acesso em: 2013/06/ 28].

**Gómez**, A. Javier (2014). *A donde vá Nigéria? Boko Haram, el Estado y sus conflitos.* Pamplona, España. Disponível em: Www.guinguinbali.com/index.php?lang=es&m [acesso em: 2015/01/07].

**Gómez**, António et al. (2007). *Educação e Desenvolvimento Comunitário* local. Porto: Profedições.

**Gonçalves,** Ortelinda (2009). *Migrações e Desenvolvimento*. Porto: Fronteira Caos Editores Lda.

**Gouws**, Amanda (2010). *The Feminization of Migration*. Disponível em: www.codesria.org/IMG/pdf/AMANDA GOUWS.pdf. [Acesso em: 2013/11/20].

**Governo** da Província de Nampula. *Estudo de Governação de Nampula*. Versão Final, 7 de Janeiro de 2010.

**GPN** (2010). *Estudos de Governação de Nampula*. Relatório Final de 07 de Junho de 2010. Nmapula.

**Guerra** Hernandez, Héctor (2012). *Cooperación para el desarrollo en tiempos de internacionalismo: los hombres nuevos de Machel*. Vibrant, Virtual Braz. Anthr. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/vb/v9n1/18. vol.9, n.1. Pp, 538-573. [Acesso em: 28.05.2014].

**Gumende**, António (2010). Mozambique: Historical trajectories and development. *Hispanic research jorna*l, vol.11 nr.2, April, 2010. Pp, 172-185.

**Gumeta**, Joaquina (1994). *Experiência e implicação jurídico-legal do sector informal*. Maputo: Friedrich Ebert/Muleide.

**Gunder**, Frank (1976). *Sociologia do Desenvolvimento e sub-desenvolvimento da Sociologia*. Coimbra: Centelho.

**Gunder**, Frank (1986). Capitalismo e Desenvolvimento do Subdesenvolvimento. In: "Costa, A. Figueiredo (0rg). *Do Subdesenvolvimento.Vulgatas, rupturas e reconsiderações em torno de um conceito".* Porto: Afrontamento.

**Gupta,** S. et al (2007). *Las Remesas al Servicio de Africa. Finanza y desarrollo. Junio*. Disponível em :http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/spa/2007/06/pdf/gupta.pdf. [Acesso em: 2013/04/11].

**Haas**, de Hein (2010). Migration and Development. A theoretical Perspective. *International Migration Review*", volume 44 (1).

**Harris**, J. R.; Todaro, M. P. (1970). Migration, Unemployment and Development: a two-sector analysis. *The American Economic Review*, vol.60, n. 1. Pp,126-142.

**Hernandez**, G. Garcia (2009). Do Rand à RDA? Mobilização Compulsória, Práticas sociais e Estratégias de Mobilidade social. Barcelona: *Revista de D'Antropologia i investigación social*. Pp. 63-83.

**Hervé**, Domenach & Michel (1995). *Les Migrations*. Paris : Press Universitaires de France (PUF).

**Hollifield**, J. F. (2000). *Introduction in Migration Theory*: Talking Across. In: BRETTEL, C. B.; New York, HOLLIFIELD, J. F. (ed), Routledge.

**INAR** (2012). *Relatórios do I e II Semestre*. Nampula.

**INAR** (2014). *Dados Estatísticos do Mês de Janeiro*. Nampula.

**INE (2007).** III RGPH - *Recenseamento Geral da População e Habitação. Resultados Definitivos*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.

**INE (2010)**. *Projecções Anuais da População total Urbana e Rural dos Distritos da Província de Nampula. Maputo*: Edição, INE.

**IOM** (2010). *The future of Migration: Building capacities for change*. Switzerland: Geneva.

**Jackson**, John (1991). *Migrações*. Lisboa: Escher, Fim de Século Edições Lda.

**Jones**, Delmos (1992). Which Migrant? Temporary or Permanent. In: Schiller G. et al (org). *Towards a transnational perspective on migration***.** New York: The New York Academy of Sciences. Pp, 216-220.

**Jornal notícias**, 14 de Abril de 2014; 16 de Maio de 2014; 23 de Abril de 2014.

**Jubilut**, Lyliana et al (2010). A necessidade de protecção internacional no âmbito da migração. São Paulo: *Revista de Direito* GV 6 (1). Jan/Jun 2010. Pp, 275-294.

**Justino** David, (2007). Integração Política e Cívica Cidadania e civismo. Participação política. Acesso a nacionalidade. In: Victorino, António (cord), *imigração: oportunidades ou ameaças?* Portugal: Edição Principia. Pp, 151-197.

**Kagwaguti**, Luis (2013). BBC, Brasil: São Paulo. Disponível em: Www.bbc.co.uk/portuguese/notícias/2013/08/1. [Acesso em: 2015/01/06].

**King**, Russel & Riba-Mateos, (2005). Migração Internacional e Globalização no Mediterrâneo: "o modelo do sul da Europa". In: António Barreto (org), *Globalização e Migrações*. Portugal: Imprensa das Ciências Sociais.

**Koide**, Emi (2013). *Espectros da colonização e imagens do Congo (RDC) na Arte contemporânea*. IX EHA- Encontro de História da Arte. UNICAMP. Disponível em: http://www.unicamp.br/chaa/eha/atas/2013/Emi%20Koide.pdf. [Acesso em: 2015/05/11].

**Kritz,** Mary et al. (1992). *International Migration Systems: A Global Approach*. Oxford, Clarendon Press.

**Lee**, Everett (1980). Uma teoria sobre a Migração. "In Moura, H. (org). *Migração interna. Textos seleccionados*". Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. Pp, 89-114.

**Leite**, J. Pereira & Khouri, Nicole (2012). *Os Ismailis de Moçambique*. *Vida económica no tempo colonial*. Lisboa: Edições Colibri.

**Lesourd**, Michel (2003). *L'Afrique. Vulnérabilités et Défis*. Nantes: Editions du Temps.

**Levitt** Peggy & Schiller Glick (2004). Perspectivas Internacionales sobre Migração: Conceptualizar la simultaneidad. *Revista Migración e Desarrollo* vol. 3. México: Rede de revistas cientificas de América Latina y el Caribe, España y Portugal. Pp, 4-10.

**Levitt,** Paggy. **(**1998). Social Remittances: Migration Driven Local-Level Forms of Cultural Diffusion, *International Migration Review,* Vol. 32(4). Pp, 926-948.

**Levitt**, Peggy (1998). Local-Level Global Religion: The Case of U.S. – Dominican Migration. *Journal for the Scientific Study of Religion*, nr,37. Pp, 77-80.

**Lisievici**-Brezeanu Alexandru P. & Stãiculescu Ana, R. (1998). *L'interaction des facteurs démographiques, économiques et sociaux dans les effets et conséquences des migrations internationales*. « Séminaire du Calabre (8-10 de septembre, 1986). France : AiDELF.

**Lobato**, Alexandre (1945). *A Ilha de Moçambique (Monografia)*. Moçambique documentário trimestral, Lisboa, 1945.

**Luciani**, Joseph (2011). *A radicalização dos movimentos religiosos no Norte da Nigéria: um exemplo da Polarização da sociedade nigeriana?* Universidade Federal da Grande Dourados. MS, ano 3, Jun/ Jul, 2011. Pp 15-41.

**Luthria**, M. (2009). *The Importance of Migration to Small Fragile Economies, Human Development* Research Paper 2009/55, PNUD. Disponível em: http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2009/papers/HDRP_2009_55.pdf. [Acesso em: 2013/04/11].

**Machado**, M.A. Mello (1968). *Entre os Macuas de Angoche*. Historiando Moçambique. Lisboa: Edição Prelo.

**Macuane**, José et al. (2012). Entre o Estado, amakhas, Ampamelas, Landins'e ONG's: Relações sociais, História, Política e Descentralização em Nampula. In: Weimar, Bernard (Org), *Moçambique: Descentralizar o Centralismo*. Maputo: IESE. Pp. 238-270.

**MAE** (2005). *Perfil do Distrito de Nampula*. Maputo: Ministério de Administração Estatal.
**Magaia**, Francisco (2012). *O impacto do fluxo migratório no crescimento populacional na província de Nampula entre 1997 e 2007*. Dissertação de licenciatura, Maputo: FLCS/UEM.

**Mahler**,S. & Pessar, P. (2006). Gender Matters: Ethnographers Bring Gender from the Periphery towards the Core of Migration Studies. *International Migration Review 40*(1). Pp, 40-60.

**Mancilla**, Cláudio & de Lima Philomena (2014). Nuevos Imigrantes en Chile. Los determinantes de su actividade empreendedora. *Revista de Migraciones Internacionales*, vol.7, nr.4, Junio/Deciembre de 2014. Pp, 239-264.

**Mapengo** Manuel (2011). *Migração Rural – Urbana e Crescimento da População da Cidade de Maputo.* Maputo: Publiflix Lda.

**Mármora**, Lélio (2002). *Las políticas de Migraciones Internacionales*. Buenos aires: Editorial Paidós.

**Martin**, Guy (2005). Review Essays. Conflict in the Congo. Historical and Regional Perspectives. In: *African Studies*, vol. 48 nr.1, Abril, 2005. Pp, 127-137.

**Martine**, George (2005b). A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. *São Paulo em Perspectiva*, *19*(3), 3-22, December 18.

**Martínez**, F. Lerma (2008).*O Povo Macua e a sua Cultura*. Maputo: Paulinas Editora.

**Massey** Douglas (1987). *Understanding Mexican migration to the United States*. In: American Journal of Sociology, (92). Pp, 1372-1403.

**Massey**, Douglas et al. (1990) .*The social organization of migration, in Return to Aztlan – the social process of international migration from Western Mexico*. Berkeley: University of California Press. Pp, 140-170.

**Massey**, Douglas et al. (1993). Theories of International Migration: a Review and Appraisal. *Population and Development - Review*, vol 19, nr 3, Set. Pp, 431-466.

**Matos**, Cristina (1993). *Migrações, Decisões Individuais e Estruturas Sociais*. Lisboa: UTL, Socius, no5/93.

**Matos**, Cristina (1998). *Migrações*: *Decisões Individuais e Estruturas Sociais*. Lisboa: SOCIUS- Centro de Investigação Económica e das Organizações, nr.5/93. Pp, 3-22.

**Mattos,** R. Augusto (2012). *As dimensões da resistência em Angoche: da expansão política do sultanato à política colonialista portuguesa no norte de Moçambique (1842-1910).*Tese de Doutoramento em história, S. Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e C. Humanas.

**Mecagni,** Anna Lucia. (2005). *Reducing refugees rights? A comparative analysis of shifting refugee policy and practice in Mozambique and Guinea*. Master of Arts in Law and Diplomacy Thesis. Boston: Tufts University.

**Medeiros,** Eduardo (1998). *As Etapas da Escravatura no Norte de Moçambique*. Maputo: AHM.

**Mengin**, Jaqueline (1989). *Guide du développement local et du développement social*. Paris : Éditions L'Harmattan.

**Mercklé**, Pierre (2004). *Sociologie des Réseaux Sociaux*. Paris : Éditions La Découverte & Syrous.

**Minter**, William (1998). *Os Contras do Apartheid. As Raízes da Guerra em Angola e Moçambique*. Maputo: AHM.

**Monteclos**, Pérouse de (1997). *Les Noveaux enjeux de L'immigration en Afrique du Sud*. Afrique Contemporaine. 4to Trimestre.

**Monteiro**, C. Augusto (1997). *Comunidade imigrada. Visão sociológica*. O caso da Itália. Cabo Verde: Gráfico de Mindelo Lda.

**Moreira**, S. Berthault (2009). *Sobre a Natureza Multidimensional do Desenvolvimento*. Setúbal: Instituto Politécnico de Setúbal.

**MPF** (2008). *Moçambique: Política Nacional da População*. Maputo: Relatório, 30/07/2008.

**Muanamoha**, R. Cardoso (2008). *Dynamics of Undocumented Mozambican Labour Migrations to South Africa*. Germany: VDM, Verlag Dr Muller GmbH & co. KG.

**Muanamoha**, R. Cardoso (2014). As Migrações na Era da Globalização: Novas abordagens teóricas e sua contextualização no caso da migração indocumentada de Moçambique para África do Sul. "In: Duarte S. Mithá et Raimundo, Inês (org.). *Geografia em Moçambique: Passado Presente e Futuro*. Maputo: Editora Educar. Pp. 161-175.

**Muanamoha,** Ramos & Raimundo, Inês (2013). A Dinâmica Migratória em Moçambique. In: Arnaldo Carlos e Cau Boaventura (Org.) *Dinâmicas da População e Saúde em Moçambique.* Maputo: Cepsa.

**Mucombo**, J. Elias (2012). *República de Moçambique: situação das fronteiras da República de Moçambique*. Congresso Internacional Saber Tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência IICT- JBT, Palácio dos Condes da Calheta, Lisboa, 24-26 de Outubro de 2012.

**Naima**, Aba & Bensaghir A. (2010). *Les Femmes Migrantes dans les politiques de développement et de coopération au Maroc*. Symposiun sur le genre. 24-25 de Novembre. Caire, Egypte.

**Negrão**, José et al. (1999). *Projecto do seguimento do Programa Estratégico de Nampula*. Relatório ano 1, Nampula e Maputo: Cruzeiro do Sul, Janeiro de 1999.

**Neves,** J. Luís (1996). *Pesquisa Qualitativa – características, usos e possibilidades*. S. Paulo, USP, Cadernos de Pesquisas em Administração, vol 1, nº 3, 2º semestre. Pp, 2-5.

**Neves,** J. M (1998*). Economy, Society and Labour Migration in Central Mozambique, 1930-1965: A case Study of Manica Province*. University of London: Phd dissertation.

**Newitt,** Malyn (2012). *História de Moçambique*. Portugal: Publicações Europa-América.

**Notícias** online, 7 de Junho de 2015. Disponivel em: www.jornalnoticias.co.mz/ índex.phd. [Acesso em: 2015/06/08].

**Nyerere**, Julius. (1991). *O Desafio ao Sul*: Relatório da Comissão Sul. Portugal: Edições Afrontamento.

**Observatório** das Migrações ACP (2011). *Migrações, Remessas e Desenvolvimento em África: O caso dos Países Lusófonos*. Bruxelas.

**OIM (**2005**).** *Internal Migration and development: A global Perspective***.** Switzerland Geneva**.**

**OIM** (2006). *La Migración internacional y el desarrollo. Perspectivas e experiencias de la OIM. Abril-2006.* Disponível em: www.un.int/iom/perspectives&experiences. [Acesso em: 2013/05/09].

**OIM** (2009).*The MIDA experience and beyond. Operationalizing Migration for Development across regions,* Genebra. Disponível em: http://publications.iom.int/bookstore/index.php?main_page=product_info&products_id=53. [Acessado em: 2013/04/06].

**OIT** (1993). *15th International Conference of Labour Statistics*. Geneve, January.

**Oliveira**, Catarina Reis (2005). *Empresários de origem Imigrante: estratégias de inserção económica em Portugal.* Lisboa: Tesis, ACIME.

**Onoja**, Adoyi (2013). *Trabalho e bem-estar na Polícia da Nigéria a partir dos anos de 1980.* VARIA História. Belo Horizonte. Vol 29, nr 51. Pp 771-791, Set/Dez, 2013.

**ONU** (2010). *Migración Internacional y el Desarrollo*. Informe del Secretario General de las Naciones Unidas. ONU, Agosto.

**ONU** (2013). *World Migrations in figure*. United Nations: Department of Economics and Social Affaires. Population Division.

**Orozco,** Manuel & Porras, L. (s/d). *Diasporas y Desarrollo: Una aproximación a su estúdio*. Disponível em: http://b.3cdn.net/padf/989f5457ebfcc07d60_6am6iv0o3.pdf. [Acessado em: 2015/03/06].

**OUA** (1969).*Convenção da OUA relativa a aspectos específicos dos problemas dos refugiados em África.* Complemento regional para África da Convenção de Genebra de 28 de Julho de 1951.

**Papastergiadis**, Nikos (2000). *The Turbulence of Migration: Glabalization, Deterritorialization and Hybridity*. Cambridge: Polity Press.

**Patrício**, Gonçalves (2011). *Moçambique: Guerra e Minas Terrestres. A (des) construção da realidade social nas comunidades rurais de Matutuíne*. Maputo: Imprensa Universitária, UEM.

**PEA** (Perspectivas Económicas na África): *Remessas*. Disponível em: http://www.africaneconomicoutlook.org/po/outlook/financial_flows/remessas. [Acesso em: 2013/04/08].

**Peixoto**, João (1999). *A mobilidade Internacional dos Quadros*. Oeiras: Celta Editora.

**Peixoto**, João (2001). *Migrações e Mobilidade: Conceitos e Problemas de Medição*. Universidade Técnica de Lisboa: Episteme, ano III, Primavera/Outono 2001, nrs. 7-8-9. Pp.277-295.

**Peixoto**, João (2004). *As Teorias explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-sociológicas.* Lisboa: ISEG, SOCIUS working paper.

**Peixoto**, João (2007). Tráfico, contrabando e imigração irregular: os novos contornos da imigração brasileira em Portugal. In: *Sociologia problemas e práticas*, nr. 43. Pp, 71-90.

**Pélissier**, René (1994). *História de Moçambique. Formação e Oposição (1854- 1918*). Lisboa: Editorial Estampa.

**PEPN** (2010).*Plano Estratégico da Província de Nampula 2010 – 2020*. Unidade de Coordenação de Desenvolvimento Integrado de Nampula (UCODIN).

**Pereira** H.Quonian (2006). *O papel da igreja católica no processo de desenvolvimento em Moçambique*. UTL, Tese de mestrado.

**Perroux,** François (1967). *A Economia do Século XX*. Lisboa: Morais Editora.

**Perroux**, François (1981). *A Filosofia do Novo Desenvolvimento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

**Petersen,** William (1975).Tipologia General de la Migración. "In: Elizaga, Juan e Macisco, John (org)", *Migraciones Internas. Teoria, Metodo y Factores Sociologicos*. Santiago de Chile: Centro Americano de Demografia. Pp.39-59.

**Petras**, E.Mclean (1981). The global labour market in the modern world – economy. In: M. M. Kritz et al. (Ed.) *Global Trends in Migration – Theory and Research on International Population Movements*. New York, Cambridge, Center for Migration Studies. Pp. 45-60.

**Piore**, Michael J. (1979). *Birds of Passage. Migrant Labour and Industrial Societies*. Cambridge: Cambridge University Press.

**Pires**, R. Pena (2003). *Migrações e integração*. Oeiras: Celta Editora.

**PNUD** (1994) *Relatório de Desenvolvimento Humano*. Nações Unidas.

**PNUD** (1997) *Relatório de Desenvolvimento Humano*. Nações Unidas.

**Portes,** Alejandro (1999). *Migrações Internacionais*. *Origem, Tipos e Modo de Incorporação*. Oeiras: Celta Editora.

**Puri**, Shivani. & T. Ritzema (2001). *Migrant Worker Remittances.Micro-Finance and the Informal Economy*: Prospects and Issues. Working Paper nº 21, Social Finance Unit, Geneva: ILO.

**Quintanero**, G. J. Tabón (2007). Ética y Desarrollo rural. "In Ospina Olga Lucia (Cord.). *El Desarrollo, Progresso o Ilusión?*" Bogotá: Editora Académica.

**Quive**, Samuel & Patrício**,** Gonçalves (2005). *Sistemas informais de Segurança Social em Desenvolvimento*. Maputo: Fundação Friedrich Ebert.

**Raimundo,** Inês (2009a). Mobilidade da População, pobreza e feitiçaria no meio rural de Moçambique. "in *Economia Política e Desenvolvimento* (1). Pp.13-39.

**Raimundo,** Inês (2009b). International Migration Management & Development in Mozambique: What Strategies? *International Migration Review*, Vol.47 (3).

**Raimundo**, Inês (2009c). *Gender Choice and Migration in Mozambique. Household Dynamics and Urbanization in Mozambique*. Germany:VDM, Verlag Dr Muller GmbH & co. KG.

**Raimundo,** Inês (2010). *Gender, choice and migration: household's dynamics and urbanization in Mozambique*, Searbbrucken: Germany.

**Raimundo,** Inês (2011). Causas, Consequências e Padrões de Migração Internacional de Moçambique: Questões emergentes no espaço da lusofonia. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Migrações, AULOP, III série, no. 24.

**Raimundo**, Inês (2011). *Immigration and refugee policy in Mozambique: The experiences of refugies from Maratane refugee camp*. Workshop discussion on refugee status determination and rigths in sub-saharan Africa. Kampala, 16 and 17 November, 2011.

**Ramirez,** Carlota et al (2006)**.** Remesas, Genero e Desarrollo. *Revista Trimestral latinoamericana y Caribeña de desarrollo sustentable*, No. 14 vol 4.

**Ramos**, Natália (2004). *Psicologia clínica e da saúd*e. Lisboa: Universidade Aberta.

**Ratha**, Dilip (2012). *Outlook for Migration and Remittances 2012-2014*. New York: World Bank.

**Ratha**, Dilip et al. (2015). *Migrations and Remittances: recent developments and Outlook special topics.* Financing for development. World Bank.

**Ravenstein** G. Ernest (1885). *Journal of the Royal Statistical Society*, Vol. 48. London: Pp, 710.

**RCMMI** (2005). *Relatório da Comissão Mundial Sobre as Migrações Internacionais. Lisboa*: Fundação Calouste Gulbenkian.

**Relatório** do *termo do mandato (2009-2013).* Gabinete do presidente Municipal, Nampula, Fevereiro de 2014.

**Relatório.** *Migrações e Direitos Humanos na África Subsaariana*. Relatório do 36º Congresso, Lisboa (19-25) de Abril de 2007.

**Renner**, H. Cecilia & Patarra Nudel (1980). Migrações. "In: Santos F. Jair et al (org.). *Dinâmicas da População*". S.Paulo: T. A Queiroz Editor. Pp, 237-274.

**Rist**, Gilbert (1996). *Le Développement. Histoire d'une croyance occidentale*. Paris : Presses de Sciences Politiques.

**Rocha**-Trindade, M. Beatriz (1995) *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.

**Rodney**,Walter (1975). *Como a Europa subdesenvolveu África*. Lisboa: Edição Seara Nova.

**Rodrigues,** Maribel & Alberdi, I**.** (2012)**.** *El papel de la Mujer en el desarrollo de Africa*. Serie Avances de la Investigación no 79. Madrid: Fundación Carolina CeALCI.

**Sachs**, Ignacy (1980). *Stratégie de L'écodéveloppement*. Paris : Les Éditions Ouvrières.

**Sachs,** Ignacy (2005). *Desenvolvimento e cultura. Desenvolvimento da Cultura. Cultura do desenvolvimento.* Estudo preparado para o escritório do PNUD no Brasil. O&S - vol.12 - n.33 - Abril/Junho.

**Sampedro** & Berzosa (1996). *Conciencia del Subdesarrollo, veintecinco años después*. Madrid: Taurus.

**Sandefur**, Gary & W.J. Scott (1981), "A dynamic analysis of migration: an assessment of the effects of age, family, and career variables". *Demography,* Vol. 18, Nº 3. Pp, 355-368.

**Sandhop**, Carsten (1994). *A importância e as consequências do sector informal para a economia nacional*. Maputo: Friedrich Ebert/ Muleide.

**Sarmento**, Enilde et al. (2009*). Imigração em Moçambique: Impacto sociopolítico, económico e cultural.* Maputo: ISRI.

**Sassen,** Saskia (1988)**.** *The Mobility of Labor and Capital*. *A Study in Internacional Investiment and Labor Flow*s. Cambridge: Cambridge University Press.

**Schiller**, Glick et al. (1992) – *Towards transnational perspective on migration*. Annais of the New York Academy of Sciences, New York, vol.645.

**Sen**, Amartya (2003). *O Desenvolvimento como Liberdade*. Lisboa: Gradiva.

**Serra**, Carlos (1983). *Para a história da Arte Militar (1505-1920*). Maputo: Cadernos Tempo.

**Serra**, Carlos (1997). *Novos Combates pela Mentalidade Sociológica*. Maputo: Imprensa Universitária, UEM.

**Serra**, Carlos (2000). *História de Moçambique:* Parte I-*Primeiras sociedades sedentárias e impacto dos primeiros mercadores, 200/300-1885*. Parte II- *Agressão Imperialista, 1886-1930*. Maputo: Livraria Universitária.

**Shiefer**, Ulrich & Almeida, Filipa (2010). *Meio século de Migrações forçadas em África. Aspectos populacionais e culturai*s. Janus 2010. Anuário de relações exteriores.

**Shils,** Eduard (1992). *Centro e Periferia*. Lisboa : Difel.

**Shneider**, Hartmut & Libercier, M. H. (1995). *Mettre en Œuvre le développement participatif*. Paris: Centre de Développement de L'OCDE.

**Singer**, Paul (1973). *Migrações internas e considerações teóricas sobre o seu estudo*. In: Economia Política e Urbanização. São Paulo: Editora Brasiliense. Pp, 29-60.

**Sjaastad**, Larry. A. (1962). The Costs and Returns of Human Migration. *The Journal of Political Review*. v. 23, n. 3, Special Silver Anniversary Issue: International Migration an Assessment for the 90's, autumn/1989. Pp, 671-679.

**Skeldon**, Ronald (2008). International Migration as tool in Development Policy: A Passing Phase? *Population and Developing Review*. 34 (1), March.

**Sklair,** Leslie (1995) *Sociologia do sistema globa*l. Rio de Janeiro: Editora Vozes, Petrópolis.

**Solimano**, Andrés & Allendes, C. (2007). *Migraciónes Internacionales, Remesas e el Desarrollo Economico. La experiencia Latino americana.* Naciones Unidas: División de desarrollo económico. Chile: CEPAL.

**Souza**, N. Jesús. (1993). *Desenvolvimento económico.* Maputo: Editora Atlas S.A.

**SPMN** (2013). *Relatório Anual*. Nampula.

**Stalker**, Peter (2000). *Worker without frontiers: the impact of globalization on international migration*. Geneva: OIT.

**Stalker**, Peter (2008). *Guide to International Migration.* Disponível em : .http://www.pstalker.com/migration/mg_immig_1.htm. [Acesso em: 2013/03/08].

**Stark**, Oded & Bloom David (1985). The New Economics of Labour Migrations. *American Economic Review*, Vol. 75. Pp, 173-178.

**Stark**, Oded (1980). On the Role of Urban-to-Rural Remittances in Rural Development. *Journal of Development Studies.* Pp, 369-374.

**Stiglitz**, Joseph (2002). *A Globalização e os seus Malefícios*. S. Paulo: Editora Futura.

**Sumich**, Jackson (2010). Partido Fuerte, Estado débil? Frelimo y la Supervivência estatal através de la guerra civil en Moçambique. Bogotá: *Revista de Estúdios sociales* nr. 37. Pp, 13-37.

**Taylor**, J. E. (1986). Differential Migration, Networks, Information and Risks. In: STARK, O. (editor). *Migration, Human Capital and Development*. Greenwich, Connecticut, Jai Press Inc., vol. 4. Pp, 151-170.

**Tedesco**, Laura (2008). *Remessas, Estado y Desarrollo*. Documento de trabajo nr. 72, Noviembre, Madrid: FRIEDE (Fundación para las Relaciones Internacionales y el Desarrollo Exterior).

**Teresa** Cruz e Silva (2012). *Determinantes globais e locais na emergência de solidariedades sociais: O caso do sector informal nas áreas periurbanas da cidade de Maputo*». França: Revista Crítica de Ciências Sociais nr. 63. Disponível em: http://rccs.revues.org/1260. [Acessado em : 2015/05/08].

**Thomaz**, R. Omar (2008). "Escravos sem dono": a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista. *Revista de Antropologia*, S. Paulo: USP, 2008, vol. 51 n.1. Pp. 178-214.

**Thumerelle**, P.J (1986). *Peuples en Mouvement- la mobilité spatiale des populations. Dossiers des images économiques du monde*. Collection dirigée par J. Beaulieu Garnier et A. Gambliu. Paris : Editions CDU et SEDES.

**Tilly**, Charles (1990). Transplanted Networks. In: Yans-Mc Laughlin (ed.). *Virginia, Immigration Reconsidered*, NY, Oxford: Oxford University Press.

**Tinajero,** Alvarez (2010). Angola: *A Study of the Impact of Remittances from Portugal and South Africa*. IOM, Migration Research Series, No. 39, OIM, Genebra.

**Todaro**, Michael. (1969). A migração da mão-de-obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos. In: MOURA, H. A. (org.) *Migração interna: textos seleccionados*, Fortaleza: BNB/ENTENE, 1980.

**Todaro**, Michel (1976). *Internal Migration in Developing Countries*. Ginebra: ILO.

**Tolentino** et al. (2008). *A importância e o impacto das remessas dos imigrantes em Portugal no desenvolvimento de cabo verde*. Observatório da imigração. Lisboa: Alto-comissariado para a imigração e diálogo intercultural (acidi, i.p.).

**Tolentino**, Nancy Curado (2009). *Migrações, Remessas e Desenvolvimento*: o caso Africano. Lisboa: SOCIUS, ISEG, UTL.

**Tolentino**, Nancy Curado (2009). *Migrações, Remessas e Desenvolvimento: o caso Africano*. Lisboa: SOCIUS (Centro de Investigação em Sociologia económica e das Organizações, ISEG, UTL.

**UCODIN** (2014). *ONG,s nacionais e estrangeiras em Nampula*. Documento (s/d). Nampula.

**Valigy**, Ismael (2006). *The problem of migration in the lusophone community - the Mozambican perspective* . Lisbon: 11th metropolis international conference, october, 5th 2006.

**Vasta**, Ellie (2004). Empleo informal y redes de inmigrantes. Una revisión. México: *Revista Migración y Desarrollo*, nº 3, 2º semestre. Pp, 2-18.

**Ventura**, M. Maria (2007). O Estudo de Caso como modalidade de Pesquisa. Brasil: UER, *Revista SOCER*, 20 (5). Pp, 383-386.

**Verdade** online, 5 de Abril de 2014. Disponível em: http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35/45287. [Acesso em: 2015/06/08].

**Verdu**, R. Martinez (s/d). *Lecturas sobre sociologia de las migraciónes*. Universidad de Alicantes. Disponível em: http://www.slideshare.net/mutualsignia/sociologia-de-las-migraciones. [Acesso em: 2013/06/07].

**Vidal**, Dominique (2008). *Vivre sur fond de frontières. Les Migrantes du Mozambique à Johannesburg. Cultures et conflits en ligne*. Disponível em : http://conflits revues.org/17301. [Acesso em: 2013/07/07].

**Waterhaouse**, R & Lauriciano (2010). Contexto Político e institucional da Protecção social em Moçambique. (In: Luis de Brito & al (org.), *Protecção social em Moçambique, abordagens desafios e experiências.* Maputo: edição IESE.

**Wise,** R. Delgado et al. (2009). Seis Tesis para Desmitificar el nexo entre Migración y Desarrollo. *Revista Migración y Dsarrollo*, vol. (12). Rede de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España e Portugal. Pp, 22-52.

**Wise,** Raul & Covarrubia Marquéz (2007). Teoria e Prática de la Relación Dialéctica entre desarrollo y Migración. *Revista Migración y Desarrollo*, vol. (9). Rede de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España e Portugal. Pp, 5-25.

**Witimane**, Francisco (2012). *A imigração ilegal em Moçambique: O caso dos migrantes Somalis*. Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais. Lisboa: Universidade Aberta.

**Wolfe**, Marshall (1976). *Desenvolvimento para que e para quem*? Brasil: Editora Paz e Terra.

**Wood**, Charles (1982). Equilibrium and Historical–Structural Perspectives on Migration. *International Migration Review*", 16 (2). Pp, 297-318.

**World Bank** (2012). *Quando Funcionam os projectos de Desenvolvimento participativo?* Disponível em: http://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2012/11/14/when-do-participatory-development-projects-work. [Acesso em: 2013/12/13].

**World Bank** (2015). *Migration and Remittances*: Recent Developments and Outlook, Special Topic: Financing for Development, New-York.

**World Migration** Report (2010). *The future of Migration: Building capacities for change*. Geneva: IOM.

**Yang,** Dean **(**2009). *International Migration and Human Development, Human Development Research* Paper 009/29, PNUD. Disponível em: http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2009/papers/HDRP_2009.

**Yin**, Robert (1994). *Case Study Research. Design and Methods*. Thousand Oaks, London, New Delhi: Sage.

# ANEXOS

## Anexo I – Histórias de Vida

### História de Vida - 1

K, M. (Empresário nigeriano). Entrevista na cidade de Nampula, 04-06-2014.

"Sabe o que faz um homem migrar? Para mim é descobrir novas coisas, viver melhor, o indivíduo procura segurança para se sentir a vontade. Depende também daquilo o que realmente a pessoa busca na vida. A minha prioridade é procurar, fazer dinheiro. Isto é que te puxa para outros lugares para encontrares o que queres. O imigrante não só em Nampula mas em toda África pensa que viajando pode conseguir o que que quiser. Por isso emigra-se para aqueles lugares onde se pode desenvolver rápido. Por exemplo, o negócio na Nigéria é diferente de Moçambique. Aqui, há mais oportunidades, com 20.000 dólares pode-se abrir um negócio com sucesso. A competição em Nampula é favorável aos estrangeiros com capital. É fácil investir porque Moçambique é um país pouco desenvolvido, o custo de vida é normal e as oportunidades de investimento são muitas. Tenho amigos que estão em Angola, convidaram-me para ir para lá. Mas eu prefiro Moçambique que Angola. Lá é muito "quente", eles são muito agressivos (...). Eu também tenho irmãos nos EUA, mas sempre arranjo desculpas, sinto-me a vontade aqui, porque as pessoas têm a mesma cultura comigo. Antes de vir a Moçambique estive nos Camarões, África do Sul, Quénia e Benim. Para vir a Nampula foi a convite de um conterrâneo e quando cá cheguei vi o ambiente de negócios e disse comigo: vou ficar aqui! Sou dos primeiros nigerianos a abrir um negócio nesta província. Quando cheguei como era jovem conheci logo uma moçambicana que acabei casando com ela. Nós os estrangeiros tiramos os "macuas" da pobreza. Nós trouxemos novas maneiras de fazer negócio e damos empregos a esta gente. Se não houvesse emprego muitos estariam ainda mais pobres. Nós é que estamos a impulsionar a economia, a construção de casas. Posso afirmar que mais de 50% das casas comerciais foram construídas por estrangeiros. Basta olhar para o bairro de Muhala-expansão para confirmar. Eu acho que a nossa presença aqui é muito importante. Nós ajudamos a desenvolver Moçambique. Se saíssem todos estrangeiros não haveria desenvolvimento em Nampula. Não haveria troca de ideias e experiências. Eu tive empregados moçambicanos

que trabalharam comigo e aprenderam muita coisa. Hoje tem os seus próprios negócios nos seus bairros, posso afirmar graças a mim. Neste momento até tenho dois miúdos que trabalham comigo e estão na universidade, porque eu incentivei-os a estudar (...) Em Moçambique o governo não dá trabalho aos estrangeiros, eu vim com o meu dinheiro para investir, por exemplo eu abri uma loja e agora tenho 14 trabalhadores moçambicanos, isso não é bom? Eles por sua vez têm famílias e vivem do salário que eu pago! Multiplica por outros estrangeiros que empregam moçambicanos em Nampula! O governo é inteligente, sabe que contribuímos com os impostos que pagamos. Por isso aqueles que falam negativamente dos estrangeiros é uma questão de inveja. São aquelas pessoas analfabetas, preguiçosas, que não querem trabalhar, porque aquelas que são formadas não ligam para essas coisas, não falam mal dos imigrantes (...) os que dizem somos isto e aquilo, vendemos droga, que enriquecemos muito rápido não conhecem a realidade. Até quando temos problemas e vamos a Polícia é a mesma coisa. Sempre dão razão ao nacional, porque pensam que somos problemáticos. Eu quando cheguei tive que sacrificar-me bastante. Conheço conterrâneos meus que chegaram aqui com uma mão atrás e outra a frente e alguns com muito sacrifício conseguiram dar volta a situação. Digo isto porquê? Um estrangeiro deve desafiar o destino, fazer tudo por tudo para sair da situação de pobreza em que muitas vezes se encontra. O que acontece é que enquanto trabalhamos, os moçambicanos estão na discoteca, nos bares a jogar damas, na sombra do cajueiro a dormir (..) quando começarem a pensar diferente hão-de desenvolver como nós".

**História de Vida - 2**

G, J. (Imigrante congolês). Entrevista na cidade de Nacala, 17-06-2014.

"Nasci na RDC, fiz o bacharelato na Patrice Lumumba em Serviços Sociais. Como sabe a situação político-social e económica não está fácil no meu país. Então, a convite de um amigo decidi viajar para a África do Sul para ir trabalhar, porque dizia-se que lá paga-se bem. Mas depois apercebi-me que era diferente, a vida era muito mais difícil. Fiquei na RSA durante cinco anos, em Johannesburg, Pretória e Durban, mas só a viver de biscatos. Na África do Sul tudo é difícil desde a legalização de documentos de residência e de trabalho, alojamento e transporte. Todo o ano passado (2013) trabalhei como guarda-nocturno durante oito meses, mas acabei por desistir por causa da criminalidade. Depois consegui um *part time* com um branco sul-africano para ensinar francês aos filhos, das 18h as 20h, quando acabou fiquei desempregado. No desespero falei com os meus pais e eles disseram-me para voltar a RDC, mas tinha vergonha. Dava a entender que eu era um falhado e depois, alguns dos meus amigos ocupavam lá altas posições no emprego. Desesperado fiz alguns contactos com uns amigos em Moçambique e convidaram-me para tentar a sorte em Nampula, mas advertiram que não era assim tão fácil, mas também não era impossível recomeçar a vida. Foi assim que vim parar a Nampula. Procurei um grande empresário congolês chamado "Djaló" para me ajudar mas nunca consegui encontrar-me com ele. Decidi vir a Nacala, como é uma ZEE (Zona Económica Especial) procurar emprego nas várias empresas estrangeiras que existem por aqui. Mas ainda não encontrei nada. Agora ajudo o meu conterrâneo na barbearia. Já viu? Tenho estudos, mas não tenho trabalho. Por enquanto sou barbeiro em Nacala. É uma vergonha, eu não posso dizer a minha família que agora a minha nova profissão é barbeiro! Eu ainda sou sou jovem, tenho forças mas sinto uma grande frustração. Assim pobre, não posso entrar em Congo, prefiro morrer! Mas esta situação é porque as vezes, nós os congoleses não somos unidos. Até há situações de tribalismo entre nós. Devíamos copiar os nigerianos, malianos, guineenses que tem muita aproximação e entreajudam-se (...) não sei, talvez nós congoleses que chegamos aqui somos muito pobres e não temos recursos para ajudar os conterrâneos. Temos uma associação, mas é extremamente fraca. Nem todas as pessoas contribuem porque não tem dinheiro. Muitos deles chegam como refugiados. A associação apoia quando há

falecimento, casamentos e outras cerimónias (...) diferentemente de outras nacionalidades quando morrem são enterrados nos seus países. Por exemplo, os congoleses são enterrados em Maratane. Se morres num distrito a contribuição é feita para seres enterrado em Maratane. Por isso não se pode confiar muito na associação, o melhor é confiar-se em si próprio. (...) Infelizmente é essa a situação. Em Moçambique a maioria dos congoleses são refugiados devido a própria situação de paz do país. Naqueles países vizinhos (Ruanda, Uganda, Burundi) não se pode ficar, são instáveis. As pessoas preferem vir a Moçambique porque ouvem dizer que o campo de refugiados é aberto e as pessoas podem sair livremente, trabalhar a terra e tratar dos seus assuntos. Enquanto os campos de Tanzânia (Nhargusso), Zimbabwe (Tongongara) e mesmo o centro de Malawi (Nzaleca-Lilongwé) há um grande controlo. Na Tanzânia, por exemplo se fores apanhado fora do centro és imediatamente preso. Aqui em Nampula nós estrangeiros somos desqualificados. Pensam que não merecemos ser bem tratados, porque trazemos doenças, criminalidade, andamos em esquemas de tráfico de pessoas ou pedras preciosas. É um pouco difícil, alguns "macuas" nos dizem na cara para voltarmos para a nossa terra, porque estão fartos de nós. Mas ser estrangeiro não é necessariamente criar problemas em Nampula. Muitos estrangeiros pagam imposto, abrem lojas, empresas, dão empregos e isto de alguma maneira ajuda no desenvolvimento do país. Por mais que seja uma pequena barraca ou banca, temos sempre algo a dar, mesmo com a nossa pobreza. Por exemplo, estou aqui a cortar cabelo na barbearia, não é uma maneira de trabalhar e a ajudar aos moçambicanos em Nacala? "

**História de Vida - 3**

N, C. (Refugiado ruandês). Entrevista na cidade de Nampula, 17-04-2014.

"Eu saí de Ruanda em 2001 por problemas políticos. As guerras nunca mais acabam, não há sossego, não há emprego, existe muita pobreza. Numa noite os militares entraram na minha aldeia e começaram a espancar, a matar e a raptar pessoas. Mataram a minha família. Eu e os meus amigos conseguimos fugir da aldeia, mas fomos apanhados pela tropa que estava emboscada no caminho onde havíamos escolhido. Como eramos jovens levaram-nos amarrados para um acampamento e durante o caminho diziam que precisavam de nós para irmos combater no Congo. Chegados ao local encontramos outros jovens que haviam sido raptados de outras aldeias. Nessa mesma noite, houve confusão nesse local, uma troca de tiros e eu aproveitei para fugir de novo com os meus amigos. No mato resolvemos separarmo-nos. Caminhei a pé durante um dia. Sem documentos nem dinheiro, as 7 horas eu estava a atravessar a fronteira da Tanzânia. Tive que trabalhar na machamba dos tanzanianos durante seis meses para ter dinheiro para chegar a Dar-es-Salam. Aqui fui-me apresentar no ACNUR, mas não quiseram-me ajudar, disseram que tinha que ir-me apresentar no campo de refugiados em Kigoma. Mas como eu já tinha informações das condições e do controle existente no campo de refugiados, fui pedir ajuda à Caritas que me deu dinheiro e apanhei um autocarro para a fronteira do Rovuma. Na fronteira porque não tinha documentos, tive que pagar 8.000 xelins para cruzar o rio e entrar em Moçambique por Mocímboa da Praia, em Cabo Delgado. Do outro lado pedi ajuda a um moçambicano para me levar as autoridades policiais. Na polícia estavam lá outros refugiados de várias nacionalidades incluindo meus conterrâneos. Depois veio um carro do ACNUR que nos levou até ao Centro de Maratane. É verdade que o centro não oferece boas condições, há falta de água, medicamentos no posto de saúde, há muita malária, o INAR demora em emitir o documento de refugiados (...) mas pelo menos estamos em paz. Podemos fazer as nossas machambas, criar animais e fazer negócios na cidade, embora a população não gosta de nós (...) sim alguns não gostam de estrangeiros, dizem que não somos nada, somos refugiados, como se não fossemos pessoas. Se tiveres problemas com a polícia e não "tens nada para dar" perdes sempre razão. Muitos ruandeses estão a sofrer na cidade. As barracas são assaltadas pelos nacionais e quando vão a polícia, nada fazem. É mesma coisa lá no

Centro, há problemas de roubo, violência física entre os refugiados, até violações, mas ninguém resolve. Entre nós há muita intriga e as vezes perseguição como se fosse a continuação daquilo que acontece no Ruanda. Eu mesmo, por exemplo estou a ser acusado pelos meus patrícios de ser espião do governo de Ruanda. Até os meus conterrâneos foram queixar as autoridades do Centro. Fui chamado no INAR e no governo para explicar bem essa situação de que sou informador do presidente Paul Kagamé. Por isso quero sair daqui. Já pedi reinstalação para outro país, não sei se me vão dar, assim estou a espera, porque aqui no centro também sou perseguido".

## Anexo II – Entrevistas Semi-Estruturadas

### 1. As Motivações Subjacentes e a Escolha de Nampula

a) Quais são as razões (causas) que levaram ao abandono do seu país?
b) A decisão de vir para Moçambique/Nampula foi individual ou familiar?
c) Porque escolheu Moçambique/Nampula e não outro país?
d) A quem ouviu falar sobre Moçambique/Nampula?
e) Que trajectória seguiu até chegar a Moçambique/Nampula?

### 2. Os Pontos de Entrada

a) Por que região (zona) da fronteira entrou?
b) Quais foram os principais obstáculos encontrados?
c) Se entrou pelos postos fronteiriços, como foi recebido/tratado pelas autoridades?
d) Trazia dinheiro ou outros recursos quando entrou em Moçambique?
e) Que meio de transporte usou para chegar a Moçambique?
f) Entrou sozinho ou com familiares e/ou amigos?

### 3. Redes Sociais e Integracão

a) Antes de entrar em Moçambique, quem lhe forneceu informações?
b) Com quem fez a trajectória até Moçambique? Familiares, amigos, ou sozinho(a)?
c) Moçambique é o seu destino final ou pensa viajar para outro país?
d) Em Moçambique, quem o recebeu nos primeiros dias? Familiares? Amigos? Outros?
e) Tem conhecimento de alguma organização/associação de apoio? Que tipo de ajuda oferece?

**4. Actividades Quotidianas (Formal/Informal)**

a) Qual é a sua principal actividade?

b) Onde exerce a sua actividade?

c) Com que capital iniciou o negócio?

d) Tem empregados? Locais e/ou conterrâneos?

e) Que produtos vende? Quem são os compradores?

f) Onde compra a mercadoria?

g) Quais são as principais dificuldades?

**5. Representações Sociais**

a) Como é a sua relação com os locais?

b) Que opinião tem sobre a ideia que a população Macua faz dos estrangeiros?

b) Foi bem recebido/considerado pela população local?

c) Já passou (ou presenciou) por alguma situação desagradável/negativa ou positiva por ser estrangeiro? Se sim, qual?

d) Que ideias faz/o que pensa das autoridades (Polícia, INAR) em relação aos estrangeiros?

**6. Instituições do Estado (INAR, Centro de Maratane, SPMN)**

a) Que papel tem a instituição na gestão dos estrangeiros?

b) Que coordenação existe com outras instituições?

c) Em que áreas consideram ser maior a contribuição dos estrangeiros?

d) Em que actividades ilícitas podem estar envolvidos os estrangeiros?

e) Que dificuldades encontram na gestão dos estrangeiros?

# Anexo III – Entrevistados (Estrangeiros e Nacionais)

## Entrevistados (Estrangeiros)

| Nacionalidade | Nome | Local | Data |
|---|---|---|---|
| Congolesa | O, T. | C. Maratane | 17.04.2014 |
| | K, K. | C. Maratane | 17.04.2014 |
| | JP, A. | C. Nampula | 30.04.2014 |
| | G, F. (Mulher) | C. Nampula | 30.04.2014 |
| | J, M (Mulher) | C. Nampula | 16.06.2014 |
| | G, F | C. Nacala | 16.06.2014 |
| | S, C. | C. Nacala | 16.06.2014 |
| | J, G. | C. Nacala | 18.02. 2015 |
| | A, D. | C. Nampula | 30.04.2014 |
| Guineense | A, B. | C. Nampula | 29.05.2014 |
| | A, S. | C. Nampula | 29.05.2014 |
| | A, K. | C. Nampula | 29.05.2014 |
| | M, A. | C. Nacala | 18.02.2015 |
| | T, B. | C. Nacala | 28.02.2015 |
| Somaliana | S, S. | C. Nampula | 20.05.2014 |
| | I, M. (Mulher) | C. Nampula | 20.05.2014 |
| | H, O. | C. Nacala | 18.02. 2015 |
| | M, K. | C. Maratane | 17-04-2014 |
| Burundesa | M, C. | C. Nampula | 16-04-2014 |
| | R, U. (Mulher) | C. Maratane | 17.04.2014 |
| | H, J. | C. Nampula | 30-04-2014 |
| Nigeriana | K, M. | C. Nampula | 10-06-2014 |
| | O, B. | C. Nacala | 17-06-2014 |
| | E, A. | C. Nacala | 17-06-2014 |
| Malawiana | G, M. | C. Nampula | 05-06-2014 |
| | C, M. | C. Nampula | 05-06-2014 |
| Maliana | J, A. (Mulher) | C. Nampula | 10-06-2014 |
| | N, K | C. Nacala | 28-02-2015 |
| Tanzaniana | A, I. | C. Nampula | 06-06-2014 |
| | J, H. | C. Nampula | 06-06-2014 |
| Ruandesa | N, C. | C. Maratane | 17.04.2014 |
| Queniana | M, N. | C. Nampula | 05-06-2014 |
| Sudanesa | H, M. | C. Nacala | 28-02-2015 |
| Ugandesa | A, M. | C. Nampula | 05-06-2014 |
| Zambiana | M, M. (Mulher) | C. Nampula | 05-06-2014 |
| **Total** | | | **35** |

## Entrevistados (Nacionais)

| Nome | Local | Periodo |
|---|---|---|
| M, A. | C. Nampula | 2013 (Jan-Jun-Nov) a 2015 (Jan-Fev) |
| M, B. | C. Maputo | |
| M, T. | C. Nampula | |
| F, J. (Mulher) | C. Nampula | |
| P, J. | C. Maputo | |
| U, M. | C. Nampula | |
| F, J. | C. Nampula | |
| I, F. (Mulher) | C. Nampula | |
| A, J. | C. Nampula | |
| J, S. | C. Nampula | |
| M, H. | C. Nampula | |
| M, R. | C. Nampula | |
| S, R. | C. Nampula | |
| C, T. (Mulher) | C. Nacala | |
| S, E. | C. Nacala | |
| A, S (Mulher) | C. Nacala | |
| B, S. | C. Nampula | |
| M, A. | C. Nampula | |
| S, T. | C. Nacala | |
| N, M. (Mulher) | C. Nampula | |
| I, M. (Mulher) | C. Nampula | |
| S, D. | C. Nacala | |
| C, L. | C. Nampula | |
| B, A. | C. Nampula | |
| **Total** | | **24** |

## Anexo IV – Mapa da Região Norte de Moçambique

**Fonte:** [http://www.mozambique.mz/norte.htm](http://www.mozambique.mz/norte.htm) [Acesso em: 15/06/2015]